

REVISTA DO
CENTRO DE
PESQUISA E
FORMAÇÃO

n.15

dezembro/2022



diversos

22

projetos memórias
conexões

SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO
Administração Regional no Estado de São Paulo

PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL

Abram Szajman

DIRETOR DO DEPARTAMENTO REGIONAL

Danilo Santos de Miranda

SUPERINTENDENTES

TÉCNICO-SOCIAL Rosana Paulo da Cunha COMUNICAÇÃO SOCIAL Aurea Leszczynski Vieira Gonçalves

ADMINISTRAÇÃO Jackson Andrade de Matos ASSESSORIA TÉCNICA E DE PLANEJAMENTO Marta

Raquel Colabone CONSULTORIA TÉCNICA Luiz Deoclécio Massaro Galina

GERENTES

ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO João Paulo Leite Guadanucci ARTES GRÁFICAS Rogério Ianelli

CENTRO DE PESQUISA E FORMAÇÃO Andréa de Araújo Nogueira

REVISTA DO CENTRO DE PESQUISA E FORMAÇÃO

EDITOR Marcos Toyansk ORGANIZADORAS DO DOSSIÊ Emily Fonseca de Souza e Flavia Prando

REVISÃO Sérgio Molina PROJETO GRÁFICO Denis Tchepelentyky DIAGRAMAÇÃO Omnis Design

EQUIPE SESC

Rafael Peixoto e Rosana Elisa Catelli

sescsp.org.br/revistacpf



5 APRESENTAÇÃO

Danilo Santos de Miranda

9 DOSSIÊ: A OUTRA INDEPENDÊNCIA

- 10 Redescobrimdo a Independência do Brasil: apontamentos sobre um processo complexo
Helio Franchini Neto
- 37 Quando deixamos de ser portugueses: a ruptura entre Portugal e Brasil nos impressos do tempo
Isabel Lustosa
- 53 Cidade do Paraíso no agreste pernambucano: a esperança sertaneja em tempos de revolução (1817-1820)
Danilo Araujo Marques
- 64 A nação embranquecida e seu passado escravista: outras leituras do Brasil
Ynaê Lopes dos Santos
- 78 Rebeldia, negociação, desencanto: negros na Independência na Bahia
João José Reis
- 103 Bárbara de Alencar e as raízes brasileiras da violência política de gênero
Antonia Pellegrino
- 113 200 anos de Independência e suas heroínas: Maria Felipa de Oliveira, uma mulher negra na luta pela Independência na Bahia
Cidinha da Silva
- 118 As roupas não tão novas da imperatriz: diálogos entre moda e política na trajetória de Dona Leopoldina
Virginia Siqueira Starling
- 134 Decantando a Independência: canção popular e história do Brasil
Bruno Viveiros Martins

154 ARTIGOS

- 155 Compreendendo gêneros humorísticos
Ana Cristina Carmelino
- 175 A influência das telenovelas no turismo emissivo brasileiro: um levantamento sobre a última década
Larissa Fernandes Dutra
- 194 O que está em jogo na luta antiespecista?
Ana Paula Perrota

212 GESTÃO CULTURAL

- 213 As dinâmicas do trabalho em rede em corredores culturais: estudo de caso da Paulista Cultural
Beatriz Matuck, Camila Moura Gonzaga dos Santos, Carla Regina de Oliveira
- 234 Práticas instituintes entre a gestão cultural e a saúde mental
Tátia Colin Cavignato

256 ENTREVISTA

257 Entrevista com Heloisa Starling

265 POESIA

266 Slam das Minas

270 RESENHA

271 Da batida musical à batida policial: o funk interpreta o Brasil

Tiaraju Pablo D'Andrea

276 NARRATIVAS VISUAIS

277 Na floresta com os Yawanawá

Simon Plestenjak



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Compondo as efemérides de 2022, o bicentenário da independência volta à pauta na Revista do Centro de Pesquisa e Formação com reflexões críticas sobre as proposições elaboradas no passado e sobre as construções de projetos de país, vinculando-as às inquietações de nosso presente e às novas propostas de Brasil, ou Brasis. O dossiê “A Outra Independência” tem origem em seminário homônimo realizado pelo Sesc São Paulo em seu Centro de Pesquisa e Formação (CPF), com curadoria da historiadora Heloísa Starling (UFMG) e integrante de Diversos 22, — conjunto de ações em diferentes linguagens e formatos, como apresentações, shows, exposições, encontros e cursos, a fim de incentivar análises em torno dos projetos, memórias e conexões relativas aos marcos dos 200 anos da soberania brasileira e ao centenário da Semana de Arte Moderna.

O artigo do diplomata e doutor em História Hélio Franchini Neto abre a publicação e apresenta o cenário político social dos anos 1820-1825, quando se delineou o percurso emancipatório da então colônia em relação a Portugal. “Redescobrimo a Independência do Brasil: apontamentos sobre um processo complexo” desfaz o ato cênico às margens do Ipiranga e apresenta diversos aspectos que compuseram esta experiência histórica, desde a chegada da Família Real, a Revolução do Porto, o grito de Dom Pedro I, os conflitos regionais que irrompiam pelo território brasileiro até o seu reconhecimento. Assim, procura destacar um aspecto pouco explorado pela historiografia do período, que diz respeito à fragilidade institucional inicial do Estado brasileiro, e abrir novas reflexões críticas para os estudos nesse tema.

A pesquisadora Isabel Lustosa apresenta o artigo “Quando deixamos de ser portugueses: a ruptura entre Portugal e Brasil nos impressos do tempo”, que analisa as disputas de ideias travadas na produção gráfica a partir da liberação das tipografias em 1820, e que concebeu a cisão entre portugueses nascidos em Portugal e aqueles do Brasil e a dissolução da ideia de uma só nação. Ao trazer diversos exemplos dessa disputa ideológica — da discussão sobre o lugar onde D. João VI deveria fixar residência até o uso de palavras de origem indígena, em vez daquelas em língua lusitana — a autora nos apresenta os vestígios escritos do processo de distinção, que se apresentava com a Independência, e que distinguia os brasileiros de seus colonizadores europeus.

O terceiro artigo traça uma arqueologia da utopia brasileira. Em “Cidade do Paraíso no Agreste Pernambucano: a esperança sertaneja em tempos de revolução (1817-1820)”, Danilo Araújo Marques recorda a imaginação de futuros possíveis presente na primeira experiência coletiva de uma utopia messiânica na história do Brasil e delineia o perfil da chamada “tradição da esperança” experimentada no país.

A pesquisadora Inaê Lopes dos Santos revisita a libertação brasileira em “A nação embranquecida e seu passado escravista: outras leituras do Brasil” para defender a tese de que a manutenção da instituição escravista no Brasil pós-independência e os acordos das elites políticas, que racializavam a sociedade no texto constitucional, ajudaram a desenhar os meios pelos quais o racismo continuaria atuante no país.

Em “Rebeldia, Negociação Desencanto: Negros na Independência na Bahia” o historiador João José Reis revisita um artigo de própria autoria, publicado na década de 1980, que discute o que se cunhou como “partido negro” no processo de independência da Bahia. Sua revisão traz novos dados, documentos, estudos e apresenta os resultados parciais de uma pesquisa ainda inédita sobre o tema.

A disputa de narrativas sobre a emancipação do Brasil fez emergir a trajetória de mulheres que participaram do processo em diversas cidades brasileiras no início do século XIX. Entre elas estão Bárbara de Alencar, Maria Felipa de Oliveira e a Imperatriz Leopoldina, retratadas aqui por Antonia Pellegrino, Cidinha da Silva e Virginia Starling, respectivamente. Em “Bárbara de Alencar e as raízes brasileiras da violência política de gênero”, Pellegrino estabelece uma relação entre a atuação pública de Bárbara (revolucionária do Crato — região do Cariri Cearense) e a violência política de gênero, analisando as raízes desse *modus operandi*, tão atual, mas que tem origem histórica em nosso país.

Cidinha da Silva analisa, no texto “200 anos de Independência e suas heroínas: Maria Felipa de Oliveira, uma mulher negra na luta pela independência na Bahia”, a trajetória desta personagem que viveu no Recôncavo baiano. Cidinha mostra como Maria Felipa, através de sua atuação, legou às mulheres negras das gerações posteriores a percepção de que os projetos de autonomia são possíveis e ofereceu um imaginário da liberdade, fornecendo elementos para forjar a própria noção de ancestralidade que inspira movimentos sociais atualmente.

A denominação “imperatriz deselegante”, historicamente utilizada para referir-se à Leopoldina, serve de ponto de partida para que Virginia Starling examine, em “As roupas não tão novas da imperatriz: diálogos entre moda e política na trajetória de dona Leopoldina”, as nuances na construção das narrativas em torno da personagem, revelando o pensamento político da Imperatriz, que merece reconhecimento.

O modo como a canção popular lidou, narrativamente, com o advento da nascente soberania nacional a partir do conceito de comunidades imaginadas é o tema do artigo “Decantando a independência: canção popular e história do Brasil”, no qual Bruno Viveiros utiliza dois eixos: o primeiro abrange as obras que representam a versão tradicional do marco histórico,

baseadas no papel centralizador do Imperador e no projeto de unificação política do Brasil; no segundo, aborda as obras que revelam outra visão dos fatos, valorizando, através do imaginário cultural brasileiro, a participação popular em eventos, fatos e ações capazes de alargar a compreensão das experiências sociais envolvidas na construção da brasilidade.

A edição prossegue com três artigos acerca de temas variados. Partido da premissa de que humor é coisa séria, a professora Ana Cristina Carmelino trata o fenômeno como objeto de investigação científica e apresenta as principais correntes teóricas e os gêneros humorísticos.

Quanto à influência das telenovelas no comportamento de consumo turístico de seus públicos, a pesquisadora de doutorado Larissa Fernandes Dutra procura explicar como as produções direcionam para determinados destinos turísticos. A professora Ana Paula Perrota arremata a seção com uma discussão acerca dos direitos dos animais, da luta antiespecista e das dimensões éticas da convivialidade multiespécie.

Nesta edição, duas contribuições dos egressos do Curso Sesc de Gestão Cultural estão disponíveis: “As dinâmicas do trabalho em rede em corredores culturais: estudo de caso da Paulista Cultural”, escrito por Beatriz Matuck, Camila Moura Gonzaga dos Santos e Carla Regina de Oliveira; e “Práticas instituintes entre a gestão cultural e a saúde mental”, de autoria de Tátila Colin Cavignato.

Seguindo o debate sobre o tema do dossiê, a professora Heloísa Starling é a entrevistada desta edição. O professor Tiaraju Pablo D’Andrea resenha o livro “O funk na batida: baile, rua e parlamento”, do pesquisador Danilo Cymrot, recém-publicado pelas Edições Sesc.

Preparados por ocasião do seminário, os poemas originais do grupo “Slam das Minas” foram feitos por meio de pesquisas sobre panfletos e jornais que circulavam há 200 anos, sobretudo nas regiões das revoltas contestatórias. O fechamento fica por conta do fotógrafo Simon Plestenjak, que produziu um ensaio composto por duas séries e pela imbricação e justaposição de fotos da Amazônia.

Com esta publicação, o Sesc procura apresentar outras abordagens sobre a independência do Brasil e estimular o olhar crítico sobre esse processo histórico. Os textos aqui presentes trazem-nos de volta ao surgimento do Estado-nação brasileiro e à conjuntura em que ocorreu a emancipação política, além das múltiplas direções e dos projetos que acompanharam esse momento, o qual ainda hoje se mostra inacabado.

Boa leitura!

Danilo Santos de Miranda
Diretor do Sesc São Paulo

DOSSIÊ
A OUTRA
INDEPENDÊNCIA

REDESCOBRINDO A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: APONTAMENTOS SOBRE UM PROCESSO COMPLEXO

Helio Franchini Neto¹

RESUMO

Neste texto, apresentamos os contornos gerais do grande cenário político de 1820–1825 no qual se desenvolveu a Independência do Brasil. Um processo muito mais complexo e complicado do que estivemos acostumados, por um tempo, a pensar. Uma peça com um cenário complexo, fundado em uma herança colonial marcada pela heterogeneidade e por uma nova realidade trazida pela chegada da família real e pela elevação a Reino Unido. Com a Revolução do Porto, em 1820, dá-se início a um conturbado processo, caótico, incerto e pouco consensuado, que resultou no Império do Brasil, cuja consolidação demandou muita negociação, promessas e uma verdadeira Guerra de Independência.

Palavras-chave: História. Independência do Brasil. Guerra de Independência. 1822.

ABSTRACT

This paper presents the general aspects of the broad political scene of 1820–1825, in which occurred Brazil's Independence. It was a much more complicated process than traditionally considered. It was a game with a complex scenario, based on a colonial inheritance marked by regional differences and by a new reality brought by the arrival of the Royal Family and the creation of the United Kingdom. With the Porto Revolution of 1820, began a tumultuous, chaotic, uncertain and nonconsensual process that resulted in the Empire of Brazil, whose consolidation required many negotiations, promises and a real war of Independence.

Keywords: History. Independence of Brazil. War of Independence. 1822.

INTRODUÇÃO

A Independência do Brasil foi um processo muito mais complexo e complicado do que estivemos acostumados, por um tempo, a pensar. É um

1 Diplomata, doutor em História pela Universidade de Brasília e mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Autor dos livros *Independência e Morte: política e guerra na emancipação do Brasil (1821–1823)* (Topbooks, 2019) e *Redescobrimos a Independência: uma história de conflitos e batalhas muito além do Sete de Setembro* (Benvirá, 2022). E-mail: franchinineto@yahoo.com.br.

processo muito pouco conhecido em todas as suas dimensões, que na verdade se estendem entre os anos 1820 e 1825. O Bicentenário da Independência é um momento de rememoração, mas também de descoberta, ou redescoberta, de um grande movimento que resultou na criação do Império do Brasil.

Normalmente, a imagem que temos é de um ato, o Sete de Setembro de 1822, quando D. Pedro separou o Brasil de Portugal. O Imperador teria livrado os brasileiros do jugo colonial, em um divórcio pacífico no qual todos se mantiveram unidos por patriotismo ou por interesses específicos de uma pequena elite.

Essa imagem é equivocada, como revela a historiografia recente sobre a Independência. Em primeiro lugar, como dito, foi um processo e não um ato. Uma sucessão de eventos, não necessariamente planejados ou desejados. E mais que um processo, um processo complexo. Havia menos homogeneidade do que nos parece hoje, quando olhamos o Brasil atual, com mais diferenças regionais. Os interesses e as culturas locais, além de diferentes ideias, particularmente entre o Norte e o Sul, eram fatores que alimentavam forças de dispersão, contrapondo-se a esforços, em 1822–1823, de aquisição pelo Império do anterior território que formava o Reino do Brasil.

Foi também um processo complicado, pois a política da época foi muito mais controversa, conflitiva. Ao contrário da imagem de uma Independência pacífica, o que se registrou na época foi uma base da colonização que já trazia conflitos potenciais, agravada pelas ideias e pelo contexto da Revolução Francesa, que também levou à transmigração da família real e a uma sensível alteração da realidade do que se tornou, em 1815, o Reino do Brasil. A Revolução do Porto levou a uma desestabilização desse novo equilíbrio, do Rio de Janeiro como capital, em si igualmente instável.

Iniciaram-se, então, diversos conflitos políticos que aos poucos foram convergindo para o movimento que resultou na Independência do Império do Brasil e na guerra. Guerra parecerá um termo exótico para tratar da criação do Brasil, mas, como se verá, é um ponto essencial para se compreender a formação do Império.

Redescobrir a Independência envolve, desse modo, reconstruir não uma imagem, como aquela do Grito do Ipiranga, mas recompor um movimento, como uma peça de teatro, com cenário, atos e atores, cuja narrativa não esgota todas as dimensões daqueles anos, mas nos permite iniciar uma compreensão melhor daquele período. No presente texto, apresentamos os contornos gerais desse grande cenário político de 1820–1825. A quem quiser explorar ainda mais os pormenores desse grande teatro, fica

o convite de conhecer o livro *Redescobrimdo a Independência: uma história de conflitos e batalhas muito além do Sete de Setembro* (FRANCHINI NETO, 2022).

O CENÁRIO: O REINO DO BRASIL ÀS VÉSPERAS DA INDEPENDÊNCIA

O cenário em que se passou o processo de criação do Império brasileiro não foi de um Brasil colônia de Portugal, habitado por “brasileiros” de norte a sul, unificado, homogêneo. A geografia, a cultura e a política eram muitos mais complexas e heterogêneas, ao que se somou a migração da família Real, em 1808. Esse era o cenário.

A herança colonial no início do século XIX

Geograficamente, o Brasil de 1820 era um vasto território mal ocupado por portugueses, índios e escravos, com comunicações internas difíceis e lentas. Havia um “Reino do Brasil”, composto por dezenove províncias (antes capitanias)², normalmente separadas entre o “Norte” (as atuais regiões do Norte e Nordeste) e o “Sul”, de Minas Gerais para baixo. O Pará incorporava praticamente toda a Amazônia, um vasto território que havia sido por séculos, até 1774, uma colônia separada.

Apesar do desenvolvimento de rotas internas e de alguma integração econômica, a distância era a marca dos núcleos de colonização espalhados pelo que hoje é o Brasil. O mar e os rios permaneciam vias privilegiadas de transporte. Do Norte, a navegação a vela para Portugal era rápida e segura, ao contrário do trajeto ao Rio de Janeiro. Esse dado é interessante, pois para algumas províncias, como o Maranhão e o Pará, Lisboa estava muito mais próxima do Rio de Janeiro. A geografia reforçava identidades políticas que teriam impactos importantes no processo de Independência.

Apesar de números imprecisos, entre 4 e 5 milhões de pessoas habitavam essas capitanias/províncias, em 1820³. Pela classificação atual de regiões, o Nordeste era, em 1819 e 1823 (respectivamente, com 1.703.111 e 2.050.218 habitantes), mais populoso do que o Sudeste (1.512.995 e 1.541.648). Essa população era parte “ao mesmo tempo multicultural e mestiça” (COSTA E SILVA, 2011, p. 57). Cerca de 57% eram moradores livres, com escravos em torno de 25%, mas distribuídos de forma desigual. Era um número relevante, que dava conta do problema dessa prática

2 Cisplatina (hoje Uruguai, incorporada em 1820), Rio Grande (atual Rio Grande do Sul), Santa Catarina, São Paulo (que incluía o que hoje é o Paraná), Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso, Goiás, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia e Pernambuco.

3 Para as fontes estatísticas da população da época, ver Franchini Neto (2019, cap. I).

macabra, que impactaria toda a história do Império. Eram poucos os grandes latifundiários com larga posse de terra e grandes tropas de escravos.

Mesmo entre o grupo majoritário de livres, as diferenças eram significativas. Não formavam um grupo coeso, não sendo homogêneos nem na origem, nem na posição que ocupavam na sociedade. A proporção desses diferentes componentes da sociedade não permite vislumbrar um Reino nem de classe média, nem cruamente dividido entre senhores e escravos.

Longe de constituírem unidades regionais de um mesmo país, as províncias eram marcadas pela heterogeneidade de vidas e vivências. Ainda prevalecia muito da realidade da colonização, com as regiões, na prática, vivendo de forma autônoma. O maior exemplo era Pernambuco, com uma história particular, calcada na mitologia da guerra contra os holandeses (1630–1654), que reforçava forte identidade local e busca por autonomia (MELLO, 2001, p. 31).

As diferenças regionais se refletiam particularmente na “identidade” daqueles povos, que ainda não era a “brasileira” que conhecemos. Prevalecia uma dupla camada, entre o local (pernambucano, paulista etc.), e o geral, a fidelidade ao rei, o ser português. Era a figura da Coroa que servia de unidade, dando uma relativa homogeneidade e proximidade a grupos que, sem esse elemento, tenderiam a gradualmente se distanciar socioculturalmente, em razão das dinâmicas regionais. O processo de centralização administrativa fez surgir, gradualmente, uma terceira identidade, a americana (JANCSÓ; PIMENTA, 2000). A dinâmica pós-Revolução do Porto, que veremos mais abaixo, foi possivelmente o momento-chave de reafirmação do processo de diferenciação entre “brasileiros” (que viviam ali, não necessariamente por nascimento) e “portugueses”. Possivelmente neste momento se inicia de fato a construção da identidade brasileira.

Economicamente, havia também marcas regionais, com o setor primário sendo o principal, predominando a agropecuária. Apesar da relevância do Rio de Janeiro, e do ciclo do ouro em Minas Gerais, na época da Independência, o Nordeste permanecia como a principal região de produção e exportação, especialmente Pernambuco e Bahia. As exportações tinham impacto direto nas receitas governamentais, razão de sua importância, mas a atividade da colônia não se resumia a isso. O mercado interno possuía uma dinâmica própria. Após a crise do ouro, registrou-se o desenvolvimento de outras economias, como o “ciclo do gado” ou culturas como o cacau (no Pará), algodão e arroz no Nordeste e Sul (CALDEIRA, 2017, p. 159).

Com esses elementos, o cenário do início da década de 1820 tendia a reforçar a relevância das províncias, particularmente do Norte. A localidade prevalecia, o que tendia a reforçar uma heterogeneidade de visões e

interesses. Havia um dado adicional, a relação paradoxal entre essas localidades e a Coroa portuguesa.

Particularmente ao longo do século XVIII, a Coroa procurou reforçar seu poder e sua presença nas colônias, centralizando a administração em busca de maior capacidade de controlar as regiões. Seguindo o espírito reformista da época, figuras como o Marquês de Pombal procuravam modernizar o Estado português e ampliar o controle sobre o Brasil. Essas ideias foram transmitidas às gerações seguintes, por exemplo com D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro de D. João VI, que se inspiravam no “reformismo ilustrado”, inclusive com visões favoráveis a reformas na colônia. Coutinho influenciou diretamente na “geração de 1790”, à qual pertencia José Bonifácio.

Esse conjunto de medidas enfrentava, no entanto, resistências nas localidades, que procuravam manter sua autonomia. Criava-se, então, uma tensão permanente entre grupos que mantinham forte fidelidade ao rei, mas que também tinham interesses próprios, muitas vezes contrapostos à Coroa, como visto, por exemplo, na própria Inconfidência Mineira. Essas formas de relacionamento com o governo central, ao mesmo tempo, eram distintas de região para região, não existindo um movimento de convergência dos grupos coloniais em torno de uma unidade de interesses que levasse a uma identidade.

Esse cenário nos leva a pensar em uma realidade alternativa, caso a família real não tivesse aportado no Rio de Janeiro, em 1808. A marca da heterogeneidade, os “Brasis” (unificados pela lealdade à Coroa), poderiam ter levado aos mesmos impasses e disputas intraelites vistos no contexto hispânico e resultado na criação de vários países no território que hoje é o Brasil. Mas algo distinto ocorreu.

A CHEGADA DA FAMÍLIA REAL E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA REALIDADE

Em 1807, Napoleão Bonaparte enviou um ultimato ao governo português: ou rompia com o Reino Unido, ou seria invadido. Na verdade, a invasão já havia sido decidida independentemente da posição de Portugal, que vivia um momento sensível de sua diplomacia⁴. Sofrendo pressões dos dois lados (também do lado britânico), a opção foi por uma retirada estratégica, cuja execução, nos dias finais, foi marcada pela confusão, criando uma equivocada imagem de fuga.

Passando por Salvador, D. João, ainda regente de sua mãe (a rainha Maria), decretou a abertura dos portos às nações amigas, rompendo o

4 Sobre o tema, ver Franchini Neto (2022).

antigo comércio exclusivo colonial, até chegar ao Rio de Janeiro. Os impactos da mudança da família real foram significativos, ainda que distintos de acordo com as capitanias. Após a transferência da corte, em 1807, o Rio de Janeiro transformou-se em capital do Império Português, com toda sua estrutura burocrática, diplomática (com a chegada das representações estrangeiras) e mesmo sociocultural, exemplificada pela missão de artistas franceses. A cidade tornou-se efetivamente uma capital de governo. Foram realizadas obras, instalados tribunais, academias militares, ministérios, todo o necessário para uma metrópole. Foram abertas novas oportunidades de acesso a cargos e negócios.

Houve, desse modo, efeitos diretos no território. No Centro-Sul, particularmente no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, a corte se “interiorizou”, ou seja, se enraizou e criou vínculos (SILVA DIAS, 2005). O status social de vários grupos foi elevado, transformando as relações econômicas, políticas e sociais. Havia um importante acesso ao poder.

Essa nova realidade foi simbolizada pela elevação, em 1815, da antiga colônia a “Reino do Brasil”, como parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Não se tratava de mera simbologia: o que antes eram colônias pouco vinculadas entre si e com a capital do vice-reino, agora eram parte de uma mesma unidade, um reino separado de Portugal, ligado a este pela soberania da Coroa, que os unificava. O Brasil foi de fato criado em 1815 e ali deixou de ser colônia de Portugal.

O “Norte” do novo reino, no entanto, vivenciou realidade distinta. Mais distante da corte, pouco se beneficiou da “interiorização da Metrópole”, além de resistir aos novos movimentos de centralização administrativa. A tradicional busca por autonomia, nesse contexto, provocou movimentos como a Revolução Liberal pernambucana de 1817. Mais importante, a manutenção da nova corte no Rio de Janeiro levou ao aumento dos impostos.

A presença da corte, desse modo, ampliava uma relação centro-capitanias que já era tradicionalmente sensível, particularmente em províncias fortes (Bahia, Pernambuco, Maranhão). Houve uma diferença de vivência histórica entre o Norte e o Sul do reino. Nesse quadro, os grupos do Norte, ademais dos partidários do liberalismo e do constitucionalismo, pareciam prontos para algum tipo de movimento de alteração da ordem política. Novas ideias circulavam e ganhavam aderentes por todo o reino, inclusive no Sul.

Em setores do Norte brasileiro, no entanto, havia uma repercussão maior, que redundou inclusive em uma rebelião em Pernambuco, em 1817 (duramente reprimida). Por todo o reino, mas especialmente no Norte

brasileiro, começou a se formar um clima propício para a mudança. Falta-va um detonador de algo novo, que veio de além-mar, a Revolução do Porto.

PRIMEIRO ATO: A REVOLUÇÃO DO PORTO (1820) E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO REINO

A Revolução do Porto eclodiu em 24 de agosto de 1820, preparada desde 1818 por diferentes grupos, que, insatisfeitos com o estado das coisas na porção europeia do Reino Unido, acumulavam várias reivindicações à Coroa portuguesa deslocada para o Brasil. O movimento contagiou Portugal rapidamente e estabeleceu, com sua chegada em Lisboa, em 1º de outubro de 1820, uma “Junta Provisional do Governo Supremo do Reino”.

Os revolucionários vintistas mostravam-se inicialmente moderados, distanciando-se do modelo da Revolução Francesa e procurando encontrar um equilíbrio entre mudança e tradições. Foram convocadas as Cortes, instituição antiga da monarquia, mas em um novo modelo, que pregava a legitimidade popular e a Constituição. Mantinha-se a monarquia e a religião. Em novembro de 1820, foi publicada a lei eleitoral, inspirada no modelo espanhol, com sufrágio universal e deputados eleitos a cada 30 mil habitantes. Após as eleições, Cortes Gerais e Constitucionais foram instaladas em 26 de janeiro de 1821.

Inicialmente pensadas para a porção europeia do Reino Unido, as Cortes portuguesas tiveram a singularidade de buscarem também a inclusão do Reino do Brasil no processo constitucional, com a eleição de deputados por cada província. Um bom sinal inicial de união, que não demoraria muito para mostrar suas contradições.

Consolidada em Portugal, a revolução de fato não demorou para se espalhar para as províncias brasileiras, particularmente no Norte, onde o “vintismo”, como ficou conhecido esse movimento constitucionalista, tornou-se atrativo para lidar com a centralização do Rio de Janeiro. A primeira adesão se deu no Pará, em 1º de janeiro de 1821, mas a notícia demorou a chegar.

As informações sobre a Revolução chegaram ao Rio de Janeiro em outubro de 1820. Havia preocupações anteriores com o estado político de Portugal, que experimentava uma realidade política heterodoxa, governado a distância (VARNHAGEN, 1957, p. 20). D. João VI e seus ministros realizaram uma série de debates sobre como reagir à revolução, prevalecendo a opção de aceitar a constituinte e tentar cooptá-la. Também foi debatida a ida a Portugal do rei ou do príncipe (opção não aceita por Leopoldina). Os conselheiros preocuparam-se especialmente com a reestruturação do

Estado português, e propuseram Cortes também no Rio de Janeiro, para evitar potenciais conflitos entre os dois lados do Atlântico.

A atitude dúbia do Rio de Janeiro chocou-se, ao final, com a chegada de notícias da adesão da Bahia à Revolução, em fevereiro de 1821. A corte até buscou antecipar-se em medidas, concedendo em fevereiro de 1821 as bases para a futura constituição e decidindo-se por enviar o príncipe D. Pedro a Lisboa. Apesar das medidas, o movimento revolucionário estourou em 26 de fevereiro de 1821, com a participação do próprio D. Pedro. D. João VI jurou a Constituição e indicou que partiria, apesar de ter tomado poucas medidas para tanto. Partiu apenas em abril, após um novo protesto, depois de ter passado treze anos na América. Deixava uma realidade transformada no Reino do Brasil, ao mesmo tempo que voltava para um Portugal diferente.

Se em princípio o constitucionalismo do movimento do Porto trazia novos ventos inspirados no liberalismo, no que tinham a adesão no Reino do Brasil, a realidade do movimento, surgido em um Reino de Portugal em crise, dirigido pelo distante Rio de Janeiro, era contraditória. Representava o espírito da época, mas trazia aspectos do passado. Mais do que tudo, projetava uma realidade anterior do Império Português, não mais harmônica com a realidade do Reino do Brasil, particularmente no Centro-Sul.

Com isso, a adesão e a fidelidade ao vintismo e às Cortes Constitucionais de Lisboa tiveram diferentes cores e intensidades nas províncias. O movimento foi muito atrativo para grupos liberais e constitucionalistas do Reino do Brasil, inclusive no Centro-Sul. No Norte, porém, houve maior adesão, dada a insatisfação com o Rio de Janeiro e a proximidade com a porção europeia do Reino Unido.

Contudo, mesmo no caso do Norte, o impacto do movimento trouxe problemas significativos, essenciais para se compreender o processo que resultou na Independência do Brasil. Com a proposta de reformar o sistema político, o vintismo em grande medida desfazia os laços de fidelidade e poder anteriores, centrados na monarquia, para criar um novo contrato social, que ainda seria construído. Entre o abandono da realidade anterior e a chegada da estrutura constitucional prometida, criava-se um vácuo perigoso, que abria as portas para a instabilidade e o conflito político.

Foi isso que, de fato, se passou em todas as regiões do Reino do Brasil. José Roberto de Arruda Machado (2006) chamou esse fenômeno de “quebra da mola real da sociedade”, a desestabilização política que criou vácuos de poder apenas gradualmente sanados pelas instruções das Cortes, gerando conflitos locais e regionais. Em cada província foram estabelecidas Juntas Governativas, levadas por interesses econômicos próximos de

Lisboa ou do Rio de Janeiro, ideias liberais, reações às Cortes ou a D. Pedro, disputas locais sobre a formação das Juntas Provisórias.

Particularmente nas províncias do Norte, observou-se uma dinâmica de apoio majoritário ao vintismo, porém matizado por disputas pelo poder local. Os perdedores dessas contendadas em muitos casos estiveram mais dispostos a se aproximar do Rio de Janeiro, contribuindo para o estabelecimento de núcleos de apoio a D. Pedro. No Sul, especialmente no Rio de Janeiro, houve ademais disputas intraelites sobre o tipo de projeto para o reino, marcando distinções importantes entre grupos políticos, como aqueles de Gonçalves Ledo e José Bonifácio.

Em segundo lugar, havia uma dificuldade inerente ao vintismo no tratamento da nova realidade portuguesa, que era a de um reino com duas capitais que disputavam a supremacia do poder. Entre Rio de Janeiro e Lisboa, portanto, desenvolveu-se o segundo eixo dos problemas estruturais do vintismo e das Cortes Constitucionais de Lisboa.

A ideia de “regeneração” era também elemento central do vintismo, essencialmente um projeto de recentralização política em Lisboa. Esta chocava-se diretamente com as pretensões do Rio de Janeiro como capital e com a noção de grupos como o de José Bonifácio de que não se poderia romper a noção de “igualdade” política entre os dois reinos. Enquanto o Rio de Janeiro e o Centro-Sul viviam plenamente a ideia de “Reino Unido”, Lisboa enxergava a reorganização do império pelas lentes da centralização.

Essa questão se tornou o ponto central da disputa, que acarretava, mais do que o aspecto político, dificuldades práticas na conciliação dos interesses de Lisboa, que buscava retomar seu caráter de metrópole exclusiva, e os do Rio de Janeiro, que pretendia manter o que havia construído na última década. Havia questões práticas de engenharia constitucional, em temas como tribunais ou representação do Poder Executivo, que opunham os partidários da centralização em Lisboa e aqueles que propugnavam a divisão do poder entre as duas capitais, opção esta apoiada pelo Rio de Janeiro.

Mais do que mera engenharia, no entanto, as disputas passaram a ganhar cores cada vez mais políticas: contra a “regeneração” vintista, surgiu no Rio de Janeiro a reação à “recolonização”. Antônio Penalves Rocha (2009) questiona se houve, de fato, uma ação recolonizadora. Não há dúvidas de que os vintistas procuravam reconcentrar o poder em Lisboa, mas é difícil comprovar uma efetiva recolonização. Ainda assim, o termo serviu como síntese da postura dos partidários do Rio de Janeiro.

Em resumo, ao longo do processo iniciado pela Revolução do Porto, em 1820, construíram-se duas dicotomias, que se cruzavam e se

influenciavam: de um lado, a disputa entre o Rio de Janeiro e Lisboa pelo poder central punha em choque a “regeneração” e a “recolonização”. De outro, os movimentos e conflitos por todo o território do reino brasileiro, a quebra da mola real da sociedade, motivava ações das duas capitais contra o que cada uma via como a origem da instabilidade política: à necessidade de lidar com a “rebelião”, como era vista por Lisboa a ação de províncias como Pernambuco e São Paulo, contrapunha-se o risco, visto pelo Rio de Janeiro, da “anarquia”, do desgoverno (incluindo, aqui, o temor às rebeliões escavas), a exemplo do que se passava na América hispânica.

Foi nesse contexto político que se moveram as peças do jogo político. A partir da criação de um núcleo político em torno do Rio de Janeiro (como veremos abaixo), iniciou-se uma longa disputa com Lisboa, que gradualmente se exacerbou até a ruptura do 7 de setembro de 1822. Um processo complexo, mas que conta apenas metade da história. A outra metade envolvia as diferentes visões, interesses e movimentos nas províncias, que aos poucos foram sendo contaminadas pela disputa central, ao mesmo tempo que, particularmente no caso da Bahia, alimentavam o próprio conflito entre Rio de Janeiro e Lisboa.

SEGUNDO ATO: O “GRITO” ESCUTADO NO IPIRANGA, MAS IGNORADO EM OUTRAS PARTES

No final de 1821, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves estava em polvorosa. As províncias ainda se adaptavam ao contexto criado pela Revolução do Porto, em meio à agitação política local relacionada à nova realidade que se desenvolvia em Lisboa, nas Cortes Constitucionais. Estas gradualmente buscavam reforçar seu poder, o que no caso do Reino do Brasil significava diminuir, ou mesmo eliminar, a estrutura do Rio de Janeiro como capital de governo, a qual havia sido mantida pela designação de D. Pedro como regente, com poderes significativos e uma estrutura ministerial. Em algumas das províncias do Norte, havia forte apoio às ações das Cortes, ao passo que províncias importantes como Pernambuco e na Bahia ainda não haviam logrado assentar um novo sistema político, vivendo em grande instabilidade e princípios de guerra civil.

O caminho para a Independência

Vimos na seção anterior que o núcleo central da disputa que levou à Independência foi o conflito entre Rio de Janeiro e Lisboa. Em 1821, no entanto, essa conformação estava longe de ser uma realidade. D. Pedro não era uma figura unânime, não tinha um plano pré-estabelecido de Independência, nem teve apoio geral das províncias. Segundo Cochrane (2003,

p. 34), em 1821, ele não era mais do que o “Governador do Rio de Janeiro”, com dificuldades financeiras e contestações a sua autoridade.

D. Pedro, de fato, mostrara-se um administrador titubeante ao longo de 1821. Na verdade, a atitude do príncipe era contraditória. Pressionado, mostrava-se fiel aos partidários do vintismo, ainda que tivesse conhecimento de que havia outras tendências, particularmente partidos que buscavam defender a manutenção do Rio de Janeiro com capital.

Para estes, o regente era uma figura de atração, simbólica como herdeiro da Coroa e da legitimidade do Reino, inclusive na Europa da Santa Aliança (LIMA, 1997, p. 38). Eram grupos heterogêneos, que terminaram elaborando diferentes projetos para o Reino Unido, inclusive o de Bonifácio. Outros projetos transitavam pela maçonaria, pelos círculos restritos da sociedade e pela própria imprensa, que começava a dar seus primeiros passos. Houve, de fato, várias iniciativas de tentar ganhar o príncipe, que claramente resistiu a essas aproximações.

A decisão final veio de um evento externo: em setembro de 1821, as Cortes aprovaram Decretos sobre a gestão do Executivo no Brasil, em prejuízo do Rio de Janeiro, e ordenaram a retirada do príncipe para a Europa. Para os grupos no Rio de Janeiro, a notícia era trágica, inclusive em matérias práticas, como a perda de empregos em tribunais que seriam fechados. A notícia dos decretos chegou ao Rio de Janeiro em 9 de dezembro de 1821, colocando a capital em ebulição.

A primeira reação D. Pedro não foi de revolta, tendo ordenado a publicação dos documentos e a preparação de sua partida. Para o diplomata francês que se encontrava na capital, no entanto, o príncipe regente era apenas em aparência reticente, muito influenciado pela princesa Leopoldina. Tentava medir os apoios que teria, e, de fato, surgiam intensas mobilizações no Rio de Janeiro contra as medidas, ao mesmo tempo que representações de São Paulo e Minas Gerais chegavam em apoio à permanência do Príncipe.

Confirmado o apoio regional, o príncipe regente decidiu, em 9 de janeiro de 1822, “ficar”. Dois dias após o “Dia do Fico”, ocorreu uma sublevação liderada pelo General Avillez, supostamente para forçar o cumprimento das ordens de Lisboa. Foi uma reação militar que não deu certo e terminou por reforçar a posição de D. Pedro.

Com o “Fico” consolidou-se um centro político no Rio de Janeiro, que passaria a se contrapor às Cortes. O evento também marcou a aliança entre diferentes grupos de interesse, dentre os quais acabou prevalecendo, sem ser unânime, o projeto de José Bonifácio. Esse projeto orientaria, a

partir de então, a ação política da capital carioca. Bonifácio tinha um projeto de “Independência moderada”, ou seja, de desvincular-se do Reino de Portugal, mas manter-se sob a soberania do rei português. Uma continuidade, em outras palavras, da ideia de “Reino Unido”.

Deu-se início, então, à mencionada dinâmica conflitiva entre Rio de Janeiro e Lisboa pela reestruturação do poder constitucional, a qual agravou-se de tal modo que a disputa política transformou-se em confrontação aberta e em guerra.

Entre fevereiro e julho de 1822 tem-se o momento central da disputa, lembrando que as informações demoravam a chegar, transportadas por navio. Foi quase uma luta no escuro. Essa evolução incluiu medidas como o estabelecimento do Conselho de Procuradores, em fevereiro de 1822, o Decreto do “Cumpra-se” (obrigatoriedade da chancela do regente para aplicar leis no Reino do Brasil) e a proclamação de D. Pedro como “Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil”, ambos em maio. Eram ainda medidas limitadas, que reforçavam o papel do Rio de Janeiro como centro de poder do Reino do Brasil. O Conselho de Procuradores era exclusivamente consultivo.

Em junho, no entanto, a disputa chegou ao ponto de quebra e levou à convocação de uma constituinte brasileira. A medida não era ideia nova (D. João VI, em carta de 18 de fevereiro de 1821, havia convocado uma Constituinte brasileira), mas marcava uma ruptura definitiva com as Cortes, mesmo que ainda sem romper com D. João VI. Era o ápice do projeto de “Independência moderada”.

No mesmo período, houve também a decisão de entrar abertamente em conflito com as Cortes de Lisboa. Em 14 de julho, partiu a esquadra que levava tropas e suprimentos para a Bahia, liderada por Pierre Labatut, que chefiaria um exército nacional (ver próxima seção). O Rio de Janeiro optou, em outras palavras, pela guerra, e essa opção foi diretamente influenciada pelos eventos na Bahia, os quais, por sua vez, tiveram impactos diretos na decisão pela independência. Foi nesse clima que chegaram ao Rio de Janeiro, em 27 de julho de 1822, correspondências pelas quais se soube de novos reforços ao general Madeira, que comandava na Bahia as tropas pró-Lisboa. D. Pedro emitiu, em 1º de agosto de 1822, um decreto em que “declara inimigas as tropas mandadas de Portugal”. Em todo esse momento do processo que resultou na Independência, desse modo, houve medidas militares.

Em meio a essa efervescência, D. Pedro partiu para São Paulo, em 14 de agosto de 1822, para lidar com problemas locais que poderiam redundar em uma insurreição. Passados mais alguns dias, em 28 de agosto de

1822, chegaram novas ordens das Cortes, que incluíam acusações diretas contra o regente e novas notícias sobre o reforço de tropas na Bahia. Realizou-se, então, uma sessão do Conselho de Procuradores, em 2 de setembro, presidida pela princesa Leopoldina, mas não existe, nas atas do Conselho, qualquer menção a uma declaração de independência (BRASIL, 1973, p. 52). Foram então despachadas cartas ao regente que, alcançado em 7 de setembro de 1822, às margens do rio Ipiranga, declarou a completa Independência.

D. Pedro assumiu efetivamente o Império apenas em 12 de outubro, sendo coroado imperador em dezembro de 1822. Os efeitos do Sete de Setembro eram, no entanto, limitados, essencialmente pelo fato de que o poder do novo Imperador, em 1822, não ia muito além do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande e, em parte, Pernambuco. A situação nas demais províncias era bem mais complicada.

As províncias entre Lisboa e Rio de Janeiro

Se bem o Rio de Janeiro estivesse relativamente seguro nas mãos de D. Pedro ao longo de 1822, a efetiva adesão ou incorporação das demais províncias ao Império dependeria de muita negociação, promessas (que, descumpridas, alimentariam novos conflitos, como a Confederação do Equador, em 1824) e, ao fim e ao cabo, da ação militar.

Já conflagradas por conflitos e combates de caráter local, aos poucos as províncias tiveram que tomar um partido: uma parte optou pelo Rio de Janeiro, ao passo que outra se manteve fiel a Lisboa (especialmente Maranhão e Pará). Em muitas outras, houve disputas intensas entre as diversas tendências, que resultaram em conflitos que, aos poucos, foram sendo englobados pelas disputas maiores, no que podemos classificar como a Guerra de Independência do Brasil, como veremos abaixo.

Desde que decidiu “ficar” e constituir um polo político no Rio de Janeiro, o regente foi obrigado a se envolver nos negócios provinciais, realizando para tanto as conhecidas visitas a Minas Gerais (março–abril de 1822) e São Paulo. Logrou manter o apoio destas, ademais do próprio Rio de Janeiro e do Rio Grande. Afora esse núcleo inicial, intitulado na época “Províncias Colligadas”, todas as demais estavam ou engolfadas em problemas internos, ou em princípios de guerra civil.

O maior exemplo dessa complexidade foi Pernambuco. Província rica e situada em posição estratégica, era tradicional palco de movimentações políticas com tendências políticas muito heterogêneas, com destaque para o nativismo e a busca por autonomia local. Quando da eclosão da Revolução do Porto, Pernambuco era governada pelo General Luiz do Rego, no

poder desde 1817. O governador tentou, inicialmente, liderar a causa vintista, mas deixou o poder no final de 1821 após uma revolta liderada pela cidade de Goyana, que incluiu ações militares contra o Recife.

A nova Junta Governativa era composta por comerciantes e representantes do Recife, deixando fora do poder os proprietários rurais e outros setores urbanos, os quais, com essa medida, poderiam ser atraídos pelo Rio de Janeiro (MELLO, 2014, p. 71). O governo era liderado por um antigo revolucionário de 1817, Gervásio Pires, cuja gestão refletiu o momento político da época: ao mesmo tempo que criticava medidas das Cortes, reagiu negativamente à convocação da constituinte. Manteve-se ambíguo no processo, sendo seu principal interesse a busca por autonomia para a província.

Ao final, houve um processo de aproximação com o Rio de Janeiro, em contraposição ao grupo de Gervásio, fundado em promessas de autonomia provincial. Após uma primeira tentativa infrutífera de alguns partidários de D. Pedro em avançar a causa do Rio de Janeiro, em junho, o grupo de Gervásio perdeu força. A efetiva adesão ao Rio de Janeiro foi alcançada apenas em agosto e confirmada em 8 de dezembro. O apoio pernambucano era, fundamentalmente, precário e condicionado, mantendo-se vivas tendências pró-Lisboa ou anti-Rio de Janeiro, republicanos e, principalmente, entre centralistas e autonomistas.

Havia, assim, indecisão e conflito nas províncias. Em algumas delas, como no Ceará, houve gradual convergência para o Rio de Janeiro, particularmente no que diz respeito às promessas de autonomia regional⁵. No Pará e no Maranhão, no entanto, o partido das Cortes era muito mais forte e lutaria contra os apoiadores do Rio de Janeiro, a Cisplatina, ao sul, veria um conflito essencialmente entre as tropas, que se dividiram entre as duas capitais. O caso da Bahia, por fim, foi particular, dado que houve a mesma dinâmica conflitiva observada nas outras províncias, porém mais intensa, transformando-se em uma guerra civil. A posição estratégica de Salvador e da Bahia, no entanto, tornava a disputa estratégica, razão pela qual o conflito aos poucos se tornou uma contenda “nacional” entre Lisboa e Rio de Janeiro.

Em resumo, das dezoito províncias do Reino do Brasil à época da Independência, apenas quatro apoiaram D. Pedro de maneira imediata, ainda no início de 1822, enquanto duas, Maranhão e Pará, se mantiveram oficialmente do lado das Cortes durante todo o período, apesar dos conflitos internos. As demais províncias, enfrentando disputas políticas internas,

5 Para pormenores de cada caso provincial, ver Franchini Neto (2022).

foram aos poucos favorecendo o Rio de Janeiro, por interesse ou por pressão, sendo que, em fins de 1822, o novo imperador não contava com apoio firme de mais do que oito províncias.

Terceiro Ato: guerra e a construção do corpo do Império

Entre conflitos locais, regionais e a fragilidade da postura de D. Pedro como imperador do Brasil, o objetivo de conquistar todas as províncias do anterior reino brasileiro para o novo império demandava esforços significativos de convencimento, promessas, ameaças e, em última instância de uso da força. É o momento de falar, então, da Guerra de Independência do Brasil. Ao contrário da imagem tradicional de uma independência pacífica, houve uma guerra de fato e de direito, com declarações inequívocas dos dois lados sobre o estado de beligerância.

As operações militares foram, principalmente, um instrumento para a construção territorial do novo império, que se pretendia sucessor do Reino do Brasil. Somadas as médias das avaliações de tropas mobilizadas, pelos dois lados, em diferentes regiões, tem-se que a guerra envolveu pelo menos 60 mil militares, em 1822–1823⁶.

D. Pedro conseguiu mobilizar entre 30 e 40 mil homens, se contarmos, além das operações nos três teatros, episódios como o de janeiro de 1822, no Rio de Janeiro. Lisboa, de sua parte, teve a seu favor cerca de 20 mil homens, parte significativa dos quais enviada da Europa, principalmente para a Bahia. Não era uma mobilização desprezível, que terminou, no entanto, limitada e influenciada por ameaças no próprio continente europeu, com a invasão francesa da Espanha, no primeiro semestre de 1823. O conflito franco-espanhol posteriormente estimulou a Vilafrancada, contragolpe que encerrou o vintismo, em 1823.

Os números sobre baixas da guerra são imprecisos. Com base em cifras sobre mortes variando entre 2 e 3 mil na Bahia, 500 e 1 mil no Piauí-Ceará-Maranhão, 100 na Cisplatina e 1 mil no Pará, chega-se a algo em torno de 3 a 5 mil mortos. No caso das baixas, que incluem feridos e prisioneiros, esse valor poderia ser maior.

Praticamente todas as províncias participaram das operações militares. As forças dos dois lados sofreram dificuldades de abastecimento, de organização e de mobilização de tropas. Os dois lados cometeram atrocidades, os dois participaram em destruições. E os dois lutaram duramente, em grandes batalhas ou nas escaramuças diárias. Ao final, o resultado da Guerra de Independência e a construção da unidade do Império

6 O detalhamento desses números pode ser encontrado em Franchini Neto (2019, 2022).

deveu-se, principalmente, à condução dessas operações militares, que se concentraram, essencialmente, em três teatros de operações: Bahia, Norte e Cisplatina.

A guerra no eixo estratégico do Brasil: a Bahia

A Bahia foi o principal teatro da disputa entre Lisboa e Rio de Janeiro. A guerra começou como um conflito local, no contexto de disputas entre grupos políticos que, em sua maioria, apoiaram inicialmente a adesão à Revolução do Porto, liderada por Manoel Pedro, militar nascido na América. Aos poucos, no entanto, tanto Lisboa quanto o Rio de Janeiro passaram a influir diretamente no conflito, tornando-se uma disputa direta entre as duas capitais por um território que poderia influenciar toda a região.

A fase local esteve ligada diretamente ao vintismo e à relação com Lisboa. A implantação do movimento foi amplamente apoiada, apesar de alguns núcleos de resistência que não necessariamente representavam apoio ao Rio de Janeiro, mas tradicional apoio à Coroa. Como em outras províncias, o que se viu a partir da adesão ao vintismo foi um movimento descoordenado, sem instruções precisas, que abriu as portas para conflitos locais em torno das eleições.

Gradualmente, à medida que as Cortes iam buscando reforçar os alicerces do movimento, surgiam descontentamentos com as decisões de Lisboa, mobilizando grupos opositores e intensificando os conflitos. Política e economicamente, moldava-se uma incompatibilidade entre o interior baiano, com a cidade de Cachoeira como o principal ponto de convergência da produção agrícola, e o comércio de Salvador, o “partido da Praia” (ARAÚJO, 2010). Ao longo de 1821 e do início de 1822, essas diferentes visões foram se afunilando não em partidos propriamente ditos, mas em pelo menos três tendências: uma primeira pró-Lisboa, uma intermediária, pela manutenção do Reino Unido, e uma chamada “democrata”, minoritária, que promovia a ideia de “governos provinciais independentes” (CARVALHO; BASTOS; BASILE, 2012, p. 13)⁷. Essa situação foi agravada pela chegada de novas tropas da Europa, solicitadas pela Junta Baiana, que reforçavam os corpos militares pró-Lisboa e aumentavam o risco do conflito.

Até o início de 1822, as diferenças políticas e disputas por poder foram mantidas dentro de um limite aceitável. Em fevereiro daquele ano, no entanto, o conflito que vinha sendo gestado explodiu a partir de uma disputa entre vintistas. Manoel Pedro, anteriormente líder da adesão ao vintismo,

⁷ A mesma avaliação dos “três partidos” foi apresentada pelo próprio general Madeira (OFÍCIO..., 26 fev. 1822, p. 6).

foi substituído na liderança das forças militares (chamado “Governador das Armas”) pelo coronel (promovido a brigadeiro) Madeira.

Essa decisão, pela qual as Cortes procuravam reforçar seu poder diretamente junto às províncias, levou ao início de uma guerra civil em 18 de fevereiro de 1822, entre os partidários de Manoel Pedro (que aos poucos convergiriam para uma posição pró-D. Pedro) e os apoiadores das Cortes e de Madeira. Os combates ocorreram próximos a unidades militares na cidade de Salvador, incluindo um ataque contra o quartel na Mouraria, no qual ocorreu a invasão do Convento da Lapa e o assassinato de Sórora Joana Angélica. Madeira venceu o confronto, e as forças de Manoel Pedro, junto com muitos civis, fugiram para o interior.

A partir desse momento, houve uma gradual separação de forças, com Madeira buscando se fortalecer em Salvador, vivendo entre apoios firmes de alguns grupos e resistências de outros (a Câmara de Salvador chegou mesmo a indicar, em junho de 1822, que poderia pronunciar-se a favor de D. Pedro), e a oposição que se concentrou na cidade de Cachoeira, onde foi decidida, em 25 de junho, a aliança com D. Pedro, quem, como visto anteriormente, iniciou o envio de insumos e tropas a partir de julho de 1822.

A guerra, ainda essencialmente local, espalhou-se pela província, mas foi gradualmente se concentrando em duas áreas principais: o caminho a Salvador e a Baía de todos os Santos. Ainda que limitadas, as forças de Cachoeira lograram bloquear a capital baiana, que passaria a ser suprida principalmente pelo mar. Os combates tornaram-se constantes e seriam, na sequência, ampliados, pela decisão de Lisboa e Rio de Janeiro de jogar ali a partida militar principal da disputa.

Lisboa desde o início entendeu que a preservação da Bahia era chave e passou a enviar tropas para o local, particularmente após os combates de fevereiro de 1822. Duas levadas foram importantes, entre agosto e outubro de 1822, chegando a contar, em dezembro, com 8.621 soldados, sem incluir a Marinha (PORTUGAL, 1823, p. 41). O Rio de Janeiro, paralelamente, nomeou o general Pierre Labatut para liderar o “Exército Pacificador”, uma escolha feita diretamente por Bonifácio, a fim de reforçar o controle do Rio de Janeiro sobre os líderes locais.

Labatut partiu para a Bahia em 14 de julho, em esquadra comandada por Rodrigo de Lamare. Após evitar um confronto com a esquadra de Madeira, aportou em Maceió, passou por Sergipe e chegou ao Recife, onde, apesar de ter sido “mal-recebido”, logrou o apoio militar pernambucano (cerca de 700 soldados e 200 soldados da Paraíba). Labatut partiu então para a Bahia, atingindo o Engenho Novo, na estrada das Boiadas, em 28 de outubro.

Poucos dias depois da chegada de Labatut, Madeira passou à ofensiva, na batalha do Pirajá, um ataque de centro e flanco em um ponto próximo ao Engenho Novo, em 8 de novembro de 1822. A batalha foi intensa e ganhou ares de lenda, mas sem resultado definitivo. Fortaleceu o moral e o recrutamento da tropa pró-D. Pedro, com elementos principalmente da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, mas também de Minas Gerais, Espírito Santo, Alagoas, Ceará e Sergipe.

Os combates continuaram intensos após a batalha e, ao final de 1822, as forças dos dois lados chegavam a cerca de 10 mil soldados cada, mais contingentes da Marinha⁸. Apesar do insucesso no Pirajá, Madeira manteve-se na ofensiva, seja na linha sobre Salvador, seja na Baía de todos os Santos. Aos poucos os ventos viraram em vantagem para as forças de D. Pedro, que passaram ao ataque.

A guerra em pouco se tornaria mais estática, com um cerco que não logrou a rendição de Salvador. A situação política dos dois lados deteriorou-se e, em fevereiro de 1823, apoiado por Lisboa, Madeira declarou Salvador praça de guerra sitiada, concentrando o poder, mas com perda de apoio político — mesmo com a chegada de novos reforços, em 31 de março. Do lado brasileiro, intensificou-se uma disputa entre Labatut e os grupos político-militares locais, crise que terminou com a prisão do general. Uma ação rápida permitiu a nomeação de José Joaquim de Lima e Silva (comandante do “Batalhão do Imperador”, enviado pelo Rio de Janeiro), que assumiu em 27 de maio. O novo comandante manteve plano de Labatut, mas tampouco logrou uma ruptura do cerco.

O impasse foi, finalmente, resolvido pela Marinha. Após meses de preparação, havia ficado pronta uma nova esquadra, com a compra de navios e de material, recrutamento de oficiais e, principalmente, de um comandante. Este era o Almirante Thomas Cochrane, cuja escolha seguia a mesma lógica da seleção de Labatut. Cochrane chegou ao Rio de Janeiro em 13 de março de 1823 e partiu para a Bahia poucos dias depois, com aproximadamente 2 mil marinheiros e 280 peças de artilharia.

A Bahia foi avistada em 1º de maio. Em 4 de maio de 1823, encontraram-se as duas esquadras. Cochrane tentou repetir uma manobra que havia realizado quando das operações no Peru, a qual poderia ter resultado em uma vitória contra treze embarcações portuguesas, mas perdeu o efeito tático pela recusa de marinheiros em atacar seus conterrâneos. Suspendeu, então, a ação e se retirou (PAIXÃO E DORES, 1938, p. 204).

8 Sobre os números de mobilizados, ver Franchini Neto (2019, 2022).

Houve, uma mudança de estratégia, tendo Cochrane estabelecido a base de operações no Morro de São Paulo.

Se bem a esquadra portuguesa ainda fosse forte, mostrou-se pouco agressiva ante a nova estratégia da esquadra imperial. A situação dos partidários de Lisboa de fato chegou a seu ponto mais grave no início de junho. Cochrane, segundo seu próprio relato, decidiu aproveitar esse momento e, em 12 de junho, realizou uma patrulha noturna dentro do porto de Salvador. Disfarçado de embarcação inglesa, passou por toda a frota militar portuguesa, regressando sem grandes problemas. A ação teria provocado grande terror no inimigo.

Cercado por terra e mar, não restou outra solução a Madeira, apesar de seus esforços para não se render aos ultimatos brasileiros. Realizou, então, a retirada em 2 de julho de 1823, com quase noventa navios que transportavam tropas e população. A ocupação de Salvador concluía a guerra na Bahia, que durara mais de um ano, com significativas perdas humanas. O cálculo efetivo das baixas é difícil, mas algumas aproximações indicam algo entre 2 e 3 mil mortos, dos quais 1 mil por doenças, e número proporcional de feridos, prisioneiros etc.

O rescaldo do conflito, ao final, não trouxe tranquilidade política. Haveria, na tropa, agitações constantes até 1825. Também voltaram à tona as disputas de poder locais relacionadas, somadas a ressentimentos e conflitos causados pela guerra. A consolidação política do processo da Independência ainda demandaria tempo.

A guerra no Norte: Ceará, Piauí, Maranhão e Pará no conflito pela metade do Brasil

O cenário militar norte envolveu diretamente cinco províncias: Ceará, Piauí, Pernambuco, Maranhão e Pará. O ponto central dessa dinâmica foi o embate entre grupos pró-Rio de Janeiro e pró-Lisboa, iniciada em fins de 1822, com o aparecimento gradual de D. Pedro, influenciados pelo que se passava em Pernambuco e na Bahia, em uma região essencialmente vintista. O conflito iniciou-se no Piauí, misturando questões internas da província com influências regionais, espalhando-se para o Ceará, Maranhão e Pará.

A Revolução do Porto não apenas teve adesão na região Norte, como desenvolveu vínculos de fidelidade importantes, a ponto de os representantes do Pará e do Maranhão nas Cortes Constitucionais de Lisboa defenderem visões que eram fortemente opostas àquelas do Rio de Janeiro. As duas províncias viviam realidade política, econômica e social própria, reforçando laços de solidariedade regional com Lisboa. O Pará foi a primeira província a aderir ao Porto, em 1º de janeiro de 1821.

Nesse contexto, as Juntas maranhense e paraense se mostraram dispostas a lutar diretamente contra grupos pró-Rio de Janeiro, que começaram a aparecer no final de 1822, principalmente no Ceará e no Piauí. A essa influência externa somou-se a intensificação de disputas entre poderes locais sobre o poder provincial, as quais abriram espaço para que parte dos grupos políticos originalmente vintistas, particularmente os perdedores das eleições locais, se aproximassem do Rio de Janeiro.

No final de 1822, com o Império já declarado, a guerra estourou no Piauí. Lisboa desde o início havia se preocupado com a província, designando o sargento-mor João José da Cunha Fidié como governador das armas. Fidié chegou a Oeiras em 8 de agosto de 1822 e encontrou uma situação política degradada. As decisões de D. Pedro, como a convocação da constituinte, ainda eram rejeitadas em Oeiras, mas em outras localidades a causa do Rio de Janeiro passou a encontrar, ao final de 1822, ambiente mais favorável. Foi exatamente nesse contexto que, após o recebimento de notícias do Ceará, a Câmara da cidade de Parnaíba, ao norte da província, emitiu, em 19 de outubro de 1822, apoio à regência de D. Pedro, apesar de ainda advogar a união com Portugal.

Essa decisão pôs a máquina do conflito político em marcha. A primeira reação contrária se deu na própria vila, quando grupos vintistas recorreram ao apoio do Maranhão. A Junta maranhense enviou o brigue *Infante Dom Miguel*, que chegou a Parnaíba antes de Fidié, em 10 de dezembro, provocando a fuga dos partidários do Rio de Janeiro. Paralelamente, Fidié mobilizou a tropa e, em 14 de novembro de 1822, partiu em marcha de 660 quilômetros, com aproximadamente 1.500 homens (CONDE, 2006, p. 20). Atingiu Parnaíba em 18 de dezembro, entrando na cidade sem resistências.

Em 24 de janeiro de 1823, no entanto, ocorreu um levante pró-D. Pedro em Oeiras, sob a liderança do brigadeiro Silva Martins (que havia perdido uma eleição anterior). Os efeitos do levante foram, sem dúvida, mais intensos do que aqueles de Parnaíba. Fidié decidiu voltar à capital, para sufocar o movimento. Reuniu seus 1.500 homens e partiu em 1º de março de 1823.

O problema foi que o movimento de regresso de Fidié coincidiu com o gradual retorno, a partir do Ceará, de grupos que haviam fugido de Parnaíba, agora armados. Ambos os lados terminaram convergindo para a cidade de Campo Maior. Um primeiro combate, pequeno, ocorreu em 10 de março, às margens da lagoa Jacaré, próxima à cidade de Piracuruca.

Fidié instalou-se, na sequência, a 10 km de Campo Maior, em 12 de março. Com a notícia dessa movimentação, os independentistas mobilizaram

cerca de 3 mil homens para enfrentá-lo. Em 13 de março de 1823, as forças pró-Rio de Janeiro marcharam até o rio Jenipapo, que estava seco. Deu-se início, então, à batalha do Jenipapo, que durou mais de cinco horas e foi interrompida com a debandada das forças brasileiras. As baixas foram de 80 e 400 mortos, um número não especificado de feridos e 542 prisioneiros capturados por Fidié⁹.

Mesmo vitorioso, Fidié consumiu a maior parte dos seus insumos, tornando difícil o caminho a Oeiras¹⁰. Optou, então, por dirigir-se ao Estanhado, às margens do rio Parnaíba, onde recebeu ofício da Junta de Caxias (Maranhão) solicitando que fosse para aquela cidade, dada a agitação política local. Fidié decidiu partir para Oeiras (registrando dois combates no caminho, em 10 e 17 de abril), onde chegou em 17 de abril de 1823, acompanhado por 700 soldados.

Iniciou-se, então, a segunda fase da guerra, agora no Maranhão, com as forças pró-Rio de Janeiro reforçadas pelos plenos poderes conferidos por D. Pedro, em 16 de abril de 1823, que transformavam a contenda em um tema “nacional”. Do lado contrário, havia tropas europeias, piauienses, maranhenses e paraenses ainda fiéis a Lisboa. Fidié tentou, no início, ser proativo e marchou, em 21 de abril, sobre São José dos Matões, sem sucesso. Após esse combate, optou por estratégia defensiva, concentrada em Caxias.

As forças pró-D. Pedro realizaram então invasões sucessivas pelo rio Parnaíba, que se desdobraram em três movimentos. O primeiro, feito em várias linhas, cercou Caxias. O segundo, de menor monta, mas estratégico, resultou na ruptura das comunicações entre Caxias e São Luís, após a captura da cidade de Itapecuru-Mirim. O terceiro foi limitado, ao norte, com a captura de Carnaubeiras, vila maranhense próxima a Parnaíba (NEVES, 2006, p. 228).

Foi um movimento desorganizado, com casos notórios de problemas de disciplina. Os partidários de D. Pedro foram crescendo em número, chegando a algo em torno de 5 a 10 mil, incluindo o reforço cearense. Apesar das dificuldades, Caxias foi completamente cercada em 19 de junho, passando a sofrer, nos dois meses seguintes, com escaramuças constantes, tensões e ansiedades típicas do sítio. O período mais intenso do conflito ocorreu em julho, quando a situação se tornou insustentável. Iniciaram-se então as negociações, aceitas pela Câmara de Caxias, mas rechaçadas por Fidié. Em 1º de agosto, as forças independentistas entraram em Caxias e prenderam Fidié.

9 Para um relato mais detalhado da batalha e das fontes consultadas, ver Franchini Neto (2019).

10 Há, neste caso, uma lenda de que, no calor da batalha do Jenipapo, a bagagem das tropas de Fidié teria sido roubada. Não existem, porém, documentos que comprovem essa versão.

Na passagem de junho para julho de 1823, desse modo, a Junta maranhense encontrava-se isolada, contando apenas com o apoio de vilas próximas e da via marítima. A situação foi agravada com a notícia, em meados de julho de 1823, do golpe da Vilafrancada, quando D. João VI fechou as Cortes Constitucionais e retomou o poder absoluto. Surgiram, nesse contexto, disputas entre autoridades maranhenses, resolvidas com mais um fator militar: já nos mares próximos de São Luís, após a batalha na Bahia, o almirante Cochrane enviou um ultimato à Junta, que não teve outra opção senão oficializar a “adesão” ao Império, em 28 de julho de 1823.

Situação semelhante se passou, finalmente, no Pará. Em princípios de 1823, após quase dois anos de relativa estabilidade, a atuação de partidários da Independência se incrementou. A situação política levou a novas eleições municipais, em fevereiro de 1823, com todos os eleitos favoráveis ou simpáticos à emancipação. Em reação, houve, em 1º de março, revolta militar, que restabeleceu a antiga Câmara Municipal.

Se bem o golpe garantia o poder provincial, seu resultado provocou uma revolta dos partidários da Independência. Houve uma tentativa de golpe, em 13 de abril de 1823, e subsequentes combates na Ilha de Marajó, em maio. Apesar desses sucessos militares, a causa da Junta de Belém se enfraquecia. Em julho, chegou pelo navio *Palhaço* a notícia da Vilafrancada, além de posteriores informações sobre a “adesão” do Maranhão.

Foi nesse contexto que apareceu em Belém outro oficial da esquadra do almirante Cochrane, o britânico Grenfell, em 11 de agosto de 1823. Era “a única força externa que atracou em Belém”, tendo o governo tomado a chegada “como a oportunidade de os estratos dominantes restabelecerem a ordem” (MACHADO, 2006, p. 312). Grenfell foi convidado a desembarcar e, em 12 de outubro, o Pará foi oficialmente incorporado ao Império do Brasil.

Ao final, a incorporação do Maranhão e do Pará ao Império trouxe apenas uma aparência de unidade. Grupos diversos, como aqueles favoráveis a Lisboa ou republicanos, ainda eram fortes. Portugal manteria, até 1825, a alegação de que as províncias estavam “ocupadas”. Cochrane retornaria ao Maranhão, em 1824, para conter nova revolta. A situação nas províncias do Norte apenas se acalmou, relativamente, ao longo de 1825, após o reconhecimento da Independência por Portugal.

Cisplatina: o conflito interno encontra a política externa.

A Cisplatina foi um caso tão complexo quanto díspar do ocorrido no Norte-Nordeste. As operações militares foram essencialmente relacionadas a uma ruptura entre as tropas portuguesas que estavam na província, parte das quais optou pelo Rio de Janeiro, parte das quais manteve-se fiel

ao vintismo. O quadro estratégico, no entanto, era mais complexo. A Cisplatina já era região historicamente em guerra, com a presença constante de tropas portuguesas que procuravam garantir a fronteira sul e o acesso ao centro brasileiro via navegação pelo Prata.

Entre 1821 e 1823, três processos distintos confluíram no Prata. Havia, em primeiro lugar, a histórica disputa entre Portugal e Espanha pelo território, desde pelo menos 1680, incluindo tentativas de negociação como os acordos de Madri (1750) e de Santo Idelfonso (1776). Paralelamente, movimentos independentistas espanhóis estouraram em 1810, a partir de Buenos Aires, que mantinha pretensões de unificar o Reino do Prata sob sua liderança. Essas ambições chocaram-se com interesses locais no que hoje são Uruguai, Bolívia e Paraguai, o que provocou forte instabilidade na região e uma sequência de ações militares, alianças feitas e desfeitas.

No caso da Banda Oriental, ganhou destaque a figura de Artigas, que pendulou entre acordos e rupturas com Buenos Aires. Muitos dos adversários de Artigas passaram a ver no Rio de Janeiro uma solução de estabilidade, o que foi conveniente à Coroa no Rio de Janeiro, cuja presença na América reforçava as possibilidades de ação sobre o Prata. Após um primeiro episódio em 1811, quando forças portuguesas ocuparam Montevideu a pedido do vice-rei espanhol, as disputas na região e a ação de Buenos Aires levaram a uma nova invasão em 1816, concluída em 1820.

A força portuguesa era composta por soldados americanos, especialmente de São Paulo, e por europeus, compondo a Divisão de Voluntários d'El Rei, liderada pelo general Lecor (4.831 soldados de origem europeia e entre 2 e 3 mil contingentes americanos¹¹). Ocupada Montevideu, a Coroa portuguesa procurou reforçar sua gestão do território, que culminou com a realização do Congresso da Banda Oriental, em 1821, que votou pela incorporação, criando a Província da Cisplatina.

O momento da incorporação, no entanto, coincidiu com os movimentos iniciais da dinâmica conflitiva que se estabeleceria entre Rio de Janeiro e Lisboa, em 1821. Nesta segunda capital, houve críticas a Lecor e chegou-se até mesmo a discutir retirada das tropas, que poderiam ser deslocadas para a Bahia. Do lado do Rio de Janeiro, as reações foram claramente mais favoráveis à campanha na Cisplatina e, em fins de fevereiro de 1822, Lecor aderiu à causa de D. Pedro.

11 Segundo mapa de tropas enviado às Cortes de Lisboa (PORTUGAL, 1822).

A concretização dessa adesão, no entanto, foi muito mais difícil, pois a oficialidade de origem europeia mostrou-se fortemente vintista e resistiu¹². Com sua manobra limitada, Lecor tentou primeiramente realizar uma ação política de retirada das tropas, via decreto do Rio de Janeiro (de 22 julho de 1822). Não havendo resposta, em 11 de setembro, o general deixou Montevideu, onde as tropas pró-Lisboa passaram a ser lideradas por D. Álvaro da Costa (FERREIRA, 2012, p. 145).

O campo se dividiu, então, entre os partidários de D. Pedro, liderados por Lecor, e os pró-Cortes de Lisboa, concentrados em Montevideu. Havia também uma terceira parte nessa dinâmica conflitiva, os próprios habitantes da Cisplatina, que se dividiram entre os dois lados da contenda e um terceiro partido, que apoiava as pretensões das Províncias Unidas do Prata. Apesar da divisão entre os dois campos, as operações militares foram evitadas no segundo semestre de 1822, com tentativas de retirada pacífica da tropa.

Após uma tentativa malograda de negociação em janeiro de 1823, iniciou-se a operação militar, essencialmente o cerco de Montevideu. A estimativa das tropas envolvidas na operação varia, mas teriam rondado 3 a 4 mil de cada lado, com muitas deserções e mudanças de lado. Com problemas logísticos, Lecor preferiu uma “guerra de recursos” (ibidem, p. 195), dando início, em 23 de janeiro de 1823, a um cerco, enfrentando uma Montevideu bem fortificada. A guerra na Cisplatina foi um combate de atrito, com constantes combates nas trincheiras.

Assim como nos casos da Bahia e do Norte, a ruptura do impasse veio pelo mar. Em agosto de 1823, finalmente se completaria esquadra comandada por Pedro Antonio Nunes, com seis navios, que a partir de outubro impôs o cerco ao porto de Montevideu. Em 21 de outubro de 1823, deu-se o breve, mas decisivo, combate. D. Álvaro da Costa buscou romper o cerco naval, iniciando um combate que durou todo o dia, com a derrota das forças pró-Lisboa. A pequena esquadra portuguesa ainda tentou, no dia seguinte, sair do porto, sem sucesso.

Foram, então, iniciadas negociações, que terminaram em 18 de novembro de 1823. A retirada das forças portuguesas foi lenta, concretizando-se apenas em fevereiro de 1824. Ao final, os combates não haviam sido tão mortíferos, deixando entre 100 e 150 mortos, somados os dois lados.¹³

12 Conforme correspondência de campo do comandante Carlos Frederico Lecor (ARQUIVO NACIONAL, s.d.).

13 Conforme “Relação dos Mortos, e Feridos, que teve o Exercito Imperial do Sul, em toda a Campanha do Sitio de Montevideo contra a Divisão de Voluntários Reaes de Portugal, e Corps a ella unidos desde Fevereiro deste anno, athe fim de Outubro ultimo” (ARQUIVO NACIONAL, s.d.).

A partida das tropas europeias, no entanto, não pôs fim aos problemas. A incorporação da Cisplatina ao Império não foi seguida de atenção no mesmo nível por parte do Rio de Janeiro. Essa fragilidade estimulou o “espírito artiguista”, ampliando movimentações no período de 1824-1825 e culminando com a conhecida travessia do rio Uruguai por 33 refugiados liderados por Lavalleja, em 19 de abril de 1825. A rebelião ganhou vulto e em 10 de dezembro de 1825, o Brasil declarou guerra contra Buenos Aires, dando início a uma outra guerra, a da Cisplatina (1825–1828).

ATO FINAL: O RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA E A PROJEÇÃO DA INSTABILIDADE ESTRUTURAL DO IMPÉRIO

A guerra de — ou na — Independência do Brasil não foi o último ato da consolidação do novo império, nem foi suficiente para completar a tarefa de unificação, ainda que tenha sido um instrumento indispensável na garantia dessa unidade. As hostilidades com Portugal terminaram efetivamente apenas com o acordo de reconhecimento do Brasil, em 1825. Esse acordo, assinado em 29 de agosto de 1825, concluiu a etapa da independência e a guerra, mas sofreu críticas significativas, especialmente a indenização paga a Lisboa.

O processo de reconhecimento foi tão complexo e cheio de nuances quanto os demais momentos da sucessão de atos que resultaram na Independência do Brasil. Foi muito influenciado pela conjuntura externa, essencialmente conservadora e legitimista, que pressionava por um entendimento com Lisboa, e pela reaparição de sérios problemas internos para D. Pedro, após o fim da disputa com um inimigo comum (Lisboa). A conjuntura de 1824–1825 era negativa para D. Pedro, cujo governo vivia a instabilidade política e tinha que lidar com as províncias do Norte-Nordeste, que ameaçavam com a fragmentação, incluindo a Confederação do Equador, em 1824, que deve ser vista como parte do processo de independência. Foram adotadas medidas autoritárias, como a dissolução da constituinte e o envio de tropas para enfrentar os focos de resistência no Norte.

De uma posição intransigente em 1823, que buscava o reconhecimento direto, D. Pedro foi obrigado a evoluir para uma postura mais transigente, negociadora, o que significava também ceder em alguns pontos, particularmente na indenização, relacionada aos bens deixados no Brasil, e ao fato de D. João assumir o Império e transmiti-lo por vontade própria a D. Pedro. A aceitação desses pontos tornou o ato de reconhecimento, cuja mediação foi realizada pelo Reino Unido da Grã-Bretanha, muito criticado na historiografia brasileira, inclusive em teses que põem os britânicos como os principais beneficiários e manipuladores do acordo, visão que pouco se sustenta.

O que se observa no período 1820–1825, portanto, foi um movimento complexo, marcado pela incerteza e pelo conflito, que estava longe de consolidar um Brasil já existente, homogêneo, ao menos entre as elites. Havia muita heterogeneidade regional, sendo o Império constituído por um núcleo inicial em torno do D. Pedro, marcado por diferenças entre os grupos que o formavam (ver, por exemplo, os projetos de Bonifácio e de Gonçalves Ledo), o qual aos poucos negociou, cooptou, coagiu ou conquistou as demais regiões, em um pacto que estava longe de estar consolidado em 1825.

Essa fragilidade institucional inicial do Estado brasileiro é um dado pouco explorado, mas que torna, em grande medida, mais compreensível o processo político das décadas seguintes, incluindo os problemas da Regência e suas consequências. Ao se comemorar o bicentenário desse processo de independência, revisitá-lo, redescobri-lo é, portanto, um exercício interessante de compreensão e conhecimento, que pode contribuir para a reflexão sobre o que se busca como sociedade nacional para as próximas décadas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ubiratan Castro de. “A guerra da Bahia”. In _____. (org.). *2 de julho: a Bahia na Independência Nacional*. Salvador: Fundação Pedro Calmon / Governo do Estado da Bahia, 2010, pp. 12-27.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coleção Cisplatina, caixa 977, fundo 1A, 1819–1823. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional [s.d.].
- BRASIL. Senado Federal. “Atas do Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil (1822–1823)”. Brasília: Senado Federal, 1973. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS1-Conselho_dos_Procuradores_Gerais_das_Provincias_do_Brasil_1822-1823.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2021.
- CALDEIRA, Jorge. *História da Riqueza no Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.
- CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (org.). *Às armas cidadãos! Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- COCHRANE, Thomas John. *Narrativa de serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa*. Brasília: Senado Federal, 2003.
- CONDE, Hermínio de Brito. “Fidié e a unidade do Brasil”. In FIDIÉ, J. J. C. *Vária Fortuna de um soldado português*. Teresina: Fundapi, 2006.
- COSTA E SILVA, Alberto da. “Parte 1: População e sociedade”. In _____. (coord.). *Crise Colonial e Independência (1808-1830)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. Coleção História do Brasil Nação: 1808–2010.
- FERREIRA, Fábio. *O general Lecor, os Voluntários Reais e os conflitos pela Independência do Brasil na Cisplatina : 1822 -1824..* Tese (Doutorado em História)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1408.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2014).

- FIDIÉ, João José da Cunha. *Vária fortuna de um soldado português*. Teresina: Fundapi, 2006.
- FRANCHINI NETO, Helio. *Independência e Morte: política e guerra na emancipação do Brasil (1821–1823)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2019.
- _____. *Redescobrimo a Independência: uma história de conflitos e batalhas muito além do Sete de Setembro*. São Paulo: Benvirá, 2022.
- JANCSÓ, István; PIMENTA, João P. Garrido. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In MOTA, C. G. (org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500–2000)*. 2a ed. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- LIMA, Oliveira. *O movimento da Independência, 1821-1822*. 6a ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- MACHADO, André R. de Arruda. *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime português na província do Grão-Pará (1821–1825)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- MELLO, Evaldo Cabral de. “Frei Caneca ou a outra independência”. In _____ (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Editora 34, 2001, pp. 11-47.
- _____. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. 2a ed. São Paulo: Editora 34, 2014.
- NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié. uma epopéia brasileira na luta pela independência*. 4a ed. Teresina: Fundapi, 2006.
- OFÍCIO de 7 de março de 1822. In “Offícios e Documentos dirigidos às Cortes pelo Governador das Armas da Província da Bahia, em data de 7, e 17 de Março deste anno”. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, pp. 3-7.
- PAIXÃO E DORES, Frei Manoel Moreira da. *Diário do Capelão da esquadra de Lord Cochrane. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfica do Ministério da Educação, 1938. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_060_1938.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2013.
- PORTUGAL. “Atas das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa”. Sessão 444, 20 de agosto de 1822. *Diário do Governo* [de Portugal], Lisboa, n. 195, 21 ago. 1822.
- _____. “Sessão das Cortes de 6 de janeiro de 1823”. *Diário do Governo* [de Portugal], Lisboa, n. 40, 7 jan. 1823.
- ROCHA, Antonio Penalves. *A recolonização do Brasil pelas Cortes: história de uma invenção historiográfica*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- SILVA DIAS, Maria O. Leite da. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2a ed. São Paulo: Alameda, 2005.
- VARNHAGEN, Francisco A. de. *História da Independência do Brasil*. 3a ed. São Paulo: Melhoramentos, 1957.

QUANDO DEIXAMOS DE SER PORTUGUESES: A RUPTURA ENTRE PORTUGAL E BRASIL NOS IMPRESSOS DO TEMPO

Isabel Lustosa¹

RESUMO

A separação do Brasil de Portugal foi um penoso processo que envolveu questões de natureza, política, econômica e cultural. Este artigo apresenta o ambiente em que se deu essa ruptura a partir da análise de matérias publicadas em jornais portugueses e brasileiros, inserindo essas publicações no contexto em que apareceram. Evidencia-se que a identidade brasileira começou a ser delineada como uma reação às referências negativas às peculiaridades culturais e naturais da população e do território da ex-colônia expressas nos jornais portugueses. Ao mesmo tempo, resta igualmente evidente que os sentimentos que impulsionaram esse debate do lado europeu, eram de revolta contra a possível inferiorização da antiga metrópole.

Palavras-chave: Imprensa. Independência. Cultura Política. Identidade Nacional.

ABSTRACT

The separation of Brazil from Portugal was a painful process that involved issues of a nature, political, economic and cultural. This article presents the environment in which this rupture occurred from the analysis of articles published in Portuguese and Brazilian newspapers, inserting these publications in the context in which they appeared. It is evident that the Brazilian identity began to be delineated as a reaction to the negative references to the cultural and natural peculiarities of the population and the territory of the former colony expressed in Portuguese newspapers. At the same time, it is also clear that the sentiments that lead this debate on the European side were one of revolt against the possible inferiorization of the former metropolis.

Keywords: Press. Independence. Political culture. National identity

1 Isabel Lustosa, autora de diversos livros e artigos sobre a história política e cultural brasileira, é doutora em Ciência Política pelo antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) atual Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), sócia titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e foi pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa por trinta anos. Ocupou a Cátedra Simón Bolívar, no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL), Paris, 3 e a Cátedra Sérgio Buarque de Holanda, na Maison des Sciences de l'Homme, atuando como professora visitante da Universidade de Rennes-2. É, atualmente, pesquisadora integrada à Universidade Nova de Lisboa.

A imprensa liberal brasileira nasceu em meio aos debates que sucederam à revolução constitucionalista ocorrida na cidade do Porto em 24 de agosto de 1820. Até então, a única publicação com esse caráter que chegava ao Brasil, ultrapassando muitas dificuldades impostas pela censura, era o *Correio Brasiliense*². Este jornal foi um importante fator de formação da cultura política das elites portuguesa e brasileira durante a segunda década do século XIX. Habilmente, para difundir a importância da Constituição, Hipólito da Costa apresentou, desde os primeiros números, uma série de artigos sobre aquela que teria sido a primeira constituição produzida em Portugal por uma assembleia que reunira os três Estados da nação portuguesa, as chamadas Cortes de Lamego³. Era a forma de colocar em pauta o grande tema que, desde a independência dos Estados Unidos e, especialmente para a Europa, a partir da Revolução Francesa, ocupava a cena principal. A restauração da dinastia Bourbon no trono francês, em 1814, e a adoção do modelo de monarquia constitucional por Luís XVIII consolidariam a ideia de que a Constituição se tornara elemento incontornável das monarquias modernas. Por meio de revoluções ou reformas, as nações que se tinham conservado sob formas de governo do Antigo Regime, como Portugal e Espanha, seriam levadas a adotar o constitucionalismo.

A IMPRENSA LIBERADA NO BRASIL

Depois da revolução constitucionalista de 1820, o processo de transformação das instituições avançaria de forma vertiginosa nos dois lados do Atlântico. Em pouco tempo se passaria de um regime de poder absoluto para um sistema no qual o que prevalecia era o que decidia a assembleia reunida em Lisboa. Era ela que determinaria a volta do rei e que, à distância, ia definindo o que deveria ser o destino político e administrativo do Brasil. Os primeiros jornais surgidos no Rio de Janeiro depois da liberação da imprensa prevista nas bases da constituição que deveria ser produzida pelas Cortes foram inicialmente cautelosos. *O Bem da Ordem*, *O Amigo do Rei e da Nação* e *O Conciliador do Reino Unido*⁴ foram lançados em março de 1821, quando D. João VI experimentava a angústia que antecederia sua partida de volta para Portugal no final de abril daquele ano. Eram jornais que, como os títulos indicavam, pregavam a união entre os dois reinos e a manutenção da ordem sob a autoridade do rei.

2 O *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, publicação mensal editada e redigida pelo brasileiro Hipólito José da Costa, circulou entre 1808 e 1822 e era impressa em Londres.

3 Para uma análise dos sete artigos que Hipólito da Costa publicou, ver Buvalovas (2012, pp. 89-109).

4 Uma lista com os nomes e as informações sobre todos os jornais citados consta no final deste artigo.

Logo depois da chegada de D. João a Lisboa, em junho de 1821, um golpe militar promovido pelas tropas portuguesas aquarteladas no Rio de Janeiro reduziu o poder do herdeiro do trono que ficara no Brasil como príncipe regente. Em cartas ao pai, D. Pedro pediria para ser liberado do cargo para reunir-se a ele em Portugal. Estava realmente apavorado com o clima de beligerância que começara a emergir à sua volta entre portugueses e brasileiros.

As medidas tomadas pelas Cortes em relação ao Brasil provocavam reações, e já em outubro de 1821 corria o boato de que os brasileiros estavam se organizando para pedir a independência. Nesse contexto, começaram a circular no Rio três jornais que teriam grande importância nos eventos que se seguiram: o *Revérbero Constitucional Fluminense*; *O Espelho* e *A Malagueta*. Junto com o *Revérbero*, destaque merece *A Malagueta*. Seu redator era Luís Augusto May, português radicado no Brasil que convivera em Londres com Hipólito da Costa e que, apesar da imagem polêmica, contribuiria com propostas bastante avançadas, como a do sistema de jurados, que logo seriam implementadas em processo por abuso da liberdade de imprensa contra o jornalista João Soares Lisboa. Esses dois periódicos, o primeiro de publicação regular e o segundo intermitente, participaram da campanha iniciada imediatamente após a chegada dos decretos das Cortes que determinavam, entre outras medidas, a volta de D. Pedro a Portugal.

INSULTOS IMPRESSOS

O chamado Dia do Fico, 9 de janeiro de 1822, foi antecedido por uma movimentação em torno do príncipe regente que reuniu elementos da elite política do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais, com destaque para José Bonifácio de Andrada e Silva. A decisão tomada por D. Pedro de, desobedecendo às Cortes, ficar no Brasil, marcou o início do rompimento institucional entre os dois reinos, ampliou os ressentimentos de parte a parte e acabaria por ampliar o estranhamento entre os portugueses nascidos na Europa e aqueles nascidos no Brasil. Daí em diante ficou cada vez mais difícil acreditar no ideal de uma só nação portuguesa e passou-se a buscar, nas características que distinguiam os portugueses de lá e os de cá, o que fazia de uns portugueses e de outros brasileiros.

Do ponto de vista dos portugueses, a ruptura começou a se desenhar em 1815 com a elevação do Brasil a reino e com os evidentes sinais de que D. João VI preferia conservar a corte no Rio de Janeiro. O grande impacto provocado pela ida do rei para o Brasil foi fatal para o amor-próprio dos portugueses, já tão maltratado pela grosseria e avidez de Napoleão e de

seus embaixadores, Lannes e Junot. A perda, ainda que temporária, do status de Lisboa como a metrópole do grande império português se deu em um quadro de outras tantas humilhações e prejuízos causados pelas invasões francesas. Expulsos os franceses, os militares ingleses que contribuíram decisivamente para esse desfecho continuaram dominando Portugal, pois na França Napoleão ainda se conservaria no poder até 1814, com uma breve volta em 1815.

Assim, para um homem pusilânime e acomodado como D. João, a perspectiva de voltar a uma Europa ainda conflagrada não era estimulante. Aparentemente ainda não o era no final de 1814, quando ele recusou a fragata inglesa que o fora buscar no Rio de Janeiro para levá-lo a Lisboa, sem que ele tivesse declarado claramente que queria ir. Em seguida, a elevação do Brasil a reino em 1815 despertou entre os portugueses as suspeitas de que os planos do rei não incluíam uma breve volta aos seus domínios europeus. O casamento do herdeiro do trono com a arquiduquesa da Áustria, Leopoldina, em 1817 e a coroação de D. João VI, em 1818, festas fundamentais da realeza, aconteceram no Rio de Janeiro, reafirmando seu status de capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

A insatisfação com a atitude do rei se manifestou de forma mais clara nos periódicos portugueses que se publicavam em Londres, *O Portuguese* e *O Campeão Portuguese*. Este último fora criado em 1819 por José Liberato Freire, que tinha deixado a redação de *O Investigador Portuguese em Inglaterra* por se sentir tolhido nas críticas que queria fazer ao governo estabelecido no Rio de Janeiro. No *Campeão Portuguese*, ou *O Amigo do Rei e do Povo*, José Liberato não parte para uma crítica direta a D. João VI, preferindo, nos primeiros números, expressar o sentimento de rejeição nacional diante da predileção do soberano pelos brasileiros em detrimento dos portugueses. Ele exaltava Portugal, “um país que já foi berço da felicidade e ainda é tão mimoso dos dons da natureza”, que, no entanto, estaria reduzido a “uma miséria quase universal”⁵. Apelaria também para os sentimentos de seus leitores dentro da tradição do rei como pai da nação, dizendo: “sim, portugueses, vós estais órfãos”, isto porque D. João VI parecia “determinado ficar sempre onde estava e nenhum caso já fazia de Portugal”⁶.

Em meio ao processo que terminaria com a separação dos dois reinos, emergiu uma disputa em torno do lugar em que deviam ser fixados o rei e sua corte. Diante da nova realidade política que se estabeleceu a partir da Revolução Constitucionalista de 1820, essas manifestações que

⁵ *O Campeão Portuguese*, v. 1, n. 2, 16 jul. 1819, p. 40.

⁶ *Ibidem*, p. 84.

aconteciam até então de forma velada passam a se fazer de maneira mais ostensiva. O rei deveria ou não voltar para Lisboa? Partidários de uma e de outra posição se manifestaram dos dois lados do Atlântico. No Rio de Janeiro, circulou, a partir de dezembro de 1820, um folheto anônimo, mas que posteriormente se soube ter sido escrito pelo francês Francisco Cailhé de Geine, foi publicado pela Imprensa Régia. Já pelo título anunciava a que vinha: “Le Roi et la famille Royale de Bragança doivent-ils, dans les circonstances présentes, retourner en Portugal ou bien rester au Brésil?”. Baseado em seis pontos, o folheto defendia a permanência da família Bragança no Brasil. No primeiro deles já tripudiava, dizendo que Portugal precisava do Brasil, ao passo que “o Brasil, pelo contrário não tira a menor vantagem da união”⁷ e que a melhor posição para o rei era continuar “Senhor da parte, sem comparação, mais importante e florescente do Império”⁸.

A partir de então, começou uma “guerra de penas”, como a apresenta Lúcia Bastos das Neves (1999, pp. 1-17), em que os aspectos físicos dos dois reinos eram explicitados, realçando cada um dos antagonistas o que lhe parecia a superioridade de uma nação diante das desvantagens da outra. Portugal, jardim das delícias ou país pobre de riquezas naturais; Brasil e sua diversidade climática e ambiental, bem distribuída por uma imensa extensão territorial ou terra inóspita, despovoada e selvagem. O mais contundente exemplo desse embate foi o travado entre o autor anônimo de alguns panfletos assinados pelo *Compadre de Lisboa* e o padre Luís Gonçalves dos Santos, mais conhecido como “Padre Perereca”. Em um de seus panfletos⁹, o *Compadre de Lisboa* indagava:

Qual dos dois Reinos está convidando com mais meiguice a S. Majestade para vir estabelecer nele a sua Corte: o Brasil ou Portugal? A terra dos macacos, dos pretos e das serpentes ou o país de gente branca, de povos civilizados e amantes do seu Soberano? (...) O Brasil pode ser vasto, mas não é nada comparado a Portugal, está hoje reduzido a umas poucas hordas de negrinhos, pescados nas Costas da África, únicos capazes de suportar, (e não por muito tempo) os dardejantes raios de uma zona abrasada, o seu terreno interior está inculto e seria preciso que decorressem séculos para cultivar-se (...) que se fizesse transportar para lá todos os Calcetas da Europa e Meretrizes de Lisboa (que não havia de fazer má colheita)! (TOMÁS, 1821, p. 15.)

7 Trecho citado em português no “Exame Analytico-crítico...”, p. 8.

8 Ibidem.

9 Ver Tomás (1821). A autoria das cartas do *Compadre de Lisboa* foi atribuída a Manuel Fernandes Tomás por Cabral (1881, pp. 660-70).

A resposta viria em outro panfleto publicado no Rio de Janeiro atribuído ao Padre Perereca e de título ainda mais extenso: “Justa retribuição dada ao compadre de Lisboa (em desagravo dos brasileiros ofendidos por várias asserções que escreveu na sua carta em resposta ao Compadre de Belém pelo filho do Compadre do Rio de Janeiro que a oferece e dedica aos seus patrícios)”. Ali, o autor rebate os argumentos do *Compadre de Lisboa* e ironiza a última parte da proposta:

... movido o seu piedoso ânimo de tão benignas e filantrópicas ideias a favor de um país ermo, despovoado, onde nada se lhe figura que não seja negro e com feitio de macaco, quer dar-nos gente branca, escolhida e com cara humana, ainda que as almas sejam de demônios; (...) E como, vindo tanta gente sem ser com as suas senhoras, não poderia prosperar tão luzidia colônia, (...) destina-lhes as suas patrícias meretrizes de Lisboa (...) e não satisfeito com a afronta que faz a si próprio, às suas patrícias e à toda Nação portuguesa, exclama muito contente e ufano: que não havia de fazer má colheita! Pois tantas há por lá, senhor compadre? (SANTOS, 1822, pp. 24-5.)

Naturalmente que o fato de o Brasil ter uma enorme população de escravos fazia com que o exemplo da Revolução de São Domingos (1798) fosse sempre agitado como consequência possível de qualquer revolta contra Portugal. Havia nessa comparação um elemento que feria os brios das elites brasileiras na confusão que podia haver entre os cidadãos livres de pele mais morena do Brasil e os rebeldes do Haiti. Ao confundi-los com os protagonistas das cenas de violência que marcaram aquela revolução, fizeram dela o espantalho a todos os liberais que sonhassem com a independência das colônias americanas.

Os jornais do Rio de Janeiro¹⁰ difundiam as informações que lhes chegavam de Lisboa periodicamente pelos paquetes. Uma manifestação publicada na correspondência do *Correio do Rio de Janeiro* repercutia o *Exame crítico*, de João Bernardo da Rocha Loureiro (1822). O texto que o jornalista publicara em Lisboa colocava o Brasil em absoluto desmerecimento, como se fora um fardo para Portugal, e parecia ecoar as célebres palavras do deputado Manuel Fernandes Tomás: “Adeus, Senhor Brasil, passe por lá muito bem”. Depois de listar e satirizar oito pontos daquele documento, o autor comenta com amarga ironia:

10 Esses jornais foram o tema de minha tese de doutorado em Ciência Política, defendida no IUPERJ, em 1997, e publicada em 2000 sob o título de *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821–1823)*. Parte deste texto reproduz trechos dessa obra.

Que importa a Portugal o unir-se ao Brasil? Ele tem tudo e nós nada temos. Somos e seremos para ele um fardo que só o brio e a honra imporão a lei de carregar. O Brasil, abandonado, que representação alcançará? Talvez, quando feliz, a de São Domingos. Nossa soberba será quebrada, seremos o riso das Nações. Os pretinhos?... Forte desgraça! (...) recebei de bom grado o que se vos quiser dar, lembrados que o benefício é sempre além do vosso merecimento¹¹.

A notícia de que D. Pedro decidira desobedecer às determinações das Cortes e ficar no Brasil causara grande agitação naquela assembleia. Daí em diante, foi-se intensificando o clima de hostilidade não só por parte dos deputados como também por parte do povo das galerias, que catalisava ali o ressentimento de todos aqueles anos em que o Rio de Janeiro abrigara a corte portuguesa. Uma carta escrita por um deputado (que não se identifica), dá conta do clima reinante na Assembleia:

A rivalidade já passa a ódio, não só entre os Deputados de Portugal e Brasil, como entre o povo; as folhas já principiam a achincalhar-nos, é visível a aversão que nos têm os brejeiros; em uma palavra: a união do Brasil com Portugal é para mim já um prodígio¹².

A imprensa que nascia no Brasil mergulhou nessa guerra intercontinental com uma agressividade que evoluía à medida em que esquentavam os debates nas Cortes de Lisboa. Sucedeu, como decorrência natural da representação do povo brasileiro como horda de selvagens como no panfleto do *Compadre de Belém*, de grande repercussão, uma avaliação negativa do potencial de sua elite para enfrentar a nova realidade política. Um dos deputados portugueses teria dito que o Exército Brasileiro era uma corporação composta de cinco pretos, três mulatos, um branco, comandados por generais valetudinários. Outro declarara duvidar que, no Brasil, o mais erudito soubesse o que era Constituição, “quanto mais o seu sistema”¹³.

Dizia-se, segundo um leitor do *Silfo*, que as Luzes estavam muito pouco espalhadas por este imenso país; que poucos eram os que conheciam os direitos do homem e que o governo não encontrava pessoas capacitadas para empregar. “Enfim (principal objeto dos reclamadores) que não estamos preparados para uma Constituição Liberal”¹⁴.

A forma como eram descritos os brasileiros, sempre confundidos com a população indígena ou escrava, despertara seus brios e provocara reações

11 *Correio do Rio de Janeiro*, n. 42, 30 maio 1822. Este jornal passa a ser identificado pela sigla *CRJ*.

12 *CRJ*, n. 56, 19 jun. 1822.

13 *O Revérbero*, n. 11, 22 jan. 1822.

14 *O Silfo*, n. 17, 1 out. 1823.

que hoje seriam chamadas de afirmativas. Em carta publicada no *Diário do Governo*, alguém se apresentaria como um daqueles “que não se sabe se é branco, mulato, ou caboclo, isto é: sou brasileiro”¹⁵. Ou, ainda, alguém que, dizendo confiar em que vivia no “celebrado Século das Luzes, em que qualquer escritor para adquirir nome basta escrever”, promete fazê-lo, sem se meter em análises, porque, completava: “desgraçadamente sou brasileiro, isto é, índio, gentio, bárbaro, botocudo etc.”¹⁶.

Dentro desse mesmo espírito, surgiu no Brasil então a moda de trocar os patronímicos portugueses por palavras indígenas que denominavam lugares, árvores e animais brasileiros. Era um gesto de patriotismo manifestado tanto por pessoas da elite quanto por gente do povo. Em outubro de 1822, o jornal *O Volantim* publicaria uma série de anúncios onde pessoas afirmavam ter trocado de nome. Vinham de Pernambuco, como Francisco Paulo de Sousa Muniz, o cirurgião do brigue escuna *Maria Zeferina*. Num sábado, dia 18 de outubro de 1822, ele anunciou, através daquele jornal que, querendo “imitar honradamente a seus patrícios e possuído de igual patriotismo”, declarava que o seu nome, daquele dia em diante seria, “Francisco Paulo de Sousa Malagueta”. Também n’*O Volantim*, dias depois, quase toda a tripulação do *Pataxo Bonfim*, fundeado no porto do Rio de Janeiro, anunciava ter mudado de nome.

José Maria Migués, o piloto, anuncia ao público, que os sentimentos liberais de que a natureza o dotou e a terrível aversão que sempre tiveram os honrados pernambucanos ao monstruoso despotismo, não o deixam hesitar por mais tempo no desprezo que faz aos vis sarcasmos dos portugueses falsamente intitulados defensores da liberdade, uma vez que o egoísmo que reina em corações tão avaros intenta (porém debalde) escravizar o Império Diamantino e querendo o anunciante não discrepar da união sentimental de seus patrícios, roga aos senhores brasileiros e inimigos do despotismo o reconheçam por José Maria Migués Bentevi¹⁷.

O mesmo pensava o padre Pedro Antônio de Sousa, enviado a esta corte pelo clero da província de Alagoas, cujo nome “por inteiro” deveria ser conhecido dali em diante por “Pedro Antônio Cabra-bode”. José Caetano de Mendonça, também piloto da mesma embarcação, declarava que, apenas chegara ao Rio, tivera a

satisfatória notícia de que seus patrícios, tomando por menoscabo o insultante tratamento que os Deputados do Congresso Lisboense e muitos portugueses dão aos brasileiros e que, por isso mesmo, acrescentaram

15 *Diário do Governo*, n. 1, v. 2, 1 jul. 1823, p. 5.

16 *CRJ*, n. 42, 30 maio 1822.

17 *O Volantim*, n. 52, 30 out. 1822.

aos seus nomes outros de animais e plantas indígenas do Brasil, não pode sustentar por mais tempo seu entusiasmo, pelo que abrasado nas chamas do patriotismo e imitando seus patrícios, participa ao respeitável público que ele será conhecido de hoje em diante por José Caetano de Mendonça Jararaca¹⁸.

A este se juntava também o mestre do *Pataxo Bonfim*, Joaquim José da Silva, que apesar de ser filho de Portugal, dizia não poder ocultar as justas queixas que sentia contra seus antigos patrícios que “muito loucamente” se estavam empenhando na escravização deste “grande Império brasileiro”. Justificava sua opção pelo fato de residir no Brasil há mais de quarenta anos, um país, segundo diz ele, hoje tão livre como Pernambuco, “onde os naturais preferem a morte à escravidão e à menor sombra de despotismo”. Acompanhando os verdadeiros patriotas na mudança e “acrescentamentos de cognomes”, ele anuncia ao público que sua firma passa a ser “Joaquim José de Silva Jacaré”.

Mas o exemplo mais conhecido desse tipo de troca de nomes é o de Francisco Gomes Brandão Montezuma, jornalista e deputado baiano, futuro Visconde de Jequitinhonha, de grande atuação na cena da Independência. No início de 1823, Montezuma que era negro, “para animar o povo e tornar bem sensível o ressentimento baiano contra os lusitanos e com o objetivo de provar sua firme adesão à causa do Brasil”, mudou seu nome para “Francisco Gê Acaiaba de Montezuma”, incluindo assim duas nações indígenas em seu sobrenome.

Era a inclusão de elementos da natureza, mas também das línguas indígenas e africanas que acabaram sendo incorporados à portuguesa. No contexto da independência já se acentuava a diferença no jeito de falar o português nos dois reinos. Na fuga dos deputados brasileiros que não quiseram jurar a constituição portuguesa, o piloto da barra, que conduziu o paquete, vendo a bordo brasileiros, reconheceu Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e ouviu também ser falado o nome de Cipriano Barata. Convenceu-se mesmo de que eram os nossos deputados quando, já fora da barra, um dos passageiros, com sotaque característico do Brasil, gritou para ele: “Diga lá que agora venham nos pegar!”.

No mais curioso e divertido jornal que se publicou no Rio de Janeiro em 1822, *O Macaco Brasileiro*, foi incluída uma crônica que descreve a chegada de um estudante brasileiro em Coimbra. Logo que chegou, ele já provocara a hilaridade de seu arreeiro quando pegara os frutos de uma oliveira e saíra tranquilamente a comê-los, como se no Brasil eles já nascessem nas árvores “com toda a sua salmoira”. Por isso teve que ouvir:

18 *O Volantim*, n. 52, 30 out. 1822..

“Valha-o o diabo, é macaco, veio do mato, este carioca pensa que são cocos do Brasil. Olhe que azêmola!”. Desde a roupa até a maneira de falar do brasileiro, diz o narrador, era “chamariz para a caixeirada: foi festa”. Numa loja de doces, com toda a singeleza e simplicidade brasileira, como diz *O Macaco*, o estudante pediu um “certo peso de balas”, no lugar de “rebuçados”, como se usava e ainda se usa em Portugal. A doceira então retrucou: “Balas! Más balas te passem de banda a banda!”¹⁹.

A diferença no jeito de falar era mais um elemento de diferenciação entre brasileiros e portugueses. O comentário depreciativo chamando o brasileiro de macaco registra o tipo de reação que provocavam nas ruas de Portugal as marcas culturais que, ao lado da cor, nos faziam diferentes: a linguagem, a roupa, os costumes. Antes da Independência, Portugal e Brasil já eram duas culturas que se vinham distanciando e se redefinindo. Como conclui filosoficamente *O Macaco* dessa aventura: “Cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso”²⁰.

RUPTURAS

Foi diante das divergências que começavam a surgir entre portugueses e brasileiros em torno das decisões que estavam sendo tomadas nas cortes de Lisboa que dois maçons, Joaquim Gonçalves Ledo e o cônego Januário da Cunha Barbosa, decidiram lançar *O Revérbero Constitucional Fluminense*. Expressão maior de um republicanismo convertido à monarquia constitucional por força das circunstâncias, *O Revérbero* e outras publicações de mesma visão travariam intenso combate durante o ano de 1822. Seria um novo jornal, lançado em abril daquele ano por um aliado, *O Correio do Rio de Janeiro*, que daria início à campanha pela convocação de uma Assembleia Constituinte Brasileira.

Logo depois da Independência, o grupo liderado por Ledo e pelo presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, José Clemente Pereira, tentaria fazer com que o imperador jurasse obedecer a Constituição antes de sua feitura. Demonstravam assim que o monarquismo constitucional de sua proposta reduzia consideravelmente os poderes do monarca em favor da assembleia e, por isso, seriam implicados em uma devassa sob a acusação de conspirarem para fazer do Brasil uma república. A este projeto se opunha José Bonifácio de Andrada e Silva, então ministro do reino, que ordenaria a devassa que passou à história como Bonifácia e fez com que parte dos brasileiros que tiveram atuação importante no movimento do Fico e na Independência tivesse que fugir do Brasil ou fosse deportada.

19 *O Macaco Brasileiro*, n. 9 [1822].

20 Ibidem.

Quando José Bonifácio assumiu o ministério do reino, era considerado um dos maiores homens de ciências portugueses e era, possivelmente, o brasileiro de seu tempo que mais ascendera por seus talentos durante o reinado de D. João VI. Quando se aposentou, em 1819, ele, que vivera por 36 anos em Portugal, se despediu da Real Academia de Ciência da qual era membro, dizendo:

É esta, ilustres acadêmicos, a derradeira vez, sim, a derradeira vez, com bom pesar o digo, que tenho a honra de ser o historiador de vossas tarefas literárias, e patrióticas; pois é forçoso deixar o antigo, que me adotou como filho, para ir habitar o novo Portugal, onde nasci. (...) Consola-me igualmente a lembrança de que, da vossa parte pagareis a obrigação em que está todo o Portugal para com a sua filha emancipada, que precisa de pôr casa, repartindo com ela das vossas luzes, conselhos e instruções. (SILVA, 1963, p. 144.)

Era a manifestação de uma confortável relação de afeto familiar que, o Andrada achava, deveria se prolongar durante o desenvolvimento da filha emancipada que, desde 1815, passara de colônia a reino. Linguagem bem diversa da impregnada de ódio com que *O Tamoio*, jornal patrocinado por José Bonifácio e seus irmãos, se referiria aos portugueses, depois que romperam com o imperador D. Pedro I, em julho de 1823. Já no título trazia uma provocação, pois os tamoios foram os índios que, no Rio de Janeiro do início da colonização, se aliaram aos franceses para combater os portugueses. Tratava-se de uma provocação também contra o imperador, que passara de melhor amigo a maior inimigo dos Andrada em poucos meses.

Desde o primeiro número, *O Tamoio* se empenharia em estimular a rivalidade entre brasileiros e portugueses, resumindo a história do que chamou de “três séculos de exploração” do Brasil. Dizia que os portugueses, mesmo quando tinham vindo buscar no Brasil um abrigo contra “a fome e a miséria”, não cessavam de olhar para o seu país de origem, ressaltando as suas vantagens em detrimento das daquele que os fizera felizes: “Enxovalhando com epítetos de cabras e mulatos às mesmas famílias nele estabelecidas cuja nímia bondade os tinha admitido em seu seio por meio de consórcios para eles muito vantajosos”²¹.

A ruptura entre o imperador e seu ministro, José Bonifácio de Andrada e Silva, em julho de 1823, colocou-o, junto com seus ativos irmãos, Martin Francisco e Antônio Carlos, nas fileiras da oposição. De defensores da concentração do poder nas mãos de D. Pedro, fizeram-se seus inimigos, associando-o a supostos projetos de reunião das duas coroas e realçando o fato de o imperador do Brasil ter nascido em Portugal. A partir daí tomou

21 *O Tamoio*, n. 33, 6 nov. 1823.

corpo uma campanha antilusitana, em que se insuflava o povo contra a presença portuguesa no Brasil, especialmente contra os militares que, enviados de Portugal para combater a independência, acabaram aderindo às forças brasileiras. E foram os ataques contra esses militares publicados em outro jornal supostamente patrocinado pelos Andrada, *A Sentinela da Liberdade na Guarita da Praia Grande*, que proporcionaram o estopim para a crise final da primeira Assembleia Constituinte Brasileira.

A campanha contra os portugueses liderada pelo *Tamoio* encontrara eco nas sessões da Assembleia, inaugurada em maio e dissolvida em novembro de 1823 pelo imperador. Era o final de um ciclo em que a recém-nascida imprensa brasileira tivera papel fundamental no rumo que os acontecimentos tomaram no país. Essa imprensa também era filha da revolução constitucionalista de 1820 e surgira graças à liberdade de imprensa garantida antes mesmo de inaugurados os trabalhos das Cortes. É por meio dela que podemos acompanhar o doloroso processo que levou à separação da grande família portuguesa.

O período que antecedeu à dissolução da assembleia constituinte de 1823 assistiu a um dos mais intensos debates políticos da história do Brasil. Durante dois anos, a imprensa funcionou como verdadeiro motor dos acontecimentos, provocando e definindo conflitos e situações importantes. Era um contexto de grande indefinição institucional que abrangia não só o status do Brasil como nação, mas também quais leis o regulariam: seriam as feitas em Portugal pela assembleia de lá ou as feitas aqui pela assembleia daqui ou, ainda, as feitas e outorgadas pelo príncipe?

No ambiente exaltado de luta por novos direitos ainda não de todo definidos, travava-se uma disputa em torno do locus do poder: se deveria concentrar-se nas mãos do príncipe, amparado pela maturidade, força e prestígio de José Bonifácio, ou nas mãos de uma assembleia que fizesse a constituição que definiria o formato e o destino político e administrativo do Brasil. Essa tensão, associada à outra, provocada pelas disputas entre brasileiros e portugueses em um contexto de redefinição de identidades nacionais, se prolongaria durante dois anos. Alcançaria seu desfecho com os atos de força pelos quais D. Pedro dissolveu a Assembleia Constituinte, em 12 de novembro de 1823; outorgou a Carta Constitucional, em 25 de março de 1824, e, logo depois, sob o pretexto de reprimir a Confederação do Equador, passou a governar de forma absoluta. Só depois da inauguração dos trabalhos legislativos, em 3 de maio de 1826, é que o Parlamento e com ele a imprensa voltariam a atuar.

Durante todo o Primeiro Reinado, a oposição a D. Pedro I se faria com base em sua origem portuguesa. A morte de D. João VI, em 1826, fazendo dele rei de Portugal com o título de D. Pedro IV, reacendeu as

desconfianças sobre seu suposto projeto de reunião das duas coroas. A luta que travou para fazer da filha, Maria da Glória, a rainha de Portugal foi fator de instabilidade e provocou uma guerra entre brasileiros e portugueses nas ruas do Rio de Janeiro que o levou à abdicação do trono em 7 de abril de 1831. Daí em diante, ao longo de todo o século XIX e primeiras décadas do XX, o sentimento antilusitano viveria momentos de maior ou menor força, com especial destaque para o período que sucedeu à Proclamação da República, no governo Floriano Peixoto, em que as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal chegaram a ser rompidas²².

Caberia talvez um estudo no campo da história das sensibilidades sobre a maneira como as duas nações viveram essa separação. O quanto implicou de sofrimento a perda do Brasil para os portugueses que se orgulhavam de serem donos de uma terra tão rica, e para os brasileiros a perda do status de uma nação com uma base europeia, o que reduzia o caráter negativo de seu tropicalismo, digamos assim. Mas, no caso de homens como José Bonifácio de Andrada e Silva e Hipólito da Costa, que viveram na plenitude a certeza de seu pertencimento à grande nação portuguesa, na qual tinham vivido, se formado, feito amigos, essa ruptura foi ainda mais difícil. Mesmo com tantas manifestações de amor ao Brasil e às suas riquezas, a perda do status de cidadão português era algo difícil de aceitar. As elites brasileiras que tinham aderido com tanta determinação ao projeto do Brasil independente mantinham a filiação intelectual às tradições da alta cultura portuguesa. E não podia ser de outra forma. Não conheciam nem tinham vivido nenhuma outra cultura, já que as culturas de origem indígena ou africana estiveram sempre alijadas do que deveria ser considerado como cultura.

CONCLUSÃO

Há poucos anos, participando de um seminário em Lisboa em que se apresentaram textos sobre autores brasileiros do século XIX, especialmente da segunda metade, como Machado de Assis, José de Alencar, Olavo Bilac etc., um debatedor português lamentou que essa literatura nada tivesse de muito diferente da literatura portuguesa de igual período. Eram os mesmos tempos literários, romantismo, realismo, naturalismo; era a mesma poesia condoreira, as mesmas imagens clássicas, a mesma

22 Gladys Sabina Ribeiro vem estudando, há mais de trinta anos, o processo de divisão das identidades brasileira e portuguesa no contexto da Independência e do Primeiro Reinado, como também as manifestações de sentimentos antilusitanos no Brasil ao longo do século XIX e começo do XX. A informação para os seus principais artigos está disponível em: <<https://pesquisadores.uff.br/academic-production/noites-das-garrafadas-uma-história-entre-outras-de-conflitos-antilusitanos-e>>.

linguagem rebuscada. Esperava ele que essa cultura erudita tivesse sido de alguma forma transformada pela incorporação de elementos das culturas índias e africanas.

Não sei se na hora eu disse, mas pensei: o que você esperava? Que depois que nossos antepassados foram para a América e conquistaram, submeteram e impuseram os nativos, convertendo-os às suas cultura e religião, estivéssemos falando tupi-guarani? Não. Ser elite no Brasil foi sempre confundido com ser europeu, ser branco (ou, na falta disto, ser mestiço claro), e quem ascendia ia logo ocupar seu lugar do lado de lá, dando adeus aos acarajés, à rede de dormir e à viola. E isto não mudou muito.

Os grandes escritores brasileiros do XIX procuraram se associar aos elementos formadores da nacionalidade fazendo uma literatura que falava deles, mas não era escrita na forma deles. Nem poderia ser diferente, pois as escolas brasileiras sempre trabalharam para o apagamento dessas marcas. No entanto, produziram algo que, mesmo tendo essa dívida com a cultura portuguesa europeia, foi original, peculiar e merece ser lido e avaliado em seu contexto. Uma cultura herdeira da tradição camoniana, herança cultural da qual nos orgulhamos, como tantos poetas e escritores brasileiros o demonstram. Afinal, a gente sempre foi português, só que morava longe.

REFERÊNCIAS

- BUVALOVAS, Thais H. dos Santos. *Hipólito da Costa em Londres: Libertadores, 'Whigs' e radicais no discurso político do Correio Brasiliense (1808/1812)*. Dissertação (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30042013-102854/pt-br.php>>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- CABRAL, Alfredo do Valle. *Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881.
- GEINE, Francisco Cailhé de. *Le Roi et la famille Royale de Bragançe doivent-ils, dans les circonstances présentes, retourner en Portugal ou bien rester au Brésil?* Rio de Janeiro: L'Imprimerie Royale, 1821.
- “EXAME analytico-crítico da solução da questão: o Rei e a Família Real de Bragança devem, nas circunstancias presentes, voltar a Portugal ou ficar no Brasil? Publicado na Côrte do Rio de Janeiro por hum Anônimo em idioma Francez nos ultimos dias do Anno próximo passado”. In FAORO, R. (org. e intr.). *O debate político no processo da Independência* (reprod. fac-similar). Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Cultura, 1973.
- LOUREIRO, João B. da Rocha. *Exame crítico do parecer que deu à comissão especial das Cortes sobre os negócios do Brasil*. Lisboa: Nova Oficina de João Rodrigues Neves, 1822.

- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência* (1821–1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- NEVES, Lúcia M. B. Pereira das. “A ‘guerra de penas’: os impressos políticos e a independência do Brasil”. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 8, pp. 41-65, ago. 1999.
- SANTOS, Luíz Gonçalves dos. *Justa retribuição dada ao compadre de Lisboa, em desagravo dos brasileiros offendidos por varias asserções, que escreveo na sua carta em resposta ao Compadre de Belem*. 2a ed. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1822.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Colig. e reprod. por Edgard de Cerqueira Falcão. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1963.
- TOMÁS, Manuel Fernandes. *Carta do Compadre de Lisboa em resposta a outra do Compadre de Belém, ou juízo crítico sobre a Opinião Pública*. Rio de Janeiro: Tipografia Real, 1821.

Jornais

- Império do Brasil: Diário do Governo*. Vários redatores. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1823–1833.
- O Amigo do Rei e da Nação*. Redator Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva. Rio de Janeiro, mar.–jun. 1821.
- O Bem da Ordem*. Redator Cônego Francisco Vieira Goulart. Rio de Janeiro, mar.–dez. 1821.
- O Campeão Portuguez, ou O Amigo do Rei e do Povo*. Redator José Liberato Freire de Carvalho. Londres, 1819–1821. Periodicidade quinzenal.
- O Conciliador do Reino Unido*. Redator José da Silva Lisboa. Rio de Janeiro, 1 mar.–28 abr. 1821.
- O Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Redator Hipólito da Costa. Londres, 1808–1822.
- O Correio do Rio de Janeiro*. Redator João Soares Lisboa. O jornal teve duas fases: 10 abr.–21 out. 1822; 1 ago.–24 nov. 1823. Publicou também edições extraordinárias entre 24 maio e 31 jul. 1823.
- O Espelho*. Redator Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. Rio de Janeiro, 1 out. 1821–27 jun. 1823.
- O Investigador Portuguez em Inglaterra ou Jornal Literario Politico*. Redatores Bernardo José de Abrantes e Castro, Vicente Pedro Nolasco da Cunha, José Liberato Freire de Carvalho. Londres, 1811–1819. Periodicidade mensal.
- O Macaco Brasileiro*. Redatores Manuel Zuzarte e Pedro da Silva Porto. Rio de Janeiro, jun.–ago. 1822. Neste período circularam dezesseis números, impressos na Tipografia de Silva Porto e Cia. Periodicidade bissemanal.
- A Malagueta*. Redator Luís Augusto May. Lisboa, edições regulares de 18 dez. 1821–jun. 1822 e extraordinárias até 1833.

- O Portuguez ou Mercurio Politico, Commercial e Litterario*. Redator João Bernardo da Rocha Loureiro. Londres. O jornal foi editado em dois momentos: abr. de 1814–1822 e 1823–1826. Periodicidade mensal.
- O Revérbero Constitucional Fluminense*. Redatores Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Rio de Janeiro, 15 set. 1821–8 out. 1822.
- A Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande*. Redator Joseph Stephano Grondona. Rio de Janeiro, 5 ago.–11 nov. 1823.
- O Silfo*. Redator Antônio José Falcão. Rio de Janeiro, 6 ago.–1 nov. 1823.
- O Tamoio*. Atribuído aos Andrada. Rio de Janeiro, 12 ago.–11 nov. 1823.
- O Volantim*. Rio de Janeiro, set.–out. 1822.

CIDADE DO PARAÍSO NO AGRESTE PERNAMBUCANO: A ESPERANÇA SERTANEJA EM TEMPOS DE REVOLUÇÃO (1817-1820)

Danilo Araujo Marques¹

RESUMO

Este artigo apresenta a primeira experiência coletiva e concreta de uma utopia messiânica na história do Brasil, ocorrida no agreste pernambucano, a cerca de 320 quilômetros da capital Olinda. Tendo como pano de fundo o contexto histórico do imediato pós-Revolução de 1817 e o receio das autoridades pernambucasas com relação à circulação de ideias subversivas e perigosas — tais como “liberdade”, “autonomia” e “soberania” —, a narrativa pretende mostrar a trajetória e o cotidiano dos rebeldes sertanejos que se engajaram na concretização de um modo de vida alternativo ao estado de coisas que estava colocado na província de Pernambuco no final da segunda década do século XIX. A partir disso, pretende-se levantar alguns traços para a constituição de um arco narrativo mais amplo que permita contar uma história das utopias, uma “tradição da esperança” no Brasil.

Palavras-chave: História do Brasil. Pernambuco. Revolução de 1817. Serra do Rodeador. Independência.

ABSTRACT

This article presents the first collective and concrete experience of a messianic utopia in the history of Brazil, which took place in the Pernambuco countryside, about 320 kilometers from the capital Olinda. Against the backdrop of the immediate post-Revolution of 1817 historical context and the fear of Pernambuco authorities regarding the circulation of subversive and dangerous ideas — such as “freedom”, “autonomy” and “sovereignty” —, the narrative intends to show the trajectory and daily life of the *sertanejo* rebels who engaged in the realization of an alternative way of life to the state of affairs that was placed in the province of Pernambuco at the end of the second decade of the 19th century. From this, it is intended to raise some traits for the constitution of a broader narrative arc that allows telling a story of utopias, a “tradition of hope” in Brazil.

Keywords: History of Brazil. Pernambuco. Revolution of 1817. Serra do Rodeador. Independence.

1 Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pesquisador do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória da UFMG e autor do livro *No fio da navalha: historicidade, pós-modernidade e fim da História*. E-mail: danilomarques.his@gmail.com.

Na segunda década do século XIX, o atual município de Bonito ainda era um povoado fundado no fim do século anterior e encravado em um rincão na zona rural da província de Pernambuco, a cerca de 230 quilômetros da capital Olinda. Em meio à paisagem de vegetação rasteira das terras que pertenciam ao sargento de ordenanças João Francisco da Silva, um pico chamava a atenção. Era a Pedra do Rodeador, que ficava no sopé de uma serra que levava o mesmo nome. Foi este o local que serviu de cenário para a primeira experiência coletiva e concreta de uma utopia messiânica na nossa história, em uma mistura de pensamento mágico e ação política. Tudo isso quando o Brasil ainda nem era Brasil.

Animados por uma versão adaptada do antigo mito lusitano que anunciava a volta de Dom Sebastião — o “rei Desejado”, o “Encoberto”—, homens e mulheres do sertão pernambucano fundaram um arraial na Serra do Rodeador. Conhecida como Cidade do Paraíso Terreal, a comunidade liderada pelos profetas Silvestre José dos Santos e Manoel Gomes alimentava a expectativa do dia em que pobres se tornariam ricos, a terra seria de todos e o sistema forçado de recrutamento militar abolido. Em outras palavras, os habitantes do arraial do Rodeador alentavam sonhos de um mundo melhor.

Possuídos pela mais autêntica esperança, aqueles homens e mulheres pobres, trabalhadores rurais que viviam à margem das atividades econômicas nos grandes centros urbanos, foram capazes de articular um repertório próprio para imaginar e dar forma à ideia de uma outra realidade. O que, para ouvidos acostumados à burocracia do antigo regime, soava como o mais escancarado crime de sedição contra o rei, de lesa-majestade. Soma-se a isso o fato de que tudo acontecia no agitado contexto do imediato pós-Revolução de 1817, quando a Proclamação da República na vila do Recife deu o pontapé para a concretização de um projeto político alternativo — a nossa “outra Independência”, como bem denominou o historiador Evaldo Cabral de Mello (2022). Os setenta e quatro dias do governo de uma República no Recife foram, nas palavras de Carlos Guilherme Mota, “o primeiro traço significativo de descolonização acelerada e radical” (MOTA, 1972, p. 2). Algo que, portanto, elevava à última potência o temor da Coroa com relação à existência de qualquer foco irradiador daquelas ideias perigosas.

O SONHO SERTANEJO DO PARAÍSO NA TERRA

Tudo começou quando o antigo soldado do 12º Batalhão de Milícias do Bonito Silvestre José dos Santos chegou à região, por volta de 1811. Ele vinha fugido do povoado de Laje do Canhoto, na província de Alagoas,

depois de entrar no radar das autoridades por propagar a heresia de profecias sebastianistas. Não se sabe muito bem quando foi que a crença no retorno do rei português D. Sebastião, desaparecido na batalha de Alcácer Quibir em 1578, desembarcou na América portuguesa. Nem mesmo como foi capaz de se manter em circulação por tantos séculos – ainda que com variações a respeito do lugar destinado a Portugal. O certo mesmo é que, misturado a um cotidiano de profunda devoção religiosa, o sebastianismo acabou servindo como repertório para a manifestação de um espírito utópico na população sertaneja. Como bem descreveu Flávio Cabral,

No Brasil, de um povo cercado [de] injustiça, a crença que chegou trazida pelos colonizadores serviu como fonte terapêutica para os anseios, esperanças e sonhos desse povo. Ao observarmos alguns dos sonhos dos camponeses do Rodeador, podemos perceber a adaptação que sofreu o mito português nos trópicos brasileiros. Nesse aspecto, sublinhou Maria Isaura, que nos primeiros anos do século XIX “não tinha mais sentido para os brasileiros a recondução de Portugal à liderança entre as nações”. O que interessava naquele momento era o enriquecimento e a ascensão social. Apesar das diferentes nuances assumidas pelo sebastianismo em Portugal e no Brasil, a figura central nunca deixou de ser o Rei Desejado. O que aparece de novidade, tanto no Rodeador quanto em Pedra Bonita, é a valorização as rochas, de onde o rei desencantaria e instauraria a felicidade plena de seus seguidores. (CABRAL, 2002, pp. 41-2.)

Ao lado de outro desertor das milícias reais, o cunhado Manoel Gomes das Virgens, Silvestre foi responsável por se arranjar com João Francisco da Silva e sua esposa Ana José de Jesus — donos daquelas terras, possuidores do diploma de título de sesmária, personalidades bastante influentes na região. A primeira medida tomada pelos dois forasteiros foi o pagamento do foro pelo uso do pequeno naco de terra. Com o aumento da população, Silvestre e Manoel resolveram interromper o soldo. E, vendo aquele mundaréu de gente chegando naqueles domínios, o sesmeiro simplesmente desistiu de efetuar a cobrança. O principal motivo: medo. É o que atestam os depoimentos que o próprio João Francisco da Silva forneceu para a devassa (ibidem).

Depois de se estabelecerem no local, Silvestre e Manoel levantaram um oratório e constituíram, em torno da própria família, o primeiro núcleo populacional da comunidade. A partir de então, os dois homens tornaram-se os líderes do crescente grupo de pessoas que se deslocavam para o povoado seduzidas por notícias de milagres, profecias e aparições da Virgem Maria e de D. Sebastião. Silvestre passou a ser conhecido como Mestre Quiou, pelos “afilhados” que chegavam dos lugares mais distintos da

província: Freguesia do Capibaribe, Bezerros, Santo Antônio, Bom Jardim, Limoeiro, Santo Antônio de Tracunhaém, Goiana e até mesmo dos Cariris Velhos no sertão do Ceará. Tudo para presenciar as manifestações milagrosas ocorridas na fenda da chamada “Grande Pedra” ou “Lugar do Encanto” (BARRETO, 1971 [1822], p. 15).

Mas além dos aspectos próprios à devoção religiosa, a comunidade do Rodeador parecia exercer atração por representar uma maneira completamente nova de viver em sociedade. Vista como refúgio para uma população analfabeta e excluída dos principais circuitos comerciais, a comunidade materializava a promessa do Paraíso aqui e agora. De repente, homens e mulheres de fé se davam conta de que já não era mais preciso esperar a redenção após a morte. Uma vida livre e digna era possível ao pé da Serra do Rodeador.

Para aqueles camponeses, a Cidade do Paraíso Terreal era, talvez, a primeira grande experiência sedentária numa aglomeração, onde podiam lavrar, colher sem que fossem amofinados. Ademais, segundo as convicções daqueles camponeses, aquele lugar era uma espécie de terra consagrada. Um local ideal e fonte de bem-aventurança acastelada em volta da Virgem do Oratório. (CABRAL, 2002, p. 49.)

Era grande a movimentação das pessoas que afluíam para aquele tipo de sociedade alternativa. Tanto que as cabanas foram se tornando cada vez mais comuns na paisagem. Não se sabe ao certo quantos foram os habitantes da Cidade do Paraíso Terreal. Depoimentos da devassa ocorrida após o desbarate do arraial dão conta de que mais de duzentas pessoas viveram ali entre 1817 e 1820. “Felizes com o novo tipo de vida”, escreve Flávio Cabral, “os excluídos conseguiram imprimir um novo *modus vivendi* sem a necessidade de estarem submetidos ao mando dos chefes patriarcais” (ibidem, p. 50).

Todos e todas se agrupavam em torno da irmandade de Bom Jesus da Lapa e da Virgem do Oratório. Mas, a despeito de se tratarem como irmãos e irmãs, o cotidiano da comunidade era organizado sob uma rígida hierarquia. Abaixo da autoridade dos dois profetas, reconhecidos como “procuradores de Cristo”, estava a de doze indivíduos, denominados “Sabidos”, entre os quais o sacristão e os chamados “procuradores e procuradoras da honestidade”, que se distinguiram pelo uso de rosetas e divisas coloridas e eram responsáveis por regular o vestuário e a vida sexual da comunidade (DEVASSA..., p. 45v). Já o restante da população era rotulado como “Ensinados”, os quais, com o retorno de D. Sebastião, saíram para libertar os lugares santos de Jerusalém e realizariam o Paraíso na terra com a instalação dos mil anos do reino de Cristo.

Mas engana-se quem imagina que aquela organização social era baseada apenas na fé. Havia também os responsáveis pelo ensino, a vigilância e revisão dos exercícios militares. Aliás, é preciso notar que, se a Cidade do Paraíso Terreal tinha sua disciplina com relação às questões do espírito, ela também estava preparada para a guerra. Isso porque, além de seguir a linha de um messianismo apocalíptico insurgente — mais afeito ao uso da violência para atingir o objetivo esperado —, grande parte de seus habitantes era formada por homens desertores e egressos das milícias reais, insatisfeitos com o processo forçado de alistamento militar, que sempre pesara sobre a população mais pobre (RIBEIRO, 1960). Ou seja, embora pouco organizado, o protoexército da comunidade contava com a experiência do manejo de facas de ponta, espadas, “parnaíbas”, pistolas, bacamartes e espingardas.

É possível, inclusive, que este tenha sido um dos motivos para que as autoridades de Pernambuco vissem com maus olhos a experiência da Serra do Rodeador. Sobretudo o governador da capitania, general Luiz do Rego Barreto, homem que carregava a experiência das guerras napoleônicas e que havia comandado com mão de ferro e larga dose de truculência o processo de repressão às atividades revolucionárias de 1817 no Recife. Três anos depois, faria o mesmo na Cidade do Paraíso Terreal. O receio de que ideias perigosas como “liberdade”, “autonomia” e “soberania” ecoassem das ruas do Recife em 1817 para ressoar na experiência dos cada vez mais numerosos rebeldes armados do Rodeador fez com que o governador nomeado por D. João VI enviasse espiões para vigiar o cotidiano da comunidade.

Luiz do Rego era da opinião de que “para o interior, o espírito público tem recebido algum maligno influxo (...) talvez desses papeis venenosos que, apesar de todas as cautelas, se têm introduzido em todo o Reino Unido”, como escreveu em carta ao Ministro Tomás Antonio Vila Nova Portugal, datada de 21 de outubro de 1820 (apud MELLO, 1979, p. 162). Para o governador, tratava-se de “pôr imediatamente obstáculos ao progresso do mal”, pois ele sabia muito bem que, a qualquer momento, ideias incendiárias poderiam acender o rastilho que levava ao barril de pólvora de uma população que há muito tempo não reconhecia a autoridade do rei D. João VI — já que, como bem relatou um depoente da devassa, “ninguém governava sobre eles, só Deus e el rei Dom Sebastião, e a Senhora, e que não temiam, nem obedeciam a mais ninguém” (DEVASSA..., p. 40 apud MELLO, 1979, p. 161). Isso sem falar na revolta com a compulsoriedade do alistamento militar de homens cientes de que, ainda nas palavras do depoente, “deviam estar bem armados para poderem combater contra quem opusesse” (DEVASSA..., p. 23). Para todos os efeitos, nas palavras

de Luiz do Rego, aquele lugar se mostrava como um “ajuntamento (...) mui perigoso, e que tendia a formar grandes desordens na sociedade” (BARRETO, 1971 [1822], p. 16).

E, de fato, parece mesmo que a situação na Serra do Rodeador não era muito diferente do que esperava o governador da província. Insatisfação, revolta e não reconhecimento das autoridades monárquicas eram potenciais elementos subversivos que corriam soltos entre os moradores da comunidade. A certa altura, um dos infiltrados deu notícia de que um homem da cidade do Paraíso Terreal levantou a voz em um dos exercícios militares — conhecidos como “Marchas de Deus” — para dizer em alto e bom som que desejava “encontrar com o General desta Capitania para lhe fazer umas cuias [de sua] cabeça, uma para eles beberem e outra para quem a quisesse” (DEVASSA..., p. 45v).

O CERCO AO PARAÍSO

No dia 20 de outubro de 1820, dois batalhões de caçadores partiram de Recife em direção ao povoado de Bonito. O objetivo era um só: acabar de vez com a comunidade do Rodeador. De um lado, o comando da tropa era do tenente-coronel José de Sá Carneiro Pereira; de outro, do major José de Moraes Madureira Lobo. Durante o trajeto, batalhões de milícias foram se juntando às colunas e somaram um efetivo de cerca de 950 homens.

No dia 25 de outubro, os militares chegaram ao povoado e se aprontaram para a guerra. Naquela mesma noite, os habitantes da Cidade do Paraíso Terreal se reuniram na Pedra do Rodeador para presenciar a revelação da Santa do Oratório. O profeta Silvestre havia garantido que luzes abririam clarões no meio daquela noite para anunciar a aparição da Virgem. Mal podiam imaginar que um cerco militar à comunidade estava sendo preparado.

Desde o primeiro estampido — que não se sabe muito bem de que lado veio —, foram seis horas de combate varando a madrugada. A resistência dos rebeldes do Rodeador foi reconhecida pelo próprio Luiz do Rego. Mas as críticas que chegavam das Cortes de Lisboa, diante do constrangimento causado pelo alto número de mortes dos dois lados, forçaram o governador a redigir um documento intitulado *Memória justificativa sobre a conduta do marechal de campo Luiz do Rego Barreto durante o tempo em que foi Governador de Pernambuco e Presidente da Junta Constitucional do Governo da mesma Província oferecida à nação portuguesa* (BARRETO, 1971 [1822]). Um escrito que, como bem deixa claro o título, servia, entre outras coisas, para prestar contas de que o problema todo na Serra

do Rodeador teria ocorrido por mero descontrole. Ou seja, em bom português, pelo fato de ele mesmo não estar no comando das tropas.

Seja como for, fato é que o massacre foi concluído a mando de Madureira Lobo, com o incêndio das casas de taipa cobertas de palha. O fogo varreu crianças, mulheres e idosos que estavam fora do conflito. Sem contar os prisioneiros que, já rendidos, foram mortos a golpes de espada. O episódio chocou tanto a opinião pública que se irradiou para outras províncias e se manteve fresco na memória por algum tempo. Dois anos depois, em agosto de 1822 — às portas do 7 de setembro —, o então príncipe regente D. Pedro lembrou do massacre em um manifesto dirigido aos brasileiros contra as cortes de Lisboa: “Extingui esse viveiro de fardados lobos, que ainda sustentam os sanguinários do partido faccioso”, conclamou, “recordai-vos, pernambucanos, das fogueiras do Bonito e das cenas do Recife” (apud CABRAL, 2002, p. 91.)

Vista de hoje, dois séculos depois, a experiência na Serra do Rodeador nos ajuda a compreender como a circulação de algumas ideias perigosas entre as camadas pobres da população causava medo nas autoridades e elites locais da província de Pernambuco. Testemunhas disso são a proximidade temporal com a Revolução de 1817 e a repetição da truculência na repressão da comunidade a mando do governador Luiz do Rego.

É certo que os moradores da Cidade do Paraíso Terreal não pensavam em se separar do reino, muito menos em formar uma República independente. Mas, enquanto reivindicavam o ideal do bom governo — na imaginação de uma monarquia contrária à tirania —, ideias de autonomia e liberdade corriam por entre as frestas milenaristas dos sonhos daqueles sertanejos. Como bem concluiu Jacquelin Hermann,

Órfãos de um rei encantado e de um país imaginário, os sertanejos do Rodeador exprimiram na Cidade do Paraíso Terrestre uma face importante dos impasses vividos pelos deserdados da Colônia, às vésperas da Independência. Podem ser vistos, assim, como integrantes de uma “sedição régia” ou de uma dissensão sebastianista, reatualizando o fantasma que continuava a assombrar a monarquia portuguesa. (HERMANN, 2001, p. 142.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS: EM BUSCA DA NOSSA “TRADIÇÃO DA ESPERANÇA”

Para além do conhecimento sobre as diferentes perspectivas em torno de ideias como “liberdade” e “autonomia” que circulavam na província de Pernambuco nas primeiras décadas do século XIX, o episódio da Serra do Rodeador lança ainda outra questão duzentos anos depois. Como lembra Flávio Cabral, este foi “o primeiro surto coletivo sebastianista do país”, a

primeira manifestação da concretização do que podemos chamar de uma utopia messiânica na nossa história (CABRAL, 2001, p. 13). E se ela for compreendida dentro de um arco histórico e temporal mais amplo de outras experiências similares, talvez seja possível traçar a linha de uma história das utopias no Brasil.

Há pouco mais de cem anos, em 1921, o pensador alemão Ernst Bloch publicou o livro *Thomas Münzer: teólogo da revolução* (BLOCH, 1973). Nessa biografia do reformador protestante e anabatista radical, o filósofo buscou investigar os traços messiânicos e milenaristas presentes nos embates teológicos e confrontos físicos das conhecidas Guerras Camponesas do século XVI na Alemanha. Tudo para formular aquilo que chamou de uma “tradição da esperança”. Pois bem, se nos voltarmos com esse olhar para a história do Brasil, a experiência da Serra do Rodeador permite dar o ponto de partida para uma reflexão sobre a nossa própria “tradição da esperança”. Uma tradição que, à primeira vista, parece fundada em pelo menos três matrizes político-sociais, concebidas e testadas entre o final do século XVIII e o início do XX, como contraponto ao projeto de país e de poder centrado no Rio de Janeiro².

A primeira — e mais óbvia — seria mesmo essa matriz utópico-messiânica. Uma matriz social de corte exclusivamente popular e carregada com as tintas fortes do sebastianismo. Numa linhagem que sai da Serra do Rodeador; passa por Pedra Bonita na década de 1830 — na comarca de Serra Talhada, também província de Pernambuco —; desagua em Canudos, no sertão da Bahia, nos anos 1890; chega às “cidades santas” da região do Contestado, no interior do Paraná e Santa Catarina, já na Primeira República; e chega até a comunidade do Caldeirão, no interior do Ceará, nas décadas de 1920 e 1930 (STARLING; BRAGA, 2013; ALVES, 1994; MACHADO, 2004).

A segunda matriz dessa tradição da esperança seria derivada do republicanismo e do liberalismo. Visivelmente mais ancorada nos estratos letrados da sociedade, essa matriz política apresenta um eixo que vai

2 A utilização dos termos “matrizes” e “tradição”, aqui, não é nada fortuita. Eles servem mesmo como ferramentas analíticas que viabilizam a construção da hipótese. Dado que, como ensina a historiadora Heloisa Starling, “o uso do conceito de tradição permite entender as maneiras como, ao longo do tempo, no interior de um universo conceitual e linguístico partilhado, foram sendo construídas formas de pensar e agir que respondiam diretamente aos problemas apresentados pelo contexto em que foram engendradas. O conceito de matrizes, por sua vez, oferece os elementos necessários à compreensão de como essas formas de pensamento e ação se desenvolveram em direções específicas e refletiram sua própria temporalidade histórica, na mesma medida em que foram capazes de incorporar e retomar temas e categorias do passado” (STARLING, 2013, p. 3).

desde a imaginação de sociedades alternativas ao antigo regime como a “República do Tagoay”, de Silva Alvarenga, ainda no final do século XVIII; passando pelo plano do Grande Fatusim Nacional, pensado e proposto por Ezequiel Corrêa dos Santos no jornal *Nova Luz Brasileira* nos anos 1830; até a concretização da Nova Filadélfia, projetada por Téofilo Ottoni na região do Mucuri, em Minas Gerais (STARLING, 2018; STARLING; BRAGA, 2013; BASILE, 2013).

Por fim, a terceira matriz dessa tradição da esperança na história do Brasil seria decorrente da tradição política do socialismo, trazida por imigrantes europeus que, durante o século XIX, chegavam com novas ideias ao Brasil. De partida, essa matriz seria representada tanto pelo projeto fourierista do “Falanstério do Saí”, concebido pelo médico francês Benoît Mure no Rio de Janeiro; quanto pela Colônia Cecília, erguida por imigrantes italianos anarquistas no interior do Paraná (STARLING; BRAGA, 2013).

Em meio às comemorações do bicentenário da Independência do Brasil, todo esse grande arco de experiências históricas permite-nos traçar uma arqueologia e definir a fisionomia da nossa própria “tradição da esperança”. Com isso, temos a chance de recordar que a imaginação de futuros possíveis sempre foi um elemento presente e constituidor da história do Brasil. Não o futuro como miragem, devaneio, lugar nenhum, mas como escolha, princípio da ação, aqui e agora. O futuro como esperança. Ou melhor, como princípio esperança (BLOCH, 2005). Este é o legado que nos foi deixado pela Serra do Rodeador. É a nossa herança, que, assim como no ideograma *Sankofa* dos povos Akan da África Ocidental, nos ensina a olhar para trás para só então seguir em frente (NASCIMENTO, 2008).

REFERÊNCIAS

- ALVES, Tarcísio Marcos. *A Santa Cruz do Deserto: ideologia e protesto popular no sertão nordestino, a comunidade camponesa igualitária do Caldeirão*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 1994.
- BARRETO, Luiz do Rego. *Memória Justificativa sobre a conducta do Marechal de Campo Luiz do Rego Barreto durante o tempo em que foi Governador de Pernambuco e Presidente da Junta Constitucional do Governo da mesma Província*. Lisboa: Typographia de Desiderio Marques Leão, 1822. Reedição fac-similar do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco, 1971.

- BASILE, Marcelo O. N. de Campos. “A reforma agrária cidadã: o plano do Grande Fatusim Nacional”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, pp. 95-117, abr./set.1998.
- BLOCH, Ernst. *Thomas Münzer: teólogo da revolução*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.
- _____. *O princípio esperança*. Trad. Nélio Schneider. Vol. 1. Rio de Janeiro: EdUERJ / Contraponto, 2005.
- CABRAL, Flávio J. Gomes. *Paraíso terreal: a rebelião sebastianista na Serra do Rodeador*. Pernambuco, 1820. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- DEVASSA *acerca do ajuntamento da Serra do Rodeador*. Série Interior, Correspondência dos Presidentes da Província (1820-1821). IJJA, 245, vol. 9. Seção de Manuscritos (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro).
- FARIAS, Vinícius França; BRITTO, Aurélio de Moura. “Em busca do paraíso terreal: uma história ‘vista de baixo’ da sedição sebastianista da Serra do Rodeador, Bonito – PE (1817-1820)”. *Ensaaios de História*, Franca, v. 21, n.1, pp. 177-92, 2020.
- HERMANN, Jacqueline. “Sebastianismo e sedição: os rebeldes do Rodeador na ‘Cidade do Paraíso Terrestre’, Pernambuco – 1817–1820”. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, pp. 131-42, jul. 2001.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- MEDEIROS, Pedro Castellan. *No reino do Paraíso Terreal: rebeldes-devotos da Pedra Encantada do Rodeador*, Pernambuco, 1820. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- _____. “Rebeldes da Serra do Rodeador: Experiências, agências e estratégias de luta no agreste pernambucano do século XIX”. In DANTAS, M. D. (org.). *Da corte ao confronto: capítulos de história do Brasil oitocentista*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.
- MELLO, Evaldo Cabral de. “Cartas Pernambucanas de Luís do Rego Barreto”. *RIAHGP*, Recife, v. 52, pp. 81-215, 1979.
- _____. *A outra Independência: Pernambuco, 1817-1824*. São Paulo: Todavia, 2022.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estruturas e comportamentos*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. “Sankofa: significado e intenções”. In _____ (org.). *A matriz africana no mundo*. Coleção Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira, vol.1. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- RIBEIRO, René. “O Episódio da Serra do Rodeador (1817-20): um movimento milenar e sebastianista”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 8, n. 2, pp. 133-44, dez. 1960.

STARLING, Heloisa M. M. *A liberdade era amável: a formação da linguagem do republicanismo na América portuguesa (séculos XVII e XVIII)*. Tese (Titular em História do Brasil) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

_____. *Ser republicano no Brasil colônia: a história de uma tradição esquecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____; BRAGA, Pauliane de Carvalho (org.) *Sentimentos da terra: imaginação de Reforma Agrária, imaginação de República*. Belo Horizonte: Proex, 2013.

A NAÇÃO EMBRANQUECIDA E SEU PASSADO ESCRAVISTA: OUTRAS LEITURAS DO BRASIL

Ynaê Lopes dos Santos¹

RESUMO

Partindo da constatação do funcionamento sistêmico do racismo no Brasil, o presente artigo pretende revisitar o processo de independência brasileiro, sublinhando como os acordos feitos entre as elites políticas da época foram fundamentais para a manutenção da instituição escravista no país em construção. O artigo defende que a escolha pela escravidão ajudou a desenhar os meios pelos quais o racismo se manteria atuante no Brasil.

Palavras-chave: Independência Brasileira. Racismo. Passado Escravista.

ABSTRACT

Based on the evidence of the systemic functioning of racism in Brazil, this article intends to revisit the Brazilian independence process, underlining how the agreements made between the political elites of the time were fundamental for the maintenance of the institution of slavery in the country under construction. The article argues that the choice for slavery helped design the means by which racism would remain active in Brazil.

Keywords: Brazilian Independence. Racism. Slavery Past.

“Professora, eu gostei muito da proposta do curso da senhora, mas não tenho como vir à universidade duas vezes na semana. A senhora poderia me aceitar na sua disciplina mesmo assim? Posso fazer trabalhos extras para compensar.”

Não foram duas nem três vezes que ouvi de alunos e alunas da graduação esse tipo de pedido. E não estou me referindo a toda minha trajetória como professora universitária. Todas as solicitações foram feitas no primeiro semestre de 2022, quando a Universidade Federal Fluminense

1 Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP) e professora de História da América na Universidade Federal Fluminense. Suas áreas de pesquisa tratam da história da escravidão nas Américas, relações etnorraciais no continente americano e ensino de história da África e da questão negra no Brasil. Atualmente é membra executiva da Associação de Estudos Brasileiros (Brasa), editora da revista *Tempo*, colunista da Deutsche Welle Brasil e administradora do perfil do Instagram @nospassos_vem_de_longe. Autora dos livros: *Além da senzala: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro 1808–1850* (Hucitec, 2010), *História da África e do Brasil Afrodescendente* (Pallas, 2017), *Juliano Moreira: o médico negro na função da psiquiatria brasileira* (EdUFF, 2020), *Racismo Brasileiro: uma história da formação do país* (Todavia, 2022). E-mail: ynae.lopes.santos@gmail.com.

— assim como grande parte das universidades federais do país — retomou as aulas presenciais depois de dois anos de aulas virtuais em decorrência da pandemia de Covid-19.

Esses pedidos foram uma espécie de “tapa na cara” e, ao mesmo tempo, um lembrete de que a universidade pública e gratuita de 2022 não era a mesma de anos antes. Sem dúvida, o acesso de alunos e alunas de baixa renda há muito é um desafio e um compromisso de ações das universidades — cuja parcela significativa abraçou um projeto minimamente mais inclusivo. No entanto, o aumento do fosso social no Brasil, que voltou a ser um país atravessado pela fome, há tempos não era tão gritante. E, infelizmente, a corda sempre arrebenta do lado mais fraco.

Como era de se esperar, a maior parte dos estudantes que me procuravam para tentar negociar uma maneira de cursar a disciplina optativa que eu ofertava era de cotistas, negros em sua imensa maioria.

E, então, experimentei um misto de sentimentos: a felicidade de ser professora de uma universidade pública, gratuita e de qualidade, cujo corpo discente se transformou significativamente após a implementação da política de cotas sociais e raciais, e a tristeza e indignação de perceber que não há nenhum interesse na esfera federal — desde o golpe à presente Dilma Rousseff em meados de 2016 — em garantir que esses mesmos estudantes concluam seus cursos.

Era como se tivesse uma voz ecoando Brasil afora: “você podem até entrar na universidade por meio das cotas sociais e/ou raciais. Mas sair formados, aí já são outros quinhentos!!”.

E não são quaisquer quinhentos. São os mesmos quinhentos, ou melhor, são os mesmos 522 anos nos quais foram recorrentes ações de parte das elites dirigentes no Brasil no sentido de inviabilizar ou dificultar que as populações negras e indígenas estivessem nesses locais privilegiados para a construção de conhecimento e que, por conseguinte, também são centros de poder e prestígio. A história do Brasil é também, e infelizmente, a história da manutenção e criação desses obstáculos — apesar, e por causa, de lutas históricas dos movimentos indígenas e negros.

E não foi por acaso que resolvi começar este texto com as solicitações de alunos e alunas cotistas que atravessaram meu retorno ao ensino presencial universitário. Nesse mesmo ano em que se comemora o bicentenário da Independência do Brasil, a Lei de Cotas Raciais nas universidades federais implementada em 2012 será revista. Quando foi projetada, essa revisão previa uma análise crítica e eventuais ajustes dessa ação afirmativa. Todavia, a onda conservadora que assola o país coloca a própria lei

em perigo, com o regresso de uma concepção torta e muito conveniente de meritocracia, que se sustenta no falacioso mito da democracia racial. Sendo assim, foi proposital fazer essa “viagem ao país do presente” a partir dos obstáculos atuais impostos aos cotistas.

Acredito que essa perspectiva permite, a um só tempo: a) pontuar os obstáculos experimentados pelos estudantes cotistas nos últimos anos; b) mencionar a importância da implementação da Lei de Cotas e a transformação que ela incutiu na universidade pública brasileira e na formação recente de jovens profissionais — algo que tem sido comemorado e comprovado por importantes pesquisas acadêmicas, como as de Dagoberto José Fonseca (2009), Muniz Sodré (2015) e Vanessa Patrícia Machado da Silva (2020); c) fazer da aprovação da Lei de Cotas um convite para revisitar a história brasileira e seu constante atravessamento pelo racismo.

Apesar de uma série de dificuldades de cunho econômico, social e psicológico, parte expressiva dos meus alunos e alunas não estaria na universidade há bem pouco tempo. Muitos estariam repetindo as histórias de seus pais e avós, que não tiveram nenhum tipo de incentivo (em nenhum aspecto) para o ingresso no ensino superior. Olhando para minha própria experiência de estudante de uma universidade pública (há vinte anos), o significativo aumento de alunos e alunas negros é motivo de felicidade, um sopro de esperança e mudança

Ainda que a política de cotas raciais e sociais possa ser objeto de muitos questionamentos — em grande parte resultantes das já mencionadas poucas políticas que viabilizem que esses estudantes cotistas possam permanecer e concluir a universidade —, é incontestável que as Cotas Raciais mudaram a universidade brasileira, e a mudaram para melhor. Não só pelo aumento de negros e negras no corpo discente — e a consequente formação de profissionais negros qualificados —, mas também pelo fato de este aumento trazer uma salutar e urgente transformação no modo de se produzir o conhecimento histórico.

Dito de forma simples: uma das consequências positivas do sistema de cotas é a ampliação das indagações sobre o passado. Indagações essas que mobilizam outros atores sociais — muitas vezes silenciados de forma sistemática pela dita história oficial —, e que nos obrigam a acessar e elaborar outras epistemologias.

Numa tacada só, a Lei de Cotas pôs por terra um dos projetos mais acalentados das elites brasileiras: embranquecer sua população. Não só do ponto de vista fenotípico, como foi proposto na Primeira República (1889–1930), mas também mobilizando a ideia de que o Brasil e/ou a brasilidade deveria ser branca, ou embranquecida.

Não foi por acaso que essa política de ação afirmativa demorou tanto tempo para ser implementada, causado fortes polêmicas, e que, mesmo depois de uma década de resultados positivos expressivos, ainda esteja sendo questionada por uma parcela significativa das oligarquias do país, que muito cinicamente dizem “não enxergar cor, só enxergar gente”.

Pois bem, junto com a luta história dos movimentos negros do Brasil, a aprovação da Lei de Cotas pelo Supremo Tribunal Federal em 2012 contou com um parecer que considero fundamental ser aqui lembrado. O parecer feito pelo historiador Luís Felipe de Alencastro, um dos maiores especialistas em História da escravidão.

No segundo dia de audiências do STF, em 4 de março de 2010, e na condição de representante da Fundação Palmares, Alencastro partiu de

um resumo histórico para chegar à atualidade e ao julgamento que nos ocupa. Os ensinamentos sobre nosso passado, referem-se à densa presença da população negra na formação do povo brasileiro. Todos nós sabemos que esta presença originou-se e desenvolveu-se na violência. Contudo, a extensão e o impacto do escravismo não tem sido suficientemente sublinhada. A petição inicial de ADPF apresentada pelo DEM a esta Corte fala genericamente sobre “o racismo e a opção pela escravidão negra” (pp. 37-40), sem considerar a especificidade do escravismo em nosso país. (ALENCASTRO, 2010.)

O documento lido na ocasião é uma verdadeira aula de história do Brasil, no qual Alencastro nos lembra que as últimas décadas da escravidão brasileira só podem ser compreendidas em meio ao pacto escravista feito entre 1835 e 1850 — período conhecido como regresso conservador —, que permitiu que mais de 750 mil africanos fossem ilegalmente traficados e escravizados, segundo as leis brasileiras. Ou seja, o Estado Nacional brasileiro foi cúmplice (quando não o próprio autor) da escravização ilegal de africanos que chegaram ao país depois de 1831. Isso sem contar seus descendentes, que na maior parte dos casos herdou a condição escravizada de seus pais.

Deste modo, de acordo com Alencastro,

não se trata [a Lei de Cotas] de uma simples lógica indenizatória, destinada a quitar dívidas da história e a garantir direitos usurpados de uma comunidade específica, como foi o caso, em boa medida, nos memoráveis julgamentos desta Corte sobre a demarcação das terras indígenas. No presente julgamento, trata-se, sobretudo, de inscrever a discussão sobre a política afirmativa no aperfeiçoamento da democracia, no vir a ser da nação. Tais são os desafios que as cotas raciais universitárias colocam ao nosso presente e ao nosso futuro. (Ibidem)

Ao reconhecer a participação do Estado nacional brasileiro na escravidão ilegal de africanos e seus descendentes depois de 1831, Alencastro propôs um longo senso de responsabilidade desse mesmo Estado nacional, proposta essa que foi reconhecida pelo STF. E, para finalizar, o historiador pontuou que a melhoria e consolidação da democracia brasileira passaria, necessariamente, pelo reconhecimento das escolhas políticas feitas no passado.

No caso brasileiro, tais escolhas estiveram fundamentadas no racismo e nas benesses que ele criou para a população branca do país, contrapostas às violências e marginalizações que atravessaram a vida de negros e indígenas. Embora tais escolhas tenham acontecido inúmeras vezes, tornando-se parte constitutiva da experiência política brasileira, parto de uma análise do meu recente livro para advogar que temos uma espécie de pedra fundamental, uma data de nascimento para esse Brasil embranquecido: 7 de setembro de 1822 (SANTOS, 2022).

SETE DE SETEMBRO E A ESCOLHA PELO BRASIL ESCRAVISTA

As inúmeras disputas políticas experimentadas nos primeiros anos do Brasil Império são um ponto passivo entre a historiografia brasileira e brasilianista — e que causaram desordens sociais, conflitos pessoais, políticos e militares com uma espécie de chão comum, um limite compartilhado que permitiu que tais tumultos não afetassem a integridade do Império que se construía: o chão escravista e o comprometimento com a ordem escravocrata. Este era “o não dito” por trás do silêncio da Assembleia Constitucional sobre a manutenção da escravidão. Um silêncio que se manteve na Carta Constitucional de 1824 e que ajudou a construir boa parte do Império do Brasil.

Nesse sentido, é crucial lembrar que, com a queda do Antigo Regime, a Constituição se tornou uma espécie de pacto político fundador e organizador de países independentes do Ocidente. Um pacto que parece quase “natural” ao pensarmos na organização de nações modernas, mas que tem uma história recente, imersa nos ideais iluministas e liberais. Composta por um conjunto de normas jurídicas, a Constituição é o documento que ocupa o lugar máximo na hierarquia do direito de um Estado, enumerando e limitando os poderes e funções desse mesmo Estado. Dessa forma, a Constituição define os princípios políticos e estabelece os procedimentos, poderes, direitos e deveres de um governo, reconhecendo direitos individuais.

Com a Carta Constitucional de 1824 não foi diferente. Todavia, ela guardava algumas particularidades. Uma das mais expressivas era o

Poder Moderador, ou o quarto poder, que deveria ser exercido única e exclusivamente pelo imperador. O Poder Moderador tinha o intuito de garantir que o equilíbrio entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário fosse mantido, dando ao monarca a prerrogativa de dissolver o Congresso Nacional, nomear o Poder Executivo e os ministros do Supremo Tribunal. Uma medida que condizia com a perspectiva de poder de D. Pedro I e que atravessaria toda a experiência política do Brasil Império — medida que foi muito criticada, haja vista a Confederação do Equador, que eclodiu em Pernambuco em dois de julho de 1824.

Elemento central da organização do Estado brasileiro a partir de 1824, o Poder Moderador não maculou a natureza abertamente liberal da Carta Constitucional, um liberalismo que, vale dizer, conviveu muito bem com a manutenção da escravidão. Essa combinação fica especialmente evidente no Artigo 179 da Constituição. De acordo com o próprio documento, este artigo versava sobre “a inviolabilidade dos Direitos Cíveis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte...”.

Ainda que seu título já seja bem elucidativo, é fundamental pontuar que o Artigo 179 representou uma ruptura efetiva de práticas e costumes do Antigo Regime e da experiência colonial. Um dos aspectos que comprovam isso é a abolição da tortura, dos açoites e penas cruéis a todos os cidadãos brasileiros, homens que, a partir de então, seriam regidos pela mesma lei, sem nenhum tipo de distinção de origem ou racial.

E quem eram os cidadãos brasileiros?

Todos aqueles nascidos no Brasil, fossem livres ou libertos. Os filhos de pais brasileiros nascidos no estrangeiro e que tomaram domicílio no Império do Brasil. Os filhos de pais brasileiros nascidos no estrangeiro enquanto o pai estava a serviço do Império. Os portugueses residentes no Brasil e que aderiram à causa da Independência. Os estrangeiros naturalizados, independentemente de sua religião. Sim, é exatamente isso que você leu: os LIBERTOS nascidos no Brasil poderiam ser cidadãos. A cidadania brasileira tinha suas portas abertas para os homens egressos do cativeiro. Homens negros, vale dizer.

Lendo-se a Constituição na íntegra, observa-se que a palavra “raça” não é mencionada em nenhum ponto do documento, o que leva à conclusão de que a pertença racial não seria um critério de exclusão ou de inclusão no exercício da cidadania. Essa constatação pode nos fazer pensar que a Constituição de 1824 era não só profundamente liberal, mas também progressista, inclusive se comparada a de outras nações americanas. O que, de certa

forma, é verdade. Mas tenhamos calma. O Brasil foi um país que se construiu sobre os não ditos acerca de raça e racismo. Por isso, é importante um olhar um pouco mais atento para a organização do texto constitucional.

Mesmo contendo uma série de termos técnicos da área do Direito do Estado, a Carta Constitucional é um documento fundamental, cuja leitura atenta e pormenorizada permite a compreensão de uma série de aspectos estruturais do Império do Brasil. Para nosso propósito, vale destacar as questões relativas ao exercício da cidadania. A definição dos cidadãos brasileiros estabelecida no título 2º. da Constituição, não dá conta sozinha de explicar o funcionamento do corpo eleitoral do Império do Brasil. Por isso, é necessário examinar os mecanismos desenvolvidos para a execução das eleições.

De acordo com os termos previstos, a eleição no Império do Brasil teria dois níveis. O primeiro era a eleição paroquial, da qual podiam participar todos os cidadãos com mais de 25 anos e que tivessem renda anual líquida de 100 mil-réis provenientes de empregos, em bens de raiz (terra), comércio ou indústria. Essa eleição escolheria os eleitores de província que, por sua vez, eram cidadãos que deveriam ter renda anual de 200 mil-réis, com exceção dos libertos, que estavam excluídos *a priori* desta categoria. Apenas os eleitores de província nascidos livres podiam eleger os parlamentares que concorreriam aos cargos de deputado e de senador. Por sua vez, para disputar cargos do Legislativo, o cidadão brasileiro em questão deveria ter renda maior do que a de seus eleitores. Os deputados precisavam ter renda anual de 400 mil-réis, e os senadores, renda igual ou maior que 800 mil-réis. Ah, e em ambos os casos, os libertos também estavam excluídos.

Logo se vê que o sistema eleitoral brasileiro era indireto e empregava o voto censitário. Uma escolha que permitiu a participação controlada da população negra, na medida em que eram poucos os cidadãos negros que tinham renda anual maior do que 100 mil-réis. E, caso existissem exceções dentre os cidadãos eleitores, a exclusão expressa dos libertos garantia que os egressos do cativeiro não pudessem participar ativamente das instituições políticas do Brasil (MATTOS, 1999).

Se por um lado o reconhecimento da cidadania para os libertos acenava para uma concepção mais larga dos direitos civis, por outro lado, não podemos nos esquecer de que a sombra da Revolução do Haiti ainda pairava nas Américas. Havia uma percepção de parte significativa da classe política brasileira de que uma das razões para a eclosão da Revolução do Haiti fora, justamente, o não reconhecimento dos direitos civis e políticos da chamada “população livre de cor”. Homens negros, livres e libertos

(muitos deles proprietários de terras e de escravizados) foram barrados do corpo eleitoral da colônia francesa (FICK, 1991). Essa barreira acabou estabelecendo identificações com as pautas trazidas pelos escravizados, desnudando assim a profunda estrutura racial que organizava a ilha e que se transformou no norte da revolução.

Mesmo num mundo marcado pela maior revolução de escravizados da história da humanidade e pelo crescimento do movimento abolicionista (sobretudo o inglês), Alencastro nos lembra que a classe política brasileira, ela mesma proprietária de escravizados, apostou que a instituição escravista seria o futuro do Brasil (2004). E essa não foi uma aposta no escuro. Ela foi tecida levando em conta prós e contras. De um lado, havia a herança de um mundo colonial erguido sobre a escravidão; uma escravidão racializada e que, graças ao intenso tráfico transatlântico, era também uma escravidão capilarizada até mesmo entre os setores menos abastados da sociedade. De outro lado, havia o medo constante do “inimigo interno”, de que uma revolução parecida com a do Haiti fosse protagonizada pelos escravizados e negros libertos do Brasil; um medo que carregava consigo a história de centenas de quilombos, de inúmeras e constantes revoltas. Sendo assim, a escolha pela escravidão requeria cuidados.

O Império do Brasil não poderia correr esse risco. Dessa forma, a assimilação do liberto como cidadão brasileiro foi uma espécie de válvula de escape, um amortecedor necessário em meio à construção de uma nação que fez da escravidão um dos seus principais pilares de fundação (BERBEL; MARQUESE; PARRON, 2010).

Não foi só o termo “raça” que esteve ausente da Carta Constitucional. As palavras “escravidão” e “escravo” tampouco foram mencionadas uma única vez em todo o texto constitucional. A manutenção da escravidão ficou subentendida, justamente, no Artigo 179, que definia que a inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros tinha como base o *direito à propriedade privada*. E, aos olhos da classe senhorial e dos homens que construíam o Império do Brasil, o escravizado era, antes de qualquer coisa, uma propriedade.

Mas não uma propriedade qualquer. Graças ao intenso tráfico transatlântico de africanos escravizados durante a colonização e no período joanino, bem como à diversificada economia da América portuguesa, a aquisição de escravizados se tornou algo relativamente acessível por estas bandas. Uma série de estudos historiográficos apontam que o/a escravizado/a foi o tipo de propriedade mais disseminado no Brasil, podendo ser adquirido até mesmo por pessoas pobres. A possibilidade de comprar um escravizado por meio de cartas de crédito facilitou ainda mais que pessoas de condição modesta adquirissem um cativo e pagassem o seu valor

a prazo — muitas vezes fazendo uso do dinheiro vindo do trabalho desse escravizado, cujo valor total ainda não havia sido saldado.

Se é bem verdade que existiram muitas *plantations* com dezenas ou até mesmo centenas de escravizados, também é verdade que grande parte dos proprietários possuía entre 1 e 5 escravizados que executavam um sem-número de atividades, inclusive todo tipo de serviços domésticos. Os políticos brasileiros apostaram na escravidão como um projeto de futuro porque ela também era um projeto de nação, na medida em que a escravidão, ou melhor dito, a propriedade escrava, garantiu algum tipo de equidade entre homens e mulheres que experimentaram realidades econômicas, políticas e sociais significativamente distintas.

Em termos práticos, a propriedade de escravizados significava o acesso à vida pública, pois, ao garantir crédito, status social, empreendedorismo e até mesmo a liberdade, em inúmeros casos era a propriedade escrava que afiançava a renda anual exigida para que um cidadão brasileiro pudesse votar. Em termos simbólicos, todas as garantias dadas pela instituição escravista acabaram criando uma espécie de identificação comum, mesmo em face às diferenças políticas e econômicas que atravessavam o contingente heterogêneo de cidadãos brasileiros.

Dito de forma simples, a elite política apostou que, no Brasil de então, quem não era senhor de escravo gostaria de sê-lo. Não por uma questão de status social pura e simples, mas porque ser senhor de escravo era a forma mais segura de se manter livre. E foi a partir dessa premissa que os instrumentos jurídicos e políticos construídos por essa mesma elite criaram diferentes degraus da liberdade no Brasil, que escalonavam as duas pontas da sociedade: os escravizados e seus senhores.

Dessa forma, foi a escravidão não dita, mas garantida pela propriedade privada, que assegurou a estabilidade necessária para a formação do Estado nacional brasileiro. Uma formação que foi marcada por inúmeras disputas políticas. A escravidão foi a argamassa da edificação do Estado nacional brasileiro. Ela não precisava estar aparente na Carta Constitucional. Sua função era unir as diferentes peças que compunham esse complexo Império em construção, garantindo que ele não ruísse.

A Carta Constitucional foi o primeiro grande pacto social do Brasil soberano em prol da escravidão (VELLOZO; ALMEIDA, 2019). Mas não foi o único. Ao longo do século XIX foi elaborada uma série de instrumentos jurídicos que viabilizou o sucesso na aposta da escravidão. O Código Criminal elaborado em 1830 foi um exemplo disso. Ali, a palavra escravo aparece em algumas ocasiões que reforçam dois aspectos centrais da Constituição de 1824.

Em primeiro lugar, o escravizado era uma propriedade, e por isso ele poderia ser castigado por seu senhor, ao mesmo tempo que o proprietário era o responsável por arcar com possíveis danos causados pelo cativo, contanto que o valor a ser pago não excedesse o valor de venda do escravizado. Em segundo lugar, a ordem escravista deveria ser mantida. O Estado definiu que cinquenta era o número máximo de chibatadas que um escravizado poderia receber num dia — se sua pena fosse maior, o castigo seria espaçado. Esse mesmo Estado determinava a pena capital para lideranças de insurreições escravas, e pena de prisão para aqueles que fomentassem a rebelião escrava.

Lidos em conjunto, a Carta Constitucional de 1824 e o Código Criminal de 1830 demonstram que a aposta na escravidão dependia de uma série de ações do nascente Estado nacional brasileiro. Em nome da ordem escravista, o Estado estava autorizado a intervir na esfera privada da relação entre senhores e escravizados. Ao mesmo tempo, cabia a esse mesmo Estado garantir que a escravidão continuasse sendo um bom negócio, não só para as oligarquias brasileiras.

Nas diferentes cidades brasileiras, o caráter interventor do Estado ficou nítido com as ações da polícia e de outros órgãos repressores e administrativos. Numa sociedade construída por meio da escravidão racializada, a cor da pele se transformou no elemento definidor dos tipos de abordagem utilizados por esses órgãos. Como, no espaço urbano, era praticamente impossível determinar se uma pessoa negra era escravizada, liberta ou livre, o Estado-feitor fez da cor o elemento-chave de suspeição. Uma prática que encontrava eco nos pressupostos do racismo científico da época e que até hoje não foi desconstruída nas instituições responsáveis pela manutenção da ordem. O escravizado era sempre negro. E o negro era sempre suspeito — fosse escravizado ou não (HOLLOWAY, 1997).

Essa abordagem foi se consolidando ao longo dos anos iniciais do Império do Brasil, mesmo porque o número de escravizados cresceu exponencialmente, tanto nas cidades quanto no campo. Esse crescimento era consequência direta de outro aspecto que o Estado nacional brasileiro tomou para si ao apostar na escravidão: garantir o amplo acesso à propriedade escrava. Historicamente, esse acesso foi viabilizado pelo tráfico transatlântico e por toda a riqueza que ele gerou para diferentes oligarquias do país. Coube ao Estado brasileiro garantir a manutenção do infame comércio, o que significava se indispor com ninguém menos que a Inglaterra.

Vale lembrar que, desde 1807, a Inglaterra iniciara uma política internacional pelo fim do comércio de africanos escravizados. À época, o

Príncipe Regente D. João foi sagaz nas suas negociações com os ingleses, postergando ao máximo a extinção do tráfico. Em 1810 ele assinou um tratado com a Inglaterra que limitava o comércio português de escravizados às colônias e territórios do Império Português. Cinco anos depois, em 1815, outro tratado foi assinado, seguido por uma convenção adicional de dois anos que reiterou a proibição do tráfico transatlântico para além das possessões portuguesas. Tais tratados e a consequente postergação do fim do tráfico chegaram a ser tomados como exemplos a ser seguidos por outras nações americanas que também apostavam na escravidão e no tráfico transatlântico.

O fim do tráfico chegou a ser explicitado como condição para o reconhecimento da Independência do Brasil por parte da Grã-Bretanha, reconhecimento este que só aconteceu em 1825. No ano seguinte, em 1826, D. Pedro I assinou mais um tratado com a Inglaterra, no qual ficava proibido todo o comércio de africanos escravizados para o Brasil. Tal medida foi malvista por diferentes setores da sociedade. Os escravocratas do Centro-Sul encararam a medida como uma verdadeira traição do monarca, na medida em que eles eram abertamente favoráveis à manutenção do comércio negreiro, para o bem da nação que eles estavam ajudando a construir.

No entanto, as críticas mais duras — e que foram endossadas até mesmo por aqueles que defendiam a abolição do tráfico — diziam respeito à forma como o tratado fora assinado: uma medida autoritária, mais um indicativo do flerte de D. Pedro I com o absolutismo. Se isso não bastasse, os termos do documento também foram encarados como perigo à soberania brasileira, já que nosso monarca estava colocando os interesses da Inglaterra à frente dos interesses de seus próprios súditos. Na década de 1820, defender o tráfico era defender o Império do Brasil (MAMIGONIANI, 2012).

Desse modo, as medidas sobre o fim do tráfico representaram mais um ponto agudo nas críticas ao governo de D. Pedro I (RODRIGUES, 2005). Um ingrediente que, somado à derrota na Guerra da Cisplatina, à falência do Banco do Brasil, à insatisfação política das oligarquias fora do eixo Sudeste e à estagnação econômica brasileira, foi crucial para a abdicação do monarca em abril de 1831. Visto como polêmico, autoritário, e por vezes pouco patriota, D. Pedro I foi fiel à aposta na escravidão referendada na Carta Constitucional que ele outorgou depois do golpe. Durante seu reinado, mais de 500 mil africanos escravizados desembarcaram no Brasil — uma cifra significativa para um país marcado pela crise econômica.

É no mínimo simbólico que a assinatura da lei que pela primeira vez aboliu o tráfico transatlântico tenha ocorrido nos primeiros meses da

Regência (1831–1840). Era um novo tempo que nascia no Império do Brasil. Um tempo no qual seriam redefinidos os termos da aposta na ordem escravista. Um tempo de profundas disputas.

E, como sempre ocorreu na história brasileira, a população negra encontrou diferentes formas de lutar contra a ordem escravista que limitava o exercício da liberdade, mesmo entre os livres e libertos. Se por um lado houve um silenciamento em relação à escravidão e à racialização da sociedade no texto constitucional, por outro lado essas duas instâncias estavam presentes no cotidiano do país.

Basta lermos os jornais do Primeiro Reinado disponíveis na hemeroteca da Biblioteca Nacional para nos depararmos com anúncios de aluguel de “escravo cabra, bolieiro e ferrador”, ou a venda de uma “mulata de 24 anos, boa lavadeira, engomadeira e costureira”, ou ainda a fuga de “preta de nação que desapareceu, alta magra, cara alegre”. A racialização da população negra se tornou parte constitutiva da gramática do Império do Brasil e estava presente também nos documentos oficiais, nos processos criminais, nos registros policiais. Em muitos casos, as próprias palavras “preto” e “negro” eram usadas como sinônimo da condição de escravizado. Mas não só.

Os jornais, sempre atravessados pelos anúncios de compra, venda e fuga de pretos, negros, cabras, mulatas, também se tornaram um instrumento de combate da população negra livre (YOUSSEF, 2016). Em setembro de 1833, foi lançado no Rio de Janeiro o periódico *O Homem de Côr*, produzido na tipografia de Francisco de Paula Brito — um homem negro e de renome na tipografia brasileira. Esse jornal deu início a um longo e multifacetado movimento da história do Brasil: a imprensa negra — que atravessou o Império e a Abolição, mostrando quão racializada foi e é a nossa história. No seu primeiro número, os redatores questionavam as práticas de discriminação racial, exigindo que a igualdade de condições dos cidadãos brasileiros previstas na Constituição fosse respeitada.

Outros jornais de natureza semelhante foram criados nos primeiros anos do Império. *Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Crioulo* foram títulos escolhidos a dedo, numa espécie de provocação sobre a pretensa ausência da questão racial no Brasil. Os jornalistas que estavam por trás desses periódicos sabiam melhor do que ninguém que a racialização ultrapassava as barreiras da escravidão e ditava a vida dos livres e libertos. Mas eles e as ideias que defendiam são provas de que outros Brasis foram imaginados, porque outros Brasis existiram, e neles havia uma crescente e pujante camada de “homens livres de cor” (e também mulheres) que estavam tecendo e defendendo novos sentidos de liberdade.

Ainda que excepcional, desde o início da experiência independente e soberana, o Brasil está marcado por trajetórias de vida de pessoas que atravessaram as inúmeras barreiras impostas pela ordem escravista e racista e galgaram espaços de prestígio social e poder político, chegando inclusive a ocupar cargos públicos. E não só: homens negros que ascenderam socialmente e que trouxeram para o centro de sua vida política o questionamento da ordem racial imposta no Brasil.

Nomes como o do conselheiro Antônio Pereira Rebouças e do deputado e ministro Francisco Jê Acabaia Montezuma (Visconde de Jequitinhonha) tiveram significativa relevância nas disputas políticas que marcaram os anos iniciais do Império Brasileiro, que silenciava e apostava na escravidão. Dois exemplos de homens negros livres que tinham plena consciência dos interditos da raça no Brasil e desenvolveram formas distintas de lutar contra a ordem vigente, dentro do jogo político estabelecido. Fazendo uso de suas percepções apuradas e dos lugares de exceção que ocuparam, eles se juntaram a outros tantos homens e mulheres negros livres que tentaram (e em alguma medida, conseguiram) construir um outro Brasil.

O silêncio escravista era uma espécie de “espelho-d’água” que escondia as muitas correntes turvas deste rio chamado Brasil.

Manter o silêncio em relação a esse espelho foi uma das maneiras mais eficazes para que as elites brasileiras mantivessem seu projeto de nação vitorioso: um país que se imagina branco, mesmo com a escravidão já abolida e a República proclamada.

Por isso, mais do que nunca, precisamos olhar para trás e entender as escolhas políticas realizadas, para compreender onde a mudança precisa ser feita.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luís Felipe. “Modelos da história e da historiografia imperial”. In _____ (org.). *História da Vida Privada no Brasil: a corte e modernidade nacional*. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ALMEIDA, Silvio L.; VELLOZO, Júlio César. “O Pacto de todos contra os escravos no Brasil Imperial”. *Revista Direito Práxis*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, pp. 2.137-60, 2019.
- BERBEL, Márcia R.; MARQUESE, Rafael B.; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010.
- CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costumes do Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- FONSECA, Dagoberto. *Políticas públicas e ações afirmativas*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

- GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Vol. II 1831–1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997.
- MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Racismo Brasileiro: uma história da formação do país*. São Paulo: Todavia, 2022.
- SILVA, Vanessa Machado. *Lei de Cotas no Ensino Superior e racismo institucional: conhecendo o trâmite legislativo da Lei 12.711/2012*. São Paulo: Pacto Social, 2020.
- SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- YOUSSEF, Alain. *Imprensa e escravidão: política, tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822–1850)*. São Paulo: Intermeio / Fapesp, 2016.

REBELDIA, NEGOCIAÇÃO, DESENCANTO: NEGROS NA INDEPENDÊNCIA NA BAHIA

João José Reis¹

RESUMO

No final da década de 1980, publiquei um artigo no qual discutia o que, no processo de independência da Bahia, se cunhou como “partido negro” (REIS, 1989 [1987]). Na ocasião, poucos historiadores haviam tratado, e apenas de passagem, este que foi um aspecto muito comentado pelos contemporâneos dos acontecimentos em 1821–1823. A exceção seria um livro de Joel Rufino dos Santos (1979) que, embora romanceado, baseou muito de sua narrativa em documentos primários já publicados. Desde a publicação daquele texto, diversos outros sobre acentuaram a racialização do conflito na Bahia e a participação popular e negra em particular. Não se pretende fazer aqui uma discussão desses trabalhos, muitos deles dissertações ou teses acadêmicas ainda inéditas².

No artigo aqui publicado, faço um resumo dos eventos e argumentos emitidos por mim há cerca de quarenta anos, incorporando novos dados e alguma bibliografia mais recente relacionados com o tema em tela. Além disso, nos últimos dois blocos apresento resultado parcial de uma pesquisa inédita.

Palavras-chave: Independência. Bahia, 1821–1823. Escravidão. Alforria. Africanos Libertos.

ABSTRACT

At the end of the 1980s, I published an article in which I discussed what was called the “black party” during the Independence process in Bahia (REIS, 1989 [1987]). At the time, few historians had dealt, and only in passing, with this aspect of what was much commented on by contemporaries of the events in 1821–1823. The exception would be a book by Joel Rufino dos Santos (1979) which, although fictionalized, based much of its narrative on published primary documents. Since the publication of that text, several other works have emphasized the racialization of the conflict in Bahia, and of popular and black participation in it. It is not intended

-
- 1 Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Pesquisador 1A do CNPq e autor, entre outros livros, de *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia* (Companhia das Letras, 2019).
 - 2 Destaco, por exemplo, a perspectiva inovadora e pesquisa exemplar de Hendrik Kraay (2002, 2006 e 2011). Ver também Sérgio A. D. Guerra Filho (2004, 2017) e Argemiro Ribeiro de Souza Filho (2010).

here to discuss these works, many of which are still unpublished academic dissertations or theses.

In this article, I summarize the events and arguments I raised some forty years ago, incorporating new data and some more recent bibliography related to the subject in question. In addition, in the last two blocks of the article I present a partial results of an unpublished research.

Keywords: Independence. Bahia, 1821–1823. Slavery. Manumission. Freed Africans.

Como resultado da revolução liberal do Porto, em agosto de 1820, uma monarquia constitucional foi instalada em Portugal, cujo parlamento (as Cortes) obrigou o retorno de D. João VI à Europa, deixando seu filho Pedro na função de príncipe regente. Na Bahia, uma junta de governo se formou a partir do movimento constitucionalista de 10 de fevereiro de 1821, com D. João ainda no Rio. Houve na ocasião luta entre soldados portugueses e brasileiros, com cerca de vinte baixas. Na sequência, a nomeação de um governador das armas brasileiro, o brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, terminou dividindo a província em dois blocos, o nacional e o lusitano³.

A 15 de fevereiro de 1822, no entanto, chegaria a Salvador uma carta régia que nomeava o militar português Ignácio Luiz Madeira de Mello para o comando das armas, sob a autoridade direta de Portugal. A Junta baiana e a Câmara Municipal, contudo, entenderam que faltavam itens de tramitação burocrática para acatá-la. Sobretudo, não queriam problema com Freitas Guimarães, um personagem popular entre civis e militares desde seu destacado papel no movimento constitucionalista na Bahia. Criou-se o impasse. Enquanto as autoridades baianas e Madeira de Mello debatiam a legitimidade da nomeação, a população acentuava sua divisão em campos adversários. Do lado brasileiro, faziam parte militares, o povo pobre urbano, proprietários médios, funcionários e a alta elite representada pelos senhores de engenho e uns poucos grandes comerciantes baianos, inclusive traficantes de escravos.

A 19 de fevereiro de 1822, tropas nacionais e portuguesas se confrontaram de novo. Morreu gente de ambos os lados. Os soldados lusos atacaram objetivos militares e civis, inclusive o convento da Lapa, onde assassinaram sua abadessa, sóror Joana Angélica, episódio notável nos anais na época. Entre 19 e 20 de fevereiro, os militares brasileiros ocuparam o

3 Ver a respeito alguns títulos antigos e mais recentes: Amaral (1957), Morton (1974), Tavares (2005), Souza Filho (2010), Silva (2018). Para um resumo, ver Wisiak (2005).

Forte de São Pedro, no que foram acompanhados por civis. O forte foi cercado pelos homens de Madeira, que, no entanto, evitou o confronto direto e permitiu que os sitiados deixassem São Pedro aos poucos. Os que insistiram em ficar, acabaram se rendendo na tarde do dia 21. Em março, Madeira enviou preso para Lisboa o ex-comandante Freitas Guimarães.

Com o avançar de 1822, os portugueses formaram o chamado “Partido da Praia”, alusão à freguesia da Conceição da Praia, o distrito comercial de Salvador onde muitos deles residiam e comerciavam. Protegidos por razoável aparato militar, os “praístas” viviam às turras com os baianos. Verificou-se uma acintosa racialização do conflito entre os próprios caras-pálidas. Os portugueses xingavam a junta baiana de “governo de cabras”, ofensa pesada para senhores de engenho, comerciantes e altos funcionários ali representados, que se consideravam brancos de boa estirpe (ver SOUZA FILHO, 2010, pp. 101-37).

Mas, na Salvador ocupada, quem deu mais testa aos lusitanos foi a população negra. Tornaram-se comuns os confrontos entre soldados e paisanos lusos contra jovens negros, chamados por aqueles de “moleques”. Em março de 1822, por exemplo, uma procissão de São José exclusivamente europeia foi apedrejada por um desses grupos. As pedras atingiram pessoas e imagens de santos. Segundo Madeira, escrevendo em 23 de março, “continuaram nos dias seguintes os mesmos insultos aos oficiais e soldados, e ainda antes de ontem foi tal a reunião de malvados na baixa dos Sapateiros que algumas pessoas, caminhando para ali tranquilamente, se viram na precisão de retroceder, para não serem apedrejadas” (AMARAL, 1957, pp. 159-60, 169-70). Pedras vieram a ser a principal arma usada em Salvador durante a ocupação lusitana.

Quando o filho de D. Pedro nasceu no Rio, em abril, os baianos iluminaram suas casas para celebrar o herdeiro brasileiro do trono, mas um português que fez igual teve sua casa apedrejada por uma turba lusa. Alguns dias depois, os portugueses celebraram o aniversário da rainha-mãe de Portugal com uma parada militar cadenciada aos gritos de “mata cabra”. Ao mesmo tempo, nas sessões da Câmara Municipal, reduto patriótico, era comum se ouvirem gritos de “morte aos europeus” (FRANÇA, 1971, pp. 35, 44, 48-9).

A ritualização *racial* do conflito tornou-se um aspecto crucial no cotidiano da cidade. Para os portugueses, os baianos eram cabras “indignos da Costa de África”, conforme queixa do branco baiano Bento de França, filho de Luís Paulino Pinto da França, deputado às Cortes e senhor

de engenho⁴. “Cabra” significava, no vocabulário da época, pardo escuro. Por sua parte, os baianos chamavam os portugueses de “caiados”, brancos como a cal (o termo maroto, que já circulava em Pernambuco, ainda não fora adotado na Bahia). Ser branco demais virava injúria no discurso patriótico popular, e “caiado” se tornaria, mesmo após a Independência, insulto dileto de negros contra brancos, e não somente europeus.

A hostilidade entre “brancos da terra” e “brancos da Europa” preocupou alguns observadores. Não por acaso, eram na sua maioria naturais da França, que devido a antagonismos dessa ordem perdera sua mais valiosa colônia para revolucionários negros, Saint-Domingue, rebatizada como Haiti após a independência em 1804. O barão Albert Roussin, comandante da estação naval francesa nos mares do Sul, considerava explosiva a desunião entre os brancos de Salvador, uma cidade tão majoritariamente negra, e negros na sua maioria escravizados (MATTOSO, 1973). Escapou-lhe que a dimensão racial também marcava a divisão entre os próprios brancos. Os de Portugal se entendiam superiores aos de cá, da mesma forma que estes se entendiam superiores ao resto (afrodescendente) da população local. O que Roussin chamava de “sentimentos inatos de desprezo pelas castas de cor” não dizia respeito apenas ao que sentiam os portugueses, mas também os baianos brancos (ibidem, p. 129).

Desde os acontecimentos de fevereiro de 1822, os baianos emigravam em massa para o Recôncavo, a região dos engenhos, principalmente quem lá possuía propriedades ou parentes e amigos que os acolhessem. Em agosto, a capital já se transformara num enclave português, agora reforçado por tropas lusas expulsas do Rio de Janeiro e lá desembarcadas. Mais portugueses chegariam a Salvador, desta vez civis, fugidos da perseguição patriótica no interior, além de outras tropas vindas mais tarde de Portugal. No Recôncavo, a preparação para um confronto militar escalava desde março, ao lado de decisões políticas importantes. Em meados de junho, a Câmara Municipal de Santo Amaro reuniu representantes do “clero, nobreza, milícias e povo” para aconselhar os deputados da Bahia nas Cortes de Lisboa a apoiarem um governo autônomo para o Brasil, com D. Pedro na cabeça. Outras vilas a acompanharam. Em Cachoeira, Pedro foi promovido à categoria de “Regente e Defensor Perpétuo do Reino do Brasil”. No dia 26 de junho foi ali constituída uma Junta de Conciliação e Defesa, órgão que centralizaria as medidas para o enfrentamento bélico. Seguiu-se a criação de uma Caixa Militar e se lançou um apelo de mobilização armada aos habitantes do Recôncavo.

4 Ver, por exemplo, França (1971, pp. 45 e 72). O irmão de Bento, Luis, relatou ao pai que um jornal da Praia chamara textualmente o governo de “junta facciosa” e protetora dos “mesclados” (ibidem, pp. 74-5).

O Recôncavo pertencia aos senhores de engenho, que controlavam a quase totalidade de suas milícias, municipalidades e, claro, sua economia. Agora controlavam o Conselho Interino de Governo, instalado a 6 de setembro em Cachoeira, sob a presidência de um poderoso senhor, Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, membro da Casa da Torre, representando o rico município de Santo Amaro.

No segundo semestre de 1822 estava desenhada a geopolítica do conflito: Salvador em mãos portuguesas, o Recôncavo com os baianos. O controle baiano das regiões produtoras de alimento terminou por reduzir à penúria os residentes da capital, apesar dos esforços — aliás nem sempre vãos — de Madeira para mantê-la abastecida. No Recôncavo, o Conselho Interino foi muitas vezes obrigado a usar da força para impedir que lavradores vendessem víveres aos lusos, e com bom lucro, sobretudo a farinha de mandioca (GRAHAM, 2005; SILVA, 2018, p. 129). Era esta a situação, em outubro 1822, quando chegaram à Bahia tropas nacionais enviadas do Rio de Janeiro sob o comando de Pedro Labatut. Foi obra desse mercenário francês a formação de uma força unificada, que absorveu as milícias e voluntários do Recôncavo e de outras regiões. O chamado “Exército Pacificador” reuniu cerca de 15 mil homens, número significativo para um conflito localizado, pois equivalente a 16% do contingente brasileiro que mais tarde lutaria na Guerra do Paraguai, um conflito internacional envolvendo três países sul-americanos. O desenrolar do conflito da independência na Bahia já foi descrito por vários autores⁵. O mais decisivo dos encontros se deu na Batalha de Pirajá, nos arredores da capital, em 9 de novembro de 1822. Em dois de julho de 1823 as forças brasileiras entravam triunfantes numa Salvador já evacuada dos lusitanos.

A elite senhorial decidira abraçar a causa da Independência em parte para evitar que ela caísse em mãos erradas. Segundo a ata de 29 de junho de 1822 da Câmara de São Francisco do Conde, a autoridade regencial de D. Pedro fora proclamada para “prevenir que algum espírito mal-intencionado mova o povo a romper em excessos anárquicos” (CERQUEIRA E SILVA, 1931 [1852], p. 350; TAVARES, 2005, p. 104). Os negros e pardos livres eram amiúde, e nem sempre com razão, considerados seguidores de líderes radicais. De fato, um grande número acreditava que uma independência dirigida pela elite branca, escravista e conservadora não mudaria substancialmente a Bahia. A senhora do engenho Aramaré, dona Maria Bárbara Garcez Pinto, se referia aos descendentes brasileiros de africanos

5 Destaco a sistematização do assunto por Tavares (2005), especialmente os capítulos V e VI.

como “aves altivas por natureza”. Em sua versão dos acontecimentos, negros e mulatos livres estariam prontos para golpear brancos portugueses tanto quanto brasileiros, e torcia para que os de sua cor se unissem (FRANÇA, 1971, pp. 20, 36, 39, 55).

A maioria da população livre pobre era negra e mestiça e lhes aborrecia os portugueses não só por serem particularmente racistas, mas por prejudicarem suas economias ao especularem com os preços, eles que dominavam o comércio grossista e varejista. A discriminação contra os soldados negros e pardos por parte dos militares portugueses era outra fonte antiga de tensão. Foram as chamadas “tropas de cor” que mais ardentemente aderiram ao levante de fevereiro de 1822. Foram os civis negros que fizeram a resistência em Salvador, enfrentando quase sozinhos as forças portuguesas depois que os brancos haviam escapado para o Recôncavo. Madeira prendera pelo menos trinta pardos por ocasião da manifestação baiana contra a procissão de São José (AMARAL, 1957, pp. 40, 49; FRANÇA, 1971, p. 49).

No Recôncavo, a presença de negros entre os patriotas levaria um observador militar a escrever, em abril de 1822: “Nesta vila [Cachoeira] e seus distritos há três partidos revolucionários, a saber, um de brasileiros, outro de europeus, e o terceiro de negros, e que breve aparece a triste cena de guerra civil”. Meses depois, em carta à junta de governo em Salvador, Madeira dizia estar o Recôncavo “recheado de castas perigosíssimas”. Durante o conflito armado, os senhores da região, que dirigiam a luta, procuraram reduzir a ameaça negra. Labatut sugerira que os proprietários libertassem alguns de seus escravos para o serviço militar, mas estes se negariam, por considerarem arriscado armar tal gente, pelo medo de que pudessem se aliar com os negros ainda assenzalados. Os escravizados, por seu turno, teriam “ciúme [dos libertos para a guerra] e com este [se verificaria] a fuga do Serviço de seus senhores”⁶.

Embora fosse sobretudo pensando nos escravos que muitos testemunhos da época distinguiram a existência do tal “partido negro”, também os preocupava a movimentação de negros livres e libertos. Um francês que atuava no Brasil como espião da Coroa portuguesa, escreveria numa data entre 1822 e 1823: “embora havendo no Brasil aparentemente só dois partidos [portugueses e brasileiros], existe também um terceiro: o partido dos

6 As referências a este parágrafo se encontram em Amaral (1957, pp. 189, 272, 291); Santos (1979, p. 119); Morton (1974, p. 267); Cópia do termo..., 1923 [1823], p. 65. Guerra Filho (2017), por outro lado, mostra que, fora do Recôncavo, senhores doaram cativos ao Exército Pacificador.

negros e das pessoas de cor, que é o mais perigoso, pois se trata do mais forte numericamente falando. Tal partido vê com prazer e com esperanças criminosas as dissensões existentes entre os brancos, os quais dia a dia têm seus números reduzidos”. Se tratava da situação em Salvador. Como outros compatriotas seus, ele tinha em mente o Haiti⁷.

O espião recomendava à gente livre de cor que se aliasse aos escravistas brancos:

Finalmente: todos os brasileiros, e sobretudo os brancos, não percebem suficientemente que é tempo de se fechar a porta aos debates políticos, às discussões constitucionais? Se se continua a falar dos direitos dos homens, de igualdade, terminar-se-á por pronunciar a palavra fatal: liberdade, palavra terrível e que tem muito mais força num país de escravos do que em qualquer outra parte. Então toda a revolução acabará no Brasil com o levante dos escravos, que, quebrando suas algemas, incendiarão as cidades, os campos e as plantações, massacrando os brancos e fazendo deste magnífico império do Brasil uma deplorável réplica da brilhante colônia de São Domingos. (Apud MOTT, 1972, p. 482.)

Para este francês, os escravizados, em especial os africanos natos, representavam o inimigo principal, o núcleo potencialmente mais explosivo do “partido negro”.

Francisco de Sierra y Mariscal, presente na Bahia na mesma época, também condenou o comportamento antiluso dos baianos brancos: “Calculo que a Raça Branca acabará às mãos das outras castas, e a província da Bahia desaparecerá para o mundo civilizado”. Segundo ele, o comércio português representaria “o dique que continha as Revoluções”, sem ele o senhor de engenho não teria como produzir ou comprar alimento, “e neste estado da disciplina (...) os escravos se sublevam e a Raça Branca perece sem Remédio” (SIERRA Y MARISCAL, 1926 [1823], pp. 65-6).

Em sua profecia catastrofista, Sierra y Mariscal subestimou o poder dos senhores baianos, muito atentos ao potencial revolucionário de seus cativos. Subestimou também a inteligência dos escravos, pois não é à fome que se deve atribuir a inquietação por eles esboçada naquele tempo. Estaria talvez mais certo o espião de D. João quando apontou o potencial subversivo das ideias de liberdade. Além disso, havia a tradição rebelde, de caráter étnico, dos que vinham da África, e que podia recrudescer numa província conflagrada. Roussin contou os escravos como atores centrais no cenário revolucionário da Bahia. Após arrolar as tendências político-ideológicas entre portugueses e brasileiros, concluiu, em junho de 1822: “As

7 É vasta a bibliografia sobre a Revolução do Haiti e o haitianismo no Brasil. Para uma introdução sobre os temas, ver Morel (2017).

divergências de opiniões não param aí; forma-se uma oposição muito mais temível que qualquer outra e que, se não prontamente reprimida, trará a perda total e irreparável do Brasil: é a insurreição dos escravos, da qual os mais pavorosos sintomas já se manifestaram” (MATTOSO, 1973, pp. 128 e 130). Mais adiante, escreveu um tanto confortado: “Mesmo os partidos os mais exasperados terão sempre um motivo de inquietação que enfraquecerá seus meios de oposição: é a presença dos escravos e a necessidade mútua e de todos os dias de impedir sua terrível irrupção” (ibidem).

Os “sintomas” referidos por Roussin, além de sua leitura do cotidiano, diziam respeito a uma revolta escrava em Itaparica. Em maio de 1822, os 280 cativos do engenho Boa Vista recusaram a indicação de um novo feitor pelo proprietário, José Inácio Acciavoli Brandão e Vasconcelos. Numa das poucas notícias sobre este episódio, Albert Roussin escreveu:

O proprietário, sem levar em consideração este motim, até então sem par, insistiu e o capataz foi imposto. Quatro dias depois, foi morto com tamanho sangue frio e em tais circunstâncias, que ninguém duvidou da existência de uma organização. Nisso, queixas dos habitantes da ilha e pedidos para que sejam enviadas tropas para dominarem os revoltosos. O brigadeiro Madeira, cuja salvação depende da reunião de seus corpos e que sente o abuso que se poderia fazer de tais pretextos para dispersá-los e destruí-los, recusou-se a mandar gente, e na qualidade de Governador das Armas, ordenou às milícias da ilha que marchassem. Obedeceram e mataram 32 negros, feriram oitenta e a ordem foi momentaneamente restabelecida. Mas eis a guerra dos escravos começada e seus resultados incalculáveis. (Ibidem, p. 128.)

Segundo dona Maria Bárbara, amiga de Acciavoli, 25 e não 32 escravos teriam sido mortos, dezoito presos, mas acrescentaria a morte do administrador do engenho — além da do feitor — entre as baixas do levante. Creio se tratasse de um feitor de partido, que supervisionava o trabalho no eito, cargo amiúde ocupado por pretos africanos, libertos ou escravizados. Já aquele que dona Bárbara chamou de administrador seria o feitor-mor. Mais pertinente seria considerar que a ousadia desses cativos — ao desafiar o senhor em aspecto tão crucial para o funcionamento do sistema — pudesse derivar da penetração de certas ideias inconvenientes de liberdade entre eles.

Os escravizados, sobretudo os nascidos no Brasil, chegaram a acreditar que a Independência poderia abrir suas portas se eles nelas batessem ao invés de arrombá-las. Em abril de 1823, dona Maria Bárbara escreveu bastante contrariada: “A crioulada da Cachoeira fez requerimentos para serem livres”. Ou seja, os pretos nascidos no Brasil (“crioulos”), que ela detestava, se haviam reunido para exigir a liberdade de acordo com o

figurino oficial. E contavam, segundo Bárbara, com pessoas livres para encaminhar suas demandas às Cortes em Lisboa⁸. A grande senhora não podia acreditar: “Estão tolos, mas a chicote tratam-se!” (FRANÇA, 1971, p. 36). Era preciso reprimir com violência os anseios de liberdade dos crioulos. O pacto paternalista entre estes e os senhores brasileiros ameaçava ruir, pelo menos entre gente com a cabeça estreita dessa mulher.

A 11 de maio de 1822, o cônsul francês na Bahia, Jacques Guinebaud, em correspondência para o representante da França no Rio, escreveu preocupado: “há muita fermentação e um desejo altamente pronunciado de liberdade entre os escravos mulatos e negros crioulos; as ideias estão consideravelmente fermentadas depois de um ano: é um começo de debandada” (GUINEBAUD, 11 maio 1822). Em pouco tempo, além de crioulos e pardos, os africanos se contagiaram por novas ideias. Em junho do mesmo ano, observou nosso agora conhecido Roussin: “É já certo que não somente os brasileiros livres e crioulos desejam a independência política, mas mesmo os escravos, nascidos no país ou importados há vinte anos, pretendem-se crioulos brasileiros e falam de seus direitos à liberdade” (MATTOSO, 1973, p. 129)⁹.

Alimentada pelo tráfico, a presença africana na Bahia era então acentuada. No quinquênio 1819–1823, cerca de 53 mil africanos desembarcaram na Bahia. O ano de 1822, de renhida guerra, foi o mais ativo do período, quando a Bahia recebeu quase 14 mil. Já demonstrei a relação direta entre a intensificação do tráfico e a das revoltas na Bahia. Apenas na década de 1820 aconteceram vinte dos 32 levantes ou conspirações escravas da primeira metade do século XIX (REIS, 2003, p. 120). Durante o conflito luso-brasileiro, na medida em que cresciam as tensões entre portugueses e brasileiros, os contendores passaram a se acusar mutuamente de insuflar a rebelião escrava. No final de março de 1822, Madeira de Mello mandou circular uma proclamação na qual acusava “alguns inimigos da Ordem” de divulgar entre os escravos “as ideias as mais Luciferinas para se sublevarem”. O brigadeiro instruiu seus subordinados a investigar e reprimir a ação dos “sedutores de escravos”, antes que uma grande rebelião haitianista incendiasse a Bahia¹⁰.

Do lado brasileiro, várias denúncias de que os portugueses promoviam a revolta servil foram recebidas pelo governo provisório em Cachoeira.

8 Mas não há notícia de que petições dessa natureza tivessem sido apreciadas pelas Cortes.

9 Provavelmente Roussin colheu muitas de suas impressões das conversas tidas com o cônsul Guinebaud.

10 A proclamação de Madeira se encontra em Arquivo Público do Estado da Bahia (doravante APEB), *Sublevações (1822-1826)*, maço 2860.

Uma delas se referia a acontecimentos em Brejões, a cerca de 400 km de Salvador, onde existiam alguns engenhos e plantações de fumo. Francisco José de Miranda, que lá fora recolher donativos para a guerra — sobretudo em cabeças de gado —, relatou o seguinte episódio numa carta ao desembargador Antônio Gondim:

Quando estive em Brejões por causa da subscrição, representaram-me homens de honra, e probidade, que os pretos propunham sublevar-se, e que tinham conhecimento de semelhante atentado por avisos, e alguns indícios: em aquele lugar, só em quatro engenhos, além de muitas fazendas de tabaco, tem mais de mil cativos, por isso é de recear o dano irreparável, que causarão nos lugares centrais. (MIRANDA, 20 nov. 1822.)

Miranda acusou um certo capitão Belfort, português, de ser “o sedutor dos escravos com outros Europeus”, recomendando que ele fosse chamado a Cachoeira, onde poderia ser mais bem vigiado, “enquanto não se decide a nossa causa” (ibidem).

Em fins de novembro de 1822, Cachoeira decidiu atuar diante dos “mui veementes indícios e representações d’algumas autoridades, [de] que se maquina a sublevação dos Escravos há muito desejada e fomentada no interior do recôncavo pelo daninho partido Europeu”. Uma circular do Conselho Interino ordenava severas medidas de controle dos escravos. Em primeiro lugar, foram-lhes proibidas reuniões sob qualquer pretexto; segundo, os senhores deviam proibi-los de guardar nas senzalas qualquer tipo de arma de fogo e objetos cortantes, entre estes instrumentos de trabalho como foices, machados, facões, facas; terceiro, os senhores proibiam a circulação de seus escravos fora de suas propriedades, exceto com permissão escrita, bem como circularem armados dentro ou fora delas. Pena: 150 chibatadas. Fazia-se exceção aos condutores de carros e bestas de carga e aos que transportassem víveres para as feiras, os quais podiam circular sem bilhetes; e a quarta medida ordenava que, no perímetro das vilas, seriam presos todos os “pretos” (africanos, portanto) encontrados sem bilhete depois do toque de recolher às 9h da noite. Pena: cinquenta chibatadas e, caso armados, duzentas¹¹.

Houve levante em pleno palco da guerra, quando cerca de duzentos africanos atacaram as forças brasileiras em Mata Escura e Saboeiro, imediações de Pirajá, a 19 de dezembro de 1822. Esta é a única ocasião em que parece ter havido influência portuguesa direta na decisão dos rebeldes. Segundo Braz do Amaral, houve “um combate muito disputado”, em

11 Ver Instruções do Conselho Interino de Governo da Bahia, Cachoeira, 29 nov. 1822, APEB, *Provisões, alvarás, registros*, maço 322. Também publicado por Pereira (1949) e, em tradução ao inglês, por Conrad (1983, pp. 255-6).

que os soldados brasileiros sofreram várias baixas antes de conseguirem repelir o assalto. Posteriormente, muitos escravos foram presos, Labatut ordenou a execução sumária de 52 e o açoitamento dos demais (AMARAL, 1957, pp. 284-5; MORTON, 1974, p. 280).

A carnificina contou, embora não fosse determinante, para a posterior animosidade dos senhores contra Labatut, alguns dos quais prejudicados diretamente pela perda dos cativos executados. A lição de sangue não passou tampouco despercebida para os escravizados, que entenderam não ser boa ideia se rebelarem num momento em que seus senhores, apesar de divididos, se encontravam armados até os dentes. Optaram por outras formas de resistência. As fugas, por exemplo, se intensificaram durante o conflito. Muitos fugiram, inclusive, para se alistar, apostando em rumores de que seriam eventualmente alforriados. Hendrik Kraay (2002, pp. 111-5) aponta como sintoma a popularidade entre os cativos em Cachoeira de um recrutador e capitão de milícias negro (ver também SILVA, 2018, pp. 133-5).

Um grupo de proprietários se queixou ao governo imperial, em fevereiro de 1823, dos “males suscitados pela fuga dos Escravos” (COSTA, 3 fev. 1823). Num caso talvez típico, Manoel José Freire de Carvalho relatou, em 1826, que seu escravo Manoel Muniz havia solicitado ao governo imperial que garantisse sua liberdade pelos serviços prestados à causa da Independência. Segundo Freire de Carvalho, o escravo o desobedecera, “deixando-se ficar na Cidade, sem o acompanhar para o Recôncavo, onde lhe determinara que o procurasse, e os serviços que alega ter prestado foram mais em proveito seu do que da Província, pois que recebia paga avultada de tudo quanto se propunha fazer; e depois da entrada para a Cidade do dito seu Senhor nunca mais ele o procurou, e nem o reconheceu como tal, conservando-se como forro” (MENEZES, 21 out. 1826). Manoel se valera da reputação de combatente da pátria para livrar-se do senhor. Este, talvez para evitar a pecha de impatriótico, acabou acatando o desejo de Sua Alteza e reconheceu a liberdade do meritório soldado. Pois, finda a guerra, o Império decidira recompensar os recrutas escravizados instando junto ao governo da província que recomendasse aos senhores a concessão da alforria e, caso recusassem, que a Junta Provincial da Fazenda pagasse pela manumissão.

Outros soldados escravizados agiram da mesma forma que Manoel Muniz. O português Luiz José Pereira Rocha tentou reescravizar Caetano, procurando “ocultamente prendê-lo, e desterrar em vingança de ter-se alistado no Exército Brasileiro”. O comandante de seu batalhão protegeu Caetano e, à proposta do senhor de cobrar alto preço por sua liberdade, respondeu que “soldados não se vendiam” — apesar de o próprio oficial

anteriormente se ter prontificado a pagar por sua alforria, antes da ordem imperial para financiar a liberdade dos combatentes escravizados (COMANDANTE..., 23 ago. 1827). Cinco anos após o fim da guerra, o praça Antônio Ribeiro fora requisitado por seu senhor ao Exército porque “havia fugido no tempo da Guerra”. Mas, ao contrário de Caetano, Antônio não conseguira a solidariedade do governador das armas que examinou seu caso, pois, tendo sido remetido ao Rio de Janeiro, ali desertara para retornar à Bahia. “É pois muito atrevidamente que ele se chama soldado; é sim um simples escravo”, escreveu amuado o chefe militar (GOVERNADOR DAS ARMAS, 20 ago. 1829).

O mesmo oficial foi mais simpático com outros dois soldados. Quanto ao pardo Pedro Nobre, reivindicado como seu escravo pelo poderoso João de Teive Argolo, escreveu o governador das armas: “tendo sido recrutado de boa-fé, e sendo presentemente um praça do Exército, parece-me não estar nas circunstâncias de poder ser entregue sem superior determinação”. E recomendava ao senhor que buscasse indenização por sua propriedade humana junto ao governo¹². Quanto a Geminiano Lázaro, tendo servido no Recôncavo, retornara ao dono em Salvador, “naturalmente por não ter ainda chegado a esta Província a Ordem que mandou pagar pela Fazenda Pública os escravos que serviram na Guerra, ao que de novo fugiu para assentar praça no batalhão n. 12” (idem, 4 set. 1829). Recomendou o chefe militar ao presidente da província que sua alforria fosse paga pelo erário público, ou ele teria de ser devolvido a sua senhora, Joanna Maria da Encarnação (ibidem). Casos semelhantes se multiplicam na documentação militar.

O protagonismo negro em 1821–1823 pode ser também abordado através de documentos não diretamente retirados dos arquivos da Independência. Nesse sentido, as cartas de alforria negociadas durante o conflito contam histórias sugestivas da relação entre escravizados e escravizadores. Não se trata de cativos insurgentes, rebeldes ou que tivessem traído a confiança de seus senhores, mas daqueles que se aproveitaram da crise para negociar sua liberdade.

Há alforrias concedidas por senhores e senhoras imbuídos do espírito patriótico, que assim responderam aos esforços pelo recrutamento de mão de obra militar escravizada. É possível que esse apelo tivesse chegado aos ouvidos de Manoel Cardoso Tavares, por exemplo. No dia 23 de fevereiro de 1823, no calor da guerra e numa Salvador ocupada pelas tropas

¹² Ver ofícios entre junho e agosto de 1830 em APEB, *Quartel General do Comando das Armas. 1830*, maço 3371.

portuguesas, ele concedeu a alforria ao africano jeje José, escravo decerto valioso, pois oficial de sapateiro. Tavares o alforriava nos seguintes termos: “pelos bons serviços que me tem feito e pelos que espero que agora faça à minha Pátria, o forro gratuitamente com a obrigação de ir para fora sentar praça e defender com valor a nossa sagrada causa do nosso imortal Imperador (...) logo que verifique ter sentado a sobredita Praça, e ter defendido com as Armas nas mãos, fica forro como se livre nascera, gozando para sempre da sua liberdade”¹³.

A carta, no entanto, se gratuita no sentido de Tavares não exigir pagamento em dinheiro ou outro valor, era onerosa porque exigia a prestação de serviços enquanto vivesse o senhor de José. Nas palavras de Tavares: “com a declaração de sempre me acompanhar enquanto vivo for, procedendo sempre bem como até hoje tem feito”. O africano, além de servir à arriscada causa da independência, permaneceria para todos os efeitos escravizado após o Dois de Julho. É óbvio que Tavares também correria um risco considerável ao libertar seu escravo para servir num conflito armado, pois José poderia ferir-se gravemente, inutilizando-se para o trabalho, ou até morrer em combate. José sobreviveu. Sua alforria foi redigida em 23 de fevereiro de 1823 e registrada em cartório no dia 29 de agosto daquele ano, cerca de dois meses após a entrada triunfal das tropas brasileiras em Salvador. Era sinal de que Tavares confiava em que José, uma vez liberto e com carta registrada, não fugisse. Contudo, é possível que, mesmo após registrar a carta, seu senhor a guardasse até falecer, assim impedindo que José, de posse do documento original, mudasse seu comportamento e o abandonasse. Não seria um desfecho inédito nos anais da economia moral da escravidão.

Infelizmente não consegui descobrir em qual batalhão José serviu, mas o fez provavelmente no dos libertos, o de número 9. Quanto tempo se passou até Tavares morrer, é outro tema que precisa ser investigado. Não localizei seu testamento nem o inventário, fontes que, ao lado do registro de óbito, ainda mais difícil de ser encontrado, nos permitiriam estabelecer quando José seria afinal um homem livre, quer dizer, liberto.

Outra carta concedida como expressão do patriotismo senhorial beneficiou um pardo por nome Luiz. Era escravo de dona Anna Joaquina de Santa Clara que, com palavras fortes, o libertou “pelos muitos serviços que me tem prestado, e especialmente pelos que prestou em defesa da Pátria do tirano jugo dos europeus que a pretendiam escravizar”¹⁴. Segundo sua dona, Luiz ganhara a liberdade por ajudar a impedir a escravização

13 APEB, *Livro de notas do tabelião*, v. 211, f. 142.

14 idem, v. 208, f. 200v.

do Brasil, um jogo de sentidos a ser destacado. A carta seria escrita duas semanas após o Dois de Julho, no dia 15, e registrada a 23 do mesmo mês. Isto significa que a senhora negociara os termos da liberdade com Luiz na base da conversa, sem colocar a tinta no papel antes de sua partida para a guerra. Finda esta e verificada a participação do cativo nela — o que pode ter demorado alguns dias —, dona Anna cumpriu sua parte do acordo e lavrou o documento de liberdade. Mas, ao contrário do senhor do africano José, ela não estabeleceu qualquer condição para que o pardo Luiz exercesse imediatamente a sua liberdade. Lealdade e bons serviços antes prestados, no entanto, constam em ambas as cartas como pré-condição para que os escravos tivessem licença para lutar pela causa da independência. Assim, os serviços prestados à pátria se constituíam uma extensão dos bons serviços prestados aos senhores. Em outras palavras, um mau escravo não teria, em tese, alcançado o “direito” de se libertar junto com o país, especialmente se fosse alistar-se sem consentimento senhorial, demonstrando ser um mal servidor.

Com efeito, houve senhores e senhoras que outorgaram a alforria a escravos por lhes servirem bem *durante* a guerra e não por servirem *na* guerra. O africano Salvador, da Costa da Mina, cativo de Francisco de Sales Freitas, foi libertado “por me ter servido com fidelidade, e tratar com amizade tanto nas repetidas moléstias que tenho tido, e me acompanhado pelo recôncavo quando emigrei por causa dos inimigos da Nação”. Salvador seria alforriado gratuitamente, em “agradecimento do praticado, ficando tão somente obrigado a acompanhar-me enquanto eu viver...”¹⁵. Trata-se de uma alforria concedida, basicamente, por não ter o escravo se aproveitado, como outros, da confusão da guerra para se escafeder, fosse uma simples fuga ou uma fuga para servir contra “os inimigos da Nação”. Nesse último caso, como já vimos, havia a esperança de ele ser alforriado pelo governo. A carta de Salvador foi escrita logo após o fim da guerra, no dia 6 de agosto de 1823, e registrada no ano seguinte. Mesmo não tendo se tornado soldado, sem a guerra ele provavelmente não teria sido alforriado, pois foram seus bons serviços e sua lealdade nesse ínterim que sensibilizaram seu senhor a beneficiá-lo com a alforria.

Nessa mesma linha, temos a história de Bartholomeu, cabra, escravo de dona Anna Michaela Joaquina da Silveira. A alforria foi passada por Domingos Vieira da Costa, seu genro e inventariante, por cabeça de sua mulher. Seguem as razões para o gesto:

15 APEB, *Livro de notas do tabelião*, v. 212, f. 123.

... atendendo seus relevantes serviços que fez à falecida sua senhora minha sogra acompanhando-a e servindo-a tão fielmente até a sua morte em um tempo tão crítico, e calamitoso, no qual os da casta dele desampararam ao seus senhores com o fim de serem libertos, e ele preferiu a tudo o de acompanhá-la, e tendo feito tão grandes serviços a sua falecida senhora e outros muitos a mim, e para prevenir que não venha a cair em perpétuo cativo, por isso o tomo no meu quinhão na dita quantia acima de duzentos e um mil reis, o forro gratuitamente e lhe dou esta sua Carta de Liberdade, e por isso de hoje em diante poderá gozar de sua liberdade como se nascesse de ventre livre...¹⁶

Esta carta tem o mérito de expor o que estava em jogo no período quanto ao comportamento esperado dos escravizados. Uma das opções abertas para estes era se alistar no Exército Pacificador, comportamento que muitos adotaram e assim “desampararam aos seus senhores com o fim de serem libertos”. Bartholomeu decidira manter-se ao lado de sua senhora, que faleceria pouco tempo após a libertação de Salvador. Sua carta tem a data de 12 de agosto de 1825, dois anos, portanto, após o Dois de Julho. O genro de dona Anna Michaela, além de reconhecer os bons serviços de Bartholomeu a ela prestados, não deixou de agradecer com o gesto da alforria os serviços prestados a ele próprio. Contudo, a liberdade do cativo só se concretizaria após a morte da senhora, a sugerir que ela a tivesse prometido sob a condição de acompanhá-la até seus últimos dias, como no caso de José antes apresentado.

Já um nagô, batizado na Bahia como Pedro, foi libertado por Luiz Gonzaga de Santana após servi-lo doze anos, alforria também precipitada pelo conflito antiluso. Luiz Gonzaga justificou a concessão da liberdade “pelos bons serviços que me tem feito, pela sua fidelidade, e principalmente pelos do tempo em que me achei emigrado desta cidade para fora, onde me demorei pelo tempo de um ano e tantos dias, por causa da guerra que os Portugueses fizeram a esta Cidade”. Pedro foi libertado sem qualquer condição, “desde já para todo o sempre (...) e isento de toda a escravidão”. Era mais um escravo que optara por acompanhar o senhor evacuado para o Recôncavo, em lugar fugir para o Exército Pacificador ou outro destino qualquer. Pedro jogou bem o jogo da fidelidade, não arriscou sua vida e conseguiu o que queria. Seu senhor, porém, apesar de tanta gratidão, só o libertaria em janeiro de 1825, um longo ano e meio depois de finalizada a guerra¹⁷.

Outro escravo cujos bons serviços durante a guerra lhe renderam a liberdade atendia pelo nome de Francisco, propriedade do Convento do

16 APEB, *Livro de notas do tabelião*, v. 215, f. 27.

17 Idem, v. 214, ff. 130v-131.

Carmo. O prior dessa ordem religiosa o alforriara a pedido do próprio por uma quantia modesta, de 50 mil-réis, mas principalmente pelos longos anos de bons serviços, que incluíram o tempo da guerra contra os lusitanos:

... tendo até o presente servido a esta comunidade com maior fidelidade e zelo possível, há 30 anos ocupado ora no ministério da cozinha, ora empregado no serviço da sacristia, especialmente em o tempo da guerra, mostrando o maior desvelo em guardar com toda a fidelidade nesse calamitoso tempo as preciosidades da Igreja para não se operar descaminho, e merecendo por isto toda a estima de seus mesmos senhores, e agora desejando a sua liberdade oferece para este fim a quantia de 50\$ suplicando a V. Rymas. lhe mandar passar a sua carta de Liberdade¹⁸.

A congregação concedeu-lhe a liberdade em 15 de abril de 1826, pela pena do frei Joaquim José de Santa Maria.

Duas cartas de alforria ilustram o aperto de senhoras que, durante a guerra, mal tinham dinheiro para comer. Em ambos os casos não se tratava de recompensar o liberto por servir à pátria ou ao senhor durante a crise, mas de apontar que a crise abria chances diversas para alforria. Num dos mais intensos momentos da peleja, no final de abril de 1822, dona Joana Francisca de Magalhães alforriou sua cria de 12 anos, a crioulinha Joanna Esmeria, xará da senhora e filha da já falecida africana Luiza. A liberdade da menina custara cem mil reis, pagos por seus padrinhos, Francisco Moreira e sua mulher Rita de Campos. A transação serviu para que dona Joana pudesse se sustentar e a seus dois filhos, “necessitados de alimento e vestuário”, numa cidade desabastecida e cara. Ela deu seu testemunho da penúria dos habitantes da Salvador sitiada pelas tropas brasileiras: “as críticas circunstâncias do tempo, e deplorável estado da cidade, na qual todos choram, lamentam e padecem, ainda as pessoas de possessão, quanto mais a miserável suplicante, sem proteção e sem arrimo o mais pequeno de quem se valha para a socorrer”, escreveu numa petição ao juiz dos órfãos e ausentes pedindo licença para alforriar a crioulinha. Precisava da licença juiz por ter sido abandonada havia dezesseis anos pelo marido, cabeça da família e de seus bens. Datada de 29 de abril de 1822, a carta foi registrada em cartório no dia seguinte pelos padrinhos, que assim asseguravam a liberdade da garota, cumprindo uma obrigação moral e afetiva que a sociedade e a religião exigiam dos que apadrinhavam pessoas escravizadas¹⁹.

O outro caso envolveu igualmente a venda da liberdade de uma criança por uma senhora afundada na indigência como resultado da guerra.

18 APEB, *Livro de notas do tabelião*, v. 219, f. 1v.

19 Idem, v. 207, ff. 178v-180

Dona Joanna Maria do Carmo alforriou João do Bonfim por 16 mil reis. O cabrinha teria um ano, mas a senhora não declarou quem pagou pela transação. A condição era que ele a acompanhasse até sua morte e depois ainda servisse a uma outra mulher. Nenhum parentesco entre as duas senhoras foi declarado. A razão da alforria era a seguinte: “... por eu quando vim do Recôncavo não trazer um real, por isso é que o forrei por este dinheiro, para me remediar no ano de mil oitocentos e vinte e três”. Mais: “E pelo muito amor que lhe tenho será obrigado a acompanhar-me enquanto viva for, e por minha morte à Senhora Dona Maria Joaquina de São José”²⁰. A carta foi passada em 12 de outubro de 1823 e registrada em 11 de janeiro de 1826 — talvez ambas as mulheres a quem João deveria servir já estivessem mortas nessa última data.

Acabei de apresentar pessoas escravizadas que se aproveitaram de diversas maneiras da Guerra da Independência para conseguir a alforria. Outras histórias semelhantes ou diferentes devem estar nos arquivos aguardando serem encontradas. Enquanto isso não acontece, passo a narrar histórias de personagens que, apesar de terem lutado em 1822–1823, não foram beneficiadas pela Independência, pelo contrário, foram maltratadas pelo regime que sobreveio.

Vou começar com Domingos Sodré, africano nagô sobre quem escrevi um livro (REIS, 2008). Em 1863, sua casa foi invadida pela polícia, que recebera denúncia de que ali se reuniam pessoas que o vinham consultar, em geral para jogos de adivinhação, em busca de cura para os males da alma e do corpo, ou de ervas para amansar senhor. Era um dador de fortuna, como se dizia na época, um adivinho, provavelmente babalaô, sacerdote de Ifá. Domingos fora acusado de ter seus serviços pagos com o produto de bens roubados de seus senhores por pessoas escravizadas. Foi preso no ato. Com os policiais dentro de casa, na ladeira de Santa Teresa, o adivinho pediu licença para ir até seu quarto vestir-se, e de lá saiu envergando seu uniforme de veterano da Guerra da Independência. Assim vestido percorreu as ruas de Salvador até a prisão da Casa de Correção, que funcionava no forte de Santo Antônio Além do Carmo. O subdelegado que o prendera disse que aquele comportamento não passava de patacoada, porque Domingos não teria servido na guerra, uma vez que permaneceu escravizado até a morte de seu senhor, em 1836. O policial desconhecia tanto a história recente da província, quanto a biografia do seu prisioneiro. Veremos.

20 APEB, *Livro de notas do tabelião*, v. 215, ff. 131-131v.

Domingos tinha sido escravo do coronel de milícias Francisco Pereira Sodré, poderoso senhor de engenho no Recôncavo, que chefiara um batalhão na guerra contra os portugueses. O coronel também seria escolhido por seus pares para levar ao Rio de Janeiro a notícia da adesão da província a D. Pedro. Seu escravo Domingos não servira ao lado do senhor, mas na Companhia de Libertos do Imperador, nome que consta em seu dossiê militar, regimento que fora criado pelo general Pedro Labatut no final de 1822. Apesar de seu nome sugerir uma força de negros libertos apenas, muitos escravizados também foram a ela incorporados, conforme já dito aqui.

Domingos chegou a ser ferido numa batalha. Segundo se lê nos registros oficiais de março de 1823, ali “se acha relacionado o soldado Domingos, o qual teve baixa para o Hospital no primeiro do dito mês e alta no dia 23”. Portanto, passou quase um mês hospitalizado, fora um ferimento sério. Segundo informações do africano, tratava-se de “uma cutilada que recebeu dos inimigos”, o que significa ter sido ferido num combate corpo a corpo. Vale dizer que Domingos produziu esses documentos em 1853, quando foi preso por suspeito de participar de uma conspiração de africanos. Para se safar, ele apresentou um dossiê que pretendia provar “que nunca se envolveu contra o Império e muito menos com insurreições” e ser “de boa conduta civil e moral”. Além dos documentos relativos a seu serviço militar, juntou declarações do subdelegado de sua freguesia e do inspetor do quartirão onde morava. Um desses documentos afirmava que ele estava quite com o pagamento de um importo de 10 mil-réis criado pelo governo provincial após a Revolta dos Malês sobre os africanos e africanas libertos, cuja sonegação podia ser punida com deportação de volta à África (REIS, 2003, pp. 498-503)²¹.

Como já disse antes, o governo imperial recomendou aos senhores dos soldados escravizados que os alforriassem ao fim do conflito, e os que não fossem assim beneficiados deveriam ter suas alforrias pagas pelos cofres provinciais. Domingos Sodré não foi beneficiado de uma nem outra maneira. O rico coronel morreu em 1836 sem tê-lo alforriado, e seu herdeiro, Jerônimo Sodré Pereira, só libertaria Domingos em 1844 pelo preço de 550 mil-réis. No documento de liberdade não há qualquer alusão a bons serviços prestados, quer ao senhor, quer à pátria, apenas um seco registro do preço pago²². Apesar de traído pela Bahia patriótica, o africano tinha orgulho de sua participação na guerra, daí ter envergado a farda de

21 Sobre esta lei e a insegurança jurídica em que viviam os africanos libertos no Brasil, ver o estudo pioneiro de Manuela Carneiro da Cunha (2012, cap. 2). Ver também Brito (2016, cap. 3).

22 APEB, *Livro de notas do tabelião*, v. 282, f. 19.

veterano no momento em que foi preso, em 1863, por feitiçaria. Era também um gesto estratégico para constranger as autoridades que ousavam prender um combatente da Guerra da Independência.

Domingos não foi o único combatente africano abandonado pela Bahia independente. No ano da Revolta dos Malês, 1835, o barbeiro Felipe Francisco Serra, que se declarou jeje, negociava na África — para onde ia e vinha desde pelo menos 1824 — à frente de uma feitoria e fora proibido de retornar devido a uma nova lei proibindo a entrada no país de africanos livres, libertos ou escravizados. Era mais uma legislação para controlá-los na sequência do levante. Serra protestou, disse que na Bahia ele “tinha casa, filhos e o mais que respeitam aos interesses de sua vida”. Como Domingos o faria anos depois, alegou não ter participado da recente revolta, que nada tinha contra o governo do Brasil, “por se educar neste País, onde se instruiu na Doutrina Cristã, [assim] como porque foi um dos defensores da Constituição e da Independência do Brasil, fazendo suas funções de soldado armado e súdito também de Sua Majestade Imperial”. Serra havia servido no 3º Regimento de Milícias durante a Guerra da Independência, o conhecido Batalhão dos Henriques, e por isso se considerava, conforme afirmou em sua petição, no gozo “do foro de Cidadão Brasileiro”. Errava: os africanos libertos, segundo a constituição de 1824, não foram feitos cidadãos brasileiros, ao contrário dos libertos nascidos no Brasil. As autoridades baianas negaram seu retorno para junto de seus filhos, casa e negócios na Bahia. Aos africanos, mesmo aos combatentes de 1822–1823, não foi dada a mesma chance oferecida aos portugueses de se naturalizarem brasileiros uma vez jurada a constituição imperial (SERRA, c. mar. 1837).

Felipe era, provavelmente, escravo do negociante de fumo e traficante Antônio Moreira Serra²³. Escrevi “provavelmente” porque o Felipe que escreveu a petição à Assembleia Provincial se dizia jeje, mas o Felipe de Antônio Moreira Serra fora batizado como nagô e assim identificado na sua carta de alforria. Mas é também provável que, na sua petição, ele tivesse ocultado sua verdadeira nação porque os nagôs tinham sido os principais responsáveis pelo levante. Os jejes não se meteram. Sua alforria fora concedida “gratuitamente em atenção aos bons serviços que me tem feito”, em dezembro de 1822, seis meses após o triunfo dos patriotas, o que significa que ainda era escravizado quando combateu os lusitanos²⁴. Em 1822, Antônio Serra nada mencionara a respeito dos serviços

23 Moreira Serra enrolava seu fumo na Cidade Baixa, pelo menos desde 1811, quando arrendou uma loja pertencente ao Convento do Desterro para a produção de rolos, decerto para exportação para a Costa da Mina, onde eram trocados por cativos. Estava, portanto, vinculado ao tráfico, quiçá assistido por seu escravo Felipe. Ver APEB, *Livro de notas do tabelião*, v. 169, ff. 38v-39v.

24 Idem, v. 263, f. 76.

do escravizado enquanto soldado, mas ele não teria lutado sem seu consentimento, não combinava com seu perfil. O fato é que esse Felipe, logo após a Independência, já se encontrava negociando na Costa da Mina (ver SILVA JR., 2002).

Aliás, Felipe não seria o único cativo libertado por Antônio Moreira Serra. No ano seguinte ele redigiu cartas de liberdade para vários outros, sempre gratuitamente, entre estes Rofino, tapa; Frutuoso, jeje; Carlos, haussá; Inocência, nagô; Eduardo, mondubi; João, angola; Alexandre, jeje; Sinfrônio, nagô; Amaro, haussá; Gastão, haussá; Bernardo, nagô; Frederico, nagô, todos homens africanos, com cartas datadas de 13 de dezembro de 1823, exatamente um ano após passar a de Felipe. Todas elas tinham a mesma enxuta declaração: “gratuitamente em atenção aos bons serviços que me tem feito”. Todos os libertos, inclusive Felipe, tiveram suas cartas registradas na Bahia muitos anos depois, em 1839, o que sugere, primeiro, que Antônio Moreira Serra teria retido os documentos até essa data, e ele próprio as levava para registro no tabelião; e segundo, que Felipe afinal teria conseguido retornar a Salvador. Outra coisa: o senhor era padrinho de seus alforriados, o que o obrigava, pelo costume, a alforriá-los. São muitas as nuances aqui envolvidas – esse escravizador e seus escravizados precisam ser melhor investigados (sobre batismo de escravos, GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988)²⁵.

Em 1836, em petições individuais, mas quase idênticas, à Assembleia Legislativa Provincial, os africanos José Simoens, jeje, e Manoel do Bonfim, que se disse “natural da Costa do Leste” para não se dizer haussá (uma nação altamente islamizada), protestaram contra o imposto anual de 10 mil-réis cobrado dos africanos forros. Eram ambos pescadores, viviam na mesma comunidade pesqueira, Pedreiras, em Salvador, e alegaram não ser justo pagar o tributo, por terem feito a guerra aos portugueses. Na Lei de 13 de maio de 1835, os legisladores isentaram apenas os africanos que denunciasses alguma conspiração, os inválidos, os indigentes e os que trabalhassem e morassem em estabelecimento industrial, que podia ser um engenho, por exemplo. Por haverem participado da campanha militar, José e Manoel consideravam-se mais meritórios do que aqueles contemplados pela legislação. Nas palavras cunhadas para José por seu procurador, que era o mesmo de Manoel,

25 Outros escravos de Antônio Moreira não foram libertados em 1822–1823, nem gratuitamente: Delfino, nagô, alforriado em 1825 por 350 mil-réis; Adolfo, crioulo, em 1838 por 200 mil-réis, “em atenção a estar adoentado”; e outro Adolfo, haussá, em 1842. APEB, *Livro de notas do tabelião*, v. 213, f. 282v-283; v. 257, f. 123v; e v. 272, f. 294v.

apenas apareceu o grito da Independência do Brasil, o Suplicante voluntariamente correu, e alistou-se para o serviço do Império no Ponto das Mercês, na Vila de Itaparica, então Ilha, onde partilhou toda a Campanha até a restauração desta Cidade, então ocupada pelas Lusitanas baionetas, e não obstante a sua avançada idade, ainda permaneceu no serviço da guarnição com praça no batalhão no 92 da 2ª Linha, da qual afinal viera o Suplicante a ter baixa em revista de inspeção e convertendo-se de todo para a sua efetiva ocupação da pesa a bem da subsistência de sua família, com quem reside paternalmente no sítio das Pedreiras. (BONFIM, c. abr. 1836.)²⁶

João e Manoel haviam servido no mesmo batalhão e, em seguida, foram ambos alocados na guarnição da cidade; ao darem baixa, voltaram à ocupação de pescadores. Ambos também se esmeraram em suas declarações de adesão à causa do Brasil. Manoel assegurou ter “prestado suas forças, amor, riscos de vida por causa de um Povo, entre cuja generosidade ele vive”, e o mesmo repetia João. Os dois também juraram nenhum envolvimento nos vários levantes africanos da época e lamentaram terem sido iguais “a bárbaros Africanos insurgentes, quer real, quer presuntivamente”. Também lembraram serem casados e com filhos brasileiros e terem sempre obedecido às leis do Império. Eram sinceros, mas precisavam exagerar nos adjetivos para impressionar aos brancos que decidiriam a sorte deles. Não funcionou.

No parecer à petição de Manoel do Bonfim se lê: “Indeferido, na forma do Parecer aprovado”. Na de José Simoens: “Não tem lugar à vista do parecer aprovado”. Na Comissão de Justiça da Assembleia sentava-se Francisco Gonçalves Martins, archi-inimigo dos africanos, que chefiava a polícia por ocasião da Revolta dos Malês (ver REIS, 2003 e 2019, *passim*).

João do Nascimento foi mais um soldado africano da Guerra da Independência que se viu frustrado com o tratamento recebido do governo baiano. Como no caso anteriormente descrito, ele pedia isenção fiscal, desta feita de um imposto profissional que, como a lei de capitação, recaía apenas sobre os africanos. Era sapateiro, septuagenário, residente na cidade de Cachoeira, centro nervoso dos eventos da guerra patriótica. Tinha filhos brasileiros e seu trabalho rendia pouco, argumentou, em 1852, numa pungente petição ao presidente da província:

O Suplicante veio de tenra idade [da África]; recebeu o santo Batismo, teve a glória de ser Cristão, aprendeu o ofício de Sapateiro, e pôde comprar a

26 A petição de José Simoens se encontra no mesmo maço 979. Como provas de suas alegações, os libertos anexaram documentos que não foram arquivados pela Assembleia.

sua liberdade, assentou praça em uma companhia (...) agregada ao Regimento de Milícias da Cachoeira, onde sempre habitou; apareceu a Feliz Época da Gloriosa Independência, o Suplicante marchou alegre para os portos, prestou serviços, sofreu muito, padecendo moléstias; agora porém, já no ocaso da vida está com uma lojinha de um sobrado velho que pelo amor de Deus lhe deram para trabalhar com um seu filho para sustentar 4 filhas donzelas, que tem em sua companhia, o Suplicante padece de uma quase cegueira, vendo apenas mal por um olho; o coletor das Rendas Provinciais exige dele o Imposto de 10\$rs; parece por todas as razões expostas, que deve ser isento de pagar esse Tributo, já pela sua tão avançada [idade], já porque tem filhas Brasileiras para quem trabalha, já porque o seu trabalho é tão diminuto, que talvez na roda do ano não chega a 10\$rs., já finalmente porque teve a distinta honra, e gloria de servir na luta da Gloriosa Independência debaixo das Bandeiras Brasileiras, cujo Pavilhão o há de sempre abrigar. (NASCIMENTO, c. mar. 1852.)²⁷

João do Nascimento anexou à sua petição o despacho do juiz de paz de sua freguesia atestando a veracidade de tudo o que afirmara. Outra certidão seria escrita pelo comandante da companhia na qual o liberto atuara durante a guerra, e o militar afiançava ter sido ele “muito pronto nas suas obrigações (...) e muito ativo, e [de] boa moral, e boa conduta, Religioso...”. Uma nação civilizada teria recompensado este e outros soldados africanos com, no mínimo, um título de cidadania, mas em vez disso a petição de João Nascimento, como as antes vistas, foi indeferida.

Na sua maioria, os africanos dessas histórias já eram forros e apostaram em poder participar da festa da Independência como cidadãos. Se desencantaram do mesmo jeito que muitos soldados que permaneceram sob cativo. Quanto a estes, nenhum cujas alforrias foram registradas em cartório se beneficiou do famoso decreto imperial que as garantia plenamente, sem condições restritivas. O decreto — aproveito para finalizar — atendia a um pedido do substituto de Pedro Labatut à frente das forças brasileiras, José Joaquim de Lima e Silva. Em correspondência a José Bonifácio quatro dias depois de tomar Salvador, ele justificou o pedido com as seguintes palavras sobre seus soldados escravizados: “sempre lhes observei prova de valor e intrepidez, e um decidido entusiasmo pela causa da Independência do Brasil” (LIMA E SILVA, 16 jul. 1823). Denodo ainda maior o de muitos africanos que, embora já forros, se prontificaram a guerrear contra os lusitanos. Mas o novo regime não teve a decência de recompensá-los com um simples título de cidadania do país cuja independência ajudaram a realizar.

27 Documento também transcrito, contextualizado e analisado em Reis (2019, p. 155).

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Braz H. do. *História da Independência na Bahia*. 2a ed. Salvador: Progresso, 1957.
- BONFIM, Manoel do. Petição à Assembleia Legislativa Provincial, c. abr. 1836. *Legislativa. Abaixo-assinados*, maço 979 (Arquivo Público do Estado da Bahia, Salvador).
- BRITO, Luciana da Cruz. *Temores da África: segurança, legislação e população africana na Bahia oitocentista*. Salvador: Edufba, 2016.
- CERQUEIRA E SILVA, Ignacio Accioli. de. *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*, vol. III. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1931 (1852).
- COMANDANTE do batalhão n. 14 para o governador das armas da Bahia, 23 ago. 1827. *Quartel General do Comando das Armas, 1827*, maço 3367 (Arquivo Público do Estado da Bahia, Salvador).
- CONRAD, Robert. *Children of God's Fire: A Documentary History of Black Slavery in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1983.
- CÓPIA DO TERMO de vereação. Jaguaripe, 3 abr. de 1823. *Annaes do Archivo Publico*, ano VII, n. X. Documentos sobre a Independência, 1923.
- COSTA, João Severiano Maciel da. Petição ao Conselho Interino de Governo da Província da Bahia, 3 fev. 1823. *Avisos imperiais*, v. 754, f. 92 (Arquivo Público do Estado da Bahia, Salvador).
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. 2a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- FRANÇA, Antonio de B. Pinto de (org.). *Cartas baianas, 1822-1824*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- GOVERNADOR DAS ARMAS para o Presidente da Província, 20 ago. 1829. *Quartel General do Comando das Armas, 1829*, maço 3370 (Arquivo Público do Estado da Bahia, Salvador).
- GOVERNADOR DAS ARMAS para o Presidente da Província, 4 set. 1829. *Quartel General do Comando das Armas. 1829*, maço 3370 (Arquivo Público do Estado da Bahia, Salvador).
- GRAHAM, Richard. “Ao mesmo tempo sitiados e sitiados’. A luta pela subsistência em Salvador (1822-1823)”. In JANCSÓ, I. (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Fapesp / Hucitec, 2005, pp. 411- 5.
- GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”. In REIS, J. J. (org.). *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 33-59.

- GUERRA FILHO, Sérgio A. D. *O povo e a guerra: participação das camadas populares nas lutas pela independência da Bahia*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- _____. “Patriotismo na Guerra da Bahia: tensões e configurações na ordem paternalista”. In LEAL, M. G. A.; SOUZA, A. P. (org.). *Capítulos de história da Bahia: Independência*. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia / Eduneb, 2017, pp. 285-301.
- GUINEBAUD, Jacques. Carta a Jean-Baptiste Maler. Bahia, 11 maio 1822. Ministère des Affaires Étrangères (Paris), *Correspondance politique. Brésil*, v. 2, f. 16v.
- INSTRUÇÕES do Conselho Interino de Governo da Bahia, 29 nov. 1822. *Provisões, alvarás, registros*, maço 322 (Arquivo Público do Estado da Bahia, Salvador).
- KRAAY, Hendrik. “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos: o ‘recrutamento’ de escravos na guerra da Independência na Bahia”. *Revista Brasileira de História*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, pp. 109-26, 2002.
- _____. “Muralhas da independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-1825)”. In MALERBA J., . (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, pp. 303-42.
- _____. *Política racial, Estado e Forças Armadas na época da Independência: Bahia, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2011.
- LIMA E SILVA, José Joaquim de. Carta ao ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, 16 jul. 1823. Seção de Manuscritos, II-31, 35, 4 (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro).
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. “Albert Roussin: testemunha das lutas pela independência na Bahia (1822)”. *Anais do APEB*, n. 41, pp. 116-68, 1973.
- MENEZES, Manoel da Cunha. Carta ao ministro do Império, 21 out. 1826. *Correspondência do Presidente para o Governo Imperial*, livro 676, f. 160 (Arquivo Público do Estado da Bahia, Salvador).
- MIRANDA, Francisco de. Carta a Antônio José Duarte de Araújo Gondim, 20 nov. 1822. *Cartas avulsas particulares*, maço 322 (Arquivo Público do Estado da Bahia, Salvador).
- MOREL, Marco. *A Revolução do Haiti e o Brasil escravista*. Jundiaí: Paco, 2017.
- MORTON, F. W. O. *The Conservative Revolution of Independence: Economy, society and politics in Bahia (1790-1840)*. Tese (Doutorado em História) – University of Oxford, Oxford, 1974.
- MOTT, Luiz. “Um documento inédito para a história da independência”. In MOTA, C. G. (org.). *Independência: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- NASCIMENTO, João do. Petição ao presidente da Província, c. mar. 1852. *Tesouraria*, maço 4250 (Arquivo Público do Estado da Bahia, Salvador).

- PEREIRA, José Albino. Resolução do Conselho Interino do Governo da Bahia, 28 nov. 1822. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 68, 1949.)
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. 2a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. “O jogo duro do Dois de Julho: o ‘Partido Negro’ na Independência da Bahia”. In _____; SILVA, E. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 79-98. (Publicado originalmente em: *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 13, pp. 47-60, 1987.)
- _____. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. *Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SANTOS, Joel Rufino dos. *O dia em que o povo ganhou*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- SERRA, Felipe Francisco. Petição à Assembleia Legislativa Provincial, c. mar. 1837. *Petições, 1837*, maço 1028 (Seção Legislativa, Arquivo Público do Estado da Bahia, Salvador).
- SIERRA Y MARISCAL, Francisco de. “Idéas geraes sobre a Revolução do Brazil e suas consequências”. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vv. 43-44 (1920-1921), pp. 49-81, 1926.
- SILVA, Marcelo R. Siquara. *A cultura letrada na Bahia (1821-1823): a experiência da Independência brasileira*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- SILVA JR., Carlos da. “A Bahia e a Costa da Mina no alvorecer da Segunda Escravidão (c. 1810-1831)”. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 65, pp. 91-147, 2022.
- SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. *Confrontos políticos e redes de sociabilidade (1821-1823)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- TAVARES, Luiz Henrique Dias. *A Independência do Brasil na Bahia*. 2a ed. Salvador: Edufba, 2005.
- WISIAK, Thomas. “Itinerário da Bahia na independência do Brasil (1821—1823)”. In JANCSÓ, I. (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Fapesp / Hucitec, 2005, pp. 447-74.

BÁRBARA DE ALENCAR E AS RAÍZES BRASILEIRAS DA VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO¹

Antonia Pellegrino²

RESUMO

O presente artigo narra a vida da revolucionária do Crato Bárbara de Alencar, primeira mulher a ser tratada como presa política no Brasil, graças ao seu protagonismo na Revolução de 1817, e estabelece uma relação entre sua atuação pública e a violência política de gênero.

Palavras-chave: Revolução de 1817. Bárbara de Alencar. Matriarcas do Sertão. Violência Política de Gênero.

ABSTRACT

This article examines the life of Crato's revolutionary, Bárbara de Alencar, the first woman to be treated as a political prisoner in Brazil, due to her role in the Revolution of 1817, and establishes a relationship between her public performance and gender political violence.

Keywords: Revolution of 1817. Bárbara de Alencar. Matriarchs of the Sertão. Gender Political Violence.

Um dos mais eloquentes testemunhos sobre a atuação política de Bárbara de Alencar pode ser lido na carta-testamento, datada de 1810, escrita pelo naturalista e pai espiritual da Revolução de 1817, Manoel de Arruda Câmara. Nela, o naturalista recomenda o título de heroína a Bárbara de Alencar — sete anos antes de a revolução explodir nas províncias do Norte do Brasil. Mulher inaugural, Bárbara de Alencar foi, a um só tempo, a primeira mulher a disputar a arena política e a primeira vítima da violência política de gênero no Brasil; a primeira líder revolucionária e a primeira brasileira a ser presa por causa de suas ações e convicções políticas.

Alta e forte, Bárbara é fruto da mistura de indígenas com portugueses. Os primeiros desbravadores da região do Cariri, onde fica a vila de Crato, eram ascendentes dela, que deixaram o Minho para fundar a cidade de Exu, em Pernambuco, no ano de 1709. Bandeirantes, seu avô e

1 Este texto foi apresentado no seminário A Outra Independência, realizado no Sesc São Paulo em julho de 2022, com curadoria de Heloisa Starling.

2 Cientista social, mestre em literatura e roteirista premiada pela Academia Brasileira de Letras. Tornou-se uma voz ativa no movimento de mulheres graças ao trabalho na plataforma #AgoraÉQueSãoElas. @pellegrino.antonio @apellegirino.

parentes se estabelecem em solo árido, maltratado por muitas secas e poucas oportunidades, mas prosperam graças ao cultivo do gado, algodão e cana-de-açúcar. A família adquire propriedades no interior de Pernambuco e estende seus domínios através do sertão até o Ceará, conquistando grande influência numa região em que negros, índios, pardos, mamelucos e brancos pobres eram abandonados à própria sorte, em meio à enorme instabilidade e violência. Próximos da população, a família Alencar se firma como uma oligarquia política no Cariri. Filha de Joaquim Pereira de Alencar e Theodora Rodrigues da Conceição, Bárbara nasceu em 11 de fevereiro de 1760.

Batizada em homenagem a Santa Bárbara, ainda bebê, Bárbara sobrevive ao ataque de índios Açus à fazenda Caiçara, em Exu, de propriedade de sua família. A casa de taipa é incendiada, mas a bebê consegue ser resgatada para fugir nos braços da mãe. Os Alencar derrotam os indígenas e, sobre as ruínas da tapera, é construída uma casa de pedra com paredes colossais, resistentes às intempéries próprias do tempo. A resistência da nova casa remete à resistência da própria Bárbara, formando uma espécie de mito fundacional, no qual, desde o nascimento, ela é descrita como uma sobrevivente.

Vinte e dois anos depois, Bárbara se casaria com um homem escolhido por ela, a contragosto de seus pais: o comerciante português de tecidos, José Gonçalves, trinta anos mais velho. O casal se muda para o Sítio Pau Seco, onde Bárbara se dedica aos afazeres domésticos: cria os cinco filhos, cuida do pai, já velho e doente, mas também administra o engenho de cana e rapadura do casal. Inventa de produzir tachos e leva o empreendimento adiante contra a vontade do marido. Constrói a primeira casa da região em estilo colonial, feita em pedra e cal, pelas mãos de um mestre-pedreiro oriundo de Recife, na rua principal da vila do Crato, quase vizinha à igreja. Atitudes que a fizeram ser considerada “mulher-macho” por seus conterrâneos — apesar da diferença de idade em relação ao marido e ao fato de sua atuação ser hegemonicamente restrita ao espaço doméstico.

Mas é aos 32 anos que sua vida se transforma, através do contato com o naturalista Manoel de Arruda Câmara (o mesmo da carta-testamento), com quem Bárbara vai aprender botânica e outras coisas mais perigosas que a urtiga brava: as ideias de Voltaire, Montesquieu e Rousseau. É possível imaginar que essas ideias tiveram enorme influência sobre ela. Tanto é que, três anos depois, quando, em 1800, é fundado o Seminário de Nossa Senhora da Graça, onde se rezava, além dos salmos, a cartilha iluminista, é lá que Bárbara matricula dois de seus filhos, José Carlos e o caçula José Martiniano. O Seminário de Olinda, como ficou conhecido, tornou-se a instituição de ensino mais inovadora no Brasil colonial e

funcionou como polo irradiador das ideias do Iluminismo em Pernambuco e no Nordeste — que eram levadas pelos padres em viagem pelo interior praticando a catequese ou transmitidas nas paróquias.

Pode parecer contraintuitivo, mas, naquele tempo, dependendo do lugar que uma mulher ocupava na hierarquia social, ficar viúva não era seu fim — poderia ser até um recomeço. Já tendo cumprido com seus deveres do matrimônio, a viúva pode exercer seu poder para além da esfera doméstica. No imaginário da região, essas mulheres eram conhecidas como as matriarcas do sertão. E é com esse epíteto que, uma vez viúva, a partir de 1809, Bárbara passa a atuar e ser reconhecida.

Foram elas matriarcas semilendárias, proprietárias de terra e gado no interior do sertão, longe das pretensões fidalgas das Casas-Grandes da zona açucareira. Levavam uma vida rústica relativamente distante dos padrões culturais europeus que, na época, moldavam as sociedades do litoral nordestino. No sertão, exerciam grande poder de liderança, tendo controle total de seus feudos regionais. (QUEIROZ; HOLLANDA, 1990, p. 1.)

Quando, em 6 de março de 1918, estoura a Revolução em Recife, não à toa, no mês seguinte, em abril de 1817, o rastilho de pólvora é levado até o Ceará pelo filho caçula de Bárbara, o futuro senador da República José Martiniano. A influência da mãe na região seria fundamental para irradiar a revolução. Pela primeira vez, um movimento anticolonial ultrapassava a fase conspiratória e chegava ao poder. Os revolucionários haviam proclamado a República. Era preciso reunir as forças rebeldes do Norte no enfrentamento à Coroa Portuguesa. E, após percorrer mais de 200 léguas no lombo de um cavalo, durante cerca de quarenta dias, Martiniano bate à porta do Sítio Pau Seco, na noite de 29 de abril de 1817.

Era chegado o momento tão acalentado pela revolucionária do Crato. Aos 57 anos, Bárbara de Alencar faria o que nenhuma mulher branca, rica e poderosa havia feito até então: iria para o front, ao lado de seus filhos, familiares e tantos outros combatentes, todos homens. Engrossaria as fileiras, mas não só: lideraria o Crato na luta contra o autoritarismo da Coroa Portuguesa. Sua bandeira era liberal e republicana. Inimiga declarada do rei, Bárbara sabia que o crime de lesa-majestade poderia ser punido com pena de morte, infâmia da família e confisco dos bens. Mas suas convicções eram muito maiores que seus medos.

Na manhã seguinte, as articulações políticas em prol da tomada de poder começam a ser urdidas. O plano seria posto em prática dali a dois dias, num domingo, depois da celebração da festa de Santa Cruz na Igreja da Matriz. Localizada bem no centro da Vila do Crato, a Igreja da Matriz ficava ao lado da casa construída por Bárbara de Alencar. Seus ritos

dominicais reuniam da plebe aos poderosos. Naquela manhã fresca do dia 3 de abril de 1817, Bárbara e José Martiniano devem ter acordado cedo, a um só tempo agitados e sóbrios, cientes da enorme responsabilidade que tinham sobre os ombros. Martiniano e seus irmãos, Tristão Gonçalves de Alencar e o padre Carlos José dos Santos, saem de casa junto à mãe. Unida, a família adentra a igreja para ocupar os bancos da frente. Depois da preleção do pároco, Martiniano se levanta e caminha até o púlpito. Ostentando o crucifixo, o filho da heroína do Crato lê um dos textos-símbolo da revolução de Pernambuco, o “Preciso”. Escrito pelo advogado José Luís de Mendonça, membro do Governo Provisório de Pernambuco, o “Preciso” narrava os acontecimentos da ocupação de Recife, semanas antes. Os fatos eram grandiloquentes, as tintas da pena de Mendonça carregavam suas palavras de revolta e heroísmo. Ao final da leitura, Martiniano levanta os olhos sob aplausos entusiasmados e conclama seus conterrâneos a apoiar a Revolução, defender a importância da República e da independência provincial, pois era lá que repousava a liberdade do povo. Os abusos da Corte no Rio de Janeiro e seus altos impostos deveriam chegar ao fim. A febre da liberdade toma a igreja, sobe até as torres altas onde os sinos são tocados. Martiniano proclama a Independência da vila em relação a Portugal e instala a República do Jasmim, nome de uma propriedade de Bárbara. Aclamado, Martiniano e Bárbara lideram o povo, que sai exaltado pelas ruas, dando vivas à República, à pátria e à liberdade.

Os Alencar então conduzem a multidão até a casa de Câmara da Vila do Crato, onde seus membros oficiais — juízes ordinários, vereadores e escrivães — são destituídos para gente da confiança dos revolucionários ser empossada. Uma ata oficializando a República do Jasmim é lavrada. Os presos são soltos e recebem armas para lutar ao lado dos republicanos. O sol está a pino quando a bandeira branca, a marca dos patriotas, é hasteada. E na nova ordem subversiva há uma mulher liderando e pensando como, pela primeira vez, uma República seria implantada no Brasil.

O dia seguinte começa antes de o Sol raiar na casa da Bárbara, quando três galinhas são degoladas e depenadas. Uma delas seria servida à noite, misturada ao arroz. As outras duas são assadas para serem comidas, junto aos quatro quilos de carne salgada, no que ficou conhecido como o jantar da liberdade, oferecido por Bárbara em homenagem à revolução. Entre os presentes, além da anfitriã e seus filhos, estavam outros revolucionários, como o vigário Saldanha e o capitão-mor da Vila do Crato, José Pereira Filgueiras, homem venerado pelos filhos daquela terra. Diz-se que o clima foi tenso e com tímido diálogo, havendo muita sobriedade, inclusive no que tange ao brinde da comemoração, pois, das duas garrafas de vinho postas sobre a mesa, beberam apenas a metade de uma destas (MACÊDO, 2017, p. 106).

Os pratos e talheres do jantar da liberdade mal tinham sido lavados quando a contrarrevolução já começava a ser arquitetada pelos monarquistas. Seu sucesso dependia do apoio de uma figura estratégica: Filgueiras. Amigo íntimo da família Alencar e do vigário Saldanha, o capitão-mor vinha mantendo neutralidade desde o dia da deflagração do movimento. Os realistas sabiam que quem cativasse sua simpatia tenderia a ser vitorioso. O momento era de incerteza. As informações sobre os conflitos viajavam no lombo de animais, de forma lenta e cevada por boatos. Era impossível medir a temperatura real do embate entre a revolução e a contrarrevolução. E, na obscuridade, viceja o medo. Para manter sua neutralidade, Filgueiras precisaria de convicções que não possuía.

Se no Recife a glória republicana durou 75 dias, sua vida no Crato seria bem mais curta. Em oito dias, chegaria a restauração trazida por Filgueiras, a toque de caixa e tiros de bacamarte. No dia 11 de maio, os revolucionários foram contidos e presos. Bárbara de Alencar esconde seu dinheiro e foge com alguns pertences. Em companhia do vigário Saldanha e do escravizado forro Jerônimo de Abreu, ela segue viagem até Barbalha, em Pernambuco, onde ficaria escondida no sítio Lambedor, que pertencera ao seu bisavô. Após dois dias, o trio é cercado.

De forma pioneira, Bárbara não se conformou em atuar no ambiente doméstico, nem se deixou confinar no silêncio. Se, até o momento de sua prisão, a eventualidade da presença de outras mulheres na cena pública havia sido enfrentada com o silêncio e o esquecimento, no seu caso era impossível eliminar os vestígios de sua presença e recolher essa mulher à obscuridade. Bárbara estava lá. Ela deu forma às suas aspirações e voz ao seu desejo na cena pública — o lugar onde se desenrola a ação política. Era impossível retirá-la do acontecimento político. Esta originalidade engendra inúmeras consequências e coloca um problema para a Coroa: o que fazer com Bárbara de Alencar?

A Coroa confisca diversas propriedades da família Alencar. Além de presa pelo envolvimento e liderança da revolução, Bárbara ainda é acusada de amasia devido à sua amizade com o padre. Havia boatos que José Martiniano seria, na verdade, filho do padre, e não do companheiro de Bárbara. Embora o adultério masculino fosse considerado normal, era gravíssimo uma mulher cometê-lo. A acusação (para muitos, infundada) tinha, portanto, o objetivo claro de difamar a única mulher a participar da Revolução e macular sua memória entre os viventes e as futuras gerações.

Mais de duzentos anos depois, é possível e necessário reler esse episódio à luz do que as teóricas feministas chamam de violência política de gênero — método cujo objetivo é retirar as mulheres da cena pública, através

de inúmeras formas da violência, entre elas a difamação por estereótipos de gênero. Como argumentam Lena Krook e Restrepo Sanín:

Quando as mulheres políticas são atacadas apenas por suas ideias políticas, não é um caso de violência contra as mulheres na política. No entanto, a ambiguidade torna-se evidente quando a forma de atacá-las é por meio do uso de estereótipos de gênero, com foco em seus corpos e papéis tradicionais, principalmente como mães e esposas, que negam ou prejudicam sua competência na esfera política. (LENA KROOK; RESTREPO SANÍN, 2016, p. 5.)

Trata-se, justamente, do procedimento urdido pela Coroa Portuguesa no caso Bárbara de Alencar. Se não era possível apagá-la, seria necessário difamá-la para mostrar ao mundo o tipo de mulher que ousa transgredir os limites da esfera privada. Se não era possível esquecê-la, seria necessário acabar com sua reputação e demolir sua memória. A matriarca que havia traído o marido e tido um filho com um padre jamais poderia servir de exemplo a outras mulheres que, como ela, talvez tivessem aspirações políticas. À difamação por amasia se somaria a humilhação pública de ser exibida no cortejo dos prisioneiros — conhecidos como “infames cabeças” —, acorrentada ao lombo de um cavalo, vestida como uma escravizada, para reafirmar a repugnância daquela mulher revolucionária que não tinha apreço ao decoro.

No ano seguinte, 1818, Bárbara é julgada sob a acusação de “ter se oposto francamente ao intento do filho; de dizer, em conversas, que ele (o filho) não haveria de ser rei e dizendo-se rainha; de afirmar que o ouvidor André Alves era um tolo por não aceitar os benefícios de seus filhos”. Mais uma vez, a difamação por estereótipos de gênero entra em ação. A viúva que se opõe ao intento do filho, desobedece às regras do patriarcado. A republicana que se diz rainha, é difamada como falsa republicana e, ao afirmar que o filho não seria rei, novamente se insurge contra as regras de um mundo regido pelos homens. Por fim, ao chamar o ouvidor de tolo, ela não apenas subestima sua autoridade masculina como tem a ousadia de demonstrar soberba através dos benefícios supostamente oferecidos pelos filhos.

Ora, a presa política cujos crimes seriam estes não somente rompe com o papel tradicional que uma mulher deveria desempenhar, mas, sobretudo, está muito aquém da guerreira, intelectual e articuladora que Bárbara de Alencar de fato foi. Juntas, estas peças puseram em movimento uma máquina vexatória cujo objetivo era forjar um testemunho ao tempo, avesso àquele sugerido pelo pai espiritual da Revolução de 17, no qual Bárbara resplandece como “a revolucionária do Crato”.

A aparição pioneira de Bárbara na cena pública traz em seu bojo, portanto, a própria gênese da estratégia que levaria tantas mulheres a se afastarem (ou serem afastadas) dessa mesma cena pública. A violência política de gênero seria usada, aprimorada e reutilizada muitas vezes nos séculos seguintes. Ela tem sido a resposta do *establishment* às mulheres que pretendem alargar o sentido da experiência democrática ao ocupar cadeiras que historicamente pertencem aos homens brancos e proprietários. Se existir algo como a “nova política”, é possível supor que ela virá das minorias políticas, historicamente marginalizadas, não por uma questão “identitária”, mas pelo fato de estes grupos representarem agendas e expectativas antes excluídas do debate público.

Um número crescente de relatórios em todo o mundo — de ativistas, políticas, jornalistas e acadêmicas — indica que, à medida que as mulheres avançam para reivindicar seu direito de participar da política, elas são atingidas por atos que abrangem abuso psicológico e agressão física ou sexual. Essa reação está ocorrendo por várias razões — talvez de fato porque as mulheres tenham avançado — e descreve o fenômeno da violência política de gênero. (NDI, 2015, p. 12.)

Assim, é possível fazer a aproximação do caso Bárbara de Alencar a outros episódios a outros da mesma “família”, em que a estratégia da violência política de gênero foi posta em prática recorrendo à tática da difamação, numa disputa narrativa pela memória, como no caso da vereadora Marielle Franco, ocorrido 200 anos depois.

Mulher, negra, bissexual, da favela da Maré, Marielle Franco tinha vencido a improbabilidade de alguém com qualquer dessas características ocupar espaços no poder. Foi eleita em 2016, com 46.502 mil votos. Era a única vereadora preta na cidade do Rio de Janeiro, o principal porto de entrada de pessoas escravizadas do Brasil Colônia. Foi brutalmente executada na noite de 14 de março de 2018, aos 38 anos.

Antes mesmo que seu corpo fosse levado ao IML, um meme começou a circular. Nele, via-se uma mulher negra de top, shortinho e barriga de fora, sentada no colo de um homem negro. Ambos estão num ambiente pintado de azul, com as paredes mofadas. Há também cadeiras de metal azul e uma mesa, sobre a qual está uma cerveja e alguns copos de boteco. O casal olha para a câmera e sorri. Ele faz um “joinha”. Na legenda, a desinformação: a mulher é apresentada como Marielle e o homem como o traficante de drogas Marcinho VP. Na realidade, não eram nem um nem outro. A única semelhança entre mulher e o homem da foto com Marielle e VP era o fato de serem todos negros. O meme difamatório foi anabolizado pelas milícias digitais e por membros do Judiciário, a ponto de ter sido desmentido em 18 de março pelo portal UOL.

A improbabilidade que Marielle desafiou em vida lhe foi simbolicamente restaurada após sua morte no último dia 14. Transformou-se a mulher negra da favela, que ocupou legitimamente o poder, num personagem que a estrutura reinante de machismo, racismo e privilégios pudesse suportar: a vereadora era uma aliada do tráfico. (ABRAMOVAY; MIKLOS, 2014.)

Mais do que isso, o meme difamatório não só evoca estereótipos de gênero (o corpo sexualizado como forma de ascensão social e política), mas os sobrepõe a preconceitos raciais, como a associação entre raça e criminalidade para, no limite, justificar a injustificável execução dentro da lógica de que “bandido bom é bandido morto”.

Uma das premissas básicas da feminista inglesa Mary Beard é que

O modelo mental e cultural de uma pessoa poderosa continua a ser absolutamente masculino (...) Resulta daí que mulheres são ainda vistas como ocupando um lugar fora do poder (...) As mulheres no poder são vistas como tendo ultrapassado os limites ou se apossado de algo a que não têm direito. (BEARD, 2018, p. 61.)

Beard avança em seu argumento analisando as personagens Medeia, Clitemnestra e Antígona. E diz:

Na maioria das vezes, são retratadas mais como agressoras que como detentoras de poder. Elas o tomam sem legitimidade, de forma que levam ao caos, à ruptura do Estado, à morte e à destruição (...) E a lógica inabalável de suas histórias é que devem ser desautorizadas e postas de volta em seus lugares. (Ibidem, p. 66.)

Este lugar, no caso de Marielle, foi o lugar da morte real e da tentativa de morte simbólica, pois não seria suficiente assassinar a parlamentar, era preciso fazer uma disputa de narrativa sobre seu corpo para acabar com sua memória e contaminar seu legado.

No caso Bárbara de Alencar, a mulher que supostamente teve um filho ilegítimo com um padre não teria legitimidade para reivindicar participação política. Ela estaria, portanto, desautorizada em seu intento de ter voz pública. E assim, pode e deve ser apresentada acorrentada ao cavalo, vestida como alguém que desdenha do decoro, de modo a deixar na retina de quem a vê uma imagem de repugnância. Pode e deve ser julgada sob a verdadeira acusação de ter-se insurgido contra o patriarcado, mas sonegando o fato de ela ter sido fundamental na articulação de um projeto liberal e republicano para o país. Assim, resta apenas uma pálida figura para os anais da história.

Esse *modus operandi* da violência política de gênero é atual, mas tem suas raízes históricas, em nosso país, no caso Bárbara de Alencar. E reconhecer esse fato é reconhecer a longa história por trás de tudo. No momento inaugural da passagem da mulher brasileira da esfera privada à esfera pública, já ali, encontrava-se sua antítese, a arma que viria a ser aprimorada para reafirmar e restabelecer os limites secularmente instituídos entre casa e rua, *oikos* e *pólis*. Este imbricamento fala às mulheres de hoje, porque a política continua sendo o lugar mais proibido e hostil à mulher. E avisa: é lá que devemos estar.

REFERÊNCIAS

- ARARIPE, José C. Alencar. *Alencar: O Padre Rebelde*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1995.
- _____. *Bárbara e a saga da heroína: José de Alencar e o desafio da escravidão*. Fortaleza: ABC Editora, 2006.
- ARAÚJO, Ariadne. *Bárbara de Alencar*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2017.
- ARAÚJO, Jurema da Silva et al. “O diálogo entre a literatura, a memória e a história no romance ‘Dona Bárbara do Crato’”. *Letras em Revista*, Teresina, v. 8, n. 2, pp. 177-202, jul./dez. 2017.
- BÁRBARA DE ALENCAR. In: *Dicionário de Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BEARD, Mary. *Mulheres e poder*. São Paulo: Crítica, 2018.
- CÂNDIDO, Tyrone A. P. “A plebe heterogênea da Independência: armas e rebeldias no Ceará (1817-1824)”. *Almanack*, Guarulhos, n. 20, pp. 194-215, dez. 2018.
- COSTA, Luiz de S. H.; SILVA, Francisco F. “A independência do Crato, no contexto da revolução pernambucana de 1817, e o episódio de sua oficialização na Casa de Câmara”. *Revista de História da UEG*, Morrinhos, v. 8, n. 2, Artigo e-821912, jul./dez. 2019.
- GASPAR, Roberto. *Bárbara de Alencar: a guerreira do Brasil*. Universidade de Indiana, 2001.
- LENA KROOK, Mona; RESTREPO SANÍN, Juliana. “Género y violencia política en América Latina: Conceptos, debates y soluciones”. *Política y gobierno*, Cidade do México, v. 23, n.1, jan./jun. 2016.
- LUNA, Cláudia. “Bárbara de Alencar, de inimiga do rei a heroína nacional: percursos da imaginação histórica e modelos de representação literária”. *Revista Mulheres e Literatura*, v. 15, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://litcult.net/2015/09/13/barbara-de-alencar-de-inimiga-do-rei-a-heroína-nacional-percursos-da-imaginacao-historica-e-modelos-de-representacao-literaria-claudia-luna/>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

- MACÊDO, Heitor F. “Os 200 anos da Revolução Pernambucana no Cariri Cearense”. *Revista Itayera*, Crato, n. 46, 2016/2017.
- NDI – National Democratic Institute. “Not the Cost: Stopping Violence against Women in Politics”.
- NETO, Lira. *O inimigo do Rei*. São Paulo: Globo Livros, 2006.
- QUEIROZ, Rachel de; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. “Matriarcas do Ceará: D. Federalina de Lavras”. *Papéis avulsos*, Rio de Janeiro, n. 24, 1990.
- SOUSA, Kelyane S. de. *Bárbara de Alencar*: relações de gênero e poder no Cariri Cearense. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA E SUAS HEROÍNAS: MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, UMA MULHER NEGRA NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA NA BAHIA

Cidinha da Silva¹

RESUMO

O texto busca criar um imaginário calcado na ideia de ancestralidade, no qual se desenvolvem representação e ações de Maria Felipa de Oliveira, heroína da luta pela independência do Brasil em solo baiano. Os ancestrais são mais do que nossos pais, mães, avós, trisavós e outros parentes mais velhos que já se foram. Eles são aqueles que fizeram história e tiveram o valor e a importância de suas trajetórias reconhecidas pela comunidade. Essas pessoas são e serão sempre bem lembradas e constituem uma força viva que, do mundo invisível, ancora os vivos nesta existência. E nós, os que ainda estamos aqui, caminhamos a partir da ancoragem dessa presença e rumo ao farol dessa presença. Esta é a representação de Maria Felipa de Oliveira, uma valorosa ancestral do povo negro brasileiro.

Palavras-chave: Ancestralidade. Independência do Brasil. Lutas. Mulheres.

ABSTRACT

The text aims to create an imaginary based on the idea of ancestry, in which the representation and actions of Maria Felipa de Oliveira, heroine of the struggle for independence of Brazil on Bahian soil, are developed. Ancestors are more than our fathers, mothers, grandparents, great-great-grandparents and other older relatives who have passed away. They are those who made history and had the value and importance of their trajectories recognized by the community. These people are and will always be well remembered and constitute a living force that, from the invisible world, anchors the living in this existence. This is the representation of Maria Felipa de Oliveira, a valiant ancestor of the Brazilian black people.

Keywords: Ancestry. Independence of Brazil. Struggles. Women

1 Cidinha da Silva (MG) tem 20 livros publicados, entre eles, os premiados: “Um Exu em Nova York” (Biblioteca Nacional, 2019) e “O mar de Manu” (APCA 2021, melhor livro infantil e acervo PNLD 2023). Organizou duas obras fundamentais para o pensamento sobre as relações raciais contemporâneas no Brasil, “Ações Afirmativas em Educação: experiências brasileiras” (2003) e “Africanidades e Relações Raciais: insumos para políticas públicas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil” (2014).

A disputa de narrativas em torno da Independência do Brasil trouxe à luz várias mulheres que participaram do processo em cidades brasileiras como São Paulo, Salvador, Recife, Rio de Janeiro. Entre elas, Maria Felipa de Oliveira, no Recôncavo da Bahia.

A literatura também nos traz informações sobre outras duas mulheres (brancas) envolvidas nas lutas pela Independência na Bahia e a repercussão de seu envolvimento. A primeira, a religiosa Joana Angélica, assassinada a golpes de baioneta em 10 de fevereiro de 1822, ao tentar impedir que soldados portugueses invadissem o convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, em Salvador, Bahia. Ela ficou conhecida como “mártir da Independência”, e sua morte fomentou as lutas patrióticas e possivelmente chegou aos ouvidos de Maria Felipa de Oliveira e de suas companheiras, instigando-as a lutar. Outra foi Maria Quitéria de Medeiros, uma mulher que se fingiu de homem para alistar-se e, mesmo depois de descoberta sua falsa identidade, conseguiu permanecer no Exército Brasileiro devido às suas exímias técnicas de montaria e tiro. Esta, Maria Felipa e outras mulheres chegaram a enfrentar uma batalha juntas no rio Paraguai, na qual “lutaram com água até os seios”, conforme documentou a literatura da época.

A síntese das características de Maria Felipa de Oliveira feita pela pesquisadora Lívia Prata contempla muito do que se disse sobre ela:

Sua figura era impactante: alta, corpulenta, energética. Costumava usar batas bordadas na cor branca, saias rodadas, turbante, torço e chinelas. Quando necessário, amarrava a saia nas pernas e lutava com golpes de capoeira. Era comum vê-la com os cabelos revoltos, a camisa descaída e as costas lavadas de suor agitando-se à frente da turba. Junto com as suas companheiras, aproveitava-se dessas vestes para esconder armas, principalmente as peixeiras que utilizavam em seu trabalho [de pescadoras]. Folhas de espinhos também eram ocultas junto a flores e outras folhas comuns, fazendo com que parecessem estar apenas enfeitadas. Ela tinha a fé dos seus antepassados, a fé do candomblé dos orixás, dos caboclos escondidos nas matas. Uma fé injustiçada, que não se podia declarar em público, praticada clandestinamente. (PRATA, 2018, s. p.)

Estima-se que teria por volta de 22 ou 23 anos no período das lutas, entre 1822 e 1823. Sua data de falecimento é 4 de janeiro de 1873, entre os 73 e 74 anos. Uma longa vida produtiva vivida.

Maria Felipa de Oliveira foi uma realizadora da própria independência numa sociedade escravocrata e, com seu exemplo, disse a todas as mulheres negras que nossos projetos de liberdade e autonomia são possíveis.

Houve diversos pelotões de voluntários livres agregados ao Exército, os escravizados que foram recrutados das fazendas ou mesmo aqueles que fugiam das fazendas e se alistaram, todos na expectativa de serem premiados com a liberdade depois de vencida a guerra, assim como os grupos de populares livres que não se integraram ao Exército, mas fizeram as lutas da Independência em seus lugarejos de origem. Entre estes, os grupos liderados por Maria Felipa de Oliveira foram fundamentais para que os “brasileiros” vencessem a guerra na Bahia.

A topografia do lugar, o velho Arraial da Ponta das Baleias, e os segredos do rio Paraguaçu, seus mangues e embocaduras, constituíam águas, montes e terras dominadas por Maria Felipa de Oliveira, exímia pescadora de baleias, marisqueira e ganhadeira. Não bastasse pescar as baleias, ela sabia tratá-las, como dizem na Bahia, manteá-las como diziam os insulanos, salgava a carne e a preparava para venda. Uma baleia adulta produzia cerca de 70 toneladas de carne e de 30 a 40 tonéis de óleo. Este tinha múltiplos usos, entre os quais o de combustível para as lamparinas das vias públicas, das casas, para lubrificar o maquinário da engrenagem escravocrata dos engenhos, para preparar argamassas destinadas ao revestimento de paredões e outras obras de alvenaria.

Afora o domínio dessas tecnologias, Maria Felipa mercava, tradição ancestral herdada das mulheres africanas que garantia a própria sobrevivência e a manutenção da prole. E navegava, deslocava-se soberana de barco e jangada para Salvador e para vilas do Recôncavo. Como conhecia todos os meandros do Paraguaçu e seus acidentes, conseguia deslocar-se à noite e sabia onde os barcos portugueses estariam atracados e como se desviar das vistas de sua tripulação, de modo a evitar possíveis ataques e saques.

A historiadora Eny Kleyde Farias nos conta que Maria Felipa

tomava as principais decisões sobre o preparo e a venda deste produto [alimentos], as viagens pelo rio Paraguaçu em direção a Cachoeira, passando pela Vila de Nazaré, e outros lugares às margens do grande rio. Ensinava a ordem, a história, os espaços geográficos e orientava sobre os combates que poderiam ocorrer. A importância de guardar a “boca do grande rio” para que portugueses inimigos não entrassem no Recôncavo, tornava a heroína admirada pelos companheiros de trabalho. Liderar como marisqueira levava-a a fugir às “limitações” de apenas “catamariscos”, porque identificava novos lugares e se tornava acreditada pelos seus métodos de trabalho. Vender alimentos em tempos de combate entre inimigos, quando os víveres são geralmente escassos exigia cuidados na guarda, no trato e no processo de venda. (FARIAS, 2010, p. 76.)

Não se ganha uma guerra sem informações precisas sobre a movimentação dos inimigos, e Maria Felipa de Oliveira, Marcolina, Joana Soleiro, Brígida do Vale e outras 37 mulheres, cujos nomes a história omitiu, compunham o “Batalhão das Vedetas”. Sobre esse rico episódio da luta pela Independência em solo da Ilha de Itaparica nos conta Livia Prata:

Naqueles tempos de conflito, muitos barcos inimigos navegavam pelo Recôncavo. Para monitorar esses barcos, Maria Felipa e suas companheiras formaram um grupo chamado de Vedetas. A função delas era de sentinela: noite e dia patrulhavam as matas, os manguezais, as praias e todos os caminhos da ilha, inclusive subindo em outeiros como o do Balaústre e o da Josefa, mais próximos aos campos de guerra. Levando tochas acesas feitas de palha de coco e chumbo, identificavam portugueses que desciam dos barcos à noite para saquear a vila (interceptando principalmente alimentos) e também para lutar. Maria Felipa liderava este grupo e também se encarregava de repassar informações sobre a guerra para companheiros de luta em Salvador, a bordo de uma jangada. (PRATA, 2018, s.p.)

Tem-se construído uma representação pública de Maria Felipa de Oliveira ao longo das últimas décadas que fortalece dois aspectos importantes no sentido da construção de imaginários favoráveis para localizarmos (e vocalizarmos) as lutas das mulheres negras. O primeiro, dos movimentos sociais protagonizados por mulheres negras, que têm em Felipa forte inspiração para a efetivação de um trabalho cada vez mais autônomo e audaz. São exemplares, as organizações sociais que levam seu nome, principalmente no estado da Bahia².

O segundo aspecto potencializado pela atuação de Maria Felipa num imaginário libertador para as mulheres negras é o oferecimento de elementos para pensarmos a noção de ancestralidade.

Os ancestrais são mais do que nossos pais, mães, avos, trisavós e outros parentes mais velhos que já se foram. Eles são aqueles que fizeram história e tiveram o valor e a importância de suas trajetórias reconhecidas pela comunidade. Essas pessoas são e serão sempre bem lembradas e constituem uma força viva que, do mundo invisível, ancora os vivos nesta existência. E nós, os que ainda estamos aqui, caminhamos a partir da ancoragem dessa presença e rumo ao farol dessa presença. Esta é a representação de Maria Felipa de Oliveira, nossa valorosa ancestral.

2 A pesquisadora Eny Cleyde Farias nos conta sobre a Casa Maria Felipa, criada em 2005 no Curuzu, bairro da Liberdade, em Salvador; também sobre a criação da Associação Maria Felipa de Oliveira, em Itaparica (2008) que oferecia o Troféu Maria Felipa a mulheres que se destacaram na sociedade itaparicana.

A ancestralidade é como a lagoa de Nanã, uma água aparentemente plácida que está ali desde sempre. Uma presença imóvel, estática, mansa quando se movimenta, mas essa impressão é ilusória. O mergulho nas águas de Nanã, seja físico ou seja apenas um mergulho de leitura, de interpretação, é caminho que leva a um só tempo ao desconhecido que a placidez encobre (andrajos, corpos, objetos, alimentos) e àquilo que é conhecido, porque nos deu origem e nos fundamentou.

Maria Felipa de Oliveira materializa a ancestralidade que nos permitiu chegar até aqui, a memória viva de pessoas negras e indígenas submetidas ao racismo e à indignidade de seus desdobramentos: o desemprego, a miséria, a fome. A conexão perene com a ancestralidade, permite a nós, povos negros e indígenas, o acesso a tecnologias de produção de infinitos que geram encantamento, driblam a morte e nos mantêm vivas e fortes.

REFERÊNCIAS

- FARIAS, Eny Kleyde. *Maria Felipa de Oliveira: heroína da Independência da Bahia*. Salvador: Quarteto, 2010.
- PRATA, Livia. *Maria Felipa: uma heroína baiana*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Visual) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

AS ROUPAS NÃO TÃO NOVAS DA IMPERATRIZ: DIÁLOGOS ENTRE MODA E POLÍTICA NA TRAJETÓRIA DE DONA LEOPOLDINA

Virginia Siqueira Starling¹

RESUMO

A alcunha de “imperatriz deselegante”, historicamente aplicada a Dona Leopoldina, revela possibilidades para explorar a trajetória pessoal e política da primeira imperatriz brasileira através das roupas que usava. O traje de amazona, criticado à época por ser masculino em excesso, é analisado à luz da moda do início do século XIX e atua como ponto de partida na busca por mais nuances na construção das narrativas em torno de Leopoldina, com foco especial em sua participação política no contexto da Independência do Brasil. Mulher de proeminente papel público, a imperatriz desenvolveu um pensamento político que merece reconhecimento.

Palavras-chave: Leopoldina. Independência do Brasil. Moda. Política. Gênero.

ABSTRACT

Deemed an “inelegant empress” by her contemporaries, *Dona Leopoldine’s* clothing and style open up many possibilities to access and explore both the personal and the political trajectories of Brazil’s first empress. The amazon habit, greatly criticised at the time for being too masculine, is analysed in the light of 19th century fashion and acts as starting point in the search for more nuance in creating the narratives surrounding Leopoldine, centring on her political performance during the Brazilian independence. As a woman fulfilling a prominent public role, the empress developed a political strategy that deserves recognition.

Keywords: Leopoldina. Brazilian Independence. Fashion. Politics. Gender.

O alemão Eduard Theodor Bösch mal tinha completado 17 anos quando se deixou seduzir pela promessa de aventuras em uma terra distante.

1 Jornalista, tradutora e escritora, formada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Traduziu, entre outras obras, *Ação e a busca da felicidade*, de Hannah Arendt (Bazar do Tempo, 2018). Participou do livro *Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá* (Bazar do Tempo, 2022) e foi assistente de roteiro do podcast *Mulheres na Independência* (Globoplay, 2022), criado por Antonia Pellegrino. Está escrevendo a biografia *Quem é essa mulher?*, sobre Zuzu Angel, para a editora Todavia. E-mail: virginia.siqueira.starling@gmail.com.

Junto com um contingente de conterrâneos germânicos, embarcou em um navio rumo ao Brasil e se incorporou às tropas do imperador D. Pedro I, na posição de cadete de cavalaria. O ano era 1825; Bösche lutaria sob a bandeira brasileira na Guerra da Cisplatina e permaneceria no país recém-independente por quase uma década. Testemunhou de festas religiosas a revoltas de mercenários e foi preso por se recusar a ajoelhar-se perante a passagem de uma procissão. As experiências no Brasil foram tão variadas que, pouco depois de seu retorno à Alemanha, o soldado as transformou em livro, *Quadros alternados*, publicado em Hamburgo em 1836 (WITT, 2021). Entre comentários mordazes e relatos nada deslumbrados do cotidiano no Rio de Janeiro, Bösche inclui a descrição da aparência de uma certa mulher com quem se encontrou:

O traje parecia mais de um homem do que de uma mulher. Um chapéu redondo de homem, polainas, uma túnica, e por cima um vestido de amazona. Completavam o seu costume botas de montar com pesadas e maciças esporas de prata que lhe tiravam toda a graça e atrativos. (BÖSCHE apud OBERACKER, 1973, p. 360.)

Roupas também contam histórias — elas são a “imagem do homem”, como resume tão bem a historiadora francesa Yvonne Deslandres (1976). Textos abertos e sem fim (CRANE, 2006; BARTHES, 2017), a indumentária e a moda tecem conexões elaboradas e íntimas entre indivíduo e sociedade, sobretudo quando essas conexões são tecidas pelo olhar do outro. A maneira como se observa, analisa, desconstrói e interpreta a aparência de interlocutores revela tanto sobre si próprio quanto sobre eles. Bösche, em sua descrição, refere-se a como uma mulher se veste; e a primeira frase — “o traje parecia mais de um homem do que de uma mulher” — dá a entender que, na posição de observador crítico, não aprova a aparência em questão. Sua percepção está matizada pelos valores e discursos vigentes na primeira metade do século XIX, quando escreve suas memórias da vida no Brasil. E, de fato, uma mulher cujos trajes se aproximam mais dos de um homem rompe um sem-número de interditos quanto aos papéis de gênero e ao lugar que uma mulher pode ocupar em sociedade. O estranhamento de Bösche é compreensível dentro dos códigos que regem as aparências, em especial de corpos femininos e feminizados. Seu olhar masculino, voltado para uma mulher, detém-se nas botas de montar com esporas de prata e detecta um conflito com suas referências básicas de adequação e elegância. Estes não são, em absoluto, os calçados que associa a uma mulher elegante.

Bösche não escreve sobre uma brasileira anônima, vista nas ruas do Rio de Janeiro durante um momento de lazer. Essa mulher, de vestido de amazona, polainas e chapéu de homem, é ninguém menos do que a

imperatriz Leopoldina — uma mulher cujo nome está inscrito na história do Brasil.

Os comentários de Bösche não são os únicos dedicados às roupas e à aparência de Leopoldina. Desde que era uma jovem arquiduquesa do império austro-húngaro, passando por seus anos como princesa na corte portuguesa estacionada no Rio de Janeiro, e culminando em seu papel de primeira imperatriz do Brasil, diversos viajantes, cronistas e escritores se preocuparam em registrar como ela se vestia e se portava. Figura pública de destaque, essa filha d'Áustria protagonizou o primeiro casamento real em terras do continente americano e, conseqüentemente, estimulava a imaginação popular da época. As imagens e impressões que ela passava aos seus contemporâneos são um ponto de partida para identificar quais sobreviveram ao passar do tempo e, enfim, elaborar reflexões sobre como se deu o processo de inserção de Leopoldina no repertório histórico e cultural nacional.

Uma das alcunhas de Leopoldina era, justamente, a de imperatriz deselegante. Para Bösche, o motivo era evidente: ela se vestia de forma pouco feminina para os padrões oitocentistas, e isso seria suficiente para eliminar qualquer atrativo físico que porventura tivesse. Friedrich von Weech, empreendedor alemão que viveu no Brasil nos anos 1820, relatou ter visto Leopoldina e Pedro na rua do Ouvidor, no centro carioca. Ela usava um vestido curto, verde e gasto de amazona, coberto de condecorações militares, botas altas com esporas que Weech descreve como enormes, e calças de pano verde sob a saia do vestido. A imperatriz cobria os cabelos com um lenço branco, sobre o qual posicionou um chapéu de feltro. Ela montava à maneira dos homens, com as pernas separadas sobre o dorso do cavalo, e não de lado na sela, conforme ditava o costume (apud OBERACKER, 1973, p. 360).

Os homens que chegavam ao Brasil se horrorizavam com as botas de Leopoldina e seu “grande e deselegante vestido”, nas palavras do reverendo inglês Robert Walsh (apud *ibidem*). O francês Albert Rangel compara os trajes de Leopoldina aos de uma cigana, embora seja um dos poucos que não se prenda às aparências e confirma ter se encantado pelos seus modos bondosos e pela fluência de seu francês (apud *ibidem*). Outra viajante francesa, Rose de Freycinet, registrou em seu diário que a “pobre austríaca” usava, em uma solenidade na capela real, um hábito de montaria cinza e uma camisa plissada (FREYCINET, 1927, p. 175). Apesar de julgar a então princesa como excessivamente descuidada com sua aparência e seus trajes, Freycinet avaliou que ela não era de todo feia e podia ficar apresentável em roupas mais formais. Quem resumiu essas impressões desfavoráveis foi o militar, engenheiro e escritor alemão Carl Schlichthorst, ao

registrar que o estilo de Leopoldina “absolutamente não podia agradar a um olhar europeu” (apud OBERACKER, op. cit., p. 360). Segundo ele, o erro advinha da combinação de “trajes tão diversos”: largas calças brancas, túnica de seda, hábito de montaria cinzento, lenço amarrado no pescoço por cima da gola da camisa, chapéu de palha e as indefectíveis botas com esporas de prata.

A deselegância da indumentária de amazona imperatriz não era, contudo, um consenso. “Leopoldina d’Áustria não chegava a ser uma grande beleza, mas era elegante”, afirmou uma testemunha da época (ibidem, p. 361). Otto von Kotzebue, navegador a serviço do império russo, anotou suas impressões de uma Leopoldina trajada em hábito de amazona negro, com bordados a ouro, em suas palavras “elegantíssimo”, para as cerimônias do primeiro aniversário da coroação do imperador D. Pedro, em 1823 (apud ibidem).

A masculinidade aparente nos trajes de Leopoldina era especialmente incômoda aos observadores de então. Sua aparência destoava do modelo ao qual aqueles homens estavam acostumados, e seu hábito de amazona tampouco condizia com o que era popular entre as mulheres naquele momento, fosse na Europa ou no próprio Brasil. Por aqui, as referências de moda e estilo eram importadas do Velho Continente e chegaram em peso nas bagagens da corte portuguesa após 1808. Com a transferência da família real lusa para o Rio de Janeiro, elevado a capital do império, a estética da indumentária europeia se disseminou pelas ruas cariocas (CHATAIGNIER, 2010). A silhueta Império, alçada ao topo da moda em paralelo à ascensão de Napoleão Bonaparte ao trono francês, dialogava com as transformações paradigmáticas na Europa num contexto pós-Revolução Francesa, ao resgatar influências da Antiguidade Clássica e valorizar as formas do corpo humano, revelando o que anteriormente ficava escondido sob camadas de tecidos e modelagens extravagantes (SÉGUY, 1989). Prezava-se uma simplicidade de ares republicanos (WITZMANN, 1980), alimentada pelo desejo revolucionário de abolir as distinções de classe e nivelar hierarquias. Orientada por uma linha vertical que enfatizava formas angulares, essa silhueta sublinhava uma feminilidade suave que rejeitava excessos decorativos (FRANKLIN, 2020).

Para não destoarem do determinado pelas modas francesas, as damas brasileiras logo adotaram os mesmos vestidos de tecidos mais leves, como musselina, seda, algodão e linho, e com uma marcação de cintura elevada, logo abaixo dos seios. Mas essas senhoras não deixavam de introduzir algumas adaptações aos estilos importados: elas apreciavam cores fortes, que contrastavam com o branco e os tons pálidos preferidos pelas europeias, e gostavam de ostentar joias, decotes profundos e

plumas em profusão (ACIOLI, 2019). Leopoldina se sobressaía em meio ao fausto da corte carioca por favorecer a discricção. Quando não portava seus trajes de amazona, optava por cores neutras, como cinza e branco, e evitava joias. Em suas *Resoluções*, escritas antes de embarcar para o Brasil em 1817, ela prometia não chamar a atenção com roupas vistosas e suntuosas demais (apud OBERACKER, 1973; REZZUTTI, 2017). É plausível supor que, por entender sua posição como suficientemente elevada, não pensava ser necessário reforçá-la cobrindo-se de pedras preciosas e dos mais luxuosos tecidos.

Nenhuma mulher no Brasil ocupava posição igual à de Leopoldina, principalmente após a independência; no entanto, isso não a eximia dos olhares críticos e juízos de valor direcionados à sua aparência. Muito pelo contrário: acordava-se que a imperatriz não se *parecia* com uma, precisamente por se vestir de modos tão diferentes do esperado. Dos trajes formais ao hábito de amazona, essas peças de roupa contam uma história instigante sobre Leopoldina e sugerem uma personalidade totalmente oposta à imagem de mulher apática, passiva e frágil que perdura no imaginário popular. As vestes de montaria são particularmente proveitosas para reencontrar e redescobrir a imperatriz. Ainda que os costumes de montaria das décadas de 1810 e 1820 prezassem por mais mobilidade e praticidade (BACH, s.d.), eles não divergiam por completo das referências de feminilidade e elegância presentes nos trajes do dia a dia. Tecidos mais resistentes e cortes mais soltos permitiam que a mulher que cavalgava não prendesse suas saias entre as patas do cavalo, por exemplo, e pudesse movimentar os braços com facilidade para manusear a rédea. Ela deveria, entretanto, montar de lado na sela e manter a elegância em seus trajes e portes, mesmo enquanto praticava exercícios físicos. A revista feminina inglesa *La Belle Assemblée* avaliava, em 1815, que os hábitos de montaria pareciam ser calculados para conferir uma aparência masculinizada até à mulher mais delicada e feminina. Os padrões de feminilidade precisavam ser mantidos a todo custo.

Por menor que pareça, porém, essa abertura à praticidade nos trajes de montaria femininos engendrava um processo notável. A possibilidade de imprimir traços convencionados como masculinos às roupas representava uma chance de resistência às normas de gênero. Na Europa, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, mulheres adotaram o vestuário esportivo como uma maneira de se distinguir dos estilos dominantes e confrontar as expectativas do que seria estritamente masculino ou feminino. Leopoldina parece ter antecipado as vitorianas em algumas décadas: suas roupas de amazona se desviavam do esperado de uma mulher de seu tempo e posição social.

Dona Leopoldina não construía sua aparência para se parecer com um homem. Na verdade, incorporava elementos do vestuário masculino aos seus trajes. Quando saía para se exercitar e optava por artigos de roupa tidos como masculinos — como o lenço amarrado ao pescoço, as botas de montaria e as calças largas —, ela abria um diálogo entre os estilos considerados adequados a cada identidade de gênero. Tal processo culmina em uma aparência híbrida, identificada pela socióloga Diana Crane (2006) como estilo alternativo, definido pela adoção de peças originalmente masculinas por mulheres. Crane entende que essa prática surgiu com maior força a partir das décadas de 1850 e 1860; no entanto, o estilo alternativo não é encontrado exclusivamente neste período e tampouco perde o seu caráter de resistência. A hibridização do vestuário no que tange aos aspectos de gênero, seja consciente ou não, atua na oposição ao estilo determinado como dominante e aos códigos ocidentais de controle da aparência e do comportamento. Aos olhos dos contemporâneos de Leopoldina, seus trajes expressavam um descaso para com as convenções que deveriam regular como ela — em tanto que mulher branca e membro de destaque da família real — se vestia e aparecia em público, fosse em ocasiões informais ou solenidades oficiais.

É pertinente, então, indagar: que histórias as roupas de Leopoldina contam a respeito da imperatriz? Que mulher é essa que deixa a Áustria e se aventura no Brasil, enfrenta um casamento difícil e faz seu caminho a cavalo, portando botas altas de montaria com esporas de prata e chapéu de palha na cabeça? Se, duzentos anos depois, Leopoldina ainda é capaz de surpreender, ela certamente deixou estupefatas as elites cariocas de seu tempo. Sua alcunha de imperatriz deselegante se encaixa em suas atitudes: ela não cumpria com as expectativas referentes a uma arquidquesa austríaca. O estranhamento ultrapassava o seu guarda-roupa. Com sua atuação política, especialmente durante a independência, o modo como se portava na corte, a paixão e o incentivo pelas ciências biológicas, Leopoldina praticava a deselegância em um sentido que, se tinha o potencial de escândalo no século XIX, hoje é profundamente intrigante.

PRINCESA DA INDEPENDÊNCIA

As roupas masculinas de Leopoldina insinuam uma interpretação sobre essa mulher-imperatriz. Os homens e as mulheres que a taxavam de deselegante provavelmente se preocupavam com um detalhe menos visível: a sugestão de liberdade expressa por seus trajes. A mulher que cavalga sozinha exerce uma atividade codificada como masculina; a situação é agravada se ela parece se vestir como um homem. Chamar Leopoldina de amazona remete, ainda, à figura mítica e essencial das amazonas gregas,

as guerreiras ferozes temidas pelos mais experientes soldados. A mulher que cavalga sozinha e aproxima sua aparência da de um homem, enfim, toma para si qualidades tidas como masculinas — liderança, destemor, proeza física, pragmatismo, racionalidade.

Leopoldina não se vestia de homem, mas assumia comportamentos que, para seu contexto e em sua posição, eram entendidos como masculinos. Ela nutria interesses acadêmicos sérios pelas ciências biológicas, como botânica e zoologia, e sua disciplina preferida sempre foi a mineralogia. Embora o empenho científico não fosse exclusivamente seu, configurava-se como uma atividade pouco comum entre mulheres no início do século XIX — principalmente entre arquiduquesas austríacas. De Viena, Leopoldina levou para o Rio de Janeiro seus instrumentos de coleta e análise de minerais; ela mantinha correspondência com naturalistas e estudiosos europeus; e se entusiasmava ao encontrar espécimes sobre as quais tinha estudado na Áustria (OBERACKER, 1973). Em 1820, escreveu ao diretor do Gabinete de Ciências Naturais em Viena para lhe contar que havia coletado um minério que não era nem platina, nem prata, e estava ansiosa para examiná-lo quimicamente e identificar sua composição (ibidem, p. 155).

Mais do que isso, porém, Leopoldina também nutria interesses pela política. Era uma mulher que pensava politicamente e atuou diretamente nesse campo, visto como o mais masculino e o mais proibido às mulheres. Segundo a historiadora francesa Michelle Perrot (2019, p. 153), “ser uma mulher na política, ou ainda, ser uma mulher política, parece ser a antítese da feminilidade, a negação da sedução, ou, ao contrário, parece dever tudo a ela”. As peças de roupa classificadas como masculinas de Leopoldina parecem representar uma tendência comportamental e intelectual mais ampla, e estão permeadas por um discurso político e social marcante. Essa dinâmica se manifesta na própria trajetória de Leopoldina, que cresceu observando o poder de perto e internalizou lições decisivas sobre as relações no palco da política e do governo.

O pai de Leopoldina, o imperador austro-húngaro Francisco I, deu continuidade ao plano de educação de jovens Habsburgo. Elaborado no século XVIII, o referido plano tinha o intuito de garantir uma formação intelectual abrangente, que preparasse os herdeiros para uma relação íntima com o governo (WHEATCROFT, 1996). Eles poderiam, assim, espalhar os princípios de uma monarquia absolutista, cristã e tradicional pelas famílias coroadas da Europa, sobretudo através de alianças forjadas por casamentos. Em um contexto de intensas transformações, marcado pelo pós-Revolução Francesa, pelas guerras napoleônicas e pelos movimentos independentistas nas colônias europeias nas Américas, o imperador

Francisco apostava na reconstrução e no retorno aos velhos valores. Um de seus motes era, justamente, o de preservar; a isso acrescentava uma defesa estratégica da Áustria como guardiã dos preceitos germânicos e peça indispensável para libertar a Europa das ideias revolucionárias francesas. Entre a industrialização nascente, que repercutia na economia europeia, e os ideais republicanos e liberais que sacudiam a política do continente, Francisco I fez o que pôde para manter os Habsburgo na linha de frente das dinastias (ibidem). Leopoldina testemunhou em primeira mão os grandes eventos desse período. Teve que fugir de invasões de Napoleão Bonaparte e da ocupação francesa em Viena; viu sua irmã preferida, Maria Luísa, ser entregue em casamento ao imperador francês como um troféu de guerra; e compareceu às festividades do Congresso de Viena, que reuniu os maiores atores do tabuleiro político europeu para reerguer as monarquias abaladas por Napoleão e, conseqüentemente, opor-se a qualquer indício de revolução.

Sua formação como arquiduquesa fez com que certos princípios ficassem raízes (KANN, 2006; SLEMIAN, 2006; KEHL, 2006). Leopoldina sempre teve consciência de seu papel primordial, o de se casar para forjar uma aliança dinástica benéfica ao império austro-húngaro e gerar herdeiros para fazer perdurar a linhagem. Matrimônio e maternidade não são tarefas simples. E, nas circunstâncias de Leopoldina, o casamento estava atrelado a uma mudança grandiosa: a viagem para o Brasil. Com apenas 20 anos de idade, ela concorda com a decisão da Coroa austríaca, associa o seu futuro a essa aventura luso-brasileira e se dedica de corpo e alma ao cumprimento de suas funções principescas. Leopoldina se esforça ao máximo para evitar rupturas ou conflitos entre sua intimidade e seu papel público, o qual sempre deveria prevalecer (SLEMIAN, 2006). Saudades da Áustria e da família jamais poderiam interferir no trabalho como princesa e, posteriormente, imperatriz.

Em suas cartas para familiares, especialmente para a irmã Maria Luísa, Leopoldina contrapõe as reclamações e dores provocadas pela vida no Brasil à convicção de que está apenas fazendo o que é preciso (ibidem). Qualquer sofrimento pessoal - as infidelidades do marido, as dificuldades enfrentadas durante as gestações e os partos, a solidão e o isolamento - era suportado como resultado indissociável da vida de princesa. Uma das frases mais famosas de Leopoldina — “nós, pobres princesas, somos tais quais dados, que se jogam e cuja sorte ou azar depende do resultado” (apud KANN, 2006, p. 449) — aponta justamente para essa consciência do dever, da obrigação, do sacrifício em prol dos valores ensinados pelos Habsburgo. Em nome da Áustria, Leopoldina se casou com um homem que jamais vira em sua vida; em nome da Áustria, ela embarcou em um

navio que cruzou um Atlântico tempestuoso, rumo a uma terra essencialmente distinta de tudo o que conhecia até então; em nome da Áustria, ela permaneceu nessa mesma terra e se envolveu com os acontecimentos políticos que transformaram a história do Brasil.

Felizmente, a informação de que Leopoldina participou do processo de independência vem sendo propagada cada vez mais. Aos poucos, graças ao ingresso de agentes sistematicamente excluídos dos centros de produção de conhecimento e à adoção de ângulos historicamente ignorados e desvalorizados, os atos de estudar o passado e construir a história se ampliaram para abarcar eventos, personagens e perspectivas não hegemônicas. Outros protagonistas são desvendados, para além dos homens brancos de sempre. Leopoldina, por sua vez, perde o velho e desgastado verniz de esposa traída e mulher apática para assumir outras cores e plumagens. Reconhecer a atuação política da primeira imperatriz do Brasil significa empreender um movimento valioso, que desloca o foco da atenção historiográfica e do próprio imaginário sociocultural nacional a fim de redirecioná-lo para outros espaços. Um desses espaços é o de Leopoldina, no Rio de Janeiro do início da década de 1820. Em seu campo de atuação, ela cuidou de despachos oficiais em seu trabalho por uma independência que visava assegurar a prevalência política da capital, manter a unidade territorial do Brasil e, ao romper com a influência liberal das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, convocadas após a Revolução do Porto, salvar a monarquia e instaurar um império no continente americano (SLEMIAN, 2006; OBERACKER, 1973; REZZUTTI, 2017).

A escolha política (TESSITORE, 2017) de Leopoldina pelo Brasil antecede, em muito, o momento central e mais evidente de sua atuação em favor da independência. É notável o caminho que percorreu, política e intelectualmente, para chegar ao ponto de urgir D. Pedro e convencê-lo da necessidade de declarar a independência e fundar uma monarquia constitucional representativa. Essa é, sem dúvida, uma alteração peculiar para uma arquiduquesa do império austro-húngaro, um dos bastiões do absolutismo europeu. À época de seu casamento, Leopoldina temia o liberalismo e as revoluções — qualquer ideia, aliás, que se contrapusesse à solidez de uma monarquia na qual o soberano exerce plenos poderes e não admite contestação à ordem. Leal aos princípios ensinados pela imponente figura paterna, o imperador Francisco I, a princesa se via como uma representante dos interesses austríacos no continente sul-americano (SLEMIAN, 2006). Entre esses interesses, destacava-se a preservação de dinastias monárquicas — e, para Leopoldina, a dos Bragança necessitava de atenção imediata.

Nos primeiros anos da década de 1820, D. João VI sofria com as pressões das Cortes Constitucionais, que empreenderam o duro trabalho de reformar o império português enquanto elaboravam uma nova constituição, à qual seria submetida a autoridade real (PIMENTA, 2022; FRANCHINI NETO, 2019). D. Pedro, nomeado regente do Brasil em abril de 1821 pelo pai, negociava sua posição entre interesses divergentes e insatisfações generalizadas nos dois lados do Atlântico. De seu posto de princesa, Leopoldina acompanhava cada movimentação desses jogadores políticos. Atenta às notícias que chegavam das últimas deliberações das Cortes e aos debates que eclodiam no Rio de Janeiro, ela começou a formar sua opinião. Em meio ao “caos de ideias e cenas” (apud KANN, 2006, p. 393), como descreveu a Francisco I em março de 1822, os projetos discutidos em Lisboa não beneficiavam nem o governo de seu marido no Brasil, nem a monarquia portuguesa. E tampouco o próprio Brasil, de forma que seria imprescindível assegurar o controle sobre o território com ou sem a autorização dos deputados, os quais exigiam o retorno de D. Pedro e seus filhos para Portugal. Leopoldina entendia que, se acatassem as ordens das Cortes e rumassem para Lisboa, deixariam o Brasil à mercê de movimentos revolucionários e republicanos e perderiam um trono carregado de possibilidades e de futuro (SLEMIAN, 2006; OBERACKER, 1973; REZZUTTI, 2017; LUSTOSA, 2006).

Conservar o Brasil seria um trunfo para a monarquia enquanto instituição (SLEMIAN, 2006). Leopoldina sabia disso e, por mais que lhe doesse abandonar as esperanças de reencontrar a família na Europa (KEHL, 2006), não tardou em perceber que seria muito mais vantajoso estabelecer as bases de um reinado inédito no continente americano. Sua estratégia política dialogava com os valores de conservação, restauração e perpetuação aprendidos na Áustria, os quais eram complementados pelo plano de uma constituição.

Leopoldina tomava como um de seus deveres a preservação da monarquia no Brasil. No entanto, seu apoio à elaboração de uma constituição e à instauração de um sistema representativo indicava um desvio de pensamento político. Uma arquiduquesa austríaca não deveria renegar o regime absolutista — mas seria exatamente essa alteração de curso que permitiria, na avaliação de Leopoldina, salvaguardar a autoridade monárquica e fundar uma Coroa brasileira livre da interferência dos revolucionários portugueses. Ela defendia que, após sua fundação, o governo brasileiro fosse ocupado por “filhos do Brasil que sejam capazes” e organizado de maneira análoga ao dos Estados Unidos da América (apud KANN, 2006, p. 389). A concessão a certos princípios liberais e ao modelo da monarquia constitucional (SLEMIAN, 2006) visava ao fortalecimento da própria

Coroa e à garantia da unidade territorial brasileira (LUSTOSA, 2006). Enquanto o Poder Legislativo, composto por cidadãos nascidos no país, permanecesse submetido à autoridade real, a queda da monarquia seria evitada e a linhagem dos Habsburgo-Bragança, preservada. Sua articulação em favor da independência e do regime constitucional ilumina, inclusive, um detalhe significativo de sua personalidade.

Não há dúvidas de que fosse filha do absolutismo europeu, dada sua aversão a ímpetos republicanos — em especial aqueles que eclodiam nas províncias do Norte do Brasil, como a Revolução Pernambucana de 1817, que também forçou o adiamento de seu casamento com D. Pedro. Mas a disposição de Leopoldina para incluir novas ideias ao repertório, revisar os princípios que a norteavam, elaborar outras interpretações dos acontecimentos e propor alternativas aos modelos vigentes mostra que era herdeira, também, das correntes iluministas do século XVIII. Entre suas extensas leituras, despontam autores como Jean-Jacques Rousseau e obras como a Constituição dos Estados Livres da América do Norte, luminares do Iluminismo ocidental. Mais do que isso, porém, Leopoldina possuía um compromisso com a ciência. Guiava-se pela curiosidade, valorizava estímulos intelectuais e, acima de tudo, pensava. Longe de ser simples dado jogado ao sabor das vontades dos grandes líderes, definidores de seu futuro, Leopoldina partia de sua sorte e agia para escrever sua história com as ferramentas de que dispunha. Sua posição de princesa, por exemplo, foi ponto de virada para, em um contexto de instabilidade, fazer política. E seu comportamento e sua aparência foram usados para que construísse uma imagem de princesa e imperatriz capaz de expressar alguns dos princípios que mais apreciava, como a sobriedade, o discernimento e a constância moral.

AMAZONA POLÍTICA: O QUE A ROUPA COSTURA NA HISTÓRIA DE LEOPOLDINA

O trabalho político de Leopoldina é definido, portanto, por sua estratégia e sua habilidade de articulação. Contudo, as alegações existentes de que teria sido a responsável por assinar um suposto decreto de independência do Brasil, formalizando a separação de Portugal antes de D. Pedro, obstruem uma análise mais precisa de sua atuação política nesse contexto. Primeiramente, é fundamental ressaltar que não há qualquer documento capaz de atestar tal versão da história da independência: os relatos de agosto e setembro de 1822 situam Leopoldina em uma posição de autoridade como regente, mas não como detentora de poder suficiente para declarar, por conta própria, a ruptura entre Brasil e Portugal. Ela tampouco o faria. Ciente de suas responsabilidades e também de seus

limites, Leopoldina ocupou o posto de presidente interina do Conselho de Estado com certa cerimônia (OBERACKER, 1973), plenamente consciente do trabalho que tinha em mãos. Enquanto o marido apaziguava os ânimos e arregimentava apoio na província de São Paulo, à princesa cabia o papel de administrar um território à beira da ebulição política. A partir de 13 de agosto de 1822, quando foi assinado o decreto conferindo a Leopoldina plenos poderes para se encarregar do “despacho do expediente ordinário das diversas secretarias do Estado e repartições públicas” e “tomar todas as medidas necessárias e urgentes ao bem e salvação do Estado” (ibidem, p. 268), ela se inseriu de forma indelével e definitiva na história da independência brasileira. Tanto que, nas atas das sessões do Conselho de Estado, é ela a designada como autoridade máxima: lê-se, na reunião decisiva do dia 2 de setembro do mesmo ano, “presidida a Sessão por sua Alteza Real, a Sereníssima Senhora Princesa Real” (ATAS DO CONSELHO DE ESTADO, 1822/3).

Nesta sessão de 2 de setembro, que ocorreu no Paço da Boa Vista, as discussões ministeriais sedimentaram a disposição de todos quanto à independência. Não era mais possível aguardar; e Leopoldina estava certa da necessidade de aconselhar D. Pedro a agir imediatamente. É com esse objetivo em mente que se prepara a correspondência, a ser enviada ao príncipe herdeiro — que se encontrava às margens do rio Ipiranga — com toda a urgência. Leopoldina via, então, como se concretizavam as suas esperanças para o Brasil.

O projeto de país que defendia, a despeito da Constituição, ainda era uma monarquia e se ancorava em princípios conservadores: conservava o poder centralizado no Rio de Janeiro, a autoridade em D. Pedro e, principalmente, as estruturas hierárquicas e racistas de uma sociedade escravista (SLEMIAN, 2006). Com esse projeto, ela garantia ao marido e aos filhos um trono e, assim, preservava a legitimidade dinástica que jurara defender. A estratégia jamais fora a de tomar o poder para si, mas de garantir a continuidade deste sob uma coroa. Em um continente cada vez mais republicano, Leopoldina ajudou a fundar um império — e era com esses argumentos que justificava suas ações para si e para o pai, o imperador Francisco I. Quando lhe escreveu, em abril de 1823, relatou a conjuntura que levou à independência e os motivos que estimularam a própria Leopoldina a apoiá-la. Ao imperador absolutista, ela explica que, sem D. Pedro conduzindo o país, o Brasil seria dilacerado em seu íntimo por forças favoráveis à anarquia e à República. E arremata se colocando como intercessora do povo brasileiro diante das nações europeias, para as quais o Brasil representava grandes vantagens comerciais, em um papel de cunho diplomático que soa como uma evolução de sua função inicial

de representante dos interesses austríacos nas Américas. Francisco I e o império austro-húngaro seriam um aliado expressivo para a nova nação. Isso, entretanto, não significava que Leopoldina iria curvar-se em excesso demais perante o pai. O apoio dele não ditaria as ações da filha. “Sempre permanecerei brasileira de coração”, decretou (apud KANN, 2006, p. 417). O embate com o pai poderoso revela uma Leopoldina mais madura, pronta para cumprir seu dever, mesmo sob o risco de arcar com custos pessoais (KEHL, 2006).

A Leopoldina política é a mesma que se veste de amazona e aparece em público, sem receios de mostrar quem é e a que veio, em vestes consideradas simples e masculinas demais. É uma Leopoldina pragmática, disposta a enfrentar noções pré-concebidas e reformular suas próprias ideias. Ficar no Brasil, desobedecendo as ordens das Cortes, era uma maneira de fincar bem os pés no território em disputa.

Leopoldina visava estruturar alianças, bem como reunir apoio e assegurar a lealdade ao marido, em quem se concentraria o poder real. Por ter esses objetivos bem delineados, não desperdiçava oportunidades de se manter no centro dos acontecimentos, fosse trocando cartas e bilhetes com grandes figuras da política — como José Bonifácio — ou lendo avidamente os jornais e periódicos em circulação (LUSTOSA, 2006). A atenção aos vários argumentos que circulavam permitia que elaborasse suas avaliações do conflito. Estivesse ou não em seu posto de regente, Leopoldina demonstra, em sua correspondência, ter acompanhado de perto o conturbado processo político que culminou na proclamação da independência. Conhecia as movimentações das tropas lusas e brasileiras, debatia estratégia com o marido em discussões privadas, expressava suas inquietações quanto ao futuro para sua irmã, em quem confiava o suficiente, e tentava construir alternativas ao poder imperial português. Leopoldina marcou presença no disputado espaço de articulação política e de tomada de decisões, um feito relevante para uma mulher — princesa ou não — naquele tempo.

Em uma derradeira retomada do traje de amazona, tão criticado e aviltado, é possível vislumbrar com mais nitidez as nuances políticas, pessoais e intelectuais de Leopoldina. Era com aquele hábito que se vestia para sair em seus passeios a cavalo que, com o passar dos anos e em decorrência do abismo aberto em seu casamento, tornaram-se solitários. Sozinha nas matas, ela tinha a chance de se dedicar aos próprios sentimentos e pensamentos (KEHL, 2006), sem as cobranças da vida na corte e a presença do marido. Também tinha a oportunidade de explorar as riquezas da biodiversidade brasileira, sobretudo na região da Mata Atlântica que circunda o Rio de Janeiro. Em suas cartas, Leopoldina admitia se sentir cada vez mais melancólica e isolada (KANN, 2006). Julgava estar

muito mudada, em comparação com a jovem alegre e brincalhona que fora na Áustria. A vida adulta e o peso da coroa — e do casamento — de fato a transformaram profundamente. As gestações sucessivas, que por vezes terminavam em abortos, cobraram um alto preço, e sua saúde piorou, abalada por um quadro depressivo. Leopoldina reclamava com frequência de dores, febres e indisposições, e sua condição física se agravou com a proibição de sair em seus preciosos passeios sem a autorização prévia de D. Pedro (LUSTOSA, 2006), cujas demonstrações públicas de afeto e preferência pela amante oficial, Domitila de Castro, desmoralizavam-na como mulher e como imperatriz (OBERACKER, 1973; REZZUTTI, 2017).

Mas aquele traje — o vestido sem adornos, o chapéu de palha, as botas de montaria — compõe a figura de uma mulher valente. Valente porque, no tempo e na posição em que viveu, seria mais cômodo se deixar apagar e fundir-se ao retrato da princesa e imperatriz puramente doméstica, que se satisfaz em cumprir seu papel público através do matrimônio e da maternidade. Seria mais fácil, também, não contrariar a opinião pública ao portar um estilo de roupas passível de ser criticado como masculino.

Leopoldina parece ter legado várias provocações a quem almeja conhecê-la, interpretá-la e contar sua história. Uma delas é sua recusa a se submeter, silenciosa e passivamente, aos limites de gênero aos quais sempre tentaram confiná-la. Ela resistiu à imposição de papéis femininos redutores e restritivos, à ideia de que lhe cabia unicamente ser filha de Francisco I, esposa de Pedro I e mãe de Pedro II. Logo, é imperativo que os brasileiros resgatem seu nome e sua trajetória e a tirem do confinamento. É preciso que Leopoldina seja lembrada, para além de esposa e mãe, como a mulher que circulava pelo Rio de Janeiro em suas botas com esporas de prata e se sentava no Conselho de Estado para debater estratégias militares e cuidar de despachos oficiais. É preciso que Leopoldina seja narrada como a mulher de múltiplos interesses: da mineralogia à política, da botânica à música, da literatura à economia. Como a mulher austríaca que reclamava do calor excessivo do verão carioca, mas estava sempre pronta para cavalgar e voltava queimada de sol. É preciso que Leopoldina seja a mulher, estrategista e articuladora política que veio para o Brasil cheia de sonhos, expectativas e ilusões, e amadureceu a tempo de trabalhar em um projeto de independência que fez — e faz — a história do país.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Paula. *A culpa é do Rio!:* A cidade que inventou a moda do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2019.
- ATAS DO CONSELHO DE ESTADO, 1822/3. Código de referência BR_RJANRIO_1R_COD_0_0295 (Arquivo Nacional, Rio de Janeiro).
- BACH, Emily. “Riding habits and women’s rights”. Maryland Center for History and Culture. Baltimore [s.d.]. Disponível em: <<https://www.mdhistory.org/riding-habits-and-womens-rights/>>. Acesso em: 2 ago. 2022.
- BARTHES, Roland. *The Language of Fashion*. Londres: Bloomsbury, 2017.
- CHATAIGNIER, Gilda. *História da moda no Brasil*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010.
- CRANE, Diane. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. São Paulo: Editora Senac, 2006.
- FRANCHINI NETO, Helio. *Independência e morte: política e guerra na emancipação do Brasil (1821-1823)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2019.
- FRANKLIN, Harper. “Fashion history timeline: 1810-1819”. Fashion Institute of Technology, Nova York, 18 ago. 2020. Disponível em: <<https://fashionhistory.fitnyc.edu/1810-1819/>>. Acesso em: 4 ago. 2022.
- FREYCINET, Rose de Saulces de. *Journal de madame Rose de Saulces de Freycinet: campagne de l’Uranie (1817-1820)*. Paris: Société d’éditions géographiques, maritimes et coloniales, 1927.
- KANN, Bettina. “Apontamentos sobre a infância e juventude de Leopoldina”. In _____ et al. *Dona Leopoldina: Cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, pp. 63-82.
- KEHL, Maria Rita. “Leopoldina, ensaio para um perfil”. In KANN, B. et al. *Dona Leopoldina: Cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, pp. 115-42.
- LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- OBERACKER, Carlos H. *A imperatriz Leopoldina: sua vida e sua época*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1973.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2019.
- PIMENTA, João Paulo. *Independência do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2022.
- REZZUTTI, Paulo. *D. Leopoldina: a história não contada: a mulher que arquitetou a Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.
- SÉGUY, Philippe. “Costume in the age of Napoleon”. In BOURHIS, K. le (ed.). *The age of Napoleon: Costume from Revolution to Empire, 1789-1815*. Nova York: The Metropolitan Museum of Art / Harry N. Abrams, 1989, pp. 23-118.
- SLEMIAN, Andréa. “O paradigma do dever em tempos de revolução: D. Leopoldina e ‘o sacrifício de ficar na América’”. In KANN, B. et al. *Dona Leopoldina: cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, pp. 83-113.

- TESSITORE, Viviane. “A primeira imperatriz do Novo Mundo”. In REZZUTTI, P. D. *Leopoldina: a história não contada: a mulher que arquitetou a Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017, pp. 357-89.
- WHEATCROFT, Andrew. *The Habsburgs: Embodying Empire*. Londres: Penguin Books, 1996.
- WITT, Marcos Antônio. “O Brasil de Weech e Bösch em seus relatos de viagem”. *Revista Práxis*, Novo Hamburgo, a. 18, n. 1, pp. 5-23, jan./abr. 2021.
- WITZMANN, Reingard. “The Beautiful Viennese: fashions from the time of Maria Theresa to the end of the Congress of Vienna”. In CONE, P. (ed.). *The Imperial Style: Fashions of the Hapsburg Era*. Nova York: The Metropolitan Museum of Art, 1980, pp. 35-42.

DECANTANDO A INDEPENDÊNCIA: CANÇÃO POPULAR E HISTÓRIA DO BRASIL

Bruno Viveiros Martins¹

RESUMO

O artigo analisa as narrativas sobre a Independência do Brasil criadas pela canção popular a partir do conceito de comunidades imaginadas, com enfoque em dois eixos temáticos: o primeiro compreende uma abordagem guiada por composições que corroboram a versão tradicional da História, baseada no papel centralizador de D. Pedro e no projeto de unificação política da corte imperial; o segundo segue um caminho diverso, guiado por obras musicais em consonância com outra visão sobre os acontecimentos, que valoriza a participação popular em eventos, fatos e ações capazes de oferecer, por meio da imaginação cultural brasileira, maneiras mais abrangentes de se compreender esse processo histórico.

Palavras-chave: Canção Popular. Independência do Brasil. Comunidades Imaginadas.

ABSTRACT

The article analyzes the narratives about the Independence of Brazil created by popular song from the concept of imagined communities focusing on two thematic axes: the first comprises an approach guided by compositions that corroborate the traditional version of the story based on the centralizing role of D. Pedro and in the project of political unification of the imperial court; the second follows a different path guided by musical works in line with another view of events that values popular participation in events, facts and actions capable of offering, through the Brazilian cultural imagination, more comprehensive ways of understanding this historical process.

Keywords: Folk Song. Independence of Brazil. Imagined Communities.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professor do Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte. Pesquisador do Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória/UFMG. Produtor e apresentador do programa Decantando a República da Rádio UFMG Educativa. E-mail: brviveiros@gmail.com.

A Independência do Brasil é um dos muitos eventos históricos cantados e decantados pelos compositores brasileiros, desde a criação da moderna canção popular brasileira nas primeiras décadas do século XX. Nesse tipo especial de narrativa, nosso cancioneiro percorre os caminhos do tempo na tentativa de recriar a linguagem secreta que habita os espaços fugidios do passado vivenciado pelos brasileiros por meio de vozes difusas e, por vezes, desconexas que foram silenciadas, mas merecem habitar novamente o discurso da história (STARLING; EISENBERG; CAVALCANTE, 2004).

Em momentos de crises, infortúnios e incertezas, os compositores parecem velar pela memória daqueles que já se foram. Porém, não se pode rejeitar impunemente o apelo que vem do passado, pois, se o silêncio vencer novamente, não estaremos a sós na derrota. Se isso ocorresse, gerações anteriores viveriam para sempre torturadas no limbo do esquecimento, feito fantasmas presos nas ruínas de uma cidade. Diante de tal ameaça, os cancionistas assumem o lugar do historiador, responsável por lembrar o que foi por muitos esquecido. Em uma peculiar “operação historiográfica”, emerge, nos versos, ritmos, melodias, arranjos e performances de cantoras e cantores, a trajetória de lutas por direitos, liberdade e autonomia que deve ser conhecida por todos (CERTEAU, 2006).

Os compositores, porém, não podem acordar os mortos — apenas redimir seus sonhos de outrora. Em suas narrativas, nada é tão triste que não deva ser lembrado. Para tanto, a canção popular percorre os silêncios do tempo em busca de um conhecimento oculto, quase emudecido, no qual emergem projetos inacabados, oportunidades perdidas, possibilidades desfeitas, ações espetaculares. As lembranças de um Brasil sem testamento, emaranhadas a uma rede descontínua de eventos, fatos e personagens presentes na memória social, cultural e afetiva dos brasileiros, é o que faz o cancioneiro questionar o passado, procurando respostas para as perguntas de seu próprio tempo (BENJAMIN, 2009).

Por meio da linguagem musical, o compositor eleva os feitos humanos ao alcance da imortalidade, pois, se as experiências históricas vividas no tempo são perecíveis, as lembranças que habitam as canções se tornam imortais. Ao assumir a perspectiva do historiador, cada canção torna-se uma narrativa inacabada à espera de que nós, ouvintes, possamos, se não completá-la, levá-la adiante como uma oferenda às gerações futuras — apenas para que essas gerações saibam o quanto dos eventos humanos ficou incompleto no passado, à espera de uma palavra qualquer que lhe traga um descanso merecido ou, no mínimo, um novo amanhecer. As histórias da Independência do Brasil cantadas pelo compositor popular são várias, diversas, plurais, dissonantes, contraditórias.

Neste artigo vamos dividi-las em dois eixos temáticos. Ou melhor em dois lados, como nos antigos discos de vinil que saíram de circulação durante a década de 1990. Para ouvir sua canção predileta, além do rádio e dos poucos programas de televisão dedicados exclusivamente à programação musical, era preciso ter um toca-discos. O LP (*Long Play*) geralmente trazia entre 10 e 14 faixas divididas em: Lado A e Lado B. O primeiro apresentava as canções com grande potencial para tornar-se sucessos de público, entrando na trilha sonora de novelas, séries e comerciais. As gravadoras negociavam o “jabá”, ou seja, o pagamento informal de valores para os veículos de comunicação de maior audiência e apelo popular tocarem as canções recém-lançadas de seus artistas contratados nos chamados “horários nobres”. Dessa forma, elas caíam faixa a faixa, disco a disco, na boca do povo.

No Lado B, os artistas gravavam um repertório mais experimental ou fora do padrão definido pela grande mídia para entrar no *hit parade*: canções com melodia intrincada, versos extensos, de difícil assimilação logo na primeira escuta, tempo de duração mais extenso para a concorrida programação das rádios ou sem o chamado refrão “chiclete”, que cola na mente do ouvinte, que não consegue tirá-lo da cabeça, pelo menos, até o lançamento do próximo megassucesso. Era no Lado B que a criatividade de compositores e intérpretes estava mais liberada, pois não tinham tanta preocupação em agradar o maior número possível de segmentos da mídia e o público em geral. Fazer sucesso era a tarefa do Lado A. Por isso, somente os fãs mais aficionados conheciam o Lado B dos discos de seus artistas preferidos. O fato de o ouvinte parar uma atividade ou se levantar da poltrona para retirar a agulha do vinil depois de encerrada a audição da última faixa de um dos lados era um momento de pausa para tomar fôlego e, quem sabe, refletir sobre uma canção escutada naquele instante.

Em se tratando das canções sobre a Independência do Brasil, este artigo analisará em um primeiro momento as canções que reafirmam as narrativas sobre esse processo histórico tal como ele é ensinado em livros didáticos tradicionais e aprendido nas escolas do país: supostamente linear, teleológico, condenado a um fim irremediável. Seu conteúdo inibe meandros, encobre dúvidas e sufoca as incertezas que envolvem as ações, ideias e palavras de personagens históricos em campos de batalha longe dos cenários como as margens do riacho do Ipiranga, em São Paulo, e os palácios da corte imperial no Rio de Janeiro narrados por uma história oficial, branca, masculina, colonial. Esse será no nosso “Lado A”.

Já na segunda parte, ou em nosso “Lado B”, avaliaremos as canções de compositores que desconfiavam da versão hegemônica característica da história tradicional, restrita aos acontecimentos ocorridos entre 1820 e

1823 e à discussão em torno da relevância política do “Dia do Fico”, o “Grito da Independência”, o “Sete de Setembro”, além das reuniões de juntas provinciais, decretos de Estado e aclamações em nome de D. Pedro. Nesse segundo conjunto de canções, foram selecionadas diversas vertentes da música popular: samba, samba de enredo, embolada, repente, reggae, marcha, maracatu, hino, ópera, canção caipira, MPB, rap, entre outros. Elas cantam uma visão da história que realça e repercute outra narrativa possível, reveladora de nomes de eventos, fatos e personagens pouco lembrados nas salas de aula, como o ciclo revolucionário ocorrido entre 1817 e 1824; as guerras e batalhas em diversas províncias, como na Bahia, a atuação política de mulheres como Maria Felipa, Maria Quitéria, Bárbara de Alencar, Leopoldina.

LADO A: INDEPENDÊNCIA E HISTÓRIA OFICIAL

O processo de Independência do Brasil, mesmo se tratando de um movimento emancipador, manteve em grande medida as relações políticas, sociais e culturais com Lisboa. O peso da presença lusa após 1822 foi um fator preponderante nos rumos seguidos pela nacionalidade brasileira. Esta, por sua vez, não teve por perspectiva a rejeição da monarquia portuguesa como ponto de partida para sua formação. Pelo contrário, pretendeu garantir, ao máximo, as antigas ligações que mantinham os brasileiros fiéis ao sangue lusitano (ibidem).

A nova ordem política não surgiu da completa ruptura em relação a Portugal, mas da proximidade entre esses dois mundos que constituíam a “unidade nacional luso-brasílica”. A reflexão acerca dos marcos da independência — como o “Dia do Fico”, em 9 de janeiro, e os Decretos de 1 e 6 de agosto de 1822, que, respectivamente, proclamavam a “independência político-constitucional” e a anunciaram “às nações amigas”, assim como o próprio Sete de Setembro — deixa claras as divergências das elites brasileiras em relação ao projeto de recolonização do Brasil das Cortes Constituintes de 1820 (LYRA, 1995).

A análise do processo histórico possibilita a discussão sobre quais foram os princípios políticos privilegiados na construção do novo Estado. O confronto de interesses entre as Cortes Portuguesas e os setores dominantes de províncias como Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo era uma barreira para a manutenção da unidade luso-brasileira. Porém, a defesa da liberdade e da autonomia política anunciada pelos partidários da independência (centralizada na figura do príncipe português D. Pedro) se limitavam à defesa de objetivos particulares e à manutenção de privilégios frente ao risco de uma mudança mais radical na estrutura social da

ex-colônia. Um dos compositores que criaram sua própria versão dos fatos a partir da história centrada, principalmente, na figura de D. Pedro, foi o sambista Zé Di na canção “Independência ou Morte” composta em 1971:

Valeu o sacrifício dos Andradas
E as preces da princesa Leopoldina
A morte de Tiradentes não foi em vão
São hoje símbolos vivos da nossa nação
A maçonaria muito contribuiu
Na surdina lutou e conseguiu
E o príncipe regente se fez imperador
Num gesto de coragem e de amor

“Independência ou Morte!”

Dom Pedro Primeiro bradou
E o sonho dos brasileiros se concretizou
Oh, meu Brasil segue avante
Olha o futuro lhe espera
Ninguém segura esse gigante
Raiou seu sol de primavera (INDEPENDÊNCIA, 1972)

“Independência ou Morte” foi o samba de enredo apresentado na avenida durante o Carnaval de 1972 pela Escola de Samba Vai-Vai, o tradicional grêmio recreativo formado por célebres sambistas do bairro paulista do Bexiga. Apesar de se tratar de um desfile carnavalesco, o cantor capricha na impostação da voz em um tom grandiloquente, carregando a canção de dramaticidade, principalmente, em seus momentos iniciais que duram, pelo menos, até a entrada da bateria quase na metade da gravação realizada no ano do desfile. Antes disso, a canção já havia sido registrada em disco por Noite Ilustrada, pela Banda do Cordão do Bola Preta e pela Banda do Canecão, entre outras gravações, ainda em 1971.

Na interpretação de Zé Di, o autor da obra, toda a primeira parte da canção é gravada com a solenidade de que falam seus versos, a ressaltar uma história linear marcada por sacrifício, morte e gestos de amor. Todos eles desenvolvidos de maneira segura, convicta e corajosa pelos heróis da nação: Tiradentes, a família Andrada, os maçons e, finalmente, D. Pedro. A única personagem a destoar da postura bravia nesta narrativa é Leopoldina. Não por coincidência, a única mulher citada é inserida em uma condição de completa imobilidade. Ao contrário do protagonismo dos personagens masculinos, que exercem a ação no centro das decisões políticas, a princesa aguarda, em oração, o desenrolar dos fatos que pavimentarão a estrada retilínea em direção a um futuro predeterminado, suposta era de ouro da civilização.

Segundo a narrativa, essa promessa de futuro já era uma realidade. Ao citar um dos slogans mais famosos da visão ufanista do Brasil Grande, “Ninguém segura este gigante”, no décimo quarto verso da canção, o compositor deixava bem clara a correspondência histórica direta entre D. Pedro e a ditadura militar, que fez questão de comemorar com estardalhaço o sesquicentenário da Independência. As festividades em homenagem aos cento e cinquenta anos da Independência realizadas em 1972 ganharam as ruas do país entre os meses de abril e setembro. Em cada local eram organizadas paradas cívicas, desfiles e cerimônias (CORDEIRO, 2015). A trilha sonora desses eventos era encabeçada pelo “Hino do Sesquicentenário da Independência”, composto por Miguel Gustavo e interpretada pela “rainha do rádio” Ângela Maria:

Marco extraordinário

Sesquicentenário

Da Independência

Potência de amor e paz

Esse Brasil faz coisas

Que ninguém imagina que faz

É Dom Pedro I

É Dom Pedro do grito

Esse grito de glória

Que a cor da história

À vitória nos traz

Na mistura das raças

Na esperança que uniu

O imenso continente

Nossa gente, Brasil (HINO, 1972)

Como todo hino, a composição musical ressalta a Independência por meio de uma linguagem épica interpretada de forma efusiva por Ângela Maria. Os versos reafirmam a relevância histórica do evento enquanto marco fundador da nacionalidade brasileira. Em uma letra em que “história” rima com “glória” e “vitória”, o Brasil é visto como um paraíso terreal onde a população ordeira e pacífica vive uma democracia racial que se estende por um território continental. O “Hino do Sesquicentenário da Independência” ganhou uma segunda versão, adaptada em forma de marcha, para ser executada nos desfiles patrióticos. Ela, por sua vez, foi gravada por nomes como Radamés Gnattali, Miltinho, Banda do Canecão e o Coral do Joab em 1972. Quem também comemorou os 150 anos da Independência foi a dupla caipira Silveira e Silverinha com a canção “O Grito”:

Cento e cinquenta anos de liberdade
De prosperidade e Independência
Tradição e glória do nosso Brasil
Marcando o progresso com evidência

Cento e cinquenta anos de fé e esperança
De evolução e brasilidade
Lembrando o herói Dom Pedro I
Que deu o grito da liberdade
Cento e cinquenta anos de grande união
Acontecimento de Sul a Norte
Ao som do Hino Nacional
Sobre o grito heroico: “Independência ou morte!” (O GRITO, 1973)

Silveira e Silverinha buscam na sonoridade da canção caipira, com sua viola, a sanfona, o sotaque interiorano de São Paulo, declamações e as vozes terçadas construir uma narrativa pretensamente genuína em torno de um passado completamente idealizado. Nos versos, cantados e declamados, tudo acontece como em um passe de mágica. A Independência do Brasil é resolvida com um simples grito que ecoa cento e cinquenta anos depois. Aliás, D. Pedro não apenas “ganhou no grito” e sozinho a independência brasileira contra Portugal como também assegurou o futuro e progresso do país como um legítimo “defensor perpétuo da nação”. Nesse caso, o mito fundador e seu herói são utilizados como pressupostos do “Milagre Econômico” anunciado pela ditadura militar como o segundo “passe de mágica” de nossa história. Ou seja, o Brasil seria o “país que vai pra frente”, rumo a um futuro nunca concretizado desde o grito do Ipiranga. Essa seria nossa tradição inaugurada por D. Pedro e reavivada pelos governos militares.

Ao transitar entre essas duas temporalidades, Silveira e Silverinha criam uma série laudatória de imagens do Brasil como lugar de otimismo, orgulho, fé, progresso, prosperidade, integração e harmonia social, próprias de um país pronto para se tornar uma das grandes potências mundiais da noite para o dia. Eram tempos de “Milagre Econômico”. Seu auge ocorreu, aproximadamente, entre 1969 e 1973, época de intenso controle coercitivo da sociedade. Tanto por ser o período de maior repressão e violência comandada pelo general Medici quanto pela censura exercida contra artistas, intelectuais e meios de comunicação.

LADO B: A OUTRA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Este segundo conjunto de canções oferece uma tentativa de reconciliar os brasileiros com o passado e com a história com enfoque no protagonismo

da participação popular nas decisões políticas que contribuíram para mudar os rumos do país. Na linguagem utilizada pelo cancioneiro popular para cantar a Independência, é nítida a postura crítica em relação à conjuntura política e ao contexto histórico da época em que se deram os fatos. Ao cantar, principalmente, os vários silenciamentos e omissões realizados, de forma proposital ou não, pelos discursos históricos que aderiram aos vencedores, os compositores difundem visões de mundo que enfatizam e valorizam o modo de agir e pensar de uma população disposta a participar da vida pública de seu país. A construção de narrativas musicais sobre experiências coletivas em torno de eventos históricos cruciais para o Brasil contemporâneo, como a Independência, será aqui analisada como uma tentativa de formular, por meio da linguagem musical, uma comunidade imaginada formada por milhões de pessoas espalhadas em todo o país.

Para Benedict Anderson (2008), uma comunidade é imaginada na medida em que seus membros compartilham o sentimento de pertencimento a uma coletividade, independente dos seus limites, fronteiras, etnias e número de integrantes. Ela é imaginada porque nenhum de seus membros conhece a maioria dos outros cara a cara, pessoas que nunca viram ou sequer tiveram qualquer tipo de contato. Ainda assim, cada um de seus habitantes tem em mente a imagem de um corpo político único e autônomo, ou seja, os laços que os interligam também são imaginários.

A comunidade imaginada se distingue das demais não por suas fronteiras, território, poder político ou capacidade de organização, mas pela maneira pela qual seus membros a imaginam com o objetivo de preencher vazios, fechar lacunas e vencer o esquecimento, principalmente em contextos de grandes transformações políticas nos quais seus modos de percepção do mundo são postos à prova. Seria impossível conceber uma comunidade sem uma linguagem por meio da qual a imaginação se alastre, criando interações e enraizando o sentimento de coletividade entre seus componentes (ANDERSON, 2008; SCHWARCZ, 2008; CURTO; JERÓNIMO; DOMINGOS, 2012). Essa linguagem ganha fôlego e novo alcance quando acompanhada por notas musicais. Segundo Benedict Anderson, isso seria possível porque

há um tipo especial de comunidade contemporânea que só a língua sugere — sobretudo na forma de poemas e canções. Considere-se, por exemplo, os hinos nacionais, cantados nos feriados nacionais. Independente de quão banais possam ser as letras e de quão medíocres possam ser as melodias, há uma experiência de simultaneidade na entonação. Nesses momentos, precisamente, pessoas que não se conhecem de todo umas às outras proferem os mesmos versos para as mesmas músicas. A imagem: o uníssono. Cantar a “Marselhesa”, o “Waltzin Matilda” ou o “Indonesia

Raya” proporciona o uníssono, a realização física repercutida da comunidade imaginada. (...) Apesar de nos apercebermos de que outros cantam estas canções precisamente no momento e da maneira como nós as cantamos, não fazemos ideia de quem esses outros serão, ou mesmo de onde, fora do alcance do ouvido, eles estão a cantar. Nada nos liga uns aos outros senão o som imaginado. (ANDERSON, 2008, pp. 196-7.)

Nessa perspectiva, as linguagens da imaginação cultural brasileira procuravam entender o mundo à sua volta a partir de suas próprias experiências vividas e intimamente associadas aos eventos únicos e singulares do tempo. Isso significa assumir um lugar no mundo público, fazer parte de uma comunidade com origens e destinos comuns, visando também se situar no contexto contemporâneo a partir de um ponto de vista próprio e particular.

A essência de uma comunidade imaginada seria um sentimento comum, ainda que baseado no esquecimento das desigualdades ou no silêncio diante das diferenças sociais, econômicas e culturais existentes entre seus participantes. Por piores que sejam as injustiças vivenciadas entre seus membros, a comunidade é “concebida como agremiação horizontal e profunda”. Melhor dizendo, ela também inventa ou mascara a realidade. Não há, portanto, comunidades “falsas” ou “verdadeiras”. Elas são construídas historicamente por sujeitos capazes de criar uma linguagem que unifica medos, desejos, angústias, sonhos e aspirações além de transmiti-los às gerações seguintes (ibidem, p. 27).

Ou seja, o discurso sobre os acontecimentos históricos próprio de certas canções fortalece o sentimento de pertencimento à comunidade imaginada, pois ele é compartilhado em diferentes temporalidades. A palavra e a ação na cena pública revelam como pensam e quem são os seres humanos enquanto atores políticos. Contudo, é o compositor quem ilumina a ação realizada e sabe melhor do que o próprio sujeito histórico o que aconteceu de fato, pois não é o personagem quem conta sua história, mas sim o “compositor/historiador”, e ele o faz, na grande maioria das vezes, depois que todos os personagens já estão mortos e o curso de suas ações já findou. Esse é o caso da canção “Passeio público”, gravada por Ednardo no disco *Berro* de 1976:

Hoje ao passar pelos lados
Das brancas paredes, paredes do forte
Escuto ganidos, ganidos, ganidos, ganidos
Ganidos de morte
Vindos daquela janela
É Bárbara, tenho certeza
É Bárbara, sei que é ela
Que de dentro da fortaleza
Por seus filhos e irmãos
Joga gemidos, gemidos no ar (PASSEIO, 1976)

A canção possui uma melodia fantasmagórica permeada pelo mistério. A voz do cantor é serena e melancólica do início ao fim da gravação. Esta é marcada por uma monotonia quase irritante, volta e meia, cortada pelo som metálico da guitarra. A letra se oferece ao ouvinte como uma espécie de enigma a ser desvendado. Nem mesmo o narrador parece possuir a exata certeza daquilo que canta até o verso no qual um nome é mencionado: Bárbara. A personagem em questão é Bárbara de Alencar, nascida no Crato, interior do Ceará, estado natal de Ednardo.

Ela entrou para a história do Brasil, com 57 anos de idade, ao lutar na Revolução de 1817. Importante liderança revolucionária, esteve à frente das ações que fundaram a República do Crato em pleno império português na América. Ao adentrar a cena pública, espaço da política restrita aos homens, Bárbara propõe o rompimento imediato com a monarquia europeia. Seu atrevimento político a levou a ser presa e exposta por todo o trajeto entre o Crato e Fortaleza acorrentada sobre a sela de um cavalo (STARLING; PELEGRINO, 2022). Sua presença é revelada na canção de Ednardo como uma espécie de fantasma a vagar pelos lugarejos e povoados entre as duas cidades:

Que sonhos tão loucos
Tão loucos, tão loucos
Tão loucos foi Bárbara sonhar
Se deixe ficar por instantes
Na sombra desse baobá
Que virão fantasmas errantes
De sonhos eternos falar
Amigo que desces a rua
Não te assustes, não passes distante
Procura entender, entender
Entender o segredo
Desse peito sangrante (PASSEIO, 1976)

Na letra composta por Ednardo, a imagem do baobá merece uma reflexão especial. Esta árvore originária de várias regiões da África possui um dos troncos mais grossos do mundo, podendo alcançar por volta de 18 metros de circunferência e 25 metros de altura. Ela pode viver, aproximadamente, seis mil anos e é um dos símbolos da ancestralidade e da memória em vários estados do Brasil, principalmente Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco. Segundo a cultura popular, mudas e sementes de baobá foram trazidas ao país por sacerdotes africanos durante a diáspora negra nos séculos do tráfico negreiro e da travessia do Atlântico negro. Por essa razão, ela é um símbolo sagrado da ancestralidade, da memória dos escravizados e sua resistência frente ao regime escravocrata.

Em torno da “Árvore do Esquecimento”, como também é conhecida, os africanos capturados na atual República do Benin para serem conduzidos pela rota escravagista circundavam entre sete e nove vezes antes de serem embarcados forçadamente nos navios negreiros. Nesse ritual de desterro imposto pelos traficantes portugueses, as memórias do lugar de origem dos prisioneiros seriam apagadas para sempre (SILVA, 2020). Contudo, ao trazerem o baobá para o Brasil, os escravizados ressignificaram essa cerimônia de despedida, transformando a árvore de aspecto robusto, copa frondosa e raízes fortes em uma fonte do enraizamento dos ensinamentos de sua cultura ancestral, a presentificar as memórias de seus antepassados do outro lado do oceano.

Ao compartilhar essas e outras vivências e experiências históricas, as narrativas imaginárias da canção popular tornam-se também alegóricas. Elas não possuem coerência ou unidade absoluta. Muito pelo contrário, são formas de expressão que falam da falta de liberdade, da imperfeição, da caducidade de uma visão de mundo baseada em uma suposta totalidade orgânica. Sob o signo da fragmentação, elas são geralmente associadas aos sonhos e à recordação de um tempo que não existe mais, um projeto inacabado em tensão constante com a realidade e o risco do esquecimento. As alegorias nos trazem fragmentos de memória, partes dissociadas de um todo. Seu narrador não se interessa pela unicidade, mas por aquilo que perdeu sua identidade ou esta lhe é irreconhecível em seu conjunto (BENJAMIN, 2009).

Sua escrita se afasta de interpretações unívocas, pois suas palavras possuem sempre duplo sentido. Sua matéria é incompleta e estilhaçada, seus sonhos foram despedaçados. A alegoria habita um mundo efêmero e transitório. Por essa razão, ela é aberta a várias significações. A narrativa histórica seria a chance de salvar as memórias do pleno esquecimento. Caso o historiador ou o compositor alegórico não cumpram seu papel de recordar os eventos do passado, a ruína, a decadência e o luto passam a ser o destino comum de seus habitantes. Com esse objetivo, em 2010, o Maracatu Nação Fortaleza percorreu as ruas da capital cearense para honrar, a exemplo de Ednardo, a memória de Bárbara de Alencar por meio do enredo “Bárbara, luz da liberdade”:

Eparrei, Eparrei
Minha mãe Iansã
Com a força dos ventos chegou a guerreira
Mulher brasileira das terras do Exu
Que canta e luta pela liberdade
Por que bate o ferro do maracatu
Ê Bárbara viva, é nossa heroína
Que vem com seu sonho a história mudar
Trazendo seus filhos, sua rebeldia
Coragem e fé que a Nação vai cantar
Ê dona Bárbara, hoje a nossa Nação te chama
Bárbara, és a força e a luz a nos libertar
Oyá, Iansã, dona das tempestades
Ê vem Santa Bárbara abençoar
Nação Fortaleza pisou no terreiro
Ao som dos tambores já veio brincar (BÁRBARA, 2010)

Bárbara de Alencar nasceu na cidade de Exu, em 11 de fevereiro de 1760, e foi batizada em honra a Santa Bárbara, venerada pelas igrejas Católica, Ortodoxa, Anglicana e — devido ao sincretismo com a orixá Iansã — também pelas religiões de matriz africana. Nascida em Nicomédia, na atual Turquia, por volta do ano 280, foi considerada mártir por ter sido perseguida, torturada e assassinada pelo Império Romano após sua conversão ao catolicismo. Segundo conta a tradição, seu carrasco foi o próprio pai, que morreu atingido por um raio logo depois de executá-la em praça pública. Na iconografia religiosa é representada, geralmente, com uma taça em uma das mãos e uma espada na outra. Com a primeira, mata a sede dos flagelados. Já com a segunda, empunha, em defesa dos injustiçados, a mesma arma com que foi degolada. Conforme a devoção popular, ela protege os fiéis contra as tempestades, raios e trovões, além de garantir a segurança de viajantes em trajetos tortuosos sob chuva forte, assim como de soldados contra tiros de canhões e explosões nos campos de batalha. Santa Bárbara é também a padroeira dos bombeiros e todos os profissionais que se arriscam no trabalho com o fogo (SIMAS, 2022).

Contudo, no desfile do Maracatu Nação Fortaleza em homenagem a Bárbara de Alencar, quando é feito o chamamento para que os presentes acompanhem o cortejo, é Iansã a primeira a receber as honras por meio da saudação “Eparrei”, conforme os rituais sagrados dos terreiros e casas de santo onde se praticam as religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé. Também conhecida como Oyá, é senhora das tempestades, ventos, vendavais e nuvens cor de chumbo. Com a ponta de seu florim, a deusa guerreira, vestida sempre de vermelho, comanda os raios e relâmpagos. Na guerra, ela assume a forma de um búfalo, incorporando sua força,

velocidade e resistência. O animal simboliza a fúria incontrolável com que enfrenta seus inimigos, além da admiração e o respeito devotado por seus filhos de fé. Com os pelos do rabo de búfalo é feito o irukerê, instrumento litúrgico com o qual a orixá conduz os eguns, espíritos desencarnados, no caminho de retorno ao reino de Aruanda. Iansã é conhecida como a mais corajosa dos orixás, justamente por assumir a responsabilidade de guiar a alma dos mortos de volta ao Orum, o mundo celeste (PRANDI, 2011).

Durante todo o desfile dos Maracatus pelas ruas de cidades como Fortaleza e Recife, o som dos tambores cumpre, de certo modo, o papel desempenhado pelo irukerê de Iansã. Um tambor não é somente um instrumento musical. Ele possui uma gramática própria capaz reunir por meio de seu som a comunidade diaspórica que teve seus laços quebrados pelos séculos de escravidão. A batida dos tambores, caixas e atabaques revela hábitos cotidianos de uma determinada localidade, mas também congrega e louva seus lugares de origem: as diversas Áfricas. Filho dos tumbeiros, os tambores criam uma imaginação percussiva que presentifica vivências, ancestralidades e sabedorias compartilhadas em diferentes regiões do Brasil: o Maracatu no Ceará e Pernambuco, o Catimbó no Pará, o Afoxé na Bahia, o Tambor de Crioula no Maranhão, o Congado e o Candombe em Minas Gerais, o Jongo em São Paulo e o Samba no Rio de Janeiro, entre muitas outras (SIMAS; RUFINO, 2018).

Todas essas manifestações culturais, e também celebrações rituais, possuem em seus diversos tambores o fundamento da circulação e compartilhamento de saberes ancestrais por meio de processos de reinvenção e reconstrução cindidos pela travessia do Atlântico, ou da Calunga Grande. A comunidade imaginária é construída ao som dos tambores na medida em que cada toque, baque ou síncope conta uma história marcada por mitos primordiais que visam superar a exclusão, o silenciamento, a violência, o vazio, a discriminação, o racismo, a escassez. Assim, seu idioma rítmico expressa o sentido que as palavras não alcançam, recordando vivências e experiências estilhaçadas pela diáspora africana empreendida pela máquina escravocrata (GILROY, 2012).

O som dos tambores subverte a lógica colonial, branca, cristã, ocidental que pretende desqualificar, controlar e domesticar os corpos. A pulsação e o ritmo dos tambores, ao contrário, põem esses mesmos corpos em movimento sacralizando o profano e, na mesma medida, profanando o sagrado em uma dupla visão de mundo considerada perigosa pelo colonialismo normativo e disciplinador. Nesse sentido, a ginga, a dança, o canto, o drible e a festa promovidas pela comunidade dos tambores e terreiros espalhados pelo país com seus diferentes códigos de linguagem sonoros promovem também um embate de forças contra o projeto civilizador

eurocêntrico, ao recordar práticas sociais seculares capazes de revitalizar identidades comunitárias que interligam o passado e o presente da população afro-brasileira (RUFINO, 2019).

Esse entrecruzamento de espaços e tempos é realizado pelos caminhos da canção popular brasileira pelo compositor Tonho Matéria, em uma narrativa que mergulha no tempo para cantar a participação dos setores populares nas Guerras de Independência na Bahia, na canção “Estrada das Boiadas”, de 2020:

Independência da Bahia!
O capoeira também tava lá!
Estrada das Boiadas
Caminho da libertação
Era a passagem dos bois que vinham do sertão
Para serem comercializados na Feira do Capuame
Lugar de arsenal de armas e quartel general
Que abrigava a colônia na batalha liberal
Era a feira de gado, velha estrada real
Estrada da liberdade, estrada da liberdade,
Território nacional da cultura afro-brasileira
Já foi palco da capoeira que lutou na Independência
Pra Bahia libertar camará (ESTRADA, 2020)

Tonho Matéria chama a atenção para o protagonismo exercido pelos personagens e elementos das culturas populares na luta pela independência ao destacar o papel dos capoeiras não apenas na letra da canção, visto que o som do berimbau pode ser ouvido durante toda a gravação. No arranjo musical, o instrumento não é utilizado apenas como acompanhamento rítmico. Seu toque está em primeiro plano, em pé de igualdade com a voz do cantor, acompanhada pelo coro, reproduzindo dessa forma a roda de capoeira propriamente dita. Esta, por si só, faz parte da tradição de resistência histórica da cultura afrodescendente perante o fluxo contínuo e ininterrupto do colonialismo branco, católico, patriarcal. A narrativa elenca personagens, eventos e lugares que mesclam as Guerras de Independência (Maria Quitéria, Pierre Labatut, a Batalha do Pirajá e a Feira do Capuame) com a história da capoeira baiana (Mestre Bimba, Mestre Pastinha, a Roça do Corta Braço e o Clube União em Apuros, o Barracão de Waldemar). O diálogo entre esses dois contextos históricos desvela uma espécie de encruza no tempo, na qual o ponto de encontro seria a cultura popular e o cotidiano da Bahia como questões que fundamentam os modos de ser, agir, sentir e pensar característicos daquela comunidade.

Talvez por essa razão Tonho Matéria tenha composto essa canção em forma de crônica. Ou seja, seus versos possuem, de maneira explícita ou implícita, uma dimensão da memória do acontecido, seja ele cotidiano ou

extraordinário. A crônica seria um tipo de narrativa literária breve sobre fatos, personagens, costumes e notícias da vida cotidiana que envolve o cenário político, cultural e social, além da reflexão crítica sobre o tema em questão, contendo opiniões, pontos de vista, análises e polêmicas. Ela geralmente entrelaça acontecimentos corriqueiros, relatos biográficos com toda a trama de rumores, boatos, comentários, impressões, testemunhos. Vez por outra, seu autor cria ensaios ficcionais acerca de fatos ocorridos ou ainda em curso, a suposição de seus motivos e pretextos, consequências mais imediatas, o que poderia ter acontecido e não se deu. Por outro lado, a crônica seria também uma compilação de acontecimentos históricos e sua suposta ordem de sucessão no tempo. Sendo assim, Tonho Matéria, na canção “Estrada das Boiadas”, assume o papel do cronista que devolve a dignidade a fatos narrados aparentemente sem importância, sublinhando sua dimensão de memória no correr dos anos, desde as lutas pela Independência, entre 1822 e 1823, até o momento de consolidação da capoeira em meados do século XX.

Ao cantar cada acontecimento político, cultural e social, o cancionista popular seria capaz de iluminar suas condições de ocorrência no tempo, bem como possibilitar, de forma própria e peculiar, exercícios do pensamento ante a realidade na qual o compositor se depara no momento presente. Essas canções demonstram que a imaginação cultural não apenas participa do mundo público de sua época, como também constrói uma reflexão crítica sobre a história do país. O retorno ao passado é, porém, uma tentativa de entender o presente a partir de experiências políticas vivenciadas de forma coletiva que oferecem sentimentos, muitas vezes contraditórios, acerca das várias identidades que compõem uma comunidade política. Evento significa tudo o que é realizado pelo sujeito histórico. Sua ação em uma ocasião específica contém um objetivo e remete a ele com vistas a um desfecho causal ou inesperado, definitivo, provisório ou parcial.

Canções que evocam eventos remetem a algo acontecido, um fato de certa ou excepcional importância, que quebra uma rotina e se insere em uma trama temporal. Alguns deles merecem o elogio, sendo esse também um gênero de discurso, que diz da arte de mostrar, de fazer mostra ou ostentação na cena pública. Ele mostra ou ostenta o feito e a grandeza de uma maneira de ser, baseando-se no julgamento de um valor; podendo propagá-lo ou reforçá-lo, injetá-lo, modificá-lo ou até mesmo criá-lo. O elogio é uma espécie de canto do mundo público, um gênero profundamente ético, já que ele se atribuiu como tarefa a dicção da excelência e do valor (ARENDT, 1997). Esse é o caso de “A execução de Frei Caneca”, samba de enredo composto por Monarco, em 1967, para a Escola de Samba Unidos do Jacarezinho:

Há muitos fatos na História do Brasil
Nesta terra de encantos mil
Que muito nos comove
Citaremos Joaquim do Amor Divino
Nasceu em mil setecentos e setenta e nove
Frei Caneca, nós viemos exaltar
Essa figura que essa terra jamais esquecerá
Lutou com bravura e amor febril
Defendendo a liberdade do Brasil (A EXECUÇÃO, 1989)

No Brasil, o desfile carnavalesco realizado pelas escolas de samba é uma das expressões artísticas, culturais e sociais próprias dos chamados setores subalternos da população, que habitam os morros, aglomerados, vilas, periferias e subúrbios. Eles são capazes de transformar a avenida ou o sambódromo em um espaço de disputa por visibilidade política ao inserir-se na “comunidade dos tambores”, comunidade essa inventada pelos ritmos e ritos afro-brasileiros que envolvem música, dança, festa, coreografia, arte, história. Em outras palavras, o ogã batuqueiro que toca o atabaque no terreiro de umbanda e candomblé é também o ritmista que, em fevereiro, desfila no carnaval com a bateria da escola de samba do seu coração (SIMAS; RUFINO, 2018).

Independentemente das diferenças e desigualdades, a letra do samba de enredo, concebe um “Nós” coletivo estabelecido por laços sociais baseados no sentimento de pertencimento a um país por meio do conhecimento de sua história. Conforme Benedict Anderson, uma comunidade sólida é mantida, em grande medida, por uma língua capaz de convergir sentimentos e valores na imaginação de um passado comum e de um “Nós” — presente no terceiro verso de Monarco citado acima — que simboliza a participação coletiva na construção desse passado. Dessa forma, nos identificamos mais com um “Somos” em detrimento da valorização exacerbada do “Eu” (ANDERSON, 2008). Nesse sentido, tanto a história como a língua são dados essenciais para que o sentimento de pertença a um projeto coletivo de país se sobreponha ao individualismo. Segundo a canção, Frei Caneca realiza sua ação na cena pública em nome do bem comum enquanto um objetivo maior que sua própria vida:

Na Confederação do Equador
O frade carmelita opinou
Republicano era todo o seu ideal
Mesmo contrariando a corte imperial
Preso e condenado à morte
Teve suplicado o seu existir
Numa linda manhã de sol
Clareando esse céu azul anil
Era fuzilado sem clemência
Esse vulto inesquecível do Brasil (A EXECUÇÃO, 1989)

No samba de enredo, a trajetória libertária de Frei Caneca, em sintonia com os acontecimentos políticos, é peça-chave da construção narrativa criada pelo compositor em sua tentativa de compreender o Brasil da época. Ao analisar a singularidade histórica desses acontecimentos em função das possibilidades futuras (mesmo que imprevisíveis) abertas pelas ideias, princípios e valores defendidos pelo personagem, a composição de Monarco busca firmar um elo entre o passado em que os fatos ocorrem e o presente no qual ouvimos sua canção e nos solidarizamos com Frei Caneca. Ou seja, o elogio às ações políticas empreendidas pelo frei carmelita possibilita a criação de uma “comunidade de ouvintes” que julgam e partilham, uns com os outros, de certa visão sobre os fatos históricos narrados pela canção.

Por meio da linguagem musical, o compositor visa o estabelecimento de uma coletividade da qual ele também faz parte. A concordância em relação aos usos de expressões entre os membros desse coletivo denota o reconhecimento mútuo. Ou seja, as maneiras de nomear a si próprio e os outros são utilizadas por diferentes sujeitos, contribuindo para a construção de um vínculo de afinidade e solidariedade. É condição básica para que as ações políticas desenvolvidas por um personagem específico sejam apropriadas como atos coletivos de uma comunidade que, neste caso, se coloca idealmente lado a lado de Frei Caneca na luta pela liberdade que pretende fundar um novo país:

Preso e levado à Bahia
Logo após teve anistia
Regressando a seu torrão natal
Não perdoou um só instante
Pois achava interessante
A libertação nacional
Sempre em contato com o povo
Pensava no Brasil novo
Poderoso e feliz
Pernambuco tem a glória de possuir
Esse vulto na História do país (A EXECUÇÃO, 1989)

No entanto, para que essa imaginação em torno de uma comunidade seja eficaz na construção de seus laços afetivos de pertencimento, é necessário mais do que simples designações. A ação deve ser guiada por valores, princípios e ideias capazes de delineá-la. Para que esse grupo se afirme enquanto sujeito coletivo (povo, nação, país, República), é preciso que seus integrantes se reconheçam e se autodeterminem por meio de valores próprios do mundo público, que sejam louváveis, dignos de elogio e glória, como os defendidos por Frei Caneca ao longo de sua trajetória política.

A COMUNIDADE IMAGINADA PELA CANÇÃO

As narrativas históricas presentes na canção popular figuram como atos de linguagem proferidos por compositores capazes de pensar e agir no mundo público. Suas canções apresentam reflexões e juízos críticos sobre acontecimentos políticos singulares do tempo presente ainda em curso e, também, do passado público do país, a partir da experiência do vivido. É justamente pela capacidade de imaginar e partilhar uma origem e um destino próprios de um mundo comum que o cancioneiro popular concebe o Brasil como uma comunidade imaginada, repleta de contradições, falhas e controvérsias, mas, sobretudo, passível de ser construída por ações, discursos e canções.

Ao cantar uma série de eventos políticos vividos simultaneamente por diferentes personagens que partilham de um mesmo ideal — a luta por liberdade, autonomia, justiça, direitos políticos — em espaços e tempos diversos, a canção recria os vínculos sociais e coletivos ameaçados pelo esquecimento, pelo qual os homens se tornam estranhos em relação a si mesmos e ao país que habitam. Ao definir-se enquanto integrante de uma comunidade imaginada congregada por canções sobre um passado em que a participação popular assume o protagonismo das lutas pela Independência do Brasil, o compositor popular oferece novos horizontes para a teia das relações humanas próprias de uma coletividade, em busca de um bem comum que se sobreponha à ideia de individualidade e impessoalidade próprios do mundo contemporâneo.

Neste caso, a canção popular nos oferece uma “operação da imaginação” vinculada à vontade humana de construir uma comunidade caracterizada pela pluralidade de opiniões; pela rejeição da concepção do homem no singular; pela crença de que o mundo público seria resultado do embate de ideias e juízos acerca da realidade por meio de ações políticas e atos de linguagem que instauram novos começos para o Brasil e para os brasileiros.

REFERÊNCIAS

- A EXECUÇÃO de Frei Caneca. Intérprete: Monarco. Compositor: Monarco. In *Inéditas*: Monarco. Projeto Preservação da Música Popular. São Paulo: CCSP, 1989, disco vinil (LP), lado B, faixa 6.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- BÁRBARA, luz da liberdade. Intérprete: Maracatu Nação Fortaleza. Compositor: Calé Alencar. Fortaleza, 2010.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CORDEIRO, Janaina M. *Ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- CURTO, Diogo R.; JERÓNIMO, Miguel B.; DOMINGOS, Nuno. “Nações e nacionalismos (a teoria, a história, a moral)”. *Tempo Social*, São Paulo, v. 24, n. 2, pp. 33-58, 2012.
- ESTRADA das boiadas. Intérprete: Tonho Matéria. Compositor: Tonho Matéria. In *Capoeira: Histórias nossas do Brasil*. São Paulo: Atração, 2020, Compact Disc, faixa 4.
- GILROY, Paul. *Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora 34 / UCM, 2012.
- HINO do Sesquicentenário da Independência. Intérprete: Ângela Maria. Compositor: Miguel Gustavo. In *Ângela*. Rio de Janeiro: Copacabana, 1972. Disco vinil (compacto duplo), lado A, faixa 1.
- INDEPENDÊNCIA ou morte. Intérprete: Zé Di. Compositor: Zé Di. In *Carnaval de grandes autores*. Rio de Janeiro: Tapeçar, 1972, disco vinil (LP), lado B, faixa 6.
- LYRA, Maria de Lourdes V. “Memória da Independência: marcos e representações simbólicas”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, pp. 173-206, 1995.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: Pernambuco, 1817-1824*. São Paulo: Todavia, 2022.
- O GRITO. Intérpretes: Silveira e Silverinha. Compositores: Martins Neto; Silveira. In *Leve esse disco contigo*. São Paulo: Tropicana, 1973, disco vinil (LP), lado A, faixa 4.
- PASSEIO público. Intérprete: Ednardo. Compositor: Ednardo. In *Berro*. São Paulo: RCA Victor, 1976, disco vinil (LP), lado A, faixa 4.
- PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

- SCHWARCZ, Lilia M. “Imaginar é difícil (porém necessário)”. In ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 9-17.
- SILVA, Claudilene Maria da. *A volta inversa na árvore do esquecimento e nas práticas de branqueamento*. Curitiba: CRV, 2020.
- SIMAS, Luiz Antônio. *Santos de casa: fé, crenças e festas de cada dia*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.
- _____; RUFINO, Luiz. *A ciência encantada das macumbas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.
- STARLING, Heloisa; EISENBERG, José; CAVALCANTE, Berenice. (org.). *Decantando a República: inventário histórico e político da canção popular brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. Volumes 1, 2 e 3.
- _____; PELEGRINO, Antônia (org.). *Independência do Brasil: as mulheres estavam lá*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.



ARTIGOS

COMPREENDENDO GÊNEROS HUMORÍSTICOS

Ana Cristina Carmelino¹

RESUMO

Muitas das interações realizadas contemporaneamente se valem do humor. Por ser algo comum, que perpassa o cotidiano de modo tão natural, muitas vezes o fenômeno não é imaginado como objeto sério de investigação científica. Este artigo trabalha com a hipótese de que o humor é um dos temas mais relevantes de estudo na atualidade, logo, compreender suas marcas é importante para entender melhor como se dão as interações. Para isso, propõe-se tratar das principais correntes teóricas sobre o assunto, bem como caracterizar três gêneros humorísticos sob o ponto de vista linguístico: piada, charge e *sticker* (figurinha).

Palavras-chave: Humor. Gênero. Piada. Charge. Sticker.

ABSTRACT

Many the interactions carried out contemporaneously make use of the resource. Because it is something common, which permeates everyday life in such a natural way, the phenomenon is often not imagined as a serious object of scientific investigation. This article works with the hypothesis that humor is one of the most relevant topics of study today, so understanding its brands is important to better understand how interactions take place. For this, it is proposed to deal with the main theoretical currents on the subject, as well as to characterize three humorous genres from the linguistic point of view: joke, political cartoon and sticker.

Keywords: Humor. Genre. Joke. Political Cartoon. *Sticker*.

COMPREENDENDO A RELEVÂNCIA DO HUMOR

As pesquisas científicas que ajudam a entender necessidades contemporâneas, de quaisquer ordens, costumam ser rotuladas como “estudos de ponta”. Sempre que o assunto vem à tona, a tendência é que sejam destacados os trabalhos voltados às áreas biológicas ou exatas. Humanas? Difícil. A elas normalmente é reservada a outra ponta, a do ofuscamento. Ainda que sejam relevantes as demais investigações, e não há o que

1 Pós-doutora em Linguística. Professora do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Líder do GETHu – Grupo de Estudos de Textos Humorísticos (CNPq). E-mail: anacriscarmelino@gmail.com.

sinalize o contrário, é raro ver alguma pesquisa no campo das humanidades ser considerada de ponta.

Ao menos uma delas defendemos que seja: o humor. É a hipótese de que partimos para tratar do tema neste artigo. Entendido como um campo de estudos, o humor permeia as relações pessoais, algo que ocorre desde os tempos mais remotos, mas ganhou nova relevância e configuração à medida que as redes sociais passaram a dividir a importância dos contatos entre os sujeitos.

Constatar a relevância do humor no contexto contemporâneo implica compreender de que maneira isso ocorre. Dar visibilidade às teorias sobre o assunto é um dos objetivos deste texto. O viés da exposição será o linguístico. Porém, o arcabouço teórico que sustenta a análise dos dados advém de outras áreas que dialogam com o tema.

Tendo em mente que a comunicação é mediada por textos, e estes por gêneros, caberia esmiuçar quais seriam os gêneros humorísticos. Diante da pluralidade de casos, torna-se impossível o detalhamento de todos num espaço tão tímido. Mas é possível aprofundar parte deles. Esse é o outro objetivo deste artigo, refletir sobre o funcionamento de três gêneros: piadas, charges e *stickers* (ou figurinhas).

Em termos de configuração, com exceção das considerações iniciais e finais, este texto está estruturado em cinco tópicos. Os dois primeiros refletem não só sobre o que vem a ser humor e gênero humorístico, mas também sobre as principais correntes do pensamento teórico sobre humor. Os demais esmiúçam cada um dos gêneros selecionados.

Compreendendo humor e gêneros humorísticos

Entender gêneros humorísticos requer, antes, que se tenha clareza sobre o que vem a ser humor. Encontrar uma definição precisa do fenômeno, no entanto, não é tarefa fácil. A justificativa para isso talvez esteja no fato de ser um objeto de interesse de áreas distintas (por exemplo, história, sociologia, linguística, psicologia, psicanálise); logo, há não apenas diferentes explicações sobre a sua essência ao longo do tempo, mas também diversas classificações sobre os seus significados. Minois corrobora tais ponderações:

Estudado com lupa há séculos, por todas as disciplinas, o riso esconde seu mistério. Alternadamente agressivo, sarcástico, escarnecedor, amigável, sardônico, angélico, tomando as formas da ironia, do humor, do burlesco, do grotesco, ele é multiforme, ambivalente, ambíguo. Pode expressar tanto a alegria pura quanto o triunfo maldoso, o orgulho ou a simpatia. (MINOIS, 2003, p. 15.)

Considerando que cada perspectiva teórica traz a sua visão sobre o humor (riso, cômico)², dado que denuncia a complexidade do tema, Carmelino (2009) busca caracterizá-lo como fenômeno complexo, multifacetado e interdisciplinar, presente em diferentes gêneros (humorísticos ou não) de vários domínios discursivos. Registre-se que a autora não o define. Segundo ela, isso só poderia ser feito sob o olhar de uma abordagem teórica que o toma como objeto de reflexão.

Sob o olhar da linguística, adota-se a tese defendida por Possenti (2018) de que o humor seja um campo. Não se trata de defini-lo, mas de enquadrá-lo numa categoria mais ampla. Entendido como uma área ou universo discursivo (MAINGUENEAU, 2005), o campo compreende espaços discursivos que mantêm relação com certos discursos e se constitui por normas específicas, como:

- ser heterogêneo (confrontar ou aproximar teorias, escolas, tendências, políticas);
- abranger determinados tipos de prática e gênero (participação em congressos e produção de textos acadêmicos, por exemplo, são atividades do campo científico);
- apresentar linguagem particular; ter uma organização própria (compreender certos profissionais, dirigir-se a público específico, orientar determinado modo de ler, interpretar);
- formas de circular os discursos (revista, jornal, livro, internet).

Admitir o humor como campo é, portanto, aceitar que ele é fruto de determinadas regras sociais específicas e tem seu universo e suas funções próprias. A esse respeito, Possenti (2018) elenca uma série de características desse campo:

- a heterogeneidade (apresenta diversas teorias);
- a variedade de gêneros, assinados ou não, estritamente ou eventualmente humorísticos (como piada, publicidade);
- os diferentes tipos: humor popular, erudito, grosseiro, sofisticado, lúdico, sarcástico, cordial, irônico;
- a circulação em espaços variados e relevantes (conversas informais, mídia impressa etc.);
- a abordagem de qualquer assunto (sexo, instituição, política);

2 Conforme Alberti (1999), a vasta nomenclatura sobre o riso gera dificuldades a quem o estuda. Nesse sentido, não faremos distinção entre os termos aqui usados.

- a luta contra a censura (foge do controle e do politicamente correto);
- a produção vinculada a uma técnica (elemento linguístico ou não que explica a deflagração);
- a despreensão de retratar a realidade (mesmo que apresente certa relação com ela).

Às considerações de Possenti (2018), podem-se incluir outros aspectos, segundo registra Carmelino (2009). Um deles seria o das funções do humor, tendo em vista que os propósitos e os usos variam entre divertir, denunciar, liberar (romper com o proibido), criticar, persuadir, escancarar comportamentos não admitidos pelas normas sociais, refletir sobre práticas socialmente enraizadas na cultura de um povo, sobre modos de ser, sobre representações. Além disso, outra possível categoria de análise seria a forma de composição ou linguagem da produção humorística, que pode ser verbal, não verbal, multimodal³, oral, escrita.

Após elucidar que, na perspectiva linguística, o humor pode ser visto como campo, passa-se a tratar do que vem a ser gênero humorístico. Para Travaglia (2015), tal gênero apresenta em sua constituição um tipo de texto⁴ obrigatório, nomeado pelo autor de “tipo humorístico”. Este, ao contrário do não humorístico, é exibido numa perspectiva de “comunicação não confiável”, aquela em que “há um rompimento do compromisso da comunicação com a seriedade, de ser algo válido em que se pode confiar, do princípio segundo o qual se alguém me diz algo, aquilo deve ser levado em conta com seriedade” (TRAVAGLIA, 2015, p. 51). Assim, sobre a caracterização do texto humorístico, pode-se acrescentar o que ensina Freud (1996 [1905]): a graça vem da quebra de expectativa por parte do ouvinte ou leitor, ou seja, quando ocorre algo inesperado.

Ainda sobre os gêneros humorísticos, Travaglia (2015, pp. 62-3) os subdivide em dois: a) os necessariamente humorísticos, “em cuja composição entra o tipo humorístico, sendo este tipo de presença obrigatória e necessária no gênero”, como é o caso da piada, do esquete e da farsa; b) os eventualmente humorísticos, em cuja composição pode entrar o tipo humorístico, mas não obrigatoriamente, caso do conto, do romance e da publicidade.

3 A multimodalidade é entendida como a “característica dos textos cujos significados são realizados por meio de mais de um código semiótico”, quando ocorre, portanto, o “entrecruzamento de linguagens – verbal (oral e/ou escrita), visual, sonora” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014, p. 152).

4 O “tipo de texto” é uma categoria ou classe que tem um conjunto de características comuns: conteúdo, estrutura, estilo, funções/objetivos, condições de produção.

Sabendo-se que a produção do humor pode ser explicada por meio de teorias desenvolvidas ao longo do tempo e que para se entender o funcionamento dos gêneros humorísticos muitas vezes é preciso lançar mão de alguma dessas perspectivas, busca-se, na próxima seção, tratar das três principais teorias do humor.

COMPREENDENDO AS PRINCIPAIS TEORIAS DO HUMOR

Conforme Attardo (1994), dentre as muitas teorias do humor que existem, há três mais conhecidas. Antes de apresentá-las, é importante salientar que, embora cada uma delas seja caracterizada separadamente, as linhas que as dividem não são rígidas, podendo haver, em muitos casos, superposição de elementos (ATTARDO, 1994; VÁRNAGY, 2016). São elas:

- a da superioridade (hostilidade, agressão, triunfo, derrisão), que pode ser vista em autores da filosofia clássica (Platão, Aristóteles, Cícero, Quintiliano) e outros estudiosos (caso de Thomas Hobbes e Henri Bergson);
- a da incongruência (contraste, bissociação, ambivalência), que tem como representantes Kant, Schopenhauer, Aristóteles, Koestler e Raskin;
- a do alívio (liberação, catarse, sublimação), encontrada em Descartes, Spencer e Freud.

De cunho sociológico, a teoria da superioridade é a mais antiga e, provavelmente, a mais geral. Nessa perspectiva, o humor (riso) seria um sinal da expressão dos sentimentos de superioridade de indivíduo sobre a fraqueza ou fragilidade dos demais. Ri-se (desdenhando) dos outros, ri-se de situações que desvelam incompetência, estupidez, desgraças alheias.

Algumas teses que sustentam essa teoria são: a de que o riso estaria vinculado à exposição de um defeito moral (os vícios) ou físico, seria um meio de expressar e provocar sentimentos de desprezo aos que mostram comportamento ridículo (ARISTÓTELES, 1996); o humor é um corretivo, utilizado pela sociedade para consertar o comportamento desviante (BERGSON, 2007). Vários textos humorísticos, como as piadas, buscam trazer certos vícios à tona — vaidade, inconveniência, hipocrisia, entre outros — como forma de reprová-los.

A teoria do alívio (catarse, liberação), de enfoque psicanalítico, fundamenta-se na tese de que o humor funciona como mecanismo de liberação de tensões psicológicas. Segundo Freud (1996 [1905]), principal representante dessa teoria, o riso, assim como o sonho, é uma manifestação

inconsciente de prazer, por isso provoca alívio. Enquadra-se nisso, desse modo, aquele que ri de suas inibições, pensamentos e sentimentos reprimidos.

É preciso destacar também que Freud (1996 [1905]) teoriza o humor por meio dos chistes, técnica verbal que, por ser uma expressão do inconsciente, é capaz de representar o equívoco, os atos falhos. Segundo o autor, o chiste é a “habilidade de fundir, com surpreendente rapidez, várias ideias diversas umas das outras tanto em seu conteúdo interno, como no nexo com aquilo a que pertencem” (p. 19). As principais características dessa técnica seriam o juízo lúdico e a brevidade. A busca de similaridades em meio a dessemelhanças geraria o efeito risível.

Levando-se em conta os propósitos dos chistes, o psicanalista os classifica em duas grandes categorias: os *inocentes*, aqueles que não servem “a um objeto particular”, por isso não são premeditados; e os *tendenciosos*, quando servem a um fim, portanto, são premeditados (ibidem, p. 91). Estes podem ser hostis (agressividade, sátira ou defesa) ou obscenos (com propósito de desnudamento). Conforme o autor, o efeito dos chistes inocentes é sempre moderado, acarretando um leve sorriso de seus ouvintes/leitores. Os tendenciosos, por outro lado, podem levar a súbita explosão de riso, dado que os torna irresistíveis.

A teoria da incongruência é a mais retomada pelos estudiosos do humor. Isso se deve ao fato de que, embora não comporte ou explique todos os casos de riso, é a mais plausível, pois abrange uma enorme gama de situações humorísticas. De cunho racional, articula-se tendo por base a noção de contraste, responsável por quebrar a expectativa e levar à produção do humor.

De acordo com Attardo (1994), credita-se a Kant (1987) a origem dessa teoria, para quem o riso é provocado por certa contradição, visto que se trata de um “um afeto que surge se uma expectativa tensa se transforma em nada” (p. 203, tradução nossa). Como registra Eagleton (2020), o humor se constrói de “uma súbita mudança de perspectiva, um deslize inesperado do significado, uma atraente dissonância ou discrepância, uma momentânea desfamiliarização do familiar e assim por diante” (p. 61).

Esclarecidas as questões basilares sobre o humor, passemos à caracterização e ao funcionamento dos gêneros selecionados.

COMPREENDENDO PIADA

TRIIM!!! Toca o telefone na sapataria do português e ele fala:

— Alô! Casa de Calçados do Joaquim.

— Como? Casa de Calçados?! — espantou-se o rapaz do outro lado da linha...

— É sim — confirmou o português.

— Desculpe, me enganei de número!

— Não tem problema! Traz aqui que eu troco! (SARRUMOR, 1998, p. 68.)

O texto é um caso prototípico de piada. Falar em “piada” é bastante comum, mas a referência pode não ser ao mesmo objeto. Usado em diferentes contextos, o termo é polissêmico, como comprovam alguns de seus sinônimos registrados em dois dicionários (FERREIRA, 1999; BORBA, 2002): dito engraçado, pilhéria, graça, remoque, gracejo, anedota, chiste; chacota, caçoadas, brincadeira de mau gosto, picuinha; conversa fiada, lorota, conversa mole, papo furado; algo que não merece crédito, absurdo, incoerente.

Como gênero humorístico, classificação que interessa a este artigo, a piada tende a ser caracterizada por estudiosos do tema⁵ como um texto narrativo-dialogal de humor, tipicamente anônimo, não muito longo e com final inesperado. A produção do humor, em geral, deve-se a uma técnica que, amparada no contexto, pode estar relacionada a fatos linguísticos ou ao entorno sociocultural.

Há certo consenso de que esse tipo de produção tem como propósito “fazer rir”, “divertir” e, nesse caso, busca-se rir de tudo e de todos, pois aborda qualquer tema. No entanto, essa não é a única finalidade do gênero. Segundo Brewer (2000), a piada aborda “alguma adversidade curiosa, incongruência ou réplica inteligente, personificando e atraindo um grupo de pessoas” (p. 133).

Nesse sentido, as piadas também podem funcionar, sob o pretexto de “brincadeira”, para desnudar discursos menos oficiais, difundir modos de ser, levar a reflexões sobre práticas socialmente enraizadas de um povo (POSSENTI, 1998, 2010; CARMELINO, 2009, 2014, 2015, 2018).

Possenti (1998) e Carmelino (2014, 2018) ressaltam que as piadas podem constituir material rico para se estudar questões de representação, tendo em vista que esses textos frequentemente operam com estereótipos. Estes nada mais são do que “representações cristalizadas, esquemas culturais preexistentes” (AMOSSY; HERSCHBERG-PIERROT, 2001, p. 32,

5 Cf. Possenti (1998, 2010), Muniz (2004), Carmelino (2014, 2015) e Travaglia (2015).

tradução nossa), ou melhor, dizem respeito a uma imagem coletiva, generalizada, simplificada e rígida de algo, em geral, vista de forma negativa.

De volta à piada citada, verifica-se que ela ilustra as considerações tecidas sobre o gênero. Trata-se de uma história curta, configurada em sequência narrativa e dialogal, anônima, que apresenta uma situação cômica (identificada no desfecho da piada), facilmente compreendida pelo leitor. O texto permite uma dupla leitura do trecho “me enganei de número!”: poderia ser tanto o número do telefone para o qual o rapaz ligou (me enganei de número = liguei para o número errado) quanto o número do sapato que o rapaz calça (me enganei de número = peguei o sapato de numeração errada). A graça estaria nessa segunda possibilidade de interpretação.

Uma das teorias que explica a produção do humor dessa piada é a da incongruência, ancorada na noção de ambivalência/contraste, ou seja, de dupla leitura. Esta se deve a uma súbita mudança de perspectiva ou de *scripts*⁶, como propõe Raskin (1985)⁷, que geralmente é disparada por um gatilho (elemento verbal). Nesse modelo, a narrativa da piada apresenta uma situação inicial que, pela mudança de *script* provocada pelo gatilho, passa a outra situação.

Por essa ótica, a expressão “me enganei de número!” exerce a função de gatilho, pois permite dois sentidos: ligar para o número errado (*script* 1) e pegar sapato com a numeração errada (*script* 2). O segundo *script* só é desvelado no desfecho inesperado, dado pelo enunciado “Não tem problema! Traz aqui que eu troco”. Em linhas gerais, essa explicação ajuda a desvendar o sentido proposto pelo texto.

Há, no entanto, mais aspectos que poderiam ser explorados. A começar pelo protagonista, baseado na figura do português — identificado como Joaquim, nome bastante comum no país europeu e muito utilizado em piadas no Brasil. Nas produções humorísticas, as pessoas daquela nacionalidade tendem a ser social e culturalmente estereotipadas⁸ como sendo de pouca inteligência. O exemplo seria, portanto, de uma típica “piada de português”.

6 O *script* seria “uma estrutura cognitiva internalizada pelo falante nativo e que representa o conhecimento do falante nativo de uma pequena parte do mundo” (RASKIN, 1985, p. 81, tradução nossa).

7 A Teoria Geral do Humor Verbal proposta por Raskin (1985) é uma das mais adotadas na análise produções humorísticas estritamente verbais, caso da piada, e prevê duas exigências: 1) dois *scripts* compatíveis (parcialmente ou não); 2) oposição entre a dupla de *scripts*.

8 Convém acrescentar que, nas piadas, muitas outras nacionalidades são estereotipadas (cf. CARMELINO, 2014).

Carmelino (2014, 2018) observa que questões históricas poderiam explicar o estereótipo do português construído pelo brasileiro nesses textos. Considerando-se que o Brasil foi descoberto e tomado pelos portugueses, o deboche seria um instrumento de resistência do colonizado diante do colonizador, numa forma de uso do humor popular com viés político. Mostrar os portugueses como desprovidos de inteligência seria, portanto, uma forma de rebaixá-los. Nesse caso, outra corrente que explicaria a construção do humor é a da superioridade.

Carmelino e Ramos (2019), com base em Raskin (1985) e Norrick (1993), observam que, embora as piadas se ancorem em alguns traços comuns, elas podem apresentar características distintas, o que configuraria três tipos: piada pronta, piada pessoal e piada conversacional. A piada pronta é a mais comum, tida, logo, como prototípica. É o caso do exemplo citado anteriormente. Nesse tipo, a situação narrativa em que se ancora a produção é fictícia e previamente planejada: o contador sabe de antemão o roteiro da história.

A piada pessoal consiste num relato sobre algo real (não fictício), ocorrido a partir de uma experiência engraçada vivenciada: o contador tem conhecimento prévio do roteiro da história, porque a situação jocosa aconteceu com ele. Por revelar momentos embaraçosos, de inaptidão, exposição de erros próprios, esse tipo de piada tende a pôr a face em risco⁹.

A piada conversacional é a que surge no momento de fala (enunciação), caracterizada, em função disso, como espontânea, não planejada, menos previsível. A produção do humor é criada durante a interação verbal entre falantes, sem que se tenha conhecimento de que ela vá ocorrer. Um exemplo seria a declaração que segue, feita pelo presidente Jair Bolsonaro, em 24 de novembro de 2021, em solenidade do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, ocorrida no Palácio do Planalto: “E, como militar, né... Não é ‘como militar’. E, como militar, eu só não como o que não tem. Como qualquer negócio [risos]” (O ANTAGONISTA, 2021)¹⁰.

À época, o chefe do Executivo comparou os potenciais candidatos às eleições presidenciais do ano seguinte com comida estragada. Ao ser repreendido pelo presidente da Associação de Bares e Restaurantes, diz: “Poxa, tem que medir palavra pra tudo? Eu me amarro em comer num pé-sujo! Quanto mais gordurosa a comida, pra mim, melhor [risos]. E, como militar, né... Não é ‘como militar’. E, como militar, eu só não como o que

9 Confira exemplo de piada pessoal em Carmelino e Ramos (2019, p. 479).

10 Disponível em: <https://youtu.be/xcXvqjD3HQ4>

não tem. Como qualquer negócio [risos]”. Ao repercutir a fala do presidente, a imprensa considerou a piada como “de cunho sexual”¹¹.

Por ter sido proferida na interação, de forma espontânea e inesperada, configura piada conversacional. No que diz respeito ao humor, o duplo sentido é a técnica linguística que explica a sua produção. Segundo Freud (1996 [1905]), o chiste é construído quando, por um equívoco, instaura-se uma ambiguidade. O termo “como” (em “como militar”) é o que permite a dupla leitura (como = preposição na condição de / como = verbo comer conjugado, eu como).

A graça estaria no segundo sentido, o do verbo (“[eu] como militar”), já que “comer” pode vulgarmente se referir a “possuir sexualmente alguém”. O riso, portanto, advém da percepção de que a expressão usada por Bolsonaro poderia indicar tanto “na condição de militar” quanto “posso sexualmente militar”. O chiste tendencioso, de cunho sexual, como o produzido por Bolsonaro, poderia ser explicado, pelos pressupostos de Freud (1996 [1905]), como ato falho, uma forma de se esquivar de inibições para expressar conteúdos mentais inconscientes.

Conforme se verifica, duas das principais teorias do humor podem ser observadas nessa piada conversacional. Uma delas é a do alívio, para a qual libera aquele que ri de pensamentos e sentimentos reprimidos, relacionados a impulsos libidinais, morais ou a escatológicos. A outra é a teoria da incongruência, vista na ambivalência da expressão “como militar”, que levaria a dois *scripts* distintos, “na condição de militar” e “posso sexualmente militar”.

Em suma, sobre os tipos de piada, Carmelino e Ramos (2019) defendem a hipótese de que elas podem ser vistas numa espécie de *continuum*, indo de uma situação mais narrativa (previamente planejada e ficcional, no caso das piadas prontas, e real, nas anedotas pessoais de cunho humorístico) a outra, mais ancorada na conversação (situação mais espontânea, como no caso das piadas conversacionais).

11 “Bolsonaro faz piada de cunho sexual ao rebater crítica: ‘Só não como o que não tem’” (*Correio Brasiliense*, 24 nov. 2021).

COMPREENDENDO CHARGE

Figura 1: charge de Ronaldo Cunha Dias.



Fonte: imagem cedida pelo autor.

Essa produção foi vencedora da categoria charge na edição de 2022 do Salão Internacional de Humor de Piracicaba. O autor, Ronaldo Cunha Dias, toma como base dois fatos: o home office e a Guerra na Ucrânia. Ambos estavam na pauta do noticiário. O primeiro ganhou relevância com a pandemia de Covid-19. Iniciada com força no Brasil em março de 2020, ela demandou isolamento social como uma das políticas para controlar a doença. Como consequência, muitos se viram obrigados a adotar a residência como local de trabalho.

O segundo fato mencionado, a Guerra na Ucrânia, pode ser percebido por meio de duas pistas visuais registradas na charge: uma foto do presidente russo, Vladimir Putin, pendurada na parede, e a entrada do tanque militar destruindo parte da lateral da casa. A divergência entre os dois países tinha raízes territoriais. O conflito diplomático se converteu em guerra após a invasão da Rússia em 24 de fevereiro de 2022. O desenho se ambienta nesse cenário bélico. Por levar o veículo até onde mora, o suposto marido *darling* mencionado na fala da esposa) estaria levando serviço para casa. Fazendo home office, portanto. O humor decorre do insólito: a incongruência de fazer home office de combates bélicos.

Do francês *charger*, cujo significado é “carga”, a charge, desenho que remete a pessoas ou a acontecimentos, ficou conhecida por carregar nos traços de caráter de alguém ou de algo, uma investida impetuosa (a tal carga) justamente para torná-lo cômico. Segundo a definição de Riani-Costa (2001), “seria um texto autoral e assinado, entendido como um desenho humorístico sobre fato real ocorrido recentemente na política, economia, sociedade, esportes etc.” (p. 47). É exatamente o que se observa no exemplo que abre este tópico, que faz referência a dois fatos, e não a apenas um, como de costume.

Os estudos sobre as raízes do gênero revelam que esse tipo de produção surgiu na Europa, no século XVIII, com o propósito de fazer sátira social. Vinculava-se à imprensa, uma vez que as imagens buscavam fazer uma leitura crítica e satírica de notícias ou fatos (MARINGONI, 2011). No Brasil, há registros de que o primeiro exemplo do gênero seja de 1837, numa charge produzida por Manuel de Araújo Porto Alegre. Do século XVIII ao XX, as charges se propagaram e se consolidaram nos jornais impressos, logo, vinculadas ao jornalismo. Neste século, passaram a ser veiculadas também em jornais on-line, sites informativos, blogs e redes sociais (como Facebook e Instagram).

Em termos de caracterização, as charges constituem um gênero assinado, tipicamente crítico-humorístico (a reflexão, a denúncia, a apreciação tendem a ser mais acentuadas que a diversão), opinativo, multimodal, que versa sobre objetos reais (situações, fatos, acontecimentos, pessoas — políticos ou não) que a sociedade (ou parte dela) conhece, mas que são recriados ficcionalmente com recursos gráficos — pela simplificação, por um lado, e pelo exagero, por outro (POSSENTI; CARMELINO, 2019).

O formato das charges varia entre quadrado e retangular. Quanto à composição, o desenho é construído de uma (mais comum) ou mais cenas. Por vincular-se ao noticiário, faz menção a algo recente, ocorrido no mesmo dia ou no dia anterior à produção, mas é possível encontrar exemplos que remetem a eventos mais duradouros, como fome, inflação, enchentes. É o que se observa na produção de Ronaldo Dias Cunha, que registra, numa cena, em formato retangular, dois acontecimentos com datas mais alargadas, tendo em vista a duração do home office (devido à pandemia de Covid-19) e da Guerra na Ucrânia.

Outro traço da charge a ser salientado é o caráter intertextual¹², já que dialoga com o noticiário. Nesse sentido, a interpretação requer memória

12 A intertextualidade “compreende as diversas maneiras pelas quais a produção/recepção de um dado texto depende do conhecimento de outros textos por parte dos interlocutores” (KOCH, 2004, p. 42).

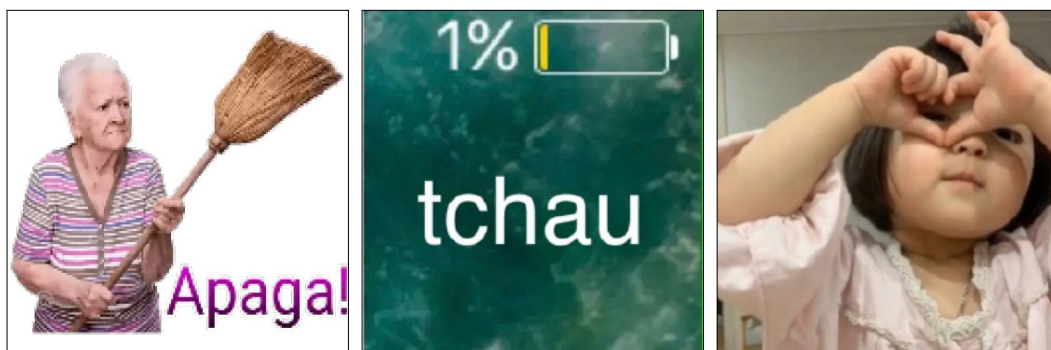
das informações sobre o caso. Sem isso, torna-se difícil saber qual seu tema e mesmo compreender como o riso é suscitado. No exemplo, o texto assinado recria, ficcionalmente, dois acontecimentos reais e mais duradouros. A produção exige do leitor o conhecimento do contexto, das informações veiculadas no noticiário para entender a crítica feita ao momento vivido.

Além do exposto, identificam-se na charge os demais elementos característicos do gênero. Na composição, notam-se recursos gráficos verbais e imagéticos (imagem, quadro, texto verbal, cor), o que leva à construção multimodal. Quanto ao humor, ele advém da contradição entre as duas situações representadas: não se pode fazer guerra dentro de casa. Desse modo, a teoria que o explicaria é a da incongruência. Há oposição entre dois *scripts*, o de trabalho presencial e o remoto e também os de serviço bélico e não bélico. É importante destacar que, nesse caso, os *scripts* são inferidos a partir de elementos verbais (caso da fala da esposa lavando louça – “Home office, Darling?”) e não verbais (imagem de um tanque militar que derruba a parede e entra na casa).

O efeito de humor deve-se também ao modo de peculiarizar a situação por meio do uso da metonímia (a guerra é retratada pelo tanque militar; o lar (casa) é representado pela mulher de avental, lavando louça) e da hipérbole (o exagero na representação e recriação dos acontecimentos).

COMPREENDENDO STICKER

Figuras 2, 3 e 4: exemplos de *stickers*.



Fonte: arquivo pessoal.

Conhecido também como “figurinha”, o *sticker*¹³ consiste numa espécie de imagem customizada, bem-humorada, criada por usuários anônimos por meio de aplicativo específico e usada comumente nas trocas de

¹³ Do inglês, significa “adesivo”, “autocolante”, “etiqueta”.

mensagens via WhatsApp. Trata-se de um fenômeno que ganhou projeção e inovou o modo de comunicação nas interações digitais graças a certas características: fáceis de serem inventadas e armazenadas, funcionam como respostas rápidas e descontraídas aos mais diversos temas (CARMELINO; KOGAWA, 2020a, 2020b). É o que pode ser visto nos exemplos que abrem esta seção.

O primeiro *sticker*, da esquerda para a direita, traz a foto de uma menina japonesa fazendo um coração ao juntar as duas mãos. O gesto, em geral, é usado para manifestar carinho e aprovação a alguém/algo. O segundo, composto pelo desenho de uma bateria quase descarregada (vista pelo fino traço amarelo e o 1%, que se referem à pouca quantidade da carga disponível) e a palavra “tchau”, funciona, ao mesmo tempo, como forma de despedida e justificativa por tal feito (a falta de bateria). O último exemplo, de uma senhora idosa com uma vassoura na mão em posição de ameaça e o termo “Apaga!”, é usado para “ordenar” que uma postagem feita seja apagada.

Carmelino e Kogawa (2020a) destacam que os *stickers* começaram a despontar na década de 1990 nos Estados Unidos, quando “passaram a ser considerados arte de rua (*sticker art*), um componente da cultura alternativa” (p. 158). Um dos precursores foi o designer gráfico Frank Shepard Fairey, que ficou conhecido pela produção do retrato do ex-presidente norte-americano Barack Obama usado na campanha eleitoral de 2008 como estratégia de persuasão ao voto jovem¹⁴.

Em meados dos anos 2000, os *stickers* chegam ao Brasil e dominam as grandes capitais, decorando as ruas (muros, postes) e expressando ideias e conceitos. A partir de 2011, com a criação de aplicativos específicos (como o Line, desenvolvido no Japão), os internautas, além de poderem conversar, passaram a trocar imagens fixas e vídeos, bem como a comprar, produzir e enviar *stickers*. Em 2018, com a difusão dos smartphones, foram adicionados ao lado dos *emojis* e *gifs*.

Desde que coletadas e armazenadas digitalmente, as figurinhas, vistas como textos prontos, podem ser disparadas a qualquer momento, com diferentes propósitos, porém sempre de forma bem-humorada. De acordo com Carmelino e Kogawa (2020a, 2020b), além da variedade temática, o gênero se destaca pelo caráter polissêmico e intertextual, pela composição

14 “Conheça Shepard Fairey, criador do pôster de Obama que provoca paixões e críticas”, *O Globo*, 27 mar. 2009. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/conheca-shepard-fairey-criador-do-poster-de-obama-que-provoca-paixao-criticas-3130098>>. Acesso em: 10 set. 2022.

multimodal, pela versatilidade e, claro, pelo cunho humorístico. Vejamos mais alguns exemplos:

Figuras 5 a 13: outros exemplos de *stickers*.



Fonte: arquivo pessoal.

Pode-se dizer que há *sticker* para quase tudo, dada a grande variedade temática. Dentre os exemplos, nota-se que há os que servem a interações corriqueiras, cujo objetivo é expressar sentimento (“espanto ou decepção”, visto na expressão do gato; “Não vou rir”, referente à foto do bebê com expressão de quem está segurando a gargalhada) ou atitude (“estou de olho”, caso do *emoji*; “está tudo certo”, representado pelo gesto de positivo feito com as duas mãos pela ex-presidente Dilma Rousseff).

Alguns são usados para elogiar (“Ganhou meu prestígio”) e para advertir (“te orienta”; senhora idosa levantando uma vassoura com o dizer “Apaga!”). Outros se referem a situações mais específicas, como relatar a ocorrência de um problema (em “A casa caiu” e “A minha vida é um conto

de falhas”) ou à própria ação de uso das figurinhas (“Calma. To caçando. A Figurinha”).

Considerando-se que o mesmo *sticker* pode ser empregado em situações distintas, assumindo, portanto, diferentes significados, um de seus traços é o caráter polissêmico. Por exemplo, a figurinha com a foto da menina japonesa que faz um coraçãozinho com as mãos pode:

- demonstrar, durante uma conversa, aprovação ou admiração sobre algo;
- encerrar o contato, correspondendo a um tchau;
- simplesmente indicar que quem postou está se lembrando do destinatário.

Na verdade, o fato de o usuário se apropriar de uma figurinha (que possivelmente foi criada para outro contexto) e postá-la em certa interação indica que seu significado foi atualizado. Quanto à configuração, observa-se que podem ser constituídos apenas por elementos verbais (exemplos da primeira linha), somente visuais (os da segunda linha) ou por elementos verbais e visuais conjugados (casos da terceira linha). A composição das figurinhas é multimodal, uma vez que são construídas por mais de código sóico: verbal, imagética (desenhos, fotos, captação de uma cena), cor, textura.

- Outro traço dos *stickers* é o caráter intertextual, tendo em vista que a grande maioria deles mobiliza em sua construção outros textos/enunciados. Nesse sentido, compreender as figurinhas exige do usuário/interlocutor o conhecimento do diálogo que elas estabelecem com outras produções previamente existentes. Dentre os exemplos, nota-se que há *stickers* produzidos a partir de:
- foto (como a da menina japonesa fazendo coraçãozinho com as mãos);
- ditado (“Minha vida é um conto de fadas” é alterado para “Minha vida é um conto de falhas”);
- *emoji* (ideograma com carinha de atento, lido a partir de dois dedos apontados para os olhos);
- postagem de WhatsApp (representação visual de uma mensagem verbal enviada pela rede social, no caso de “Calma. To caçando. A Figurinha”).

- Como já dito, os *stickers* são textos que se propõem a ser divertidos. O simples fato de se receber uma (ou certa) figurinha pode quebrar a expectativa. E, como bem pontuou Freud (1996 [1905]), a graça surge quando ocorre algo inesperado. É surpreendente receber a foto de um gato com expressão de espanto/decepção para entender exatamente como o interlocutor se sentiu.
- Convém observar, no entanto, que alguns exemplos trazem em sua constituição mecanismos capazes de explicar a produção bem-humorada. É o caso do enunciado “Minha vida é um conto de falhas”, que altera o ditado “Minha vida um conto de fadas”, a partir da substituição da palavra “fada” por “falha”. A graça está na troca, por um jogo de palavras, de “conto de fadas” (em que todos os problemas são solucionados e, por isso, impera a felicidade) por “conto de falhas” (em que só ocorrem problemas, fracasso). A técnica usada para gerar o riso é o trocadilho¹⁵.

Vejamos mais dois *stickers*, dentre os citados, em que há técnicas que explicam a produção do humor. O primeiro deles é o composto pelo enunciado “Minha casa caiu” e a foto de uma casa virada para baixo. O que o torna bem-humorado é o chiste conhecido como duplo sentido, espécie de ambiguidade causada por um equívoco (ibidem). Nesse caso, o duplo sentido deriva de “significado literal e metafórico” de uma expressão, em que a forma verbal escrita dá margem ao sentido metafórico (“A casa caiu”, popularizada na língua portuguesa, remete a “algo que deu errado”, que não saiu conforme se esperava) e a imagem, ao literal (foto de uma casa virada de ponta-cabeça). Se aqui o humor também funciona como forma de alívio, é a teoria da liberação que explica esse tipo de humor.

O segundo exemplo, formado pela foto de um bebê que ri (prestes a gargalhar) e o enunciado verbal “Não vou rir”, nota-se que a técnica de deflagração do humor é a ironia ou o chiste conhecido como contradição. Ambos os recursos são caracterizados por se exprimirem “pelo contrário”: afirma-se algo que, logo em seguida, é negado (ibidem). Na figurinha em questão, o enunciado verbal diz *x* (“Não vou rir”), ao passo que a imagem nega *x*, ressaltando o seu oposto (a foto do bebê que ri). A teoria do humor que explica o caso é a da incongruência, para a qual a noção de contraste é a responsável por quebrar a expectativa e levar à produção do riso.

Finalmente, ainda sobre as marcas do gênero, pode-se considerar que a versatilidade é outro dado que singulariza as figurinhas digitais. Por

15 O trocadilho ocorre quando duas palavras se evocam “por meio de alguma (vaga) similaridade, seja uma similaridade estrutural geral, ou uma assonância rítmica, ou o compartilhamento de algumas letras iniciais” (ibidem, p. 51).

constituir uma imagem compacta, a interação por *sticker* é marcada pela garantia de economia de tempo e espaço: há maior rapidez no envio de mensagens e menor espaço de armazenamento na memória dos smart-phones. Para os *stickers*, cabe a máxima de que “uma imagem vale mais de mil palavras”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos defender a ideia de que o humor tem permeado interações contemporâneas nos mais variados contextos, daí a relevância do campo de estudos. Os avanços tecnológicos e a presença maciça de interações digitais — uma realidade já há alguns anos — tornaram isso mais evidente. Entendemos que estudar essas interações demanda compreender o que seja o humor e como ele se caracteriza.

Foi o que procuramos demonstrar, seja teoricamente, por meio de suas diferentes correntes e estudos, seja por meio dos três exemplos de gêneros selecionados para aprofundamento: as piadas, as charges e os *stickers*. São formas de produção humorística bastante presentes na realidade contemporânea e, por si sós, já justificariam sua escolha.

Mais do que retomar as análises feitas, cabe dar um passo além. Piadas têm sido usadas em situações bem peculiares e supostamente impróprias, como em falas de políticos. O que se pretende com esse uso do humor? Charges têm sido retiradas de contexto e usadas em cenários que distanciam a crítica e o humor que as pautaram. O que isso pode acarretar? Os *stickers* têm modificado as interações entre as pessoas e firmando o humor no contato entre elas. Há consequências a médio e longo prazo?

São questões a serem pensadas. Demandam respostas. Entender tais processos humorísticos, inerentes às práticas comunicacionais contemporâneas, demanda aprofundamento nesse campo teórico e no domínio de seus variados gêneros, tanto os estritamente quanto os eventualmente humorísticos. É tema da maior relevância na sociedade contemporânea. Um estudo de ponta, como pretendemos demonstrar.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *O riso e o risível na história do pensamento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- AMOSSY, Ruth; HERSCHEBERG-PIERROT, Anne. *Estereotipos y clichés*. Buenos Aires: Eudeba, 2001.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. Editora Universidade de Brasília. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores.)

- ATTARDO, Salvatore. *Linguistic Theories of Humor*. Berlim / Nova York: Mouton de Gruyter, 1994.
- BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. Trad. Ivone Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- “BOLSONARO faz piada de cunho sexual ao rebater crítica: ‘Só não como o que não tem’”. *Correio Brasiliense*, Brasília, 24 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/11/4965706-bolsonaro-faz-piada-de-cunho-sexual-ao-rebater-critica-so-nao-como-o-que-nao-tem.html>>. Acesso em: 10 set. 2022.
- BORBA, Francisco da Silva. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.
- BREWER, Derek. “Livros e piadas em prosa predominantes na Inglaterra entre os séculos XVI e XVIII”. In: BREEMER, J.; Roodenburg, H. *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000, pp.133-63.
- CARMELINO, Ana Cristina. “O texto humorístico: construção de sentido”. In: VIDON, L.; LINS, M. P. P. *Da análise descritiva aos estudos da linguagem: a linguística no Espírito Santo*. Vitória: PPGEL, 2009, pp. 105-22.
- _____. “Estereótipos do brasileiro em piadas.” *Intersecções*, Jundiaí, ano 7, ed. 14, n. 3, pp. 98-112, nov. 2014.
- _____. “Piada de brasileiro: para a além da representação regional”. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 44, n. 3, pp. 928-41, set./dez. 2015.
- _____. “O brasileiro aos olhos do português: piada e estereótipo”. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 19, n. 1, pp. 92-111, 2018.
- _____; RAMOS, Paulo. “Continuum de piadas: das narrativas planejadas à espontaneidade do humor”. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 19, n. 3, pp. 471-85, set./dez. 2019.
- _____; KOGAWA, Lídia. “A intertextualidade como marca dos *stickers* do WhatsApp”. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 14, n. 27, pp. 156-76, 2020a.
- _____; _____. “O humor nos *stickers* do Whatsapp”. *PERcursos Linguísticos*, Vitória, v. 10, n. 24, pp. 185-204, 2020b.
- _____; POSSENTI, Sírio. “Charge, memória e polêmica: o caso Bolsonaro”. *Diálogos Pertinentes*, Franca, v. 15, n. 2, pp. 27-50, jul./dez. 2019.
- CAVALCANTE, Monica M.; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza A. P. *Coerência, referência e ensino*. São Paulo: Cortez, 2014.
- “CONHEÇA Shepard Fairey, criador do pôster de Obama que provoca paixões e críticas”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 mar. 2009. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/conheca-shepard-fairey-criador-do-poster-de-obama-que-provoca-paixao-criticas-3130098>>. Acesso em: 10 set. 2022.
- EAGLETON, Terry. *Humor: o papel fundamental do riso na cultura*. Trad. Alessandra Bonrruquer. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

- FREUD, Sigmund. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. Trad. de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (1905).
- KANT, Immanuel. *Critique of judgement*. Indianápolis / Cambridge: Hackett, 1987.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. *O discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MARINGONI, Gilbert. *Angelo Agostini: imprensa ilustrada da corte à capital federal, 1864-1910*. São Paulo: Devir, 2011.
- MINOIS, George. *História do riso e do escárnio*. Trad. Maria Helena A. O. Assumpção. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- MUNIZ, Kassandra da Silva. *Piadas: conceituação, constituição e práticas – um estudo do gênero*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- NORRICK, Neal R. *Conversational joking*. Indianápolis: Indiana University Press, 1993.
- O ANTAGONISTA. “Em cerimônia, Bolsonaro faz piada sexual: ‘Só não como o que não tem’”. YouTube, 24 nov. 2022. Disponível em: <<https://youtu.be/xcXvqjD3HQ4>>. Acesso em: 10 set. 2022.
- POSSENTI, Sírio. *Os humores da língua: análises linguísticas de piadas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- _____. *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____. “O humor é um campo”. In _____. *Cinco ensaios sobre humor e análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2018, pp. 11-40.
- RASKIN, Victor. *Semantic mechanisms of humor*. Dordrecht / Boston / Lancaster: D. Reidel, 1985.
- RIANI-COSTA, Camilo Floriano. *Linguagem & cartum... tá rindo do quê? Um mergulho nos salões de humor de Piracicaba*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2001.
- SARRUMOR, Laert. *Mil piadas do Brasil*. São Paulo: Nova Alexandria, 1998.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. “Texto humorístico: o tipo e seus gêneros”. In CARMELINO, A. C. (org.). *Humor: eis a questão*. São Paulo: Cortez, 2015, pp. 49-90.
- VÁRNAGY, Tomás. “*Proletarios de todos los países... ¡Perdonadnos!*”: O sobre el humor político clandestino en los regímenes de tipo soviético y el papel deslegitimador del chiste en Europa central y oriental (1917-1991). Buenos Aires: Eudeba, 2015.

A INFLUÊNCIA DAS TELENÓVELAS NO TURISMO EMISSIVO BRASILEIRO: UM LEVANTAMENTO SOBRE A ÚLTIMA DÉCADA

Larissa Fernandes Dutra¹

RESUMO

Este artigo visa contribuir para a ampliação do conhecimento social no que tange à influência das telenovelas no turismo emissivo brasileiro na última década. Trata do interesse em se compreender se essas produções televisivas, que em muitos casos utilizam cenários internacionais, vêm sendo capazes de influenciar o comportamento de consumo turístico de seus telespectadores, mesmo com os últimos acontecimentos mundiais, ligados, por exemplo, à pandemia de Covid-19, e também ao progresso das plataformas de *streaming*.

Palavras-chave: Telenovelas. Turismo Emissivo. *Streaming*. Covid-19.

ABSTRACT

This article aims to contribute to the expansion of social knowledge regarding the influence of soap operas on Brazilian emissive tourism in the last decade. It is about the interest in understanding whether these television productions, which in many cases use international scenarios, have been able to influence the tourist consumption behavior of its viewers, even with the latest world events linked, for example, to the Covid-19 pandemic, and also to the progress of streaming platforms.

Keywords: Soap Operas. Emissive Tourism. Streaming. Covid-19.

INTRODUÇÃO

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), atualmente, 96% dos domicílios brasileiros contam com aparelho de televisão. De acordo com o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE, 2020), a média nacional diária de horas assistindo a TV é uma das maiores do mundo (6 horas/dia), sendo mais que o dobro dos demais países da América Latina. Em relação às atrações de maior audiência, as novelas e séries detêm os maiores picos (39,6%), seguidas dos telejornais (20%) e dos programas de esportes (17,2%) (RICCO, 2021).

¹ Turismóloga, mestre e doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: larissadutraa@gmail.com.

Esse cenário denota, portanto, que as telenovelas brasileiras possuem grande poder de influência sobre seu público, uma vez que difundem diariamente conteúdos que chegam a milhares de telespectadores de forma instantânea. Para Maciel (2015), inclusive, um exemplo dessa influência exercida pelas telenovelas está no uso de locações internacionais como cenários de suas tramas, o que acaba alimentando o imaginário de parte de sua audiência e o desejo de vivenciar e conhecer aqueles destinos retratados — portando-se como turistas em potencial para a(s) localidade(s) apresentada(s).

Essa conjectura, inclusive, é demonstrada por alguns autores como Adghirni (2010), o qual salienta que, após a exibição, em 2001, da telenovela *O Clone* pela Rede Globo — com cenário principal no Marrocos — a demanda brasileira por passagens aéreas para a região foi tão alta que a companhia Royal Air Maroc reativou a conexão Casablanca–Rio de Janeiro, suspensa desde 1992.

Em contrapartida, é sabido que, na última década, eventos como a emersão das plataformas de *streaming* — que, segundo Ballerini e Kunsch (2022) vêm conseguindo pulverizar a audiência dos canais abertos, em direção a outras mídias alternativas — e a pandemia de Covid-19 — que tanto impactou as gravações das telenovelas brasileiras quanto gerou retração econômica — podem ter conseguido modificar o cenário exposto anteriormente. O objetivo deste estudo, portanto, pauta-se em compreender se a relação de influência positiva das telenovelas na tomada de decisão em viagens pelos telespectadores brasileiros é ainda perceptível, mesmo com o advento dos cenários em questão.

O artigo, desse modo, divide-se em seis seções, quais sejam: i) introdução; ii) metodologia; iii) a origem das telenovelas; iv) a relação de influência da teledramaturgia brasileira no turismo emissivo nacional; v) o resultado da análise dessa influência na última década e vi) suas considerações finais.

METODOLOGIA

Este artigo possui natureza qualitativa, tomando como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), este tipo de pesquisa baseia-se no uso de literatura já publicada, visando colocar o pesquisador em contato com materiais escritos sobre o assunto que deseja investigar. Nesta investigação, portanto, buscou-se levantar dados através de publicações em revistas eletrônicas, periódicos científicos e *podcasts*, que fossem capazes de indicar os níveis de influência das telenovelas no turismo emissivo brasileiro na última

década (TONDATO, 2012; DUTRA; FARIA; MIRANDA, 2015; BITTENCOURT², 2018; BALLERINI; KUNSCH, 2022 etc.).

O estudo nesse segmento foi executado de julho a agosto de 2022, quando foram buscadas e recuperadas investigações que contemplassem as palavras-chave “telenovelas e turismo emissivo brasileiro” e “telenovelas e influência no turismo” — sendo esses termos empregados nas plataformas Google Acadêmico e Google Web, com filtros de ano de publicação entre 2012 e 2022 — uma vez que a intenção de recuperação de dados objetivou mapear as informações sobre o assunto publicadas na última década.

Para determinar os estudos mais adequados ao debate das telenovelas no turismo emissivo brasileiro, os textos recuperados foram selecionados pela leitura de seus títulos, resumos e/ou suas palavras-chave, dando-se preferência àqueles que: i) corroborassem o entendimento da influência das telenovelas no turismo emissivo brasileiro nos últimos dez anos — a exemplo dos textos de Tondato, (2012) e Dutra Faria e Miranda (2015); e/ou ii) levantassem dados estatísticos sobre tal influência — a exemplo dos estudos de Maciel (2015) e Nunes (2018).

A partir da análise dos documentos recuperados, foram realizados fichamentos das investigações, para então iniciar o processo de redação do artigo. Ressalta-se, adicionalmente, que, para o esclarecimento e ilustração do nascimento e evolução das telenovelas, foram utilizados materiais complementares como suporte bibliográfico e textual deste documento.

A ORIGEM DAS TELENÓVELAS: CONTEXTUALIZAÇÕES

As telenovelas configuram-se como histórias de ficção, escritas originalmente ou adaptadas de obras literárias, sendo transmitidas via televisão e apresentando-se, geralmente, sob a forma de capítulos diários. Segundo Dutra, Faria e Miranda (2015) constituem-se como um gênero televisivo de grande popularidade, com audiência composta por pessoas de diferentes perfis e camadas sociais.

Para Tondato (2012, p. 1.066), as telenovelas configuram-se como uma “vitrine social cultural”, já que tanto relatam os hábitos cotidianos e de consumo vividos pelos seus personagens — que são constituídos recebendo as influências sociais vigentes — como (e ao mesmo tempo) revelam-se criadoras de novas convenções, práticas e modismos:

2 A nota de Carla Bittencourt reproduz dados do Kayak, uma empresa norte-americana cujo principal produto é um metabuscador de viagens. Foi fundada em 2004 e lançada no Brasil em 2014, processando mais de um bilhão de pesquisas de viagem por ano (BITTENCOURT, 2018).

Entendendo a ficção televisiva como um dos mais importantes e amplos espaços de problematização do Brasil, indo da intimidade privada aos problemas sociais, com capacidade de sintetizar o público e o privado, o político e o doméstico, a notícia e a ficção, o masculino e o feminino (...) a telenovela faz-se um produto de comunicação intercultural por excelência. (TONDATO, 2012, p. 1.066.)

Em relação às suas origens, a novela, tal como se conhece hoje, tem sua base na Antiga Idade Média — sobretudo no século XI — quando as obras no formato de poemas épicos eram lidas para algumas pessoas e posteriormente interpretadas. Mais tarde surgiriam a poesia lírica dos trovadores, os antigos romances em verso e os saraus, que se baseavam em encontros na corte em que as leituras eram feitas acompanhadas de música (DUTRA; FARIA; MIRANDA, 2015).

Com o passar do tempo e acompanhando o florescimento da imprensa periódica no início do século XIX, surge o folhetim na França. Este se estabelecia em um espaço reservado no rodapé da página dos jornais, abordando escritos de entretenimento, advindos da necessidade de oferecer bem-estar aos leitores, cansados dos reclames oficiais que ocupavam as páginas dos jornais, decorrentes do autoritarismo e da censura da imprensa sob Napoleão Bonaparte. Por esse motivo e, também, por começarem a ser lançados em partes seriadas — o que elevava as expectativas do público para saber a continuação da narrativa ficcional — passados alguns poucos anos, logo em 1830, os folhetins já dispunham de enorme popularidade entre a sociedade europeia (ibidem).

Do outro lado do oceano Atlântico, já em solo brasileiro, apesar das restrições legais a publicações que fossem contrárias à ordem estatal, também no início do século XIX, inúmeros jornais surgem, abordando, igualmente, assuntos do cotidiano nacional. O crescimento do folhetim no país, nesse sentido, é acompanhado pelo surgimento da crônica, um texto que falava tanto dos acontecimentos diários da época como de temas corriqueiros sem muita relevância. Esses dois textos passaram a ser os mais apreciados do jornal pela sua simplicidade, leveza e proximidade com o leitor (ibidem).

Já em 1896, com o advento do rádio, surgem programas com temáticas ainda mais variadas, como, por exemplo, os esportivos e humorísticos, e também se inicia a transmissão por voz das primeiras histórias seriadas. Essas narrativas curtas, denominadas *soap operas*³, eram transmitidas em partes pequenas e de curta duração, que alcançaram enorme sucesso na época. No Brasil, somente a partir de 1930 as radionovelas começam a ser

3 O nome *soap opera* estaria relacionado aos anunciantes das rádios, patrocinadores de sabão, e ao romantismo do gênero musical desse conteúdo de dramas domésticos voltados para a classe média, principalmente o público feminino (ibidem).

transmitidas, sendo a primeira delas de origem cubana, com adaptação brasileira. Segundo Klöckner e Prata:

... as radionovelas incitavam a imaginação do público, propondo um lugar específico para a fantasia. Os efeitos especiais produzidos no rádio, a interpretação dos artistas, o timbre da voz, construíam um imaginário peculiar que se adaptava perfeitamente à ordem melodramática. (KLÖCKNER; PRATA, 2009, p. 118.)

As radionovelas, nesse contexto, abarcavam através de suas narrativas, além do cotidiano da população, histórias sobre outras culturas e costumes, pessoas e lugares que passariam a representar uma janela para o mundo, ainda no início de seu processo de globalização.

Na década de 1950, com o desenvolvimento da televisão brasileira e seguindo o protótipo das radionovelas em sua forma e conteúdo, surgem, enfim, as primeiras telenovelas no Brasil: “todavia, com uma vantagem arrebatadora sobre o rádio, já que na TV, assiste-se a quem se ouve; o som tem forma visual e o dono da voz tem forma física” (SADEK, 2008, p. 34). Nessa época, de acordo com Maciel (2015, p. 28), as emissoras televisivas estavam aprendendo a trabalhar com a imagem, utilizando exemplos do rádio e do teatro, performando as telenovelas ao vivo, sem cortes nem correções, como um “exercício improvisado da função” que, ao final, se tornou bem-sucedido.

Inicialmente, obras latino-americanas, sobretudo mexicanas, argentinas e cubanas, tornaram-se as principais referências, com adaptações nos enredos. Entretanto, a partir da década de 1960, a teledramaturgia brasileira ganha aspectos criativos tão próprios que passa a incluir em suas sessões, inclusive, a difusão comercial (direta ou indiretamente) de produtos, serviços e, mais tarde, cenários⁴ (MACIEL, 2015).

Passados alguns anos, já na década de 1980, a estrutura de produção de teledramaturgias no Brasil já era também tão sofisticada e profissional que as principais novelas de sucesso viraram produtos de exportação. Cerca de cem países, de Portugal à China, chegaram a acompanhar os episódios dublados de produções como *Escrava Isaura* ou *Dancin' Days* (ANAZ, 2009). Desde então, a indústria nacional de telenovelas se concentrou, principalmente, nas mãos da Rede Globo de Televisão, que chegou a produzir em 57 anos 321 telenovelas, detendo algumas delas os maiores picos de audiência da história da televisão brasileira⁵ (PESSOA, 2019).

4 Nessa época, as telenovelas eram ainda exibidas em preto e branco. *O Bem-Amado* (1973) foi a primeira telenovela exibida em cores, o que possibilitou uma melhor observação das suas imagens e, com isso, a incitação do desejo de consumo dos cenários exibidos em sua trama (MACIEL, 2015).

5 De acordo com Pessoa (2019) a novela *Roque Santeiro*, transmitida originalmente em 1985 e 1986 pela Globo, teve o maior pico de audiência de todos os tempos da televisão brasileira, atingindo 74 pontos – na região da Grande São Paulo, 1 ponto corresponde a 74.666 domicílios.

A DIFUSÃO DE CENÁRIOS INTERNACIONAIS A PARTIR DAS TELENÓVELAS: PONTUAÇÕES SOBRE A INFLUÊNCIA DA TELEDRAMATURGIA NO TURISMO EMISSIVO BRASILEIRO

Previamente ao início da discussão principal desta seção, é substancial que levantemos algumas estatísticas em relação ao uso televisivo no Brasil nos dias atuais. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), 96% dos domicílios no país contam com aparelho de televisão. Complementarmente, de acordo com o Ibope (2020) brasileiros passam, em média diária, 6 horas assistindo TV — o que se traduz em 1/3 do tempo que passam acordados ao longo de um dia⁶. Em relação ao tipo de programação assistida, segundo Ricco (2021), novelas e séries aparecem em primeiro lugar (39,6%), seguidas por telejornais (20%), esportes (17,2%), programas humorísticos (15,1%) e de auditório (8,1%).

Isso significa, portanto, que os programas televisivos brasileiros possuem grande poder em difundir diariamente conteúdos que chegam a milhares de telespectadores de forma instantânea — o que segundo Nunes (2018) faz com que sua audiência seja diretamente influenciada em relação ao que está sendo exposto neste ambiente digital.

De acordo com Dutra, Faria e Miranda (2015), adicionalmente, com o passar dos anos e a gradual maior acessibilidade de aparelhos televisivos no Brasil, programas como as telenovelas começaram a estar cada vez mais incutidos na rotina dos brasileiros. Consequência disso, segundo as autoras, foi a construção de um grande poder de influência sobre o público desses programas, que começaram a criar, através dessas atrações, novos hábitos de compra, ligados à ostentação e ao sonho de consumo televisual. Ainda nesse contexto, para Tondato:

À telenovela cabe mais uma vez o papel da secularização de novas dinâmicas, novos modos sociais, trazendo para o dia-a-dia ambientes, práticas culturais e expressões linguísticas (...). E junto, ou melhor, constituindo estas práticas, vêm também produtos: roupas, acessórios, pratos típicos, que rapidamente são incorporados ao uso cotidiano, seja pela novidade, pelo acesso (a cada telenovela, é mobilizado um complexo industrial-mercado lógico que logo disponibiliza os mais diversos produtos “que aparecem na telenovela”) ou modismo. (TONDATO, 2012, p. 1.075.)

A ficção televisiva, assim, se afirma como uma vitrine da sociedade do consumo pelo “efeito-demonstração” dos padrões vividos pelos personagens, apresentados aos olhares de uma enorme população de espectadores

6 Na comparação com o resto do mundo, a diferença de consumo diário televisivo é ainda mais impressionante: enquanto a média diária mundial é de 2 horas e 55 minutos, no Brasil, ela é mais que o dobro (IBOPE, 2020).

— que, no intuito de se afirmar dentro dos modismos estabelecidos nas tramas, acabam movimentando o mercado econômico fora das telinhas em inúmeros segmentos. Maciel (2015), nesse contexto, complementa que não somente sobre produtos palpáveis a telenovela é capaz de influenciar seu público. Para a autora, um exemplo da influência indireta criada pelas telenovelas baseia-se no uso de locações internacionais como cenários de suas tramas, o que acaba incentivando o interesse de parte do seu público à visitação daqueles destinos retratados.

Cronologicamente falando, o início do emprego de cenários internacionais na teledramaturgia brasileira dá-se em meados da década de 1960, com as novelas literárias, que traziam embutidas a idealização de uma recuperação das raízes e da tradição. Seus personagens, nesse sentido, reforçavam um imaginário herdado da aristocracia, carregado de arquétipos universais, com cenários difundidos por países europeus, presentes no imaginário brasileiro como o local da cultura e das tradições colonizadoras (TONDATO, 2012).

À medida que as telenovelas se tornaram mais modernas⁷, suas narrativas passaram, também, a incorporar cenários mais diversificados. É o caso, por exemplo, da novela *Gina* (1978), em que a personagem principal viaja para os Estados Unidos em busca de um estilo de vida orientado ao sucesso pessoal; ou quando, em *Sétimo sentido* (1982) e *Um sonho a mais* (1985), a Rede Globo leva suas tramas a cenários ainda mais distantes e exóticos — Marrocos e Egito, respectivamente.

De 1960 até as duas primeiras décadas do século XXI, assim, a frequência das locações estrangeiras em telenovelas aumentou muito — com exceção dos anos 1970, quando as tramas aconteciam principalmente em pequenas cidades fictícias, localizadas no Brasil, respondendo às pressões da ditadura militar no país⁸ (MACIEL, 2015). Nos anos 2000, nota-se uma ênfase na inserção de paisagens do exterior nas tramas, não somente como cenários isolados de viagens dos protagonistas, mas também como palco do desenvolvimento da vida e da história desses personagens — contemplando dezenas de episódios fora do Brasil⁹.

7 Exemplo disso seria o início da utilização do videoteipe (VT), das edições de *takes*, da criação de trilhas sonoras, da melhoria de captação de áudio pelas câmeras utilizadas etc. (ibidem).

8 Com a ditadura, os cenários das telenovelas passaram a ter uma intenção de promoção do país como destino paradisíaco, com um povo feliz, sambando no Carnaval e jogando futebol (TONDATO, 2012).

9 Além das necessidades das próprias tramas, que exigem certa adequação cenográfica para o desenvolvimento de suas narrativas, a escolha de algumas locações no exterior começou também a responder a demandas de divulgação de destinos turísticos. Um exemplo disso é o da novela *Aquele beijo* (2011), para cujas gravações, na região de Cartagena, o próprio governo da Colômbia ofereceu apoio logístico — consequência de uma estratégia formalizada de atração do turista brasileiro. Ou quando a Rede Globo e o órgão estatal peruano Comisión de Promoción del Perú para la Exportación y el Turismo firmaram um acordo para a promoção do Peru junto aos telespectadores brasileiros através da novela *Amor à vida* (2013) (DUTRA; FARIA; MIRANDA, 2015).

Todas essas proposições, portanto, fizeram com que o número de telenovelas abarcando cenários internacionais em suas tramas se expandisse: Turquia, Portugal, Austrália, Índia, Argentina e muitos outros países, nesse contexto, tiveram seus territórios apropriados pela teledramaturgia brasileira. As Imagens 1 e 2 ilustram tal conjectura, e a Tabela 1 descreve as principais telenovelas do Brasil com cenários no exterior nas duas últimas décadas.

Imagem 1: Rodrigo Lombardi, ator de *Travessia* (2022), gravando cenas em Lisboa (Portugal).



Foto: O Globo (2022).

Imagem 2: Juliana Paes, atriz de *Caminho das Índias* (2009), gravando cenas da novela em Jaipur (Índia).



Foto: Maciel (2015).

Tabela 1: Algumas das principais telenovelas brasileiras (a partir dos anos 2000) com cenários no exterior¹⁰.

Telenovela	Ano de transmissão	Cenário exterior
O Clone	2001/2002	Marrocos
Esperança	2002	Itália
América	2005	Estados Unidos
Belíssima	2005	Grécia
Bang Bang	2005	Chile
Vidas Opostas	2006	Portugal
Páginas da Vida	2006/2007	Holanda
Eterna Magia	2007	Irlanda
Três Irmãs	2008	Indonésia
Viver a Vida	2009	Portugal
Caminho das Índias	2009	Índia
Negócio da China	2009	China
Viver a Vida	2009/2010	Oriente Médio
Passione	2010/2011	Itália
Aquele Beijo	2011	Colômbia
Cordel Encantado	2011	França
Avenida Brasil	2012	Argentina
Salve Jorge	2012/2013	Turquia
Flor do Caribe	2013	Guatemala
Amor à vida	2013/2014	Peru
Império	2014/2015	Suíça
Babilônia	2015	França
I Love Paraisópolis	2015	Estados Unidos
Sete Vidas	2015	Argentina
Moisés - Os Dez Mandamentos	2015	Chile
Totalmente Demais	2015/2016	Austrália
Flor do Caribe (2013)	Reprise em 2020	Guatemala
Totalmente Demais (2015/2016)	Reprise em 2021	Austrália
Império (2014/2015)	Reprise em 2021	Suíça
Travessia	2022	Portugal

Fonte: elaboração da autora (2022).

¹⁰ Nos anos de 2020 e 2021, as gravações de novas telenovelas foram suspensas devido à pandemia de Covid-19 e ao consequente isolamento social, o que levou a Rede Globo a reprisar algumas de suas obras, inclusive em horário nobre da emissora (a partir das 18h).

Em continuidade ao exposto, percebe-se que, por mais que ainda seja um verdadeiro desafio mensurar em números a influência das telenovelas no turismo emissivo no Brasil — já que não há por parte do Ministério do Turismo Brasileiro (MTUR) ações de arquivamento de dados estatísticos que busquem ilustrar e compreender tal influência ou, mesmo no caso das agências de viagens, que ainda não possuem monitoramentos relacionados à frequência de busca pelos seus clientes por destinos retratados nas novelas —, vê-se que a correlação entre a exposição de cenários internacionais e o consequente interesse do público em conhecer esses destinos retratados (movimentando o turismo emissivo brasileiro) é genuína.

Um exemplo disso pode ser visto através da pesquisa de Adghirni (2010), que revela que, após a novela *O clone*, exibida em 2001/2002, a demanda brasileira por pacotes turísticos e passagens aéreas para o Marrocos foi tão alta que a companhia Royal Air Maroc reativou a linha Casablanca–Rio de Janeiro, suspensa desde 1992. Tondato (2012), adicionalmente, indica, através de sua amostra de pesquisa, que 50% dos seus entrevistados já visitaram uma localidade¹¹ influenciados pela transmissão de um destino em telenovela.

De toda forma, em contrapartida, a última década impôs alguns desafios para essa realidade exposta. Por exemplo, aqueles ligados ao fortalecimento das plataformas de *streaming* no mundo — mencionadas por autores como Ballerini e Kunsch (2022) como um dos grandes vilões na perda de hegemonia das telenovelas brasileiras na atualidade — e à pandemia de Covid-19, que, além de resultar na suspensão da produção de telenovelas no exterior, obrigou países a fecharem suas fronteiras para conter a propagação do vírus, o que levou a uma queda no número de viagens internacionais realizadas por brasileiros em 2020 e 2021 (IBGE; ME; MT, 2022). Esse contexto será apresentado de forma mais detalhada a seguir.

AS TELENÓVELAS E O TURISMO EMISSIVO BRASILEIRO NA ÚLTIMA DÉCADA: DAS PLATAFORMAS DE STREAMING À PANDEMIA DE COVID-19

Ao buscar pela literatura consolidada sobre a influência das telenovelas no turismo emissivo brasileiro na última década, nota-se a emersão de estudos cujas pautas principais concentram-se na perda da influência desses folhetins no Brasil, consequência, principalmente, da amplitude atingida pelas novas mídias e plataformas desenvolvidas mundialmente, resultado, segundo Melo e Silva (2018), de avanços ligados às tecnologias da informação e da comunicação.

11 Destinos nacionais ou internacionais.

De acordo com Ballerini e Kunsch (2022), por exemplo, por mais que as telenovelas ainda se apresentem como uma das maiores forças de entretenimento no país, levando suas narrativas, cenários, modos de falar e se comportar para uma enorme gama de telespectadores — influenciando-os diretamente sobre seu modo de pensar e agir —, com o advento e progresso das plataformas de *streaming*¹² desde o início do século XXI, os folhetins começaram a perder espaço na vida e cotidiano do público brasileiro. Segundo os autores, a TV Globo, por exemplo, caiu em 2019 de 16,8% para 15,7% em sua média de audiência entre 7h e 0h e de 36,7% para 34,6% da fatia de televisões ligadas no canal.

Para Ballerini e Kunsch (2022), em síntese, os motivos pelos quais as telenovelas podem estar perdendo espaço no dia a dia dos brasileiros estão ligados principalmente às mudanças provocadas pelos serviços de *streaming* na própria forma de consumir produtos audiovisuais no país. Primeiro, por exemplo, os autores argumentam em relação à flexibilidade dessas plataformas, que permitem que seus consumidores assistam ao conteúdo que escolherem, no horário que escolherem, sem precisar aguardar a hora de iniciar a programação desejada. Segundo, refletem sobre o fato de essas plataformas oferecerem suas transmissões por meio de variados aparelhos (*smartphones*, *tablets*, computadores e televisões), o que eleva as possibilidades de seus conteúdos serem assistidos dentro ou fora de casa. Terceiro, apontam a vantagem da existência ínfima de anúncios e intervalos comerciais nos conteúdos oferecidos, o que resultou em um comportamento que no Brasil foi denominado “maratonar”, que expressa em seu sentido o consumo de vários episódios de uma só vez, durante um longo período do dia, sem precisar se preocupar com os intervalos comerciais da televisão aberta. E quarto, assinalam que essas plataformas trabalham com filtros de recomendação personalizados, sugerindo obras audiovisuais a seus consumidores a partir das escolhas feitas anteriormente.

Esse panorama passou a ser tão representativo no país e no mundo que a Netflix, criada nos Estados Unidos em 1997 e lançada no Brasil em 2011, já possui mais de 100 milhões de assinantes, ultrapassando a empresa The Walt Disney Company como a organização de entretenimento de maior valor de mercado no mundo — US\$ 153 bilhões (BALLERINI; KUNSCH, 2022).

12 Serviços de *streaming* são aqueles que possibilitam a transmissão de conteúdos pela internet, sem a necessidade de o usuário fazer *download* para ter acesso ao filme ou série. As plataformas, além disso, possuem uma cartela de escolhas para o usuário, como se fosse uma espécie de biblioteca *online*, cobrando pelo título contratado ou mensalidade (MELO; SILVA, 2018).

Esse cenário dá a entender, portanto, que existe certa pulverização de audiência — que vem ganhando força na última década —, a partir dos canais abertos em direção a mídias alternativas. Estudos revelam, complementarmente, que as novas gerações não estão mais habituadas a intervalos comerciais e a acompanhar um mesmo produto audiovisual durante 1 hora, 6 vezes por semana ao longo de 8 meses (MARKETEER, 1 out. 2018). Durante esse tempo, a geração “maratonar”, segundo *Marketeer*, prefere consumir não um, mas muitos produtos audiovisuais, o que as faz perder o interesse pelo formato de exibição das telenovelas convencionais.

Percebendo que o movimento do consumo audiovisual não tem mais volta, a TV Globo, por exemplo, tem tentado se adaptar ao mercado transformando-se também em uma empresa de tecnologia e conteúdo, principalmente por meio de sua própria plataforma de *streaming*, o GloboPlay (lançado em 2015). Para conquistar esse novo mercado sem perder seus telespectadores tradicionais, a emissora tem investido em novos formatos de transmissão de conteúdos, porém mantendo algumas estratégias costumeiras. Exemplo disso é: i) a transmissão de capítulos inteiros de novelas via GloboPlay, sem intervalos comerciais; ii) a realização de lançamentos de novelas originais com transmissão exclusiva na interface¹³; iii) o desenvolvimento de suas próprias séries, disponíveis também nessa plataforma; iv) a realização de investimentos com a compra de séries de Hollywood para serem assistidas via *streaming*; e v) a inserção de telenovelas antigas¹⁴ como opção para serem reassistidas pelo GloboPlay. Em paralelo a essas novidades, a emissora continua investindo em suas telenovelas em canal aberto, sendo exemplo disso sua atração *Travessia*, com exibição em 2022 e alto investimento financeiro em cenas gravadas em Lisboa (Portugal).

Nesse contexto, observa-se que o advento das plataformas de *streaming* traz algumas incertezas em relação ao futuro e desdobramento das telenovelas no Brasil. Isso porque, se, por um lado, observa-se uma migração de telespectadores brasileiros para as novas mídias audiovisuais nos últimos anos, é fato de que as emissoras de TV também iniciaram um processo de inovação para atender a esse novo mercado construído pelas novas tecnologias.

O consumo turístico de cenários internacionais exibidos nessas tramas, adicionalmente, parece não estar ameaçado. Isso porque as telenovelas

13 Em 2021, a Globo estreou a primeira telenovela brasileira para *streaming*: *Verdades secretas II*, a qual foi exibida pela plataforma GloboPlay em cinquenta capítulos.

14 Salienta-se que grande parte das telenovelas que contemplaram cenários exteriores, como *América* (2005), *Páginas da vida* (2006), *Salve Jorge* (2012) etc., também estão disponíveis para acesso na íntegra na GloboPlay.

continuarão a ser transmitidas, independentemente de sua plataforma — o que abre, inclusive, outras possibilidades na construção do imaginário do público dessas atrações, já que, estando as telenovelas antigas disponíveis para serem reassistidas (por novos públicos ou pelos espectadores já fidelizados), poderão vir a construir, também, novos interesses nesses cenários internacionais.

A novela *Totalmente demais*, inclusive, transmitida em 2015 pela TV Globo e disponibilizada em sua plataforma do GloboPlay desde então, foi objeto de estudo do Kayak (BITTENCOURT, 2018), que analisou as buscas de brasileiros pelo destino Austrália (cenário das primeiras cenas da novela). O estudo foi realizado considerando as buscas por passagens de ida e volta na classe econômica saindo de todos os aeroportos do Brasil a todos os aeroportos da Austrália, em dois períodos distintos: 50 dias antes da estreia da novela e 50 dias depois, apontando que após a transmissão da mesma, a busca pelo destino em questão aumentou em 19%. A influência das telenovelas no turismo brasileiro, nesse sentido, é comentada pelo *Country Manager* do Kayak, Gustavo Vedovato: “a teledramaturgia brasileira tem um importante papel no turismo, tanto nacional como internacional, não sendo a primeira vez que observamos como a repercussão de uma novela pode afetar o turismo local de uma região¹⁵” (NASCIMENTO, 2022).

A seção “Turismo e Viagem” do G1 (30 maio 2013), adicionalmente, noticiou que uma semana após a estreia da novela *Amor à vida*, em maio de 2013, o número de buscas por passagens aéreas para Cusco, no Peru — local onde as primeiras cenas da atração foram rodadas — cresceu 542% e a busca por hospedagens 170%. Dutra, Faria e Miranda (2015), ressaltam que no ápice da novela *Salve Jorge* (2012/2013), foi percebido um crescimento de 70,3% da demanda pelo destino Turquia em relação ao ano anterior (o maior já visto para o país até então) e que, inclusive, alguns dos pacotes das agências de viagens para a localidade levavam o nome da própria novela. Nunes (2018) e Nunes e Costa (2021), enfim, retratam aumento significativo de fluxo turístico em aeroportos de cidades cujos cenários foram recentemente expostos em telenovelas (incluindo novelas reprisadas e/ou disponíveis em plataformas de *streaming*).

Seguindo adiante, já tratando da pandemia de Covid-19 e seu impacto nas telenovelas, bem como em sua influência sobre o turismo emissivo internacional, vê-se que a pandemia causou incontáveis implicações no contexto analisado.

15 Nesta nota em específico, Vedovato se referia ao aumento do turismo no Mato Grosso do Sul impulsionado pela novela *Pantanal* (2022), mas como se pode ver, levanta também o conceito do estímulo ao turismo internacional através dessas transmissões televisivas.

Em relação ao turismo, a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* lançou um estudo (IBGE; ME; MT, 2022) mostrando que, como já era de esperar, os índices de viagens (nacionais ou internacionais) realizadas pelos brasileiros nos anos de pandemia (2020 e 2021) chegou a ser 41% mais baixo que a média habitual. No caso das viagens internacionais, inclusive, a queda, segundo o estudo, deve-se tanto ao fechamento de fronteiras entre países quanto a uma retração econômica¹⁶ no Brasil (resultante da pandemia), que fez com que a população optasse por não viajar de forma geral. Publicações mais recentes, no entanto, indicam que essa poderá ter sido uma fase passageira, mostrando uma melhoria nesse cenário em 2022, conforme o exposto em matéria do Estadão Conteúdo (13 set. 2022), que relata a retomada de viagens internacionais por brasileiros no pós-Covid — mesmo com tarifas significativamente maiores que nos anos anteriores.

Nesse mesmo âmbito e especificamente no caso das telenovelas, de acordo com Nunes e Costa (2021), devido à necessidade de manter o distanciamento social para conter o avanço da contaminação pelo vírus no país, a rotina das emissoras de televisão teve que ser transformada, sendo preciso utilizar novas formas de produção e transmissão para dar continuidade à programação diária. A suspensão de alvarás de filmagem, a proibição de novas gravações e o fechamento de fronteiras internacionais para gravação de atrações com cenários internacionais, nesse sentido, fizeram com que as emissoras se adaptassem e repensassem seus planos estrategicamente.

A Rede Globo, por exemplo, passou a adotar a retransmissão de suas novelas antigas, sendo que em 2020 todas as cinco faixas de telenovelas em sua programação diária correspondiam a reprises. Se, por um lado, esse cenário impactou negativamente a divulgação de novos cenários internacionais nessas tramas, por outro — como já foi citado na seção 4 desta investigação —, novelas como *Flor do Caribe* (2013), *Império* (2014) e até mesmo *Totalmente demais* (2015) foram reprisadas em 2020 e 2021, retomando a difusão de cenários estrangeiros nas telinhas da Globo (Guatemala, Suíça e Austrália, respectivamente).

De acordo com o *podcast* do Museu da Imagem e do Som – MIS (NÉIA; SCIRE, 2020), inclusive, as reprises da Rede Globo atraíram um fluxo considerável de audiência para a emissora. Segundo o comentarista Raphael Scire, devido à pandemia e ao consequente isolamento social, as novelas

16 De acordo com Lima Neto et al. (2022), a pandemia de Covid-19 provocou no mercado econômico brasileiro: i) a maior retração na indústria de serviços desde 1948; ii) aumento da taxa de desemprego; iii) aumento da pobreza; iv) falência de empresas etc.

tiveram seus níveis de audiência aumentados: *Fina estampa* (2011/2012), por exemplo, reprisada em 2020, teve média de 32 pontos de audiência nos primeiros 32 capítulos (crescimento de quatro pontos na comparação com o mesmo período em 2019). A novela anterior, *Amor de mãe* (2019), atingiu o pico de 36,73 pontos durante a quarentena e *Êta mundo bom* (2016) superou o público de *Avenida Brasil* (2012), novela que a antecedeu no *Vale a pena ver de novo*, marcando entre 20 e 22 pontos (DN, 6 ago.2020). Amauri Soares, diretor da TV Globo aponta que “é verdade que, por causa da quarentena, tem mais gente em casa. Mas essas pessoas a mais também escolheram ver nossas novelas. O que mostra que nossas escolhas foram acertadas” (ESTADÃO, 12 maio 2020).

Segundo a reportagem do Estadão Conteúdo, mesmo com o aumento da audiência das telenovelas no período de reclusão no auge da pandemia, é perceptível que no Brasil esses folhetins possuem um sentido único em comparação a outras localidades. A telenovela é vista como um momento de estar com a família em casa no sofá, de se emocionar ou de ter um momento de lazer e entretenimento. De acordo com a antropóloga Lígia Kras, entrevistada na reportagem, seria um erro ignorar a importância e complexidade das telenovelas na vida dos brasileiros, mesmo nos dias atuais, com largo uso das plataformas de *streaming* e em um momento pós-Covid (ibidem).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais que as pesquisas que estudam a influência das telenovelas no turismo emissivo brasileiro ainda sejam muito pontuais, realizadas por pesquisadores puramente interessados por esse contexto no país — sem o apoio de documentos oficiais do setor de turismo —, vê-se que, mesmo com o advento das plataformas de *streaming* e sob o impacto da pandemia de Covid-19, as telenovelas ainda permanecem em uma posição de destaque e influência para o povo brasileiro.

Tal percepção, tratando-se dos anos de 2020 e 2021, foi salientada quando da decretação da quarentena em todas as regiões do país para conter a propagação de Covid-19. Em decorrência desse cenário, observou-se que, ao limitar a circulação de pessoas, o isolamento social mobilizou grandes audiências em frente às telas, em um momento em que a televisão passou a ser a principal janela de conexão com o mundo exterior para um público com necessidade de informação e de entretenimento (NUNES; COSTA, 2021). Os destinos internacionais mostrados nessas tramas, portanto, foram novamente colocados diante do olhar dos brasileiros, reforçando imaginários e criando outros novos acerca das paisagens exibidas.

Sobre as plataformas de *streaming*, adicionalmente, percebeu-se que as emissoras de televisão têm se adaptado a novos formatos de exibição das telenovelas, desenvolvendo estratégias que visam atender a novos mercados, sem deixar de investir em seu modelo clássico de transmissão diária. O consumo turístico de cenários internacionais exibidos nessas tramas, nesse sentido, parece não estar ameaçado. Isso porque as telenovelas (inéditas ou previamente assistidas em TV aberta) continuarão a ser transmitidas, independentemente de sua plataforma — o que perpetua a possibilidade de (re)construção do imaginário do público dessas atrações em relação aos cenários internacionais (re)exibidos.

Nesse sentido, conclui-se que vivemos em um momento de transição e mudanças em relação às telenovelas brasileiras, no qual um período de crise sanitária elevou as possibilidades de retransmissão de velhos conteúdos, retomando altos picos de audiência, além de suas emissoras realizarem, igualmente, inovações nos formatos e conteúdo desses folhetins, decorrentes dos últimos avanços das tecnologias da informação e da comunicação no mundo.

O artigo, nesse sentido, atende aos objetivos delineados no início desta investigação, mas propõe, além disso, possibilidades de estudos futuros que correlacionem a exibição das telenovelas e o turismo brasileiro. É o caso, por exemplo, de se estudar mais profundamente a intenção de viajar dos novos espectadores de telenovelas via plataforma de *streaming* para os destinos retratados ou, ao final da telenovela *Travessia* (2022), identificar movimentações de brasileiros em aeroportos de Portugal, quem sabe, entrevistando-os para compreender se a telenovela influenciou na sua decisão de compra etc.

O estudo, por sua vez, contribui para o estado da arte do tópico abordado, por não ter sido encontrado um número robusto e representativo de investigações que se assemelhem a esta, podendo, portanto, complementar o entendimento social acerca da relação das telenovelas com o turismo emissivo brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ADGHIRNI, Samy. “Desde ‘O Clone’ número de turistas brasileiros para Marrocos deu um salto”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 27 jul. 2010. Caderno Turismo. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/turismo/2010/07/774013-desde-o-clone-numero-de-turistas-brasileiros-em-marrocos-deu-um-salto.shtml>> Acesso em: 10 set. 2022.
- ANAZ, Sílvio. “Breve história das telenovelas no Brasil”. [s.l.], [s.n.], 2009. Disponível em: <<http://lazer.hsw.uol.com.br/telenovelas1.htm>>. Acesso em: 2 ago. 2022.
- BALLERINI, Franchiesco; KÜNSCH, Dilma. A. “O poder suave das telenovelas na era do streaming: os novos desafios da TV Globo frente ao formato das séries de Hollywood”. *Revista Comunicando*, Lisboa, v. 11, n. 1, Artigo e022004, jan./jun. 2022.
- BITTENCOURT, Carla. “Novelas brasileiras fazem crescer buscas por destinos retratados em até 525%”. *Extra*, 2 ago. 2018. Disponível em: <<https://extra.globo.com/tv-e-lazer/telinha/novelas-brasileiras-fazem-crescer-buscas-por-destinos-retratados-em-ate-525-22940190.html>>. Acesso em: 6 ago. 2022.
- DN – *Diário do Nordeste*. “Com gravações suspensas, consumo de telenovelas aumenta durante o isolamento por meio das reprises”. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 6 ago. 2020. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/verso/com-gravacoes-suspensas-consumo-de-telenovelas-aumenta-durante-o-isolamento-por-meio-das-reprises-1.2974137>>. Acesso em: 12 set. 2022.
- DUTRA, Larissa F.; FARIA, Diomira M. C.; MIRANDA, Isabela P. “Cultura e Relações Internacionais: a influência das telenovelas no turismo emissivo brasileiro”. *Turismo em Análise*, v. 26, n. 2, pp. 385-402, abr. 2015.
- ESTADÃO Conteúdo. “Por que as pessoas ainda assistem novelas em tempos de streaming?”. *GAZ (Gazeta do Sul)*, Sta. Cruz do Sul, 12 maio 2020. Disponível: <<https://www.gaz.com.br/por-que-as-pessoas-ainda-assistem-novelas-em-tempos-de-streaming/>>. Acesso em: 12/09/2022.
- _____. “Brasileiros retomam planos de longas viagens de avião, mas encontram tarifas nas alturas”, *InfoMoney*: Seu Bolso, 11 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/brasileiros-retomam-planos-de-longas-viagens-de-aviao-mas-encontram-tarifas-nas-alturas/>>. Acesso em: 13 set. 2022.
- G1. “Procura por passagens para Cusco cresce após ‘Amor à Vida’. *G1: Turismo e Viagem*, 30 maio 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2013/05/procura-por-passagens-para-cusco-cresce-apos-amor-vida-diz-site.html>>. Acesso em: 7 set. 2022.

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Uso de internet, televisão e celular no Brasil”. *IBGE Educa*, Brasília, 2019. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html#subtitulo-4>>. Acesso em: 8 ago. 2022.
- _____; ME – Ministério da Economia; MT – Ministério do Turismo. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*: Turismo brasileiro 2020-2021. Brasília: IBGE / Ministério da Economia / Ministério do Turismo, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101954_informativo.pdf>. Acesso em: 9 set. 2022.
- IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. “Tempo médio consumido com TV aumenta entre os brasileiros”. *Kantar Ibope Media*: Notícias, 11 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/tempo-medio-consumido-com-tv-aumenta-entre-os-brasileiros/>>. Acesso em: 8 ago. 2022.
- KLÖCKNER, Luciano; PRATA, Nair (org.). *História da mídia sonora*: experiências, memórias e afetos de Norte a Sul do Brasil. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/2853/Midia_sonora.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2022.
- LIMA NETO, Otavio et al. “Impacto da pandemia na economia brasileira”. *Revista Gestão em Foco*, Amparo, ed. 14, pp. 199-205, 2022.
- MACIEL, Juliana P. *Turismo e audiovisual*: influência das telenovelas no turismo. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Faculdade de Turismo e Hotelaria, Universidade Federal Fluminense, 2015.
- MARKETEER. “Millenials vêm menos TV mas o impacto é maior”. *Marketeer*, Lisboa, 1 out. 2018. Disponível em: <<https://marketeer.sapo.pt/millennials-veem-menos-tv-mas-o-impacto-e-maior>>. Acesso em: 11 set. 2022.
- MELO, Teresa M. P. C.; SILVA, Vanda A. S. “Telenovelas e séries do Netflix: lazer e consumo”. *Laplage em Revista*, Sorocaba, v. 4, n. 1, pp.125-39, jan./abr. 2018.
- NASCIMENTO, Rafael. “Regravação de ‘Pantanal’ aquece turismo na região mato-grossense”. *IG: Turismo*, 30 ago. 2022. Disponível em: <<https://turismo.ig.com.br/destinos-nacionais/2022-08-30/refilmagem-de-pantanal-aquece-turismo-na-regiao-mato-grossense.html>>. Acesso em: 13 set. 2022.
- NÉIA, Lucas M.; SCIRE, Raphael. *Isso só acontece em novela*: Por que falar de telenovelas? *Podcast do MIS*, #12. Museu da Imagem e do Som, São Paulo, abr. 2020. Disponível em: <<https://culturaemcasa.com.br/serie/podcast-do-mis/isso-so-acontece-em-novela/>>. Acesso em: 7 set. 2022.

- NUNES, Maiara S. *A influência do merchandising televisivo no campo do turismo*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Bahia, Salvador, 2018.
- NUNES, Mônica. R.; COSTA, Ana P. S. L. “Oferta de produção audiovisual durante a pandemia de Covid-19: estratégias e adaptações da Rede Globo e Netflix”. *RuMoRes*, v. 15, n. 29, pp. 300-28, jan./jun. 2021.
- O GLOBO, Agência. “Elenco da novela ‘Travessia’ encerra gravações em Portugal”. *IG: Gente*, 9 jul. 2022. Disponível em: <<https://gente.ig.com.br/tvenovela/2022-07-09/elenco-novela-travessia-encerra-gravacoes-portugal.html>>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- PESSOA, Leonardo C. *O Brasil é ‘Asa Branca’: imagens do espaço nacional na telenovela ‘Roque Santeiro’ de Dias Gomes (1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
- PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. (2a ed.). Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.
- RICCO, Flávio. “Pesquisa aponta preferência do brasileiro pela TV aberta e novelas”. *R7*, 19 jun. 2021. Disponível em: <<https://entretenimento.r7.com/prisma/flavio-ricco/pesquisa-aponta-preferencia-do-brasileiro-pela-tv-aberta-e-novelas-19072021>>. Acesso em: 12 set. 2022.
- SADEK, José R. *Telenovela: um olhar do cinema*. São Paulo: Summus, 2008.
- TONDATO, Marcia P. “Viajando com a telenovela: o turismo ficcional como ampliação de universos simbólicos e materiais”. *Comunicación: revista Internacional de Comunicación Audiovisual, Publicidad y Estudios Culturales*, n. 10, pp. 1.031-43, 2012.

O QUE ESTÁ EM JOGO NA LUTA ANTIESPECISTA?

Ana Paula Perrota¹

RESUMO

Nas últimas décadas observamos debates e ações políticas crescentes em favor dos direitos dos animais, que se articulam em torno da crítica ao chamado especismo. Mas o que significa dizer que animais têm direitos, são sujeitos e assim como os humanos possuem uma vida que têm valor e fim em si mesmo? Conforme discutido nesse trabalho, a luta antiespecista coloca em questão dimensões éticas da convivialidade multiespécie que abrem os pares conceituais humanos e animais e de maneira mais ampla a própria dicotomia natureza e cultura, que caracterizam a modernidade. Além de trazer implicações socioantropológicas na medida em que chacoalham as dimensões pública e privada, conforme pressionam instituições jurídicas, o mercado e o indivíduo, através das reivindicações em torno do veganismo. A partir de uma discussão bibliográfica e de pesquisas que realizei desde 2010 com os defensores dos direitos dos animais, trata-se de discutir aqui que perturbações estão em jogo a partir do questionamento provocado pela luta antiespecista.

Palavras-chave: Natureza e Cultura. Conflitos Ontológicos. Especismo.

ABSTRACT

In recent decades, we have observed increasing debates and political actions in favor of animal rights, which are articulated around the criticism of the so-called speciesism. But what does it mean to say that animals have rights, are subjects and, like humans, have a life that has value and an end in itself? As discussed in this work, the anti-speciesist struggle raises questions about ethical dimensions of multispecies coexistence that open up the conceptualized human and animal pairs and, more broadly, the nature and culture dichotomy that characterize modernity. Anti-speciesism has socio-anthropological implications, because it mixes the public and private dimensions, as they put pressure on legal

1 Professora adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e integrante do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS-UFRRJ). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2006), mestrado e doutorado em Sociologia e Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da mesma universidade, (2009). Realizou doutorado-sanduíche no Institut National de la Recherche Agronomique, no grupo de pesquisa Risques, Travail, Marchés, Etat (RITME) sob orientação de Marie-France Garcia-Parpet. Atua nas seguintes áreas de pesquisa: relações humanos e animais, sociologia e antropologia econômica, sociologia e antropologia da moral.

institutions, the Market and the individual, through claims around veganism. Based on a bibliographic discussion and research that I have carried out since 2010 with animal rights defenders, the objective of this article is to discuss the disturbances at stake based on the questioning provoked by the anti-speciesist struggle.

Keykords: Nature and Culture. Ontological Conflicts. Speciesism.

INTRODUÇÃO

O que significa dizer que animais têm direitos, são sujeitos e, assim como os humanos, possuem uma vida que tem valor e fim em si mesma? A defesa do direito dos animais, que parte da construção simultânea à desconstrução do chamado especismo, traz implicações complexas de ordem política, moral, filosófica e socioantropológica. Em última instância, trata-se de um ponto de inflexão importante no modo como o Ocidente historicamente constitui a condição de humanidade por oposição à condição de animalidade. Pensar que humanos e animais são simétricos do ponto de vista do valor da vida significa que agora o pensamento que correlaciona humanos e animais se faz no sentido oposto, pois não se trata mais de estabelecer uma fronteira rígida, mas justamente de fazê-la ruir. E, no caso do especismo, aproximando-os enquanto pertencentes a mesma comunidade moral.

Nesse sentido, se faz importante outra pergunta. O que significa pressionar a demolição da fronteira rígida que separa humanos dos animais? Para essa questão, podemos dizer que a constituição dessa simetrização põe em xeque de maneira fundamental um dos pressupostos centrais da modernidade, que é a excepcionalidade do humano. O que por sua vez implica em repensar de maneira mais geral a própria ideia de natureza, enquanto uma realidade objetiva que existe por si mesma. O humano perde sua estabilidade, assim como a natureza e a própria ideia sobre o que é o social, ao mesmo tempo que todas essas noções perdem seu mecanismo de estabilização. Para os modernos, e aí incluímos as ciências e sua divisão do trabalho, isto é um grande golpe, como discutiu Bruno Latour (1994).

Estou partindo aqui do entendimento do especismo como uma forma de crítica elaborada em favor do direito dos animais e que conforma uma utopia animalista (WOLFF, 2018). Essa utopia é fabricada e reivindicada por quem chamarei de defensores dos direitos dos animais². O especismo

2 Por defensores dos animais chamo um conjunto de professores/pesquisadores universitários e membros do Ministério Público que defendem o “abolicionismo animal” como ética a ser seguida e desenvolvida e o “veganismo” como prática imprescindível para a “libertação animal” (PERROTA, 2015).

consiste em dizer que, assim como ocorreu com o machismo e o racismo, existe uma forma de distinção hierárquica de determinados seres, a saber, por sexo, raça e agora por espécie. Então, se mulheres e negros, em um período da história, foram discriminados com base em justificativas que acionam atributos essencialistas, o que vivemos hoje seria o mesmo processo, só que agora multiespécie, porque os animais seriam as vítimas de discriminação. A luta antiespecista estabelece, portanto, uma simetria entre humano e animal a partir de processos socionaturais ligados a formas de preconceito, estigmatização e hierarquia, promovendo embaralhamentos de diferentes ordens entre natureza e cultura.

Contudo, ocorre que a crítica ao especismo, que emergiu nos anos 1970 e pode ser identificada como moderno movimento de direitos dos animais, se deu no mesmo momento em que a problemática ambiental irrompeu no domínio público, tornando-se uma fonte de preocupação global. E atualmente observamos de maneira mais intensa o emaranhamento dessas problemáticas. Ao mesmo tempo que temos o mergulho de cabeça por parte das ciências sociais e da filosofia sobre essas questões. Observamos, então, nas duas primeiras décadas do século XXI, e em especial na última, um debate crescente nessas áreas sobre a crise ecológica e do humano. O lugar que a natureza ocupa nessas ciências mudou de lugar, saindo do plano de fundo e do lugar de inércia, e veio para frente, como sujeito de ação. Ao mesmo tempo que ganhou força a preocupação política de mudar nossa forma de ser e estar no mundo no que diz respeito à convivialidade multiespécie.

Essas reflexões chamam a atenção para pelo menos três ordens de problemas: a continuidade da vida humana e não humana na terra; os equívocos epistemológicos da separação entre natureza e cultura, juntamente da perspectiva de pensar a natureza como uma realidade objetiva e exterior aos humanos; e, por fim, o tratamento considerado cruel destinado a outras formas de vida não humanas, em particular aos animais. É justamente sobre esse último problema que me deterei. Ainda que as questões suscitadas em torno do moderno movimento de direito dos animais estejam emaranhadas aos outros dois conjuntos de questões, que conformam as preocupações éticas, políticas e epistemológicas do nosso tempo e que anseiam por uma nova utopia.

Especismo, contudo, é um termo que podemos definir como particular às sociedades modernas. É possível falar de especismo somente em uma cosmologia que parte da separação entre natureza e cultura, da excepcionalidade do humano e da instrumentalização racional dos animais em particular, ou da natureza em geral, para atender aos interesses humanos,

que são também interesses do capital. E que, por fim, estabelece essas distinções, hierarquizações e finalidades enquanto expressão natural da condição de humanos e animais, do mesmo modo que se justificou a discriminação racial e de gênero. Nós, modernos, acreditamos na separação entre natureza e cultura e que, quanto mais nos distanciamos da natureza, mais humanos nos tornamos. Nessa gradação temos dois processos: o primeiro de humanização, que se dá pelo processo de civilidade; o segundo, de controle da natureza, ou subjugação dos animais, como denuncia a luta antipescista, pela sua objetificação e domesticação, que na modernidade se aprofundam em razão do desenvolvimento técnico-científico.

A noção de natureza, enquanto marcador que estabelece as desigualdades de gênero, raça e espécie, consiste em uma perspectiva que acredita em estados e substâncias. Para tanto, é preciso acreditar na natureza a partir desses mesmos atributos, e antes mesmo disso, inventá-la (WAGNER, 2010). Trata-se de discutir, portanto, neste artigo, que a crítica ao especismo, bem como a situação como a crise ecológica é compreendida, abrem caminho para esse escrutínio sobre a noção de natureza que nós modernos inventamos e que resulta, no final, em um questionamento mais amplo da epistemologia moderna. Trata-se aqui de pensar que refletir sobre esse processo geral é fundamental para compreendermos que perturbações estão em jogo a partir do questionamento provocado pela luta antiespecista.

DESNATURALIZANDO A NATUREZA

A perspectiva de que a crise ecológica é uma crise civilizacional que tem a ver com os pressupostos da sociedade moderna é alvo de intenso debate nos últimos anos nas ciências sociais e na filosofia. É possível dizer que o debate em torno dos direitos dos animais contribui e também foi incorporado a esse esforço crítico e analítico, conforme coloca em questão o que entendemos por humanidade e animalidade. De maneira geral, o que está em jogo é o questionamento do pressuposto de uma natureza universal e imanente, ao mesmo tempo que se efetua a denúncia de que a epistemologia moderna promove não só um tratamento considerado cruel aos animais, mas vem nos levando também ao colapso do sistema Terra. Nesse sentido, diversos autores que serão citados aqui têm se constituído como vozes importantes enquanto crítica e novo referencial analítico para se pensar as relações socionaturais para além da dicotomia entre natureza e cultura, sujeito e objeto etc. Tais debates se coadunam em torno de diferentes viradas epistemológicas, como a virada ontológica ou a virada animalista.

Entretanto, é importante ressaltar que essa crítica não é exatamente uma novidade, o que demonstra o caráter complexo da crise, já que, a despeito dela, os desequilíbrios ecológicos vêm se aprofundando, assim como os modos de subjugação dos animais. Demorou algumas décadas para que o pessimismo sobre a modernidade deixasse de ser uma voz dissonante e adquirisse centralidade no debate nas ciências sociais e na filosofia.

A questão principal, portanto, repousa no entendimento de que as transformações engendradas na modernidade a partir da hegemonia da racionalidade científica e econômica estão no cerne do modo destrutivo como passamos a pensar e nos relacionar com a natureza, bem como o pensamento religioso e filosófico que separam e hierarquizam os humanos dos não humanos. Esses aspectos estariam na base fundacional da crise ecológica e ética que vivemos atualmente, na medida em que teriam aberto as possibilidades para que a natureza fosse manipulada unicamente como matéria-prima. Pensando mais particularmente nos animais, observamos sua transformação em objetos destituídos de qualquer interioridade, e portanto, não merecedores de consideração ética.

O historiador Eric Hobsbawm (1991) diz que a revolução industrial significou que pela primeira vez a humanidade se livrou dos grilhões para a produção. Ao longo de dois séculos, essa liberdade comemorada como um triunfo humanista, propiciado pelo desenvolvimento técnico-científico, implicou em transformações profundas de paisagens, mas também de organismos vivos e complexos, que levaram Ulrich Beck (2010) a desenvolver sua teoria acerca da sociedade de risco. Em linhas gerais, este sociólogo discute como o processo de modernização se tornou um problema, na medida em que o nível alcançado pelas forças produtivas humanas e tecnológicas passaram a desencadear riscos e potenciais de autoameaça em uma medida até então inédita.

Para pensar sobre quais transformações estamos exatamente tratando, em termos da nossa relação com a natureza ou com os animais, podemos citar, por exemplo, as transformações genéticas, ambientais e nutricionais impostas aos ditos “animais de produção”. A zootecnia e a medicina veterinária, através de dispositivos técnico-científicos, tornaram possível encurtar seu tempo de vida em mais do que a metade até que estivessem considerados adequados para o corte, criá-los e abatê-los em massa. Como resultado, testemunhamos e sobrevivemos a uma pandemia, desencadeada depois de sucessivas epidemias zoonóticas, que Rob Wallace (2020) atribui justamente aos aspectos diretos e indiretos que caracterizam a produção industrial de animais.

Mas, sem querer adiantar os pressupostos que são revisitados de forma crítica pelo especismo, o ponto fundamental em torno da revisão pessimista da modernidade tem a ver, em primeiro lugar, com a objetificação da natureza e, em segundo lugar e correlatamente, com os desígnios de dominação, seja para evoluirmos em termos ontológicos, alcançando a humanidade, seja materialmente, através da produção de riquezas monetárias. Em conjunto, essas transformações promoveram a destruição do tecido social de forma radical, levando Karl Polanyi (1980) a evocar a ideia de um “moinho satânico” já nas primeiras décadas do século XX. Tal termo é utilizado para descrever o novo tipo de vida que se difundiu sobre o planeta com a centralidade da economia de mercado, que reivindica uma universalidade sem paralelo. Longe de ser uma evolução, Polanyi diz que se trata de uma metamorfose que conformou uma relação entre a sociedade e entre sociedade e natureza, baseada na venda dos humanos como mão de obra e da natureza como matéria-prima.

Nesse mesmo sentido, em um trabalho na primeira metade do século passado, Adorno e Horkheimer realizam um debate que abala o entusiasmo acerca do que a modernidade e seu projeto técnico-científico poderia trazer para a humanidade. Ainda que nesse período a situação de uma crise ecológica não houvesse adquirido importância pública significativa, a fé na razão, por meio da ciência e da tecnologia para controlar a natureza, foi questionada por esses autores. Como discutem, o projeto do esclarecimento, que assinala o predomínio da racionalidade instrumental, resultou em uma dupla forma de dominação: de nós mesmos e da natureza. De modo que, se a racionalidade instrumental prometia a emancipação, o que tivemos foi a realização de um projeto de sujeição da natureza, e ao mesmo tempo, uma forma de saber que se resume a atender aos fins da economia.

O desejo de emancipação humana frente aos limites impostos pela natureza resultou no processo de desencantamento do mundo. O que significa dizer, como afirmam Adorno e Horkheimer, que a relação com a natureza se tornou uma relação entre o sujeito doador de sentido e o objeto sem sentido. E conhecer a natureza significou saber como melhor empregá-la. O historiador Keith Thomas (1988), de igual modo, mobiliza essa ideia de desencantamento para examinar os aspectos que forneceram os alicerces morais, filosóficos e epistemológicos para a sujeição de todas as formas de vida não humanas (e mesmo humanas, quando se retira delas a humanidade). Em síntese, os pressupostos teológicos das religiões judaico-cristãs que pressupõem que Deus criou a humanidade à sua imagem e semelhança e a natureza para atender aos seus desígnios deram à humanidade um lugar privilegiado. A natureza desencantada se torna sinônimo de fonte de matéria-prima e passa a ser regida por um utilitarismo cru. O

resultado é o que estamos vivenciando agora, com a constatação por parte de pesquisadores de que nos tornamos uma força geológica que alterou o equilíbrio do sistema Terra, trazendo a ameaça real de uma sexta extinção em massa. Pesquisadores reivindicam que vivemos, portanto, uma nova era geológica denominada Antropoceno.

Como discuti em trabalho anterior (PERROTA, 2021), esse mesmo movimento de conformação de uma excepcionalidade e superioridade humana se deu a partir dos pressupostos filosóficos, principalmente, de René Descartes e Immanuel Kant. O primeiro fez do humano o único ser racional; o segundo, um fim em si mesmo. A partir dessas ideias, estabeleceu-se uma dualidade entre matéria e intelecto, impulso e agência, e apenas humanos seriam seres duplos. Por sua vez, os animais seriam apenas matérias que se movem por instintos. Vistos, portanto, como máquinas. De acordo com Thomas (1998), tal pensamento filosófico representa a conclusão lógica de ideias religiosas que negam qualquer dúvida quanto ao direito da humanidade de subjugar e explorar a natureza.

Na epistemologia moderna, nos tornamos mais humanos à medida que melhor supomos dominar a natureza. A partir dessas considerações, ciência e civilidade andam juntas e misturam natureza e cultura, na medida em que o cultivo de certa humanidade se dá pelo controle da natureza, ou da animalidade, de maneira mais específica. O suposto domínio da natureza é, então, tanto externo quanto interno; ou seja, a humanidade se constitui pelo controle da natureza exterior, mas também pelo domínio do que haveria de natural em nós. Por meio desse universo epistêmico, nos tornamos mais ou menos humanos conforme estaríamos mais próximos ou mais distantes do que entendemos por natureza.

De acordo com Vinciane Despret (2009), o darwinismo inspirou teorias racistas, sexistas, imperialistas e capitalistas. A noção de evolução material e biológica dos seres se mistura com o que seria a elevação dos humanos ao intelecto e à racionalidade. E, da mesma maneira que humanos são elevados a mais que um corpo biológico, eles também são reduzidos a ele. Desse modo, compreendemos a própria equivalência estabelecida pelos defensores dos animais entre especismo, machismo e racismo.

A estrutura narrativa da história natural produz uma história social em que certos humanos são mais humanos que outros. E a consequência que nos importa nesse debate é justamente o processo de matabilidade (FOUCAULT, 1988; AGAMBEN, 2007), em que humanos, mas também animais, se tornam vidas circunscritas pelo poder do Estado. Em outras palavras, se tornam não humanos no sentido do valor da vida em si e, portanto, sujeitos à vontade do Estado de fazer morrer. Basta dizer, como discutiu Tim Ingold (2000), que a pergunta sobre o que é ou não é

humano se tornou um problema no início das explorações coloniais, para saber que consideração ética atribuir àqueles grupos encontrados. Por meio dessa mesma operação mental, esse problema que permanece para humanos, é importante enfatizar, se volta para a natureza em geral, ou os animais, em particular, quando se discute sobre agenciamento e direitos. Mobilizo então a noção de “política multiespécie” (PERROTA, 2015), para buscar a compreensão de como a história moral também se mistura entre humanos e animais, seja aproximando-os ou distanciando-os, e promovendo consequências políticas imbricadas a respeito da qualificação da vida e da morte.

Entretanto, a novidade do debate atual sobre a relação entre sociedade e natureza consiste em desnaturalizar a própria ideia de natureza, sime-trizando a cosmologia moderna a outras, como as das sociedades amerín-dias. Esse esforço seguiu o postulado fundamental da antropologia, que é o de estranhar o familiar e relativizar o exótico. O primeiro ponto foi rea-lizado por Bruno Latour, em seu trabalho que já se tornou clássico, inti-tulado *Jamais fomos modernos* (1994). Tratou-se nesse livro não só de pôr em xeque a universalidade do pressuposto moderno de que existiria uma natureza universal e objetiva, mas também de dizer que a própria perspectiva de separação entre sociedade e natureza não serviria para ex-plicar a nós mesmos.

Outro debate importante dentro desse movimento de pôr em suspeição a universalidade da ideia de natureza dentro da epistemologia moderna foi realizado por Philippe Descola e Gísli Pálsson (2001). Partindo do postula-do de que a concepção de natureza é constituída socialmente e, portanto, se diferencia conforme determinações culturais e históricas, o antropólogo relativiza a metafísica e a epistemologia ocidental. Como discute, a pers-pectiva de uma natureza que existe independente da ação humana como domínio autônomo faz parte de um modo de identificação, que chamou de “naturalismo”, que caracterizaria a cosmologia ocidental e seu universo dualista. E conclui: “a existência mesma da natureza como domínio au-tônomo está tão longe de ser um dado primário da experiência como os animais que falam ou os laços de parentesco entre humanos e cangurus” (DESCOLA; PÁLSSON, 2001, p. 109). Portanto, o universo dualista dei-xa de ser compreendido como expressão de uma realidade objetiva e passa a ser entendido como um aspecto que caracteriza a cosmologia ocidental

Esse debate abre caminho, ou teve seu caminho aberto, pelo segundo movimento fundamental da antropologia, que é o de relativizar o exótico. No que diz respeito às concepções distintas de natureza que caracterizam outras cosmologias, a própria antropologia as entendia como modos fal-sos, a partir de manipulações simbólicas, do que nós modernos chamamos

de natureza e acreditamos ser natural. A respeito desse assunto, Descola aponta criticamente como a própria antropologia deixou de compreender adequadamente outras formas de saberes ecológicos, ao projetar a dualidade entre natureza e cultura para pensar outras cosmologias em que tal separação não encontra qualquer sentido.

Desse modo, só recentemente a antropologia começou a problematizar a existência dessa natureza que existe como coisa em si. E talvez o tempo longo que demorou para constituir esse debate tenha a ver com o fato de que incorporou em sua matriz de pensamento a dualidade natureza e cultura (STRATHERN, 2014), bem como a concepção de uma natureza que existiria como objeto transcendental. Agora, a antropologia deixa de enxergar os elementos da natureza como pano de fundo ou objeto de significação cultural e institui o pressuposto de que há diferentes princípios gerais de ordem do complexo natureza e cultura. E, portanto, diferentes modos de ser e estar no mundo.

A ideia de que os outros modos de relação, diferentes da cosmologia ocidental, seriam representações distorcidas de forças materiais objetivas se torna um problema epistêmico e metodológico para a antropologia, com implicações políticas graves, que passa inclusive pelo apagamento de outros mundos. E é justamente este o mecanismo operado pela virada ontológica: a quebra da oposição entre representação e realidade, ou seja, de variações simbólicas de um mundo objetivo. O pressuposto de uma pluralidade de visões de mundo dá lugar então à existência de uma pluralidade de mundos.

Portanto, nesse contexto de abertura ontológica da natureza, podemos compreender a crítica ao especismo como mais do que uma forma de militância política, e então como um projeto epistêmico que busca inventar um novo animal enquanto sujeito de direitos.

O REBAIXAMENTO ANIMAL COMO OBJETO

Como estamos observando, são muitos os problemas epistêmicos e metodológicos sobre o desencantamento do mundo natural, bem como sobre a perspectiva de que outros modos de identificação da natureza seriam apenas representações. Como também são muitos os problemas da epistemologia ocidental que separa e hierarquiza natureza e cultura, humanos e animais. Apagamento de mundos, desequilíbrios ecológicos e tensões éticas acerca da relação entre humanos e animais andam juntos, e enfrentar o desafio de abandonar tais pressupostos se tornou imperativo. A partir de então, as perguntas “o que é o animal?”, “o que é a natureza?” deixaram de ser apenas questionamentos enquanto modos de representação, mas se

tornaram um questionamento ontológico. E se a definição de humanidade e animalidade se faz por relacionalidade (INGOLD, 1994), temos então que a própria pergunta “o que é o humano?” também se impõe nesse debate. E todas elas a partir de um forte componente crítico.

Nesse sentido, os defensores dos direitos dos animais estão em acordo com filósofos, historiadores, cientistas sociais e juristas quando apontam o caráter arbitrário da cosmologia ocidental acerca da diferença irreduzível dos humanos diante de outras formas de vida. Mas antes de abordar os aspectos da crítica ao especismo, mobilizada pela filosofia animalista, é importante observar como diferentes autores nas ciências sociais e na filosofia também abordaram esse tema. Sem pretender realizar uma revisão bibliográfica extensiva, trarei alguns autores que são vozes importantes nesse debate.

O vínculo instituído entre humanos e animais na modernidade, bem como as consequências que ele gera, fez com que diversos autores, de diferentes áreas do conhecimento, se debruçassem sobre esse tema a partir de múltiplos recortes analíticos. E a questão moral não ficou de fora. Conforme analisei em trabalho anterior (PERROTA, 2022), a reflexão sobre o vínculo entre humanos e animais de produção adquire relevância nesse debate. Então trata-se de pensar aqui quais as consequências para os animais surgidas da metafísica ocidental, que levou, por exemplo, ao “escândalo do complexo animal-industrial de produção da carne” (HARAWAY, 2011).

São muitas as espécies animais, bem como os diferentes modelos e relações em que estão circunscritos na convivialidade conosco, por esse motivo, irei centrar esta análise nos animais destinados à produção de alimentos, que é o meu tema de pesquisa. A respeito desse assunto, Tim Ingold (2000) possui reflexões fundamentais. O antropólogo identifica três tipos de relação com os animais destinados à produção de alimentos: a caça, o pastoreio e a produção industrial. Segundo argumenta, não teria sido propriamente no processo domesticatório, que marca a transição da caça para o pastoreio, que houve a conversão moral e ontológica dos animais enquanto objetos. Somente no regime industrial de produção se tem a perspectiva de que humanos e animais pertenceriam a dimensões distintas de ser e estar no mundo.

A diferença, então, é que no pastoreio os animais têm seus movimentos induzidos ou restringidos, enquanto na caça não se tem a manipulação ou a busca de qualquer controle. Entretanto, em ambos os casos, e a despeito de suas diferenças, os “animais são como os humanos, dotados de poderes de senciência e ação autônoma” (INGOLD, 2000, p. 74). Nesse sentido, o pastoreio, ou a domesticação, não implica, como explica Tim

Ingold (2000), em que os humanos alcancem um estado de ser que os eleva acima e além dos animais. Portanto, embora a domesticação tenha ocorrido dez mil anos atrás, a transformação radical do vínculo entre humanos e animais ocorreu somente, segundo o antropólogo, no último século, a partir do surgimento do sistema de produção industrial.

Nesse mesmo sentido, Eric Baratay (2008) afirma que a influência do cartesianismo incitou agrônomos, zootecnistas e veterinários a considerar os animais como máquinas e a querer inscrevê-los no modelo industrial (p. 63). O modelo zootécnico de produção animal, calcado na busca por lucro e eficiência, foi criado pela industrialização inglesa do século XIX e passou a governar o mundo (TSING, 2013). Então, no âmbito da pecuária industrial, o animal em si, pensado como recurso, tanto quanto o vínculo entre humanos e animais, tido unicamente como uma relação de trabalho, se tornam custos que devem sempre ser reduzidos. E, orientado pela metafísica ocidental de alienação da humanidade sobre a natureza, o status de propriedade dos animais reforça a ideia de que humanos são desengajados do mundo natural (INGOLD, 2000).

Como discuti em trabalho anterior (PERROTA, 2022), o conceito de Karl Marx sobre alienação, que apareceu no debate acima, também é trazido por Anna Tsing (2013) para entender a mudança de vínculo que se instaura nesse novo regime. A autora explica que a alienação trata da separação do trabalhador da commodity que produz, de modo que esta não retém, idealmente, nenhum elemento do envolvimento pessoal dos trabalhadores. Julgo que esse debate encontra diálogo com a discussão de Tim Ingold, quando este trata do desengajamento que passou a haver na relação dos humanos com os animais no sistema de produção animal. De acordo com o antropólogo, “apenas com o advento do modelo de pecuária industrial, os animais foram reduzidos, na prática, e não apenas em teoria, a meros objetos que teóricos da tradição ocidental sempre supuseram que eram” (INGOLD, 2000, p. 75).

Aqui observamos, então, que a commoditização dos animais não tem só uma consequência sobre a realidade do seu ser, mas implica nessa transformação do vínculo, que torna-se alienado, nos termos de Tsing, ao citar Karl Marx, e desengajado, nos termos de Ingold. Portanto, o contrato social que tipicamente caracteriza a relação produtiva entre fazendeiros tradicionais e seus animais se desestabilizou como método de produção animal, pois a pecuária se tornou cada vez mais intensificada a partir de meados do século XX (WILKIE, 2010). Este foi o preço pago pelo aumento do poder sobre a natureza: a sua alienação, como já bem apontaram Adorno e Horkheimer, e as consequências desse modo de vínculo se fizeram sentir rapidamente enquanto crítica e enquanto problemas de diferentes ordens que passaram a assolar o mundo.

Em um ensaio sobre a epidemia da doença da vaca louca, Claude Lévi-Strauss (2009) discute sobre o modo como animais são tratados na pecuária industrial. O antropólogo recupera a noção elaborada por Auguste Comte de “laboratórios nutritivos” para se referir às espécies criadas pelos homens para se alimentar, e afirma que foi um termo profético, mas que Comte não poderia imaginar o modo como os animais são “impiedosamente reduzidos à condição de laboratórios nutritivos”. De acordo com Lévi-Strauss (2009), a farinha de origem bovina utilizada na alimentação do gado “resultou na transformação deles, pelo homem, em canibais”, fazendo com que os transformássemos não apenas em “laboratórios nutritivos”, mas também em “laboratórios mortíferos”. Nesse sentido, podemos dizer que o próprio Lévi-Strauss, ao inventar esse termo, profetizou que viveríamos uma pandemia originada por uma doença zoonótica emergente, associada direta ou indiretamente às mudanças na pecuária e na agricultura (WALLACE, 2020).

A discussão sobre esses múltiplos aspectos que conformam a relação entre cultura e natureza, ou entre humanos e animais na modernidade, é importante para ressaltar o caráter complexo dos processos que a engendraram. Esse percurso analítico é importante, porque muitas vezes a denúncia ao especismo (cabe ressaltar, não toda ela) tem uma pretensão universalista que enxerga tais relações como sendo apenas um gesto de crueldade dos humanos em relação aos animais. Assim também, como em certas ocasiões se pensa que, uma vez tido o conhecimento sobre esses processos, bastaria uma tomada de decisão enquanto uma escolha racional para realizar a mudança de vínculos na direção da atribuição de direitos aos animais. No entanto, conforme podemos observar, o modo de convivialidade multiespécie questionado pelo antiespecismo diz respeito a questões ontológicas e epistemológicas complexas e particulares aos aspectos que caracterizam a cosmologia ocidental. E de modo algum se trata de uma simples mudança.

O ESPECISMO E A GUERRA ONTOLÓGICA

Chegamos ao século XXI com um conjunto de análises que consensualmente apontam os efeitos deletérios de um modo de convivialidade multiespécie orientada pela excepcionalidade dos humanos. Contrariamente a esse conjunto de situações, nas últimas décadas emergiu no Brasil e no exterior um esforço de elaboração teórica de pressupostos filosóficos e jurídicos que reivindicam que humanos e animais façam parte da mesma comunidade moral e de direitos. Nos anos 2000, essas ideias deram origem a um novo campo de pesquisas interdisciplinar chamado Estudos Animais Críticos (Critical Animal Studies – CAS). Preocupado com a conexão entre

ativismo e academia, os autores vinculados a esse campo declaram sua preocupação com o que identificam como o sofrimento e os maus-tratos infligidos aos animais, de modo que o especismo é tanto uma categoria política quanto analítica. E, como discutiremos, a luta antiespecista mistura esses domínios.

O CAS adquire uma dimensão normativa e política muito bem orientada e convoca todos nós a aderirmos ao veganismo como único caminho ético possível. Os autores vinculados a esse campo são enfáticos em afirmar que o CAS não seria apenas outra palavra para designar o campo de estudos da relação entre humanos e animais. Sua orientação política, preocupada em reparar a condição dos animais, é o elemento distintivo. Os percussos dessa junção entre ciência e engajamento político em favor dos animais que marca o chamado moderno movimento de direitos dos animais são o filósofo Peter Singer (2010), que escreveu um livro intitulado *A libertação animal*; o filósofo Tom Regan (2006), autor do livro *Jaulas Vazias*; e o filósofo Gary Francione (2013), autor de *Introdução aos direitos dos animais*. Além desses trabalhos, a obra de Carol Adams (2012), *A política sexual da carne*, também é considerada uma referência obrigatória, que se diferencia dos outros autores pela interseccionalidade, ao propor a elaboração de uma teoria crítica feminista-vegetariana.

Esses trabalhos já ganharam no Brasil edições traduzidas e são referências basilares para o militantismo acadêmico dos defensores dos direitos dos animais brasileiros (PERROTA, 2015). Em consonância com o debate realizado na sessão acima, na crítica especista, a “moralidade ocidental” é compreendida como uma epistemologia que rejeita a dignidade dos animais. Nela os animais teriam sido excluídos da garantia de direitos fundamentais uma vez que são tratados como objetos que têm por desígnio atender aos interesses humanos. Essa perspectiva é veementemente rejeitada pelos defensores dos animais. Tais formas de pensar, que constituem a modernidade, foram condensadas no que esses autores identificam como “paradigma antropocêntrico”. Este conceito adquire um tom pejorativo na defesa da ética e do direito animalista e é mobilizado como síntese de todo o mal que infligimos a esses seres. O estatuto dos animais que assinala a modernidade é, portanto, definido pela “visão de mundo antropocêntrica”.

Ao tratarmos das atividades acadêmicas dos defensores dos animais, observamos que não existe separação entre os instrumentos de análise científica e a reivindicação política em favor dos animais. Há, portanto, a intenção manifesta de que, a partir do conhecimento produzido, seja constituída uma base factual para a transformação da tomada de posição em relação aos animais. A “causa animal” é tratada como o objetivo principal

que os mobiliza. Seus defensores partem da premissa de que, através da ciência, são capazes de ter acesso à verdade, para com ela corrigir a distorção dos fatos que possibilita que animais sejam instrumentalizados. As pesquisas científicas demonstrariam por meio racionais que a apropriação dos animais como objetos não deveria ser eticamente aceitável.

Segundo a perspectiva dos próprios defensores, as atividades de cunho acadêmico são entendidas como fundamentais para a causa animal, pois servem de suporte e conferem credibilidade ao tema/causa (PERROTA, 2015). As mudanças em jogo em torno da reivindicação de direitos dos animais implicam em transformações sobre forças políticas e econômicas poderosas. E mesmo científicas, conforme se reivindica, por exemplo o fim do uso de animais em experimentos. Observamos então que os defensores não têm pouco trabalho a ser feito nem lutam por uma mudança que poderia ser conquistada imediatamente. Portanto, os estudos críticos animais pretendem construir fundamentos científicos e filosóficos para as transformações que querem implantar. Consideram que esses trabalhos são fundamentais para fornecer legitimidade à sua luta nas situações em que instituições políticas e privadas são pressionadas a rever o lugar dos animais, além de ser uma forma disseminar as informações sobre o que estaria por trás do especismo.

Contudo, as mudanças em torno do especismo não implica apenas uma transformação ontológica dos animais e não se refere exclusivamente à necessidade de reformulação teórica e jurídica capaz de garantir a libertação animal. Trata-se também de uma reforma interior. Em outros termos, diz respeito a uma mudança pessoal que implica no rompimento com o consumo e com práticas cotidianas que façam qualquer uso dos animais. Nesse caso, não basta apenas que as ideias sejam antiespecistas, mas as práticas cotidianas também devem ser. Então, o veganismo combina as dimensões pública e privada do engajamento individual em favor dos animais.

A luta pelos direitos dos animais não corresponde, portanto, somente a uma virada conceitual e institucional, mas diz respeito a uma virada pessoal, na medida em que o veganismo é preconizado como o estilo de vida verdadeiramente ético a ser seguido. O antiespecismo, enquanto discurso ético, traduz-se em uma experiência moral de mundo, e o veganismo incorpora essa experiência na prática. E se a modernidade se instituiu a partir da fé suprema na razão e, ao mesmo tempo, na orientação fundamental de controle e domínio sobre a natureza, a crítica ao especismo pode ser compreendida como uma restrição ao ideal de liberdade humana, que, como já foi dito, repensa a própria percepção ontológica sobre o que é o humano.

Nesse sentido, as denúncias dos defensores dos animais sobre o sofrimento ou a exploração do qual seriam vítimas podem ser entendidas como

apenas a ponta do iceberg, pois, se para os defensores a industrialização da criação animal, por exemplo, trata-se de um problema de ordem ética, essa situação no Antropoceno aumenta seu escopo e, junto com outros grandes projetos de modernização, se ligam às alterações climáticas e relaciona-se à ameaça da vida na Terra.

Em vista disso, as críticas em torno do Antropoceno, mas também em torno do especismo, concebem a ideia de liberdade e autonomia humana, ancorada na razão e nas pretensões de progresso, como um problema filosófico, epistemológico e político a ser resolvido. Em meio a essa crítica, observa-se também a desconfiança definitiva sobre o otimismo que o humanismo carrega em sua missão épica. Então, se em um primeiro momento pensamos que seríamos capazes de superar todas as pressupostas amarras da natureza, atualmente os ideais humanistas fizeram de nós, como diz Bruno Latour (2020), perigos planetários. E como afirmou o biólogo David Ehrenfeld décadas atrás e, podemos dizer, antevendo a crise ecológica reconhecida atualmente, “a fé absoluta em nossa capacidade para controlar o nosso próprio destino é uma perigosa falácia” (1978, p. 6). Esse mesmo ponto foi antevisto por Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985) ao afirmarem que hoje apenas presumimos dominar a natureza, mas estamos submetidos à sua necessidade.

Os triunfos da ciência e da tecnologia, que, segundo Ehrenfeld (1978), alimentaram a fé humanista em nossa capacidade de controlar a natureza, instituíram na verdade a subjugação em massa de animais, taxas crescentes de perda da biodiversidade, assim como a dúvida sobre a sobrevivência da vida humana na Terra. Além disso, a busca pela chamada modernização, que nos leva a modos de produção orientados pela técnica atrelada à eficiência econômica, leva à morte de práticas e de relações diversas entre humanos, animais e o ambiente, conforme discuti ao analisar o processo de modernização da pecuária (PERROTA, 2021). As relações sionaturais que não se restringem às relações de trabalho e que fazem parte de mundos de vida plurais são inviabilizadas e desqualificadas como atrasadas, por não se pautarem pela racionalidade do mercado.

O especismo é fruto desse problema, sua resolução em si não resolve tudo, mas a mudança de que precisamos passa também por essa transformação na forma de pensar e se relacionar com os animais. Nesse sentido, cabe ainda chamar a atenção, mais uma vez, para os perigos da normatividade e da pretensão de universalidade que a luta antiespecista às vezes carrega, por não estar atenta a outros modos de relação entre sociedade e natureza, principalmente aqueles que envolvem a morte de animais. O que quero enfatizar é que é a modernidade o que de fato devemos pôr em questão, enquanto sistema cosmológico orientado pela racionalidade

econômica e que enxerga animais como matéria-prima unicamente (PERROTA, 2022). Desse modo, mais do que meramente abolir a morte ou as formas de domesticação e controle dos animais, o que está em jogo é o imperativo da fabricação de outro mundo humano-animal, em que tais relações sejam tidas como entre sujeitos e não como entre sujeito e objeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imagem prometeica do humano como conquistador da natureza enfrenta uma crise, pois o otimismo humanista predominante no Ocidente deu lugar a uma angústia metafísica (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2017). E se anteriormente se discutia a relação entre modernidade e crise ecológica como uma crise civilizacional, atualmente essa situação é compreendida como uma guerra ontológica (ALMEIDA, 2013). De modo que poderíamos dizer, então, que estaríamos diante de uma nova crise de consciência para o humano moderno, conforme o antropocentrismo se torna um problema ético, tal como aparece na luta antiespecista, e de maneira mais ampla no debate efetuado pelas ciências sociais e a pela filosofia.

Em busca da emancipação frente às amarras da natureza, por meio da crença na fé suprema da razão humana, instituímos uma ideia de humanidade que mina a diversidade sociotécnica, instituímos as monoculturas, animais que são monogenéticos, e então, como diz Ailton Krenak (2020), a humanidade moderna só limita nossa capacidade de criação, existência e, portanto, nossa própria liberdade. Em contraposição a esse panorama que configura valores e práticas criticados pelos defensores dos animais por serem cruéis com os animais, esses agentes fabricam em suas áreas de atuação um campo de discussão e ação sobre a ética e o direito animalista.

Alguns passos importantes foram conquistados e passam por reinventar um novo pressuposto sobre humanos, animais e a natureza frente ao desafio político de buscar novas habitabilidades multiespécie. Não se trata aqui de enumerar tais passos, mas os defensores dos animais cada vez mais impõem no debate público o mal-estar em torno do tratamento destinado aos animais nas sociedades modernas. Como já foi dito, a perturbação que a luta antiespecista provoca é imensa, e sua militância por meios legais e ilegais têm contribuído para chacoalhar instituições diversas. A vivência em um mundo multiespécie nos coloca muitas questões: filosóficas, científicas, religiosas, morais, jurídicas, econômicas e socioantropológicas, que se coadunam em torno da vontade de compreensão epistemológica e de transformação política acerca da relação entre humanos e animais. É certo que tais mudanças não acontecerão rapidamente, de uma vez por todas e menos ainda sem contradições. Mas é inegável que já começaram.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Carol. *A política sexual da carne: a relação entre carnivorismo e a dominância masculina*. São Paulo: Alaúde, 2012.
- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- ALMEIDA, Mauro. “Caipora e outros conflitos ontológicos”. *Revista de Antropologia da UfsCar*, São Carlos, v. 5, n. 1, jan./jun., pp. 7-28, 2013.
- BARATAY, Éric. *Bêtes de somme: des animaux au service des hommes*. Paris: Éditions de la Marinière, 2008.
- BECK, Ulrich. “Sobre a lógica da distribuição de riqueza e da distribuição de riscos”. In: *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DESCOLA, Phillipe; PÁLSSON, Gísli. *Naturaleza y sociedad: Perspectivas antropológicas*. México: Siglo Veintiuno, 2001.
- DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Florianópolis: Cultura e Barbárie / Instituto Socioambiental, 2017.
- DESPRET, Vinciane. “Comprendre l’homme à partir de l’animal”. *Pouvoirs*, n. 131, pp. 5-17, 2009.
- EHRENFELD, David. *The Arrogance of Humanism*. Nova York: Oxford University Press, 1978. [Ed. brasileira: *A Arrogância do Humanismo*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.]
- FRANCIONE, Gary. *Introdução aos Direitos dos Animais*. Campinas: Editora Unicamp, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- HARAWAY, Donna. “A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 17, n. 35, pp. 27-64, jan./jun. 2011.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991 [1977].
- INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*. Londres / Nova York: Routledge, 2000.
- _____. “Humanity and Animality”. In: _____ (ed.). *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres: Routledge, 1994, pp.14-32.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- LATOUR, Bruno. *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. São Paulo / Rio de Janeiro: Ubu / Ateliê de Humanidades, 2020.
- _____. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

- LÉVI-STRAUSS, Claude. “A lição de sabedoria das vaca loucas”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 23, n. 67, 2009.
- PERROTA, Ana Paula. *Humanidade estendida: a construção dos animais como sujeitos de direito*. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- _____. “Animais e direitos: as fronteiras do humanismo e do sujeito em questão”. *Revista de Antropologia*, v. 64, n. 2, 2021.
- _____. “Animais e escravidão: um enfoque sobre os sistemas industriais de produção animal”. In: BARBOSA-FOHRMANN, A. P.; LOURENÇO, D. B. (org.). *Estudos e direitos dos animais: teorias e desafios*. Porto Alegre: Fi, 2022.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- REGAN, Tom. *Jaulas vazias*. Porto Alegre: Lugano, 2006.
- SINGER, Peter. *Libertação animal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- STRATHERN, Marilyn. “Sem natureza, sem cultura: o caso Hagen”. In: _____. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TSING, Anna. “Sorting out Commodities: How Capitalist Value is Made through Gifts”. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, v. 3, n. 1, pp. 21-43, 2013.
- WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- WALLACE, Rob. *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. São Paulo: Elefante, 2020.
- WILKIE, Rhoda. *Livestock/deadstock: Working with Farm Animals from Birth to Slaughter*. Philadelphia: Temple University Press, 2010.
- WOLFF, Francis. *Três utopias contemporâneas*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.



GESTÃO CULTURAL

AS DINÂMICAS DO TRABALHO EM REDE EM CORREDORES CULTURAIS: ESTUDO DE CASO DA PAULISTA CULTURAL¹

Beatriz Matuck², Camila Moura Gonzaga dos Santos³,
Carla Regina de Oliveira⁴

RESUMO

Paulista Cultural é um projeto que promove o intercâmbio entre sete instituições culturais — Japan House, Casa das Rosas, Sesc Avenida Paulista, Itaú Cultural, Museu de Arte de São Paulo (Masp), Centro Cultural Fiesp e Instituto Moreira Salles (IMS) — localizadas ao longo da avenida Paulista. Inspirado na iniciativa americana Museum Mile, que reúne os museus da 5ª Avenida de Nova York em um dia de programação gratuita, pode-se dizer que a ação é um desdobramento do programa Paulista Aberta, em vigor desde 2011. O objeto de estudo da pesquisa que motivou este artigo foi avaliar a efetividade da ação e como ela afetou três das principais instituições envolvidas: Casa das Rosas, Instituto Moreira Salles e Masp. Para tanto, realizamos pesquisas qualitativas a partir do levantamento de dados por meio de entrevistas com os principais agentes das instituições responsáveis pela Paulista Cultural, nas quais foram avaliadas as principais estratégias de intercâmbio, comunicação e suporte financeiro. A partir dos resultados, concluiu-se que existe uma rede que funciona apenas sazonalmente. Contudo, a potencialidade das instituições e seu corpo constituinte possui capacidade para ampliar as suas ações, promovendo atividades e ações em rede que poderiam fortalecer vínculos e as vivências dos seus visitantes nos respectivos espaços.

-
- 1 Projeto de pesquisa apresentado ao Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo (CPF Sesc-SP), sob orientação do professor Eder Martins, como requisito para a conclusão do curso de Gestão Cultural.
 - 2 Especialista em Gestão Cultural pelo (CPF Sesc-SP). Possui bacharelado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade Associação Escola da Cidade (AEC) e formação técnica em produção gráfica pelo Senai. Atualmente é assistente de curadoria no Instituto Moreira Salles. E-mail: biamatuck@gmail.com.
 - 3 Produtora de eventos culturais, especialista em Gestão Cultural pelo (CPF Sesc-SP), tecnóloga em eventos pela Fatec Ipiranga e técnica em Comunicação Visual pela Etec Carlos de Campos. Na atualidade, coordena a produção do Cine Autorama, cinema drive-in itinerante realizado pela Brazucah Produções Culturais. E-mail: camila.moura.gs@gmail.com.br.
 - 4 Jornalista, especialista em Gestão da Comunicação e Marketing pela Escola de Comunicação e Artes (ECA-USP), Comunicação Corporativa e Digital pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Gestão Cultural pelo (CPF Sesc-SP). Hoje coordena a área de comunicação da Poiesis, que atua na gestão de espaços culturais em São Paulo. E-mail: carla.regina3@gmail.com.

Palavras-chave: Paulista Cultural. Corredor Cultural. Trabalho em Rede. Casa das Rosas. Instituto Moreira Salles. Museu de Arte de São Paulo.

ABSTRACT

Paulista Cultural is a project that promotes exchanges between seven cultural institutions — Japan House, Casa das Rosas, Sesc Avenida Paulista, Itaú Cultural, Museu de Arte de São Paulo (MASP), Centro Cultural FIESP, and Instituto Moreira Salles (IMS) — located along Avenida Paulista. Inspired by the American Museum Mile initiative, which gathers from the museums of the 5th Avenue of New York in a day of free programming, it can be said that the action is an offshoot of the “Open Paulista” program, in force in 2011. The main point of this study that motivated this article was to evaluate the effectiveness of the action and how it affected three of the fundamental institutions involved: Casa das Rosas, Instituto Moreira Salles, and MASP. Thereunto, we carried out qualitative research based on data collection through interviews with the leading agents of the institutions responsible for *Paulista Cultural*, in which the main exchange, communication, and financial support strategies were evaluated. From the results, we concluded that there is a network that works only seasonally. However, the potential of the institutions and their constituent bodies have a greater capacity to expand their actions, promoting network activities and actions, that could strengthen bonds and the experiences of its visitors in the respective spaces.

Keywords: Paulista Cultural. Cultural Corridor. Networking. Casa das Rosas. Instituto Moreira Salles. Museum of Art of São Paulo.

INTRODUÇÃO

Este artigo parte do desejo das autoras de compreender a relevância do programa Paulista Aberta, com foco em três das sete instituições promotoras — Casa das Rosas, Instituto Moreira Salles (IMS) e Museu de Arte de São Paulo. (Masp). Buscou-se recuperar brevemente o histórico de desenvolvimento do território que as une. Ao longo dos anos, a avenida Paulista passou por constantes transformações no uso de seu espaço, que afirmaram sua vocação para a reunião de atividades sociais e econômicas na cidade de São Paulo. Politicamente, o território também foi palco de importantes manifestações pelos direitos civis, desde a ditadura militar até o ano de 2013, com as movimentações sociais que culminaram na eleição do atual presidente. Em 2011 a implantação do projeto Paulista Aberta, durante a gestão do prefeito Fernando Haddad (2013–2016), bloqueou o acesso de carros à avenida, convertendo-a em via exclusiva para pedestres aos domingos. Esta ação abriu espaço para que eventos culturais

pudessem ocupar a rua e ressignificar esse território originalmente destinado ao serviço da mobilidade, mais precisamente por automóveis.

Alguns anos depois, em 2017, surgiu, como desdobramento da transformação da avenida, o projeto Paulista Cultural. A iniciativa partiu do interesse em reunir, em uma única data, o intercâmbio entre a programação de sete espaços culturais situados na avenida Paulista: Japan House, Casa das Rosas, Sesc Avenida Paulista, Itaú Cultural, Masp, Centro Cultural Fiesp e Instituto Moreira Salles.

Analisamos como o projeto se dá em três dos sete espaços culturais: Casa das Rosas, Masp e Instituto Moreira Salles. O objetivo desta pesquisa foi analisar, a partir do ponto de vista dos realizadores, as dinâmicas de realização do evento. Avaliamos como o trabalho em rede afetou as instituições analisadas, nas duas edições já realizadas, e quais foram as principais estratégias de intercâmbio entre as organizações envolvidas. Nesse sentido, buscamos compreender como micropolíticas podem contribuir, ou não, para a construção de possíveis institucionalidades. Para tanto, adotamos como metodologia o levantamento de dados qualitativos de fonte direta, por meio de entrevistas e ligações telefônicas gravadas com os respectivos agentes executivos que integram o comitê organizador desde a primeira edição e que puderam contribuir com suas experiências após duas edições do evento. Seguimos, além disso, o método de análise comparativa entre tais equipamentos culturais, caracterizados por naturezas jurídicas distintas.

1 PAULISTA CULTURAL

1.1 História

A Avenida Paulista está localizada na região mais alta do centro expandido de São Paulo. Divisora de águas dos rios Tietê e Pinheiros, seu trecho compreende uma extensão total de 2,7 km e, por causa de sua localização estratégica, serviu por muitos anos como conexão para as trocas comerciais entre o Centro-Sul e o Oeste da cidade.

Sua forma preservada até hoje teve início em 1891, quando a burguesia que enriquecia graças à industrialização e exportação do café paulista se instalou na avenida devido aos fluxos comerciais que ocorriam através dela. A densa mata original e a imensa estrada de terra que fazia essas conexões deram lugar a casarões de luxo e palacetes, e as terras altas e seus arredores agora estavam sob domínio dessas famílias. A ascensão social dessa classe fez com que o eixo geográfico passasse a ser também um eixo comercial de concentração de riquezas. Com o tempo, os casarões

foram sendo substituídos por edifícios comerciais e, já nos anos 1960, arranha-céus e escritórios comerciais tomavam conta da paisagem (DOMBI, 2019; GORELIK; PEIXOTO, 2019).

Até o início dos anos 2000, a avenida ficou conhecida como principal centro financeiro do país, reunindo escritórios, consulados, hotéis, bancos, centros educacionais, livrarias, hospitais, salas de cinema, teatros, bares, restaurantes e centros culturais. A chegada do metrô, nos anos 1980, facilitou o acesso de trabalhadores que, agora, poderiam utilizá-la também como espaço de lazer. Mais recentemente, com a expansão econômica da metrópole, o coração financeiro se espalhou para outras regiões da cidade, mas a avenida continuou sendo um importante polo comercial.

Sua centralidade contribuiu para que a avenida fosse palco para importantes manifestações políticas. Mais recentemente, em 2013, quando movimentos sociais protestavam contra o aumento de taxas do transporte público e o baixo investimento em saúde e educação, as ruas retomaram seu sentido político, reivindicando o espaço de convívio e expressão. No final de 2014, surgiu o debate para bloquear o acesso de automóveis à via aos domingos, culminando após dois anos no projeto Paulista Aberta, implantado pelo então prefeito Fernando Haddad. A “nova avenida” foi imediatamente ocupada por diversas manifestações artísticas e atraiu público e organizadores de diversas regiões da cidade (SBAMPATO, 2019; FLORESTI, 2018). Foi a partir desse momento que as instituições culturais perceberam a urgência e necessidade de diversificar seus públicos.

Em 2017, foram inaugurados os centros culturais privados Japan House (em maio) e o Instituto Moreira Salles (em setembro). Em abril do ano seguinte, a unidade do Sesc Paulista reabriu depois de anos em reforma. Criou-se então um eixo simbólico de equipamentos culturais em que estavam reunidas algumas das principais instituições do país: Japan House, Casa das Rosas, Sesc Avenida Paulista, Itaú Cultural, Masp, Centro Cultural Fiesp e Instituto Moreira Salles (MESSIAS, 2017).

1.2 Concepção do projeto

O projeto Paulista Aberta teve origem em março de 2018, quando o Masp propôs aos centros culturais vizinhos a criação de um dia com programação gratuita que envolvesse a programação conjunta com instituições culturais da avenida. O motivo de inspiração foi a iniciativa americana Museum Mile, que reúne os museus da 5ª Avenida de Nova York em um dia de programação gratuita, propondo o intercâmbio entre estes equipamentos. Para a primeira edição da edição brasileira, foram oferecidas atividades gratuitas ao longo de um dia inteiro, voltadas ao teatro, música, artes plásticas e visuais, dança, literatura e fotografia. Como afirma

Joana Reiss Fernandes, coordenadora de programação e eventos do Instituto Moreira Salles, “eram instituições que se conheciam, mas que não interagiam”. A primeira edição possibilitou o conhecimento entre nós, e a partir daí foi ficando mais claro o potencial desta ação em conjunto”.

1.3 Contexto político, social e cultural

No ano em que o projeto teve início, houve mudanças drásticas no cenário político do país, marcado pela eleição de Jair Bolsonaro e sua campanha caracterizada por um discurso ideológico e polarizado, o que reforçou o desmonte das instituições públicas, afetando fortemente o setor cultural. Ao longo desse período, uma sequência de eventos violentos e de censura às artes marcaram o início do governo de Bolsonaro. Basta recordar o assassinato de Marielle Franco em março e a censura às obras do artista Wagner Schwartz no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), no mesmo ano. Em contraposição, foi nesse contexto acalorado que se deu a primeira edição do projeto, que contou com a participação de 40 mil pessoas e passou a ser reconhecido pelo público e pela mídia, que intitulou a avenida como “o novo corredor cultural da cidade”.

1.4 Objetivos e estratégias

A partir de análises de materiais de divulgação do projeto, foi possível notar que dentre os principais objetivos da iniciativa estão: promover o intercâmbio entre as programações dos equipamentos e estimular que o público defina seu próprio roteiro cultural.

Como afirma Marcelo Tápia, diretor da Casa das Rosas, em entrevista realizada em 2020: “Desde o início, o objetivo foi oferecer atividades culturais à população que normalmente já frequenta a Avenida Paulista. Além de ser palco de manifestações, a Paulista também é um espaço não só de lazer, mas de pessoas interessadas em atividades culturais, que por vezes não têm nem ideia do que a avenida proporciona. Não foi a nossa motivação o uso da avenida para manifestações, mesmo porque não é uma função da instituição cultural promover manifestações de ordem ideológica ou política, e sim nos valer deste espaço que é normalmente público e de presença massiva para promover a própria cultura, que é o objetivo dessas instituições”.

Em contraposição, Fernanda Bonini, coordenadora de planejamento estratégico do Masp nota que, a partir do momento em que a avenida está “pulsando e inúmeras atividades estão acontecendo ali”, surge “a ideia de fazer parte disso e de propor um festival naquele momento de avenida Paulista aberta”, o que, segundo ela, configura-se também como um ato “político”. Em 2015, o Masp passou por significativa atualização de sua

diretoria, com o objetivo, naquele momento, de aumentar seu público em número e diversidade. Para isso, a programação foi separada por eixos temáticos que pautaram a programação ao longo do ano. Outra ação de relevância do início da gestão foi a retomada do partido arquitetônico e expográfico original do museu de autoria da arquiteta Lina Bo Bardi: “O Museu de Arte de São Paulo retomou certas posições. Procuramos (e espero que aconteça) recriar um ‘ambiente’ no Trianon. No projeto original, Lina Bo ressaltava a importância do uso do térreo do Masp como lugar de aglomeração, palco de manifestações políticas e culturais. Outra iniciativa que marcou a retomada foi a abertura da fachada do museu para a avenida, recuperando a expografia original da arquiteta e a ocupação do vão livre no térreo do museu”. Segundo Bonini, a iniciativa para a criação da Paulista Cultural surge nesse contexto.

A partir de então, para o desenvolvimento do projeto Paulista Cultural, foram criados encontros semanais apelidados de “fóruns” entre as instituições participantes, nos quais se atualizavam de forma horizontal as intenções de cada uma e ocorriam os intercâmbios entre as programações: “Foram conversas individuais que viraram uma grande conversa. Foi a primeira vez que representantes das instituições começaram a conversar sobre projetos juntos, algo inédito. Para nós, isso se tornou uma rotina. Em média, nos reunimos uma vez por mês”, descreve Bonini.

A programação da Paulista Cultural é anual e, por meio de sorteios, são definidos os locais onde serão realizadas as atividades de cada uma das instituições participantes. De acordo com Bonini, “cada instituição faz sua programação e tem total autonomia curatorial para isso, não interferimos na programação do outro de maneira alguma”. No caso do Masp, a programação é pautada de acordo com o eixo temático daquele ano, e a mesma equipe que realiza as oficinas do museu é a que fica responsável pela programação do evento. Fica a cargo da instituição que recebe a programação, realizá-la conforme indicado na proposta original. As estratégias de programação do projeto variam de acordo com cada centro cultural, no entanto, no dia do evento as atividades obrigatoriamente devem ser gratuitas e a comunicação é reforçada nos canais de divulgação do projeto sobre as “trocas de programação”, que evidenciam as particularidades de cada instituição na escolha do evento que ocorre em parceria. A comunicação acaba sendo o elo principal que estabelece o eixo simbólico da Paulista Cultural. Não existe um canal comum entre as instituições para que a comunicação ocorra de forma autônoma, a divulgação do conteúdo acaba dependendo da estrutura e disponibilidade das equipes de comunicação existentes em cada instituição. “Se tivéssemos um braço dedicado, ganharíamos maior eficiência. Hoje a comunicação ainda é fragmentada e possui dedicação parcial ao projeto, porque se divide com as outras atividades do museu”, declara Bonini.

2 INTERCÂMBIOS ENTRE INSTITUIÇÕES

2.1 Intencionalidade

Os intercâmbios diversificam a natureza das programações, e o público pode conhecer e experienciar iniciativas diversas em instituições que não estão acostumadas a receber aquele tipo de atividade. Foi o caso, por exemplo, da atividade que o IMS levou para o Centro Cultural Fiesp em 2018. Na oficina “Autorretrato – Processo criativo da construção da imagem”, o artista Rafael Silveira, convidou os participantes a fazerem um autorretrato diferente, ao estilo do artista. Cada pessoa era fotografada no início da oficina e depois construía sua obra a partir de um acervo de imagens disponíveis para recorte e colagem. Como resultado, surgiram retratos sem semblante, revelando a intimidade da mente de cada participante. A Casa das Rosas, na mesma edição, levou para a Japan House uma atividade inspirada na antiga brincadeira do telefone sem fio, “Os Polvos Poéticos”, na qual três ou quatro atores do Grupo Sensus declamam haikais japoneses através de conduítes, para serem ouvidos por seis pessoas simultaneamente. Os haikais apresentados eram traduções de Haroldo de Campos e Guilherme de Almeida. “Nosso interesse não é só no evento, não queremos só o evento, mas que todos os dias as pessoas frequentem as instituições.” Com essa frase de Bonini, fica claro que os intercâmbios podem atuar como ferramenta de divulgação das instituições para ampliar a frequência e capacidade de acesso desses novos públicos

2.2 Programação

A principal troca entre as instituições se dá no âmbito da programação. Os destaques de suas programações são levados para outros equipamentos e “há essa permuta de atividades de maneira a diversificar o que se oferece, isso é por meio de sorteio, inclusive a Casa das Rosas pode apresentar algo na Japan House ou no IMS, e vice-versa”, acrescenta Tápia. A Casa das Rosas, o Masp e o IMS mantêm seus propósitos e objetivos institucionais evidenciados, mas ao mesmo tempo buscam “contagiar” o público de outros espaços com suas atividades.

Um exemplo disso, na edição de 2018 do projeto, foi a programação da Casa das Rosas voltada à literatura, com feira de livros vendidos com desconto, distribuição gratuita de publicações, oficinas de colagem, contação de histórias e apresentação de música caipira. Como proposta, o Instituto Moreira Salles levou para a Casa das Rosas a “Sericleta”, uma unidade móvel de impressão em serigrafia, idealizada especialmente para a produção de peças gráficas, que permitiu ao público passar pela experiência da impressão manual. No caso do Masp, na data do evento ofereceu-se ao público entrada gratuita para as exposições e uma programação musical com samba

de roda. Nessa dança das cadeiras entre instituições, o museu também acolheu a técnica tradicional de embrulho japonês do Furoshiki, oferecendo um workshop aberto ao público. Vale destacar que a temática do último evento gera um estranhamento, ao ser anunciada pelo Museu de Arte de São Paulo, mas imediatamente associa-se a identidade do seu organizador, comprovando a potência desses intercâmbios” (VALENTIN, 2018).

2.3 Configuração de um trabalho em rede?

O intercâmbio de eventos já existentes entre instituições é suficiente para que se configure um trabalho em rede? Como pudemos perceber, o projeto tem grande potencial, mas também apresenta desafios muito singulares. Dentre os desafios, como congregar os interesses das instituições em relação ao evento? Como as estruturas administrativas de cada espaço podem potencializar ou não o crescimento do projeto? Como o trabalho em rede pode beneficiar o público? Como ocupar a avenida e interagir com as atividades que já acontecem nela? Para o Instituto Moreira Salles, o grande desafio é saber transformar o evento em algo mais perene. “Os objetivos da Paulista Cultural estão indo cada vez mais além do evento, quer seja como uma plataforma para interação com outros projetos culturais, ou como uma plataforma de divulgação”, afirma Joana Reiss. Em relação ao desafio de interagir com os artistas, Marcelo Tápia, diretor da Casa das Rosas, afirma que este é um item importante a ser desenvolvido: “precisamos de uma estratégia que abrangesse as atividades que já ocorrem espontaneamente na avenida e que não fazem parte deste circuito”.

Avaliamos como as três instituições compreendem o projeto e como as ações acontecem efetivamente. Para Bonini, “a Paulista Cultural é uma rede. O que a gente percebe é que, como grupo, ganhamos uma importância na cidade”. Reiss afirma que o Instituto Moreira Salles também considera o projeto como um importante trabalho em rede: “todas as instituições têm uma colaboração essencial”. Tápia endossa: “é um trabalho em rede, embora seja delimitado por uma ação inicialmente, depois com uma possível extensão, mas eu creio que o crescimento se dá pelo diálogo constante que tem acontecido entre as instituições e também por um espaço comum de compartilhamento das atividades”.

A partir dessas respostas, é notável que há um esforço de união no sentido de um objetivo comum. Se antes as instituições trabalhavam de modo independente, agora começam a criar um ambiente possível para o trabalho em rede, como alternativa para fortalecer o potencial das partes.

2.4 Perspectivas do trabalho em rede

No Brasil, o fenômeno da organização dos movimentos em rede teve início nos anos 1960, em função da necessidade de articulação durante

a luta contra a ditadura, pela democratização e pelos direitos humanos. Nessa época foram retirados os direitos civis e houve desmonte das instituições destinadas à produção cultural. Foi só na década de 1990 que as redes de trabalho ganharam força, tendo como impulso inicial principalmente as organizações ligadas ao meio ambiente e à educação. Articulados em rede, educadores ambientais de todo o país promoviam discussões, troca de ideias e debateram propostas e sugestões para a construção das políticas públicas do setor.

O cientista social espanhol Manuel Castells, autor do livro *A sociedade em rede*, no primeiro volume da enciclopédia trilogia *A era da informação*, analisa a nova configuração da sociedade a partir da difusão e do uso das novas tecnologias da informação. De acordo com o autor:

Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e a adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e a invalidação do tempo. (CASTELLS, 2000, p. 497.)

Uma rede caracteriza-se também por seu aspecto de horizontalidade, isto é, pelo modo de inter-relacionar os elementos sem hierarquia.

A capacidade de operar sem hierarquia parece ser, assim, uma das mais importantes propriedades distintivas da rede (...). Ao contrário, pirâmides são um desenho institucional bastante comum, e a hierarquia, desde sempre, parece ser o “modo natural” da organização dos relacionamentos humanos, quando se estuda o funcionamento das redes sociais, em particular aquelas de caráter estritamente informal e não-institucional, passamos a ver também a emergência de fenômenos organizativos não-verticais, isto é, não-hierárquicos, funcionando produtivamente na sociedade. A rede, assim, teria como propriedade organizacional mais característica a horizontalidade. Um conjunto de pontos interligados de forma horizontal, o que quer dizer, em outras palavras, um conjunto de nós e linhas organizadas de forma não-hierárquica. Esse é um aspecto decisivo quando consideramos a rede como padrão organizativo e um modo de operação de caráter emancipatório. Por isso, é fundamental indagar qual é a relação entre o conceito de rede e o seu modo horizontal de funcionar. A rede produz horizontalidade e a horizontalidade produz rede. (MARTINHO, 2003, p. 18.)

A horizontalidade aparece como base da organização. Marcelo Tápia diz que:

A Casa das Rosas é uma instituição que trabalha um tema bem específico, literatura, e em relação aos recursos financeiros possui um orçamento muito menor que as outras instituições, porém ela tem uma importância como patrimônio histórico e cultural e, neste sentido, ela se aproxima das outras instituições, participando de igual para igual, embora nosso porte seja menor, mas a evidência da casa então a projeta em igualdade de condições de diálogo com as outras instituições, em função deste programa em conjunto.

A horizontalidade se relaciona também com a reunião de interesses em comum. A rede se baseia no padrão de organização do conjunto. São dinâmicas coletivas e, apesar de valorizar as ações individuais de cada instituição, tem como objetivo comum a potencialização do grupo envolvido. No caso da programação da Paulista Cultural, a decisão de levar uma determinada atividade para outro espaço está baseada no potencial daquela que a leva, e não da que a recebe. Assim, o Instituto Moreira Salles teve a oportunidade de apresentar a sua vocação em um ambiente completamente distinto do seu habitual, contando com a estrutura da instituição que recebe sua proposta. Essa ordem é produzida por uma dinâmica de auto-ajuste recíproco entre cada um dos elementos que compõem a rede, em função de laços de realimentação. É um processo de intenso movimento e rearranjo. Não há um controle central em tal dinâmica, isto é, não é um ou outro dos elementos que comanda o grupo, dizendo “assim está bom, assim não está bom”. A organização emerge do tipo de relações possíveis entre os elementos. Trata-se, portanto, de um processo de auto-organização. Nunca o termo “coordenação” foi tão bem empregado. Na rede, a ordem é uma coprodução de todos” (MARTINHO, 2003, pp. 42-3).

A coordenação e a organização do projeto se dão de maneira colaborativa e compartilhada. O que norteia os objetivos e as intenções do projeto é um memorando de intenções assinado pelo grupo durante os fóruns. Quanto à dinâmica, são feitos encontros periódicos e voluntários para definir estratégias e tomar decisões que atendam ao propósito comum. Tendo em comum o território e o desenvolvimento cultural como um dos objetivos, a rede formada pelas instituições não só estimula a fruição artística, mas também estabelece e conduz processos de interlocução e negociação política; realizando o acompanhamento de políticas públicas, promovendo processos de formação e capacitação, fazendo campanhas públicas de sensibilização, esclarecimento e mobilização.

Outro ponto importante a ser analisado na rede é a densidade (o potencial de ocorrência de relacionamentos bilaterais), que pode ser considerado

um bom indicador da sua capacidade produtiva. A densidade da rede não está relacionada diretamente ao número de pontos que a constituem, mas à quantidade de conexões que esses pontos estabelecem entre si. Esse é o aspecto mais importante, e parece provar que a capacidade da rede ultrapassa em muito a mera soma de seus elementos (MARTINHO, 2003, p. 21).

No caso da Paulista Cultural, a partir de uma fórmula matemática é possível concluir que cada instituição pode produzir 21 relações de um para um diferentes entre si. Logo quanto mais participantes, maior será a densidade do grupo. Assim, pode-se dizer que as dinâmicas de trabalho do grupo da Paulista Cultural podem ser compreendidas como um trabalho em rede, mas pontual, já que realiza apenas um ou dois eventos por ano.

3 EFETIVIDADE DO PROJETO NA CASA DAS ROSAS, IMS E MASP

De acordo com Frasson (2001), a efetividade de um projeto caracteriza-se pela “capacidade que os seus resultados têm de produzir mudanças significativas e duradouras no público beneficiário”. Para compreender o potencial de colaboração entre as partes, iniciamos o nosso estudo buscando compreender desde a concepção do projeto até a execução e os resultados obtidos, passando pelo planejamento.

Num primeiro momento, o grupo da Paulista Cultural organizou fóruns, criados de forma autônoma por alguns funcionários das instituições, para debater a concepção, as diretrizes e os objetivos que os uniam ao projeto. Num segundo momento, pensou-se em modelos de compartilhamento de atividades e como isto poderia ampliar o potencial de cada uma das instituições participantes, depois como essas ações poderiam ser viabilizadas a partir do orçamento das próprias instituições e, por fim, como a comunicação poderia ampliar e dar visibilidade ao projeto junto aos públicos e parceiros estratégicos. O recorte deste estudo se limitou a avaliar o impacto do projeto em três das instituições envolvidas no corredor cultural: Casa das Rosas, IMS e Masp. As três se assemelham pela implantação no território da avenida Paulista e se diferenciam em relação à natureza jurídica, o que impacta diretamente a percepção de orçamento e possibilidade programática.

O Masp possui acervo de obras de arte próprio, e o IMS possui uma biblioteca de fotografia referência para a cidade. As três instituições possuem programações culturais realizadas por meio de diversas linguagens e formas, como projeção de filmes, exposições, teatro e música. De modo geral, seus públicos são muito próximos, e, no entanto, divergem quanto à organização institucional, estatutos e principalmente em relação à fonte de recursos financeiros. A origem do orçamento anual do IMS vem de

um *endowment*, enquanto o Masp conta com um orçamento que se vale das leis de incentivo e patrocínio direto, mas ambas se enquadram como instituições privadas. Já a Casa das Rosas, que também conta com recursos obtidos por meio das leis de incentivo, recebe a maior parte do seu orçamento por meio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, pois é uma instituição do Governo do Estado de São Paulo, gerida pela Poiesis, Organização Social de Cultura constituída em 1995 e desde 2008 gestora de espaços culturais.

3.1 Repercussão e legitimação

Os indicadores utilizados para verificar a efetividade do projeto foram: repercussão, legitimação pelo público, ampliação de públicos, desafios e perspectivas, financiamento.

Em relação à estruturação e implementação da Paulista Cultural, foi possível avaliar que a ação teve impacto nas instituições envolvidas desde seu lançamento e, embora a iniciativa tenha sido criada pela direção do Masp, a ideia foi gestada e abraçada pelo conjunto de instituições do corredor cultural desde o princípio. Na segunda edição, o projeto Paulista Cultural alcançou outro patamar ao ser reconhecido por esferas para além dos públicos e da mídia.

Segundo Fernanda Bonini, “a Prefeitura nos procurou para fazer parcerias, para participarmos de eventos como a Virada Cultural, o Festival Path, entre outros, e o que eu percebo de impacto é que a Paulista Cultural virou uma instituição apesar de não sermos uma pessoa jurídica”. O Festival Sem Barreiras, promovido pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED), ao considerar a Paulista Cultural como um dos apoiadores do evento, reforça a fala de Bonini e demonstra a validação e robustez da proposta.

3.2 Ampliação de públicos

Dada a contribuição para a formação de novos públicos, algumas instituições incorporaram o projeto a seu respectivo planejamento anual. Para Marcelo Tápia, a Casa das Rosas vê tal iniciativa como uma necessidade de “conexão entre instituições para se criarem programas que possam ampliar o acesso do público às atividades culturais, além da oportunidade de agregação de públicos que não frequentam habitualmente as instituições”.

No caso do Instituto Moreira Salles, o projeto atende ao objetivo de ampliar o seu público e tornar-se mais acessível. Uma preocupação que

geralmente não é associada à instituição devido aos seus nichos já consolidados⁵. De acordo com Joana Reiss, hoje, a Paulista Cultural faz parte de um programa de atividades importante não só pelo evento, como pela proposta, afinal “estamos falando de instituições muito semelhantes que estão em território comum e que podem elaborar pautas em conjunto.” Bonini explica que o vão livre⁶ do Masp, é um espaço que atua a favor dos dias de Paulista Cultural, aos domingos, pois aproxima e traz bastante público, proporcional aos dias de gratuidade (terças-feiras)⁷, fugindo da média do museu, uma vez que esse dia de final de semana normalmente não costuma receber um número de visitantes expressivo. Contudo, ela reitera que não há como precisar a quantidade de público justamente porque o vão é livre, “a pessoa passa e não necessariamente se inscreve na atividade. Fazemos um esforço grande para contar os participantes. Se temos uma sala fechada fica mais fácil de contar e somarmos a visitação no museu àquele dia.” Logo entende-se que não há contagem formalizada pela instituição.

Quanto a efetividade do projeto e perfil do público que participa das ações, em pesquisa realizada pelo Ibope com trezentos participantes da edição de 2019, 59% classificaram o evento como “elitista” e “complicado”; 53% têm idade entre 18 e 34 anos, 64% com graduação completa, 42% com renda pessoal entre mil e quatro mil reais e 44% com renda de seis a oito mil reais. Ao analisar o perfil cultural dessas pessoas, podemos notar que 26% frequentam atividades culturais uma vez por semana, 17% a cada duas semanas e 33% ao menos uma vez por mês e 77% foi exclusivamente para o evento. Em relação aos equipamentos participantes, 73% conheciam o Masp, 57% a Casa das Rosas e 26% o IMS. Em relação à avaliação desses institutos, destacam-se IMS, Masp e Casa das Rosas, nesta ordem.

A pesquisa revela em números o que Isaura Botelho traduz em palavras:

As iniciativas de democratização têm ignorado o contexto sociológico e as barreiras simbólicas que envolvem as práticas de natureza artística e cultural, além do peso das variáveis sociodemográficas, como nível de educação, faixa etária, renda e localização domiciliar (...) Instituições e equipamentos culturais têm um importante potencial formador,

5 O Instituto Moreira Salles conta com importantes acervos em quatro áreas: fotografia, o mais numeroso, música, literatura e iconografia (IMS, 2020).

6 O espaço entre os famosos pilares vermelhos da construção de Lina Bo Bardi (ZYLBERKAN, 2019).

7 A exposição da artista Tarsila do Amaral recebeu 8.818 visitantes na terça-feira gratuita, em 21 de abril de 2019, e bateu recorde de público em um dia no Masp (VIEIRA, 2019).

podendo compensar ou complementar a falta das linguagens artísticas na escola ou na família (...) É necessário dar prioridade à ampliação do repertório de informação cultural das pessoas, permitindo-lhes o conhecimento das diversas linguagens e contribuindo para o seu desenvolvimento. (BOTELHO, 2016, p 168.)

Diante do exposto, percebe-se que o projeto consegue fazer circular os públicos que já frequentam tais instituições presentes no corredor cultural e alcança quem passou a frequentar a Paulista Cultural. No entanto, ainda há uma limitação acerca da efetividade na ampliação e diversificação de públicos, sendo necessário reavaliar vícios em estratégias a fim de minimizar a desigualdade do acesso.

3.3 Desafios e perspectivas

Por ser um empreendimento cultural resultante de uma negociação envolvendo interesses privados, públicos e de preservação, a Casa das Rosas, diferente do IMS e Masp, depende de determinadas conjunturas, sofrendo muitas vezes com a falta de continuidade e recursos (FRÚGOLI JR., 1995).

Para Marcelo Tápia, “o projeto Paulista Cultural integra o orçamento geral do museu-casa, buscando otimizar da melhor forma possível os recursos que podem despendar para isso”. E completa: “Nossos desafios são sempre criar novas atividades que explorem tanto o espaço interno, quanto externo do museu, e talvez seja obter os recursos para fazer atividades que envolvam maior investimento, esse é um desafio que nós sempre temos”. O Masp, sendo um museu privado, principal referência cultural da cidade e com projeção internacional, tem como objetivo investir em comunicação para que mais pessoas saibam o que é a Paulista Cultural”, afirma Bonini. Acredita-se que a comunicação do evento seja o principal viés que confere certa perenidade ao projeto. Enquanto para o IMS, entidade civil sem fins lucrativos, “o desafio é ocupar ainda mais a avenida, de forma a ter as atividades com mais visibilidade de forma a interagir com a Paulista Aberta”, afirma Reiss. O prédio possui uma arquitetura favorável ao alcance dessa meta, pois conta com uma grande calçada, que segundo Quintas (2017), “se esparrama para dentro e se projeta para a escada rolante, possibilitando que qualquer um entre no prédio sem limites”. Tápia desdobra o pensamento de Reiss ao dizer: “Tem artistas que se apresentam voluntariamente ao longo da avenida, e acredito que o caminho para a ampliação de uma ação com mais efetividade social fosse também a incorporação deles”.

Apesar de as instituições reconhecerem que os seus espaços são democráticos e podem colaborar para o acesso livre dos diversos públicos que acessam as atividades culturais presentes na avenida Paulista, muitas barreiras ainda são presentes. Foi somente em 2020, com o início da pandemia de Covid-19, que algumas atividades online permitiram a um público mais diverso ter acesso à programação dos centros culturais, apesar da crise devido aos cortes orçamentários e à ausência de políticas públicas que já afetavam o setor.

Com as restrições sanitárias a fim de se conter o contágio, muitos espaços culturais se viram obrigados a fechar, eventos foram cancelados, projetos suspensos, demissões, um verdadeiro cataclisma para os trabalhadores da cultura (OLIVEIRA, 2020).

Para Alves (2020), “a era das megaexposições, do público em massa fazendo fila na porta, acabou. Essa não poderá mais ser a medida de sucesso dos museus e nem a forma de ancorar as finanças para estas instituições”. E desse modo a relação com o público muda de direção e passa a ocorrer no território digital, alterando o sentido do eixo simbólico material e possibilitando outras formas de proximidade com as programações pensadas anteriormente. “Recentemente enfrentamos uma situação excepcional de reclusão devido à pandemia [de Covid-19], afetando radicalmente o objetivo das instituições”. Para este momento de exceção foi pensado o conteúdo a ser postado nas redes sociais do projeto contando com a colaboração de cada instituição como forma de unificar a divulgação das programações: “sexta-feira é o Masp, quarta-feira é o Itaú Cultural, quinta-feira é o IMS e assim vai. Estamos testando essas ideias dentro das possibilidades que temos hoje, uma ocupação dos novos canais digitais”, esclarece Bonini.

Segundo Tápia:

O impacto da Paulista Cultural foi grande, e agora é delimitado a uma data, nós ainda estamos em processo, esse ano (2020) acredito que a repercussão e o benefício disso seria muito maior, mas nós estamos sendo atropelados por esta pandemia, então não dá para avaliar bem isso, mas o potencial é bastante grande.

Para Bonini:

O objetivo da Paulista Cultural é atrair públicos. Se a gente tiver que se adaptar, todas as instituições vão sofrer alterações e a rede vai ter que se reinventar para isso. É um desafio para nós atingir o público sem ser presencial, né? Um público que está consumindo seu conteúdo sem estar aglomerado.

Botelho, no início da década, já adiantava a tendência:

O desenvolvimento da “cultura em domicílio” tem propiciado a diversificação do universo cultural dos indivíduos, transformando as práticas culturais “tradicionais”, o que só tende a se aprofundar com o envelhecimento das gerações habituadas a essas novas maneiras de vivenciar as artes e a cultura. (...) Philippe Coulangeon propõe uma reflexão sobre as políticas culturais do ponto de vista dos critérios de justiça. Para isso, recorre a uma análise das políticas de democratização cultural baseadas nos pressupostos da universalidade da cultura erudita como valor maior e da universalidade do “desejo por cultura”. Esses equívocos são o pano de fundo da exclusão de segmentos sociais nas práticas institucionais. Coulangeon avança sobre as diferenças que a incorporação do novo paradigma da democracia cultural traz para o campo das políticas culturais, fundando uma alternativa que permite questionar as hierarquias culturais estabelecidas. (BOTELHO, 2011, pp. 10-1.)

3.3.1 Apoio

Em sua segunda edição, a programação da Paulista Cultural foi ampliada e o evento ganhou um reforço importante com o apoio do banco Itaú, que possibilitou o desenvolvimento de novas ações de comunicação. Como um dos resultados, o público cresceu 13%, chegando a 46,5 mil pessoas, de acordo com a pesquisa Ibope realizada com 300 participantes durante a segunda edição do projeto, em 2019. Se compararmos a um domingo normal, em que as sete instituições juntas recebem 23 mil pessoas, podemos concluir que o evento mais que dobrou o público visitante. No ambiente virtual, o evento impactou positivamente quase 35 milhões de pessoas, com 45 matérias em apenas 15 dias de divulgação e com mais de 2 milhões de retorno de mídia. Mesmo com esse importante aporte, a questão do apoio exige diálogo entre as instituições. Segundo Marcelo Tápia:

O que eles fazem é uma campanha de divulgação do evento e da programação da Paulista Cultural. Com isso, nós consideramos um apoio, mesmo porque ao divulgar a Paulista Cultural eles também se divulgam. Existe um benefício institucional para esse apoiador que é inegável. O nosso diálogo tem sido no sentido de dimensionar isso. Essa é uma questão bastante complexa, que exige constante diálogo e revisão do sentido desse apoio, porque efetivamente é para divulgação, não é para patrocínio ou financiamento de qualquer coisa relativa às atividades das próprias instituições.

De certa forma, o esforço do apoiador acaba priorizando a comunicação do evento, conservando certa autonomia das entidades envolvidas. Para Bonini, “existe uma distância (física) entre as instituições, é difícil

manter um corredor, temos vazios ao longo da Paulista sem nenhuma instituição cultural”. Reiss completa:

Mesmo com restrições jurídicas ou de formatos, a gente tem conseguido andar juntos e muito bem. As decisões são sempre definidas coletivamente, levando todos os sete integrantes em conta. Acho que a gente está aprendendo, cada vez mais, a fazer isso e entender qual é o espaço da Paulista Cultural, e a discussão do patrocínio foi um avanço muito grande. Pois, apesar de cada instituição ter algum tipo de restrição, a gente conseguiu abrir um espaço comum para poder trabalhar com o apoiador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, foi possível verificar que o projeto Paulista Cultural surgiu em meio à nova configuração espacial da avenida Paulista, no ápice da retomada das manifestações culturais e políticas, em que o contexto político-social foi oportuno para a consagração do eixo como corredor cultural, estimulando o fluxo, o turismo e a cultura nesse território.

O objetivo foi analisar um projeto atual e ainda pouco estudado, dada a relevância desta dinâmica para o debate científico, avaliar se o trabalho em rede acontece e com que intensidade. O levantamento e desenvolvimento deste estudo demonstra que o projeto, na forma como ocorre atualmente, encontra-se em fase de execução e possui potencial para se transformar em uma ação robusta e contínua.

Além disso, a partir da série de entrevistas realizadas, foi possível levantar dados qualitativos sobre a concepção e organização do trabalho em rede. Possibilitando a verificação e a validação dessa dinâmica pelos entrevistados. De fato, há uma rede estabelecida, ainda que acionada apenas em momentos específicos do ano. Contudo, considerando a localização do corredor cultural em uma das regiões mais valorizadas da cidade, a ampla malha de transporte público que atende a região, a relevância e o potencial de cada instituição, podemos inferir que o potencial desse projeto ainda é muito pouco explorado. Afinal, as instituições receberam, em 2019, mais de 5 milhões de visitantes e possuem juntas, um orçamento que ultrapassa a casa dos milhões de reais. Com apenas dois anos de existência, essa rede poderia ampliar suas conexões promovendo ações que fortaleceria e estimulariam a experiência cultural de seus frequentadores.

Ao que parece, enquanto a motivação for comunicação, visibilidade e aumento do mesmo público que já frequenta os atuais espaços, os resultados positivos são garantidos. A pergunta que fica é: a força desse encontro não poderia ser utilizada para um grande trabalho de formação de novos

públicos, integração com as redes municipal e estadual de ensino, desenvolvimento de ações formativas, sustentabilidade entre outras? As diferenças jurídicas, o número reduzido de colaboradores e as prioridades de cada instituição podem ser uma barreira a ser superada para a ampliação do projeto, porém é nítido que no contexto, agravado pela pandemia de Covid-19, o trabalho em rede é uma oportunidade promissora para o desenvolvimento de projetos robustos que tenham como objetivo acolher iniciativas de fomento aos artistas e a toda a comunidade que está por trás de suas ações.

Assim, conclui-se que a Paulista Cultural é um projeto com todos os requisitos para ser um caso de sucesso, pois já desenvolve um intercâmbio perene entre as instituições participantes. Tendo a programação como elo em comum, estas possuem um importante acervo histórico em diversas linguagens artísticas e estão entre os espaços culturais mais visitados do estado.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz N. *Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007 (1957).
- ALVES, Cauê. “PUC Analisa: o desafio dos museus durante e pós-pandemia”. *Jornal da PUC-SP*, São Paulo, 17 abr. 2020. 2020. Vídeo (3:24 min). Disponível em: <<https://j.pucsp.br/noticia/puc-analisa-o-desafio-dos-museus-durante-e-pos-pandemia>>. Acesso em: 25 jun. 2020
- BBC NEWS BRASIL. “Greve dos caminhoneiros: a cronologia dos 10 dias que pararam o Brasil”. *BBC News Brasil*, 30 maio 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44302137>>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- BOTELHO, Isaura. “Os públicos da cultura: desafios para as políticas culturais”. *Observatório Itaú Cultural*, São Paulo, n. 12, pp. 8-18, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/itau_pdf/001829.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- _____. *Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios*. São Paulo: Edições Sesc, 2016.
- BRUM, Eliane. “Fui morto na internet como se fosse um zumbi da série The Walking Dead”. *El País Brasil*, São Paulo, 12 fev. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/12/opinion/1518444964_080093.html>. Acesso em: 3 maio 2020.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

- DOMBI, Tania R. “Do ponto às pontas: centros culturais paulistanos e a cultura da informação em arte”. *Anais do 6º Seminário de Informação em Arte*: 24 e 25 de setembro de 2018. Rio de Janeiro: REDART, 2019 [s.p.]. Disponível em: <<https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-50ee93dd03cd6c2983f0d0bd39dfa5fc4eee1879-arquivo.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2020.
- FERNANDES, Maria C. “Bolsonaro é eleito com 55,1% dos votos e nulos batem recorde”. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 29 out. 2018. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/coluna/bolsonaro-e-eleito-com-551-dos-votos-e-nulos-batem-recorde.ghtml>>. Acesso em: 8 mar. 2020
- FLORESTI, Felipe. “Manifestações de ‘Junho de 2013’ completam cinco anos: o que mudou?”. *Galileu*, 20 jun. 2018. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2018/06/manifestacoes-de-junho-de-2013-completam-cinco-anos-o-que-mudou.html>> Acesso em: 17 mar. 2020.
- FRASSON, Ieda. “Critérios de eficiência, eficácia e efetividade adotados pelos avaliadores de instituições não-governamentais financiadoras de projetos sociais. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82184/175094.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- FRÚGOLI JR., Heitor. “As atividades culturais no eixo da avenida Paulista”. Relatório de Pesquisa nº 6. Núcleo de Pesquisa e Publicações EAESP/FGV, 1995. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3022/Rel06-95.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- G1. “Jair Bolsonaro leva facada durante ato de campanha em Juiz de Fora”. *G1*, 6 set. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghtml>> Acesso em: 10 mar. 2020.
- GORELIK, Adrián; PEIXOTO, Fernanda A. *Cidades sul-americanas como arenas culturais*. São Paulo: Edições Sesc, 2019.
- IMS – Instituto Moreira Salles. “Sobre os acervos”. *IMS: acervo*. Rio de Janeiro/ São Paulo/Poços de Caldas: IMS, 2020. Disponível em: <<https://ims.com.br/acervos/>>. Acesso em: 6 abr. 2020.
- JHSP- Japan House São Paulo. “Furoshiki: a arte milenar de envolver objetos com tecidos”. *JHSP: eventos*, 2018. Disponível em: <<https://www.japanhouse.jp/saopaulo/event/furoshiki2.html>>. Acesso em: 3 mar. 2020.
- _____. “Paulista Cultural 2018”. *JHSP: eventos*, 2018. Disponível em: <https://www.japanhouse.jp/saopaulo/event/paulista_cultural.html>. Acesso em: 6 abr. 2020.
- LIPNACK, Jessica; STAMPS, Jeffrey. *Rede de Informações*. São Paulo: Makron Books, 1994.

- MARREIRO, Flávia. “Marielle Franco, vereadora do PSOL, é assassinada no centro do Rio após evento com ativistas negras”. *El País Brasil*, São Paulo, 15 mar. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/15/politica/1521080376_531337.html. Acesso em: 25 jun. 2020.
- MARTINHO, Cássio et al. (coord.). *Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*. Brasília: WWF Brasil, 2003.
- MASP – Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand. “Paulista Cultural 2019”. *Masp: eventos*, 2019. Disponível em: <https://masp.org.br/eventos/paulista-cultural-2019>. Acesso em: 6 abr. 2020.
- MATOS, Amanda. “Paulista Cultural 2019”. *Guia da Semana*, São Paulo, 28 abr. 2019. Disponível em: <https://www.guiadasemana.com.br/sao-paulo/na-cidade/evento/paulista-cultural-2019-28-de-abril-domingo>. Acesso em: 6 abr. 2020.
- MESSIAS, Carlos. “Os três novos centros culturais da avenida Paulista, em SP”. *GQ Brasil: Cultura*. Rio de Janeiro, 27 maio 2017. Disponível em: <https://gq.globo.com/Cultura/noticia/2017/05/os-tres-novos-centros-culturais-da-avenida-paulista-em-sp.html>. Acesso em: 14 abr. 2020.
- OLIVEIRA, Joana. “Pandemia gera ‘cataclisma’ na cultura, e artistas passam fome em meio à falta de políticas do Governo”. *El País Brasil*, São Paulo, 30 maio 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-05-30/pandemia-gera-cataclisma-na-cultura-e-artistas-passam-fome-em-meio-a-falta-de-politicas-do-governo.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- PAMPLONA, Nicola; ALEGRETTI, Laís. “Incêndio de grandes proporções atinge o Museu Nacional na Quinta da Boa Vista, no Rio”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 2 set. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/incendio-atinge-o-museu-nacional-na-quinta-da-boa-vista-no-rio.shtml>. Acesso em: 8 mar. 2020.
- PEREIRA, Rafael Alves. “Caaguaçu: verde fica apenas no endereço”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 2 dez. 2003. Programa de Trainees: “Aqui jaz São Paulo”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/aquijazsaopaulo/te0212200306.shtml>. Acesso em: 27 maio 2020.
- QUINTAS, Georgia. “Da nova sacada da Avenida Paulista”. *Revista Continente*, Recife, 4 out. 2017. Disponível em: <https://www.revistacontinente.com.br/secoes/depoimento/da-nova-sacada-da-avenida-paulista>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- ROSSI, Amanda. “Congresso aprova decreto de intervenção federal no Rio de Janeiro; entenda o que a medida significa”. *BBC News Brasil*, 16 fev. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43079114>. Acesso em: 5 maio 2020.
- SÃO PAULO – Prefeitura Municipal. “Sem Barreiras – Festival de Acessibilidade e Artistas com Deficiência será promovido pela Prefeitura de São Paulo”. *Cidade de São Paulo: Subprefeituras: Casa Verde*, 16 set. 2019. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/casa_verde/noticias/?p=98581. Acesso em: 3 abr. 2020.

- SBAMPATO, Lucía. *Espaço urbano e cultura: a construção da Avenida Paulista como corredor cultural*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Projetos Culturais) – Celacc, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <<http://celacc.eca.usp.br/?q=es/celacc-tcc/1666/detalhe>>. Acesso em: 14 abr. 2020.
- VALENTIN, Dani. “Paulista Cultural 2018: um domingo especial na Paulista”. *Chicken or Pasta?*, 5 mar. 2018. Disponível em: <<https://chickenorpasta.com.br/2018/paulista-cultural-2018-um-domingo-especial-na-paulista>>. Acesso em: 6 abr. 2020.
- VIEIRA, Bárbara Muniz. “Exposição da artista Tarsila do Amaral recebe 8.818 visitantes nesta terça e bate recorde de público em um dia no Masp”. *G1*, 24 jul. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/07/24/exposicao-da-artista-tarsila-do-amaral-recebe-8818-visitantes-nesta-terca-e-bate-recorde-de-publico-em-um-dia-no-masp.ghtml>>. Acesso em: 3 abr. 2020.
- ZYLBERKAN, Mariana. “Vão-livre do Masp, em SP, vira casa para mais de cem crianças e adolescentes”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 9 jun. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/vao-livre-do-masp-em-sp-vira-casa-para-mais-de-cem-criancas-e-adolescentes.shtml>>. Acesso em: 6 abr. 2020.

PRÁTICAS INSTITUÍNTES ENTRE A GESTÃO CULTURAL E A SAÚDE MENTAL

Tátila Colin Cavignato¹

RESUMO

O presente artigo apresenta um estudo sobre práticas diferenciadas utilizadas na gestão de um programa vinculado às políticas públicas da área da saúde mental da cidade de São Bernardo do Campo – SP. O programa analisado é destinado à reabilitação social de sujeitos que sofrem com transtorno mental e tem como principal intenção a reinserção dos usuários das Redes de Atenção Psicossocial — RAPS — ao mercado de trabalho, através de oficinas profissionalizantes oferecidas em um espaço fora dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS. Por meio de pesquisa e análise de entrevistas e documentos e considerando o contexto no qual pessoas que usufruem destes serviços estão inseridas, o escrito aponta a necessidade de dar atenção às especificidades de cada área profissional à qual se pretende encaminhar os usuários, refletindo-se sobre a urgente atuação de gestores culturais nos campos de criação e garantia de funcionamento de políticas públicas que, direta ou indiretamente, articulem com a área da cultura.

Palavras-chave: Reinserção Psicossocial. Mercado de Trabalho Cultural. Políticas Públicas. Transtorno Mental.

ABSTRACT

This document deals with a study of differentiated practices, used in the management of a program linked to public policies in mental health field in the city of São Bernardo do Campo – SP. The analyzed program is aimed at the social rehabilitation of subjects who suffer from mental disorders and its main intention is to reintegrate users of the Psychosocial Care Networks — “RAPS” — into the job market, through professional

1 Atriz, dramaturga e diretora teatral. Formada em Educação Artística e pós-graduada em Teatro pelas Faculdades Integradas Coração de Jesus (FAINC), é arte-educadora, além de atuar nos palcos da cidade de São Paulo e Grande ABC desde 2009. Iniciou sua carreira cênica na Cia Dinossauros Órfãos, na qual participou de Festivais de Inverno de Paranapiacaba e do Festival ENCASA da cidade de Santo André. Já na Cia do Pandolfo, realizou peças para o público infantil. Atualmente é integrante da Companhia SiLaBÁ, na qual exerce a função de dramaturga e diretora. Formou-se em Gestão Cultural pelo Centro de Pesquisa e Formação do Sesc– SP em maio de 2019, concluiu sua pós-graduação em Arte-Educação pela Faculdade Campos Elíseos em junho de 2019 e em Práticas de Dança, pelo Programa FIC, em parceria com a Fundação das Artes de São Caetano do Sul, em junho de 2021. E-mail: ttlcoca@gmail.com.

training workshops offered in a space outside the Centers for Psychosocial Care – “CAPS”. Through research and analysis of interviews and documents and, considering the context in which people who use these services are inserted, the study points out the need to pay attention to the specificities of each professional area to which users are intended to be referred, reflecting the urgency for action of cultural managers in the fields of creation and guarantee of the functioning of public policies that, directly or indirectly, articulate with the area of culture.

Keywords: Psychosocial Reintegration. Cultural Labor Market. Public Policies. Mental Disorder.

LISTA DE ABREVIATURAS

- ABRASME – Associação Brasileira de Saúde Mental
- CAPS – Centros de Atenção Psicossocial
- CAPS AD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
- CAPS i – Centro de Atenção Psicossocial Infantil
- CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
- CRP – Conselho Regional de Psicologia
- FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- Nutrarte – Núcleo de Trabalho e Arte
- ONU – Organização das Nações Unidas
- RAPS – Rede de Atenção Psicossocial
- SUS – Sistema Único de Saúde

INTRODUÇÃO

No estilo de vida contemporâneo, em que a efemeridade e a superficialidade cotidiana têm ditado a ordem das relações, as doenças da mente têm emergido em grande escala e não se mostram aparentes ações de prevenção e combate a esta onda que ameaça engolir o sujeito real e suas questões subjetivas. O que podemos encontrar são políticas criadas pela saúde pública para tratamento das pessoas acometidas de transtorno mental.

O transtorno mental pode afetar o humor, o comportamento, o raciocínio e a compreensão de mundo, bem como as relações sociais do indivíduo. Apresenta reflexos psicológicos e, dependendo do estágio da doença,

reflexos físicos. Caracterizam-se como transtorno mental doenças como depressão, transtorno afetivo bipolar, esquizofrenia e outras psicoses, síndrome do pânico, ansiedade, transtorno obsessivo-compulsivo, transtorno de déficit de atenção, estresse pós-traumático, entre outras. Também são consideradas acometidas de transtorno mental as pessoas com quadro de uso nocivo e dependência de substâncias psicoativas, como álcool, cocaína, crack e outras drogas.

Segundo o Governo do Estado de São Paulo, 3 de cada 100 brasileiros sofrem de algum tipo de transtorno mental severo ou persistente; mais de 6% da população apresenta transtorno psiquiátrico grave recorrente do uso de álcool e outras drogas; e 12% da população necessita de algum atendimento em saúde mental, seja ele contínuo ou eventual².

Como garantir a esses grupos vulneráveis acolhimento e atenção fundamental às necessidades assistenciais, se apenas 2,3% do orçamento anual do SUS é destinado para a saúde mental?

Para a melhoria dos serviços de atendimento e integração social, a Política Nacional da Saúde Mental e seus desdobramentos vêm sendo, há algumas décadas, pauta de discussão de grupos de diversas áreas profissionais, juntamente às pessoas com transtorno mental e seus familiares.

Com a coordenação do Ministério da Saúde e ação do governo federal, a Política Nacional da Saúde Mental apoiada pela instituição das Leis Federais 8.080/1990 e 8.142/1990 de criação do SUS – Sistema Único de Saúde, visa proporcionar e garantir a todo e qualquer cidadão brasileiro o direito à saúde integral de qualidade, eficiente e digna.

Quando direcionamos o olhar para a política da saúde mental no Brasil, percebemos que, desde meados do século XX até o início do século XXI, o foco da legislação voltada aos cuidados da pessoa com transtorno mental se concentrava em ações para mantê-la excluída e isolada e não de zelar pelo bem-estar da mesma, inserindo-a no meio social.

Afetados pelos resultados do II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental, na cidade de Bauru, no ano de 1987, profissionais da área e civis se uniram pela a luta antimanicomial, fazendo grande pressão junto aos representantes do governo da época. Após um extenso período de protestos e discussões, o Estado brasileiro, em 2001, baseado na *Declaração de Caracas* (14 nov. 1990) e na *Declaração da ONU para o Cuidado e Direitos humanos à Proteção de Pessoas Acometidas de Transtorno Mental e a Melhoria da Assistência à Saúde Mental* (ONU, 1991),

2 <http://www.saude.sp.gov.br/humanizacao/areas-tematicas/saude-mental>. Acesso em 26 nov. 2018.

sancionou a lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Para o cumprimento da lei e mudança no modelo de tratamento, governo federal, estados e municípios se uniram para a criação de uma Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que conta com serviços e equipamentos variados para atuação na área de assistência à saúde mental no Brasil. A RAPS é constituída pelos seguintes equipamentos e serviços:

- *Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT)*: Espaços destinados a acolher egressos sem suporte familiar e/ou social, que estiveram em internações psiquiátricas de longa permanência. As SRTs são como moradias ou casas que também possibilitam acolhimento de pacientes com transtornos mentais em situação de vulnerabilidade pessoal e social;

- *Unidades de atendimento (UA)*: Com funcionamento 24 horas por dia, as Unidades de Atendimento oferecem cuidados contínuos e protetivos de caráter transitório para pessoas com vulnerabilidade social, decorrente do uso de álcool e outras drogas, que demandem acompanhamento terapêutico. A permanência no local pode durar até seis meses.

- *Ambulatórios Multiprofissionais de Saúde Mental*: Atendem necessidades de complexidade intermediária para pessoas com transtorno mental, de todas as faixas etárias e localizam-se em ambulatórios gerais e especializados, ambulatórios hospitalares ou policlínicas. Contam com equipe de multiprofissionais que atuam no tratamento dos pacientes por meio de consultas e atendimento integrado.

- *Comunidades Terapêuticas*: De caráter residencial transitório, as comunidades terapêuticas funcionam como serviços de cuidados contínuos de saúde para pessoas com necessidades clínicas instáveis adquiridas pelo uso recorrente de álcool e outras drogas.

- *Enfermarias especializadas em hospital geral*: Para pacientes com quadro clínico agudo e com atendimento 24 horas por dia, as enfermarias especializadas em hospital geral atendem casos de pacientes com incapacidade grave de autocuidado, risco de vida ou de prejuízo grave à saúde. Com internações hospitalares breves e humanizadas, este equipamento visa o retorno do paciente aos serviços de base aberta.

- *Hospital-dia*: Serviço destinado à assistência intermediária entre internações e atendimentos em ambulatório, onde são realizados procedimentos clínicos, cirúrgicos, diagnósticos e terapêuticos, que necessitem a permanência do paciente na unidade por até o período máximo de 12 horas.

- *Urgência e emergência*: São os serviços de SAMU 192, UPA 24H, Pronto-Socorro e Sala de Estabilização, para atendimento de urgências e emergências rápidas em pacientes com transtorno mental e/ou necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas em momentos de crise forte.

- *Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)*: Local de atendimento estratégico, próximo à família, onde o usuário recebe assistência multiprofissional e cuidado terapêutico.

A maior demanda de acolhimento e atendimento especializado à pessoa com transtorno mental é atendida nos CAPS que existem no país. Nestes espaços são realizados trabalhos com equipe multiprofissional de médicos, psicólogos, terapeutas e profissionais oficinairos de diversos campos. Os atendimentos e oficinas têm foco na integração social e familiar, buscando desenvolvimento cultural concreto, apoiando assim as iniciativas que visam a autonomia, situando o paciente em seu espaço dentro da comunidade e auxiliando na reabilitação psicossocial. As diretrizes para a construção destes centros estão descritas pelo Ministério da Saúde na portaria de n. 336, de 19 de fevereiro de 2002.

Considerados a base estratégica do processo de reforma psiquiátrica, os CAPS são divididos nas seguintes modalidades:

- CAPS I: Atendimento a todas as faixas etárias, para transtornos mentais graves e persistentes, inclusive causados pelo uso de substâncias psicoativas, atende cidades e/ou regiões com pelo menos 15 mil habitantes.

- CAPS II: Atendimento a todas as faixas etárias, para transtornos mentais graves e persistentes, inclusive causados pelo uso de substâncias psicoativas, atende cidades e/ou regiões com pelo menos 70 mil habitantes.

- CAPS i: Atendimento a crianças e adolescentes, para transtornos mentais graves e persistentes, inclusive causados pelo uso de substâncias psicoativas, atende cidades e/ou regiões com pelo menos 70 mil habitantes.

- CAPS ad (álcool e drogas): Atendimento a todas as faixas etárias, especializado em transtornos causados pelo uso de álcool e outras drogas, atende cidades e/ou regiões com pelo menos 70 mil habitantes.

- CAPS III: Atendimento com até cinco vagas de acolhimento noturno e observação; todas as faixas etárias; transtornos mentais graves e persistentes inclusive causados pelo uso de substâncias psicoativas, atende cidades e/ou regiões com pelo menos 150 mil habitantes.

- CAPS ad III (álcool e drogas): Atendimento com oito a doze vagas de acolhimento noturno e observação; funcionamento 24h; todas as faixas

etárias; transtornos causados pelo uso de álcool e outras drogas, atende cidades e/ou regiões com pelo menos 150 mil habitantes.

É notória a defasagem no número de estabelecimentos destinados ao atendimento dos usuários das RAPS. Como, por exemplo, na cidade de São Bernardo do Campo, localizada no estado de São Paulo, com população estimada de 833.240 habitantes (IBGE, 2017), onde há nove unidades de CAPS III, divididos em AD e Transtorno, sendo que a demanda de pessoas acometidas com transtorno mental na cidade pode chegar a 170 mil³. É possível observar que a quantidade de centros de atendimento é incapaz de suprir as questões de saúde mental do município.

Mesmo compreendendo que o serviço oferecido pela saúde pública municipal não é suficiente, pode-se perceber grande movimentação dos atores destes espaços para atendimento das necessidades básicas dos usuários, seja nos atendimentos terapêuticos, seja em meio às diversas oficinas oferecidas. Os pontos de atendimento para estas oficinas são criados com vínculo direto aos CAPS e funcionam como um braço que possibilita a reabilitação social do sujeito através da capacitação e reinserção no mercado de trabalho, enquanto as terapias individuais ou em grupos, dentro dos centros, atendem o tratamento psíquico.

Ainda com foco na cidade de São Bernardo do Campo, e dando ênfase a esta política pública existente na área da saúde mental, teremos como objeto de estudo o Nutrarte e seu funcionamento como importante espaço no campo da desinstitucionalização.

NUTRARTE

Criado em 2012 para atender aos usuários dos CAPS de São Bernardo do Campo, o Núcleo de Trabalho e Arte (Nutrarte) tem como objetivo o desenvolvimento de ações destinadas à reinserção social das pessoas que sofrem com doenças de transtorno mental, através da capacitação para o mercado de trabalho e geração de renda, com base nos valores e estratégias da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária, criada em 2008. Mesmo sendo um serviço integrado à Rede de Atenção Psicossocial, o Nutrarte funciona em um espaço independente, concedido pela Secretaria de Educação do município. O espaço físico é mantido financeiramente pela Secretaria da Saúde da cidade, e os funcionários são contratados em regime CLT pela Fundação ABC, Organização Social de Saúde, responsável

3 Cálculo feito com base nos números apresentados no documento *Diretrizes para um modelo de assistência integral em saúde mental no Brasil* (ABP et al., 2006, p. 27).

por diversos serviços prestados na área da saúde nos municípios do Grande ABC⁴.

O Nutrarte oferece oficinas — de marcenaria, estamparia, costura, artesanato, beleza, horta, vivências culinárias e artes plásticas — para usuários dos CAPS do município. Os participantes são selecionados pelos técnicos das oficinas, que quinzenalmente visitam os centros de atenção psicossocial e analisam o perfil dos interessados ou indicados pela equipe técnico-terapêutica (médicos psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais e enfermeiros), em seguida disponibilizam a vaga para o usuário frequentar o programa. Inicialmente o Nutrarte somava quinze usuários em suas oficinas, em meados de 2018 atendeu por volta de setenta usuários e hoje tem trinta e dois frequentadores.

GESTÃO DO PROGRAMA

No ano de 2018, designado como responsável pela gestão das oficinas, apresentou-se Carlos Aloísio de Siqueira, assistente técnico, que trabalha na área da saúde mental desde o ano de 2008, quando ingressou, aos 18 anos, através do projeto “Turma Cidadã” — programa municipal para qualificação profissional, com duração de doze meses, destinado a jovens em serviço militar ou dispensados. Sua primeira função estava diretamente ligada aos serviços de almoxarifado em um dos CAPS da cidade. Quando teve seu contrato encerrado, fez prova de reclassificação para continuar trabalhando no local e então se qualificou como auxiliar de farmácia. Passado um tempo, Carlos estava apto para o cargo de Monitor de Oficina nível I, no qual ministrou, por três anos, oficinas de percussão musical, Muay Thai e futebol para os usuários dos CAPS em que trabalhava. Em 2015, foi convidado a ministrar oficinas no espaço Nutrarte, onde transitou por outros segmentos, como costura e marcenaria. Nesse mesmo ano, cobriu as férias do gestor do espaço e teve seu primeiro contato direto com a área administrativa. Em 2016, Carlos auxiliou na prestação de contas de um grande projeto que contemplou o Nutrarte e mostrou desenvoltura para a área. Até então, Carlos não havia concluído o Ensino Médio, mesmo tendo cursado farmácia e fisioterapia por um período.

Com a troca de gestão da Prefeitura de São Bernardo do Campo, em janeiro de 2017, houve mudanças também na gestão do Nutrarte. Em abril

4 A Região do Grande ABC, ou simplesmente ABC Paulista, é um conjunto de sete municípios localizados na porção sudeste da Região Metropolitana de São Paulo — Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, São Caetano do Sul, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra —, cuja população soma cerca de 2,8 milhões de habitantes, segundo estimativas do IBGE.

desse mesmo ano, Carlos foi convidado a assumir a gestão das oficinas, mesmo sem possuir formação acadêmica. Então, dada a necessidade de alguém que respondesse legalmente pelas questões burocráticas, Carlos assumiu a gestão na prática. Ainda sob esse acordo funciona a gestão do Nutrarte, pelo menos até Carlos concluir a graduação em Processos Gerenciais.

Práticas instituintes e seus desmembramentos

Quando, em 2016, Carlos teve sua primeira experiência no universo de gestão, percebeu que os procedimentos utilizados no núcleo eram falhos e necessitavam de estratégias que possibilitassem a construção de uma configuração de organização mais adequada a seus objetivos. Então, instaurou no núcleo o uso do “Kanban”, método organizacional desenvolvido dentro da empresa Toyota⁵ que trabalha com demandas, prioridades e processos. Carlos o adaptou às necessidades de sua equipe ao implementá-lo e hoje tem projetado, sob a forma do Kanban, um sistema específico para a utilização da área da saúde. Segundo o relato dos funcionários, o método tem auxiliado na leitura de demandas e construção de estratégias situacionais.

Imagem 1. Amostra da primeira forma de utilização do método organizacional Kanban pela equipe do Nutrarte.

O QUE ?	QUEM?	QUANDO?	ONDE?	COMO?	PORQUE?	STATUS
Apoio e inserção do grupo em redes sociais, exemplo: Instagram, Facebook, WhatsApp	Louise / Railson	Até dia 08/12	MATER Oficina	Compra de chip para o aparelho celular da Oficina	Buscar o aumento nas vendas	
Apoio no aprimoramento do projeto na apresentação do serviço, exemplo: embalagens, etiquetas, etc.	Roberto/Felipe	fev./18	Tempero bom	Aulas, apresentações, material didático sobre o assunto	Melhor apresentação dos produtos oferecidos	
Apoio em relação a autonomia dos usuários para realizar processos tanto ADM quanto de produção na cozinha	Roberto/Felipe	fev./18	Tempero bom	Acompanhamento durante essas atividades	Autonomia do empreendimento	
Criação de logotipo do Projeto	Roberto / Dirce	jan./18	Reaprendendo a Viver	Através do trabalho de identidade visual	Dar identidade ao grupo	
Inserção de ferramentas ADM, Livro Caixa, Fundo de Caixa, folha de ponto, pagamento com recibo e ata de reunião	Roberto / Dirce	jan./18	Reaprendendo a Viver	Apresentação das ferramentas Administrativas e utilização da mesmas	Controle Administrativo	
Precificação correta	Roberto / Dirce	jan./18	Reaprendendo a Viver	Aulas para o grupo de como fazer (Passo a passo)	Preço justo Para Fabricante e cliente	
Andamento em relação ao curso de costura, ministrado pela técnica do empreendimento	Roberto / Dirce	jan./18	Reaprendendo a Viver	Aulas para os participantes de como fazer (Passo a passo)	Possíveis novas inserções no empreendimento	
Verificar o quanto os usuários se identificam com o NOME e logotipo do Projeto (Realizar alteração dos mesmos caso necessário)	Louise / Railson	dez/17	Beleza Pura	Através do trabalho de identidade visual	Dar identidade ao grupo	
Inserção de ferramentas ADM, Livro Caixa, Fundo de Caixa, folha de ponto, pagamento com recibo e ata de reunião	Louise / Railson	jan./18	Beleza Pura	Apresentação das ferramentas Administrativas e utilização da mesmas	Controle Administrativo	

Legenda de STATUS

-  Finalizado
-  Em andamento
-  Para executar

Fonte: Arquivo “Comparativo Gerencial Nutrarte”, cedido pela gestão do espaço, 2018.

5 Toyota Motor Corporation, fabricante automotivo japonês.

Outro ponto inovador dentro da gestão de Carlos é a divisão da equipe em três grupos de trabalho: núcleo de marketing, núcleo de formação e núcleo administrativo. Cada grupo promove ações para alcançar resultados e metas estipuladas em reuniões de equipe que são feitas em dois momentos distintos na semana. Às segundas-feiras, quando abordam casos de usuários, apontam observações sobre a execução do que foi idealizado — aspectos positivos e negativos — e planejam cenários futuros. O segundo momento acontece às sextas-feiras, quando Carlos, por identificar a necessidade de supervisão técnica direcionada à equipe — assistência não agenciada pela Secretaria da Saúde do município —, promove momentos formativos, a fim de ampliar a visão do grupo sobre o campo da saúde mental, apresentando filmes, artigos ou matérias de jornais, seguidos de discussões sobre o assunto.

Carlos acredita que esses momentos formativos têm sido muito importantes para o entrosamento da equipe e para a consolidação de comportamentos éticos que configuram a identidade e as práticas do Nutrarte. Este é um posicionamento estratégico sob a visão de Carlos, pois ele almeja capacitar seus funcionários para que despertem a autonomia e empreendedorismo nos usuários das oficinas, valores que fazem parte da missão do núcleo.

Imagem 2. Utilização do método organizacional Kanban, em exposição na lousa da sala de reuniões.



Foto: Tátilla Colin, 2019.

Imagem 3. Adaptação do método Kanban às práticas da equipe do Nutrarte.

Demanda	Anotações	
Porque?		
Pra que?		
Quando/Data?		Status atual
		Status Final
Quem?		
		Feedback

Fonte: documento cedido pela gestão do Nutrarte, 2019.

A equipe gerida por Carlos é composta de dez funcionários: seis Monitores de Oficina tipo I, sem formação acadêmica; três Monitores de Oficina tipo II, com formação acadêmica; e um Oficial Administrativo. Quando questionados sobre os métodos da gestão de Carlos, quase todos os funcionários responderam estar em período de vivência e adaptação do sistema, mas apontaram algumas necessidades: melhoria dos procedimentos de execução dos planos de ação; eficácia nos processos aplicados às oficinas; estratégias inovadoras em relação ao pensamento empreendedor; autonomia e empoderamento na tomada de decisões. Em resumo, compreendem o aumento das possibilidades de construção de configurações mais adequadas à organização e realização de seus objetivos.

A geração de autonomia e segurança para empreender são objetivos claramente definidos na gestão de Carlos, que visa também preparar os usuários para o mercado de trabalho competitivo — ideia que, segundo ele, contraria os princípios da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária, já que esta relaciona empreendedorismo aos objetivos do Comércio Justo e Solidário, assim caracterizados:

1ª) Existência de relações comerciais mais justas, solidárias, duradouras e transparentes: As relações comerciais são justas quando todas as pessoas envolvidas saem ganhando. Quem produz trabalha de forma digna, num local adequado, com uma carga horária que permite cuidar da saúde, ter lazer e conforto e recebe remuneração justa. Já quem compra, sabe que está comprando um produto de qualidade (ou adquirindo um bom serviço), feito com materiais que não prejudicam o meio ambiente e as pessoas, que possui um preço justo que remunera adequadamente quem produz. E, quando o produto é revendido por alguém, essa pessoa não é uma mera atravessadora, ela é uma parceira, que conhece o valor real do produto, que mantém uma relação saudável com quem produz e quem compra, e coloca sobre o preço do produto apenas o suficiente para pagar suas despesas e remuneração, sem buscar lucros exorbitantes na revenda.

2ª) Corresponsabilidade nas relações comerciais entre os diversos participantes da produção, comercialização e consumo: Corresponsabilidade é exatamente quando todas as pessoas envolvidas são responsáveis, no caso do Comércio Justo e Solidário, da produção, comercialização e consumo.

3ª) Valorização, nas relações comerciais, da diversidade étnica e cultural e do conhecimento das comunidades tradicionais: O Comércio Justo e Solidário é mais que uma outra forma de relação comercial, ele é um espaço de resistência e valorização da diversidade cultural do nosso país.

4ª) Transparência nas relações comerciais, na composição dos preços praticados e na elaboração de produtos, garantindo acesso à informação acerca de produtos, processos e organizações que participam do Comércio Justo e Solidário. Transparência é a palavra de ordem do Comércio Justo e Solidário. O que significa que as informações importantes sobre o empreendimento e seus produtos e/ou serviços devem estar disponíveis para as pessoas que consomem e/ou são parceiras. (RIBEIRO; SANTOS, I. C., 2017, pp. 17-9).

Apesar do vínculo direto do Nutrarte à Rede de Saúde Mental e Economia Solidária, Carlos acredita ser inviável seguir plenamente os princípios que a definem, pois entende que desinstitucionalizar é inserir o usuário no mercado de trabalho real. Por isso o funcionário vem atuando na alteração do tempo de permanência dos usuários nas oficinas, que antes era indeterminado, e nesta nova política passa a ser de dez meses.

Desvincular o papel de política assistencialista do Nutrarte e torná-lo um real espaço de acolhimento, (re)construção de valores, formação profissional e reinserção social através do mercado de trabalho formal são, para Carlos, fundamentos essenciais para o sucesso dos beneficiários. Acredita

que só assim se despertem nos usuários valores como empatia, companheirismo, trabalho em equipe e responsabilidade.

FINANCIAMENTO E RENDA DO NUTRARTE

A Secretaria da Saúde do Município de São Bernardo do Campo atualmente repassa para o Nutrarte cerca de R\$ 50 mil mensais para o custeio de despesas, valor equivalente a 0,01% do montante destinado à saúde municipal até 29 de abril de 2019⁹. Esse recurso é utilizado para cobrir gastos de RH, alimentação dos usuários e manutenção do prédio

As oficinas, denominadas por Carlos como autossustentáveis, são mantidas com a renda de produtos confeccionados pelos usuários e vendidos em feiras promovidas pela Rede de Saúde Mental e Economia Solidária. A produção das oficinas também é adquirida por funcionários da área da Saúde Mental e pelos próprios usuários, além da clientela engajada através das redes sociais. Outras fontes de financiamento do núcleo são os valores recebidos pela contemplação em editais públicos voltados para a área da saúde — com projetos escritos pela equipe do Nutrarte — e, ainda, doações de materiais e equipamentos.

No campo das parcerias, vale ressaltar que Carlos está em negociação com empresas privadas — transgredindo os princípios da Rede de Economia Solidária, que considera essa ação segregadora. Carlos aposta na estratégia, pois valoriza a possibilidade da criação de aproximadamente cinquenta vagas de emprego temporário para os usuários, pelo qual recebem R\$ 440,00, mais vale-transporte, valor maior do que conseguem angariar nas vendas dos produtos confeccionados nas oficinas de geração de renda. Carlos comenta que há também possibilidade de uma futura parceria com a Fiesp, através de palestras e formação profissional.

O pagamento dos usuários pelos serviços prestados nas oficinas do Nutrarte baseia-se nos princípios da Economia Solidária. A divisão de valores é feita da seguinte forma:

- 50% custo (material, embalagem, transporte, porcentagem de nota fiscal e fundo de suporte);
- 50% lucro (que é dividido por todos os usuários presentes na data da fabricação, confirmada pela folha de ponto que assinam quando estão em serviço nas oficinas).

Quando esse assunto se apresenta, é importante destacar que cada oficina de geração de renda possui especificidades e que cada monitor tem

seu modo de trabalho, de comum acordo com os usuários, que participam do controle de qualidade e precificação dos produtos.

A Secretaria de Cultura do município também é parceira do Nutrarte, disponibilizando, em concessão, um espaço na Pinacoteca da Cidade de São Bernardo do Campo, onde, em atenção às necessidades da oficina de artes visuais, foi instalado o ateliê do Coletivo Traço.

COLETIVO TRAÇO

Imagem 4. Pinacoteca de São Bernardo do Campo.



Foto: Tátilla Colin, 2019.

Funcionando em uma sala dentro da Pinacoteca de São Bernardo do Campo cedida pela Secretaria da Cultura, em contrapartida às aulas abertas para a comunidade ministradas por Sueli Bonfim — artista plástica e monitora da oficina de artes visuais que compõe o corpo de serviços oferecidos pelo Nutrarte —, o Coletivo Traço é um coletivo de artistas plásticos em atividade há cinco anos, favorecendo a inserção de usuários da Rede de Atenção Psicossocial do município no universo do trabalho e da cultura. Atualmente é composto por nove usuários, porém tem em seu histórico a passagem de pelo menos trinta e cinco beneficiários vinculados aos CAPS, que se identificam como artistas e/ou aprendizes de arte.

Imagem 5. Ateliê do Coletivo Traço.



Foto: Tátilla Colin, 2019.

A fim de promover a autonomia através de práticas artísticas, quebrar paradigmas e ampliar círculo social, o Nutrarte, por meio das ações e da mediação de Sueli, possibilita aos usuários a descoberta e/ou retomada de suas habilidades, proporcionando a experimentação de técnicas, a produção artística — coletiva e individual — e a participação e montagem em exposições das obras produzidas pelos pintores do coletivo.

Imagem 6. Ateliê do Coletivo Traço.



Foto: Tátilla Colin, 2019.

A renda das oficinas é gerada pela própria contratação das exposições e pela venda de agendas e cadernetas produzidas e montadas pelo coletivo, estampando na capa trabalhos artísticos de seus membros. Estamparia e encadernação fazem parte do processo de montagem dos produtos, que são precificados e vendidos pelos usuários.

Além da apropriação do espaço e da arte, as atividades no território cultural, potencializam a produção artística e inserem o usuário diretamente no universo das artes, o que contribui para a democratização dos bens e patrimônios culturais, promovendo o exercício do direito à cultura.

Em todo este período de funcionamento, artistas usuários entraram e saíram do coletivo, mas alguns permaneceram e compreendem a importância de estarem inseridos em um campo facilitador para a criação e fruição cultural. A utilização do ateliê localizado na Pinacoteca da cidade, e não em um espaço restritamente destinado ao tratamento de pessoas que sofrem transtorno mental — mais precisamente os CAPS — concretiza o real processo de reinserção e reabilitação psicossocial do sujeito.

Quando, em conversa com J. (nome fictício), artista do coletivo, questionei a importância da utilização do ateliê localizado em um equipamento público cultural e obtive a seguinte resposta:

No CAPS você se vê como participante da oficina. Aqui não! Você se vê como artista, porque só tem arte. Fazemos arte, pesquisamos arte. Fico mais feliz. Tenho amigos. O Traço é a verdadeira medicação, o verdadeiro tratamento. Talvez, se fosse em outro espaço, não haveria o autorreconhecimento.

J., assim como os outros artistas do Coletivo Traço, vivencia o retorno positivo da ação de diálogo estabelecido entre as secretarias de Saúde e Cultura da cidade — ação que contribui diretamente para o sucesso do projeto.

TRAJETOS E CONQUISTAS DO COLETIVO TRAÇO

Ao longo de sua existência, o Coletivo Traço coleciona momentos de sucesso. Por meio das diversas exposições de trabalhos na cidade, ocupando os salões da Pinacoteca, os artistas obtiveram não somente o reconhecimento local, mas alcançaram as fronteiras artísticas internacionais.

Imagem 7. Artistas do Coletivo Traço e suas produções.



Foto: Tátilla Colin, 2019.

Conquistaram premiações por suas produções artísticas e vêm construindo, através das ações do coletivo, redes de trabalho fora do contexto da Rede de Economia Solidária e Saúde Mental. É o caso, por exemplo, da artista Maria Alice Amorim, que está trabalhando em estampas sob encomenda das artistas estilistas da marca *slow fashion* Psicotrópica.

Vale destacar ainda alguns importantes acontecimentos para o Coletivo Traço nos três últimos anos:

- Exposição na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, no Fórum de Diretos Humanos e Saúde Mental, promovido pela Abrasme – Associação Brasileira de Saúde Mental, em junho de 2017;
- Recebimento do Troféu Arte em Movimento, 3ª edição (2017), premiação que acontece na cidade de, dada a artistas de destaque nacional, entregue pelo ativista cultural José Pereira, o Zep;
- Exposição de obra de arte de Jacira Lacerda na Galeria Virtual francesa *Prendre Corps: Quand l'art brésilien prendre place* (Tomar Corpo: Quando a arte brasileira toma seu lugar), Paris, fev./jul. 2018;
- Exposição na Secretaria da Saúde de São Bernardo do Campo, em agosto de 2018;
- Exposição realizada na 3ª edição da proposta de arte pública Cuia-bá 153 e Os Portões que Falam, na cidade de Santo André, em 2018;

- Exposição realizada na Biblioteca Pública Municipal Monteiro Lobato, São Bernardo do Campo, em 2018;
- Premiação (4º lugar) do artista Edson Lacerda no VIII Prêmio Arthur Bispo do Rosário, promovido pelo Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo, em 2018.

Imagem 8. Imagem da obra de Jacira Lacerda que ficou exposta em galeria virtual francesa.



Fonte: <<https://prezi.com/u2jnivjztmw2/prendre-corps-tomar-corpo/>>. Acesso em: 2 abr. 2019.

Imagem 9. Edson Lacerda e, à sua esquerda, a obra que obteve o 4º lugar do VIII Prêmio Arthur Bispo do Rosário.



Foto: Tátilla Colin, 2019.

REFLEXOS DE UMA GESTÃO NÃO CULTURAL

Observando a trajetória do Coletivo Traço e levando em conta todos os aspectos favoráveis desse percurso, cabe citar a reflexão de Moraes Santos, Barros e Carvalho dos Santos:

Considerando a dimensão do transtorno mental e da loucura como componentes da diversidade humana, são importantes os campos da cultura e da arte como formas de intervenção na luta antimanicomial e na reabilitação psicossocial. Entendemos que a pesquisa das ações nesse campo amplia as possibilidades na vida prática do cotidiano dos serviços, assim como também nas políticas públicas institucionais. (2016, p. 115.)

Diante disso, é possível compreender a singularidade das ações necessárias para a gestão de espaços voltados à produção artística e reinserção no mercado de trabalho, como o Coletivo Traço. Não por acaso, surgiram apontamentos sob o olhar da gestão de Carlos e monitoria de Sueli na oficina de artes visuais. Carlos encontra problemas na permanência dos artistas usuários no coletivo para além dos dez meses estipulados em sua política de gestão. Também aponta complicações na precificação dos produtos feitos nas oficinas de artes visuais, já que não há parâmetros mercadológicos para valores

de obras de arte. Em contraponto, a opinião de Sueli é que não há meios de manter o coletivo em crescimento, desenvolvimento e emancipação se sua dinâmica for equiparada à das outras oficinas oferecidas pelo Nutrarte.

Cabe avaliar ainda que o campo de trabalho cultural, em todas as suas esferas, é polêmico, já que não há investimento e repasse de valores necessários advindos dos cofres públicos nem ofertas variadas dentro do campo da empregabilidade privada. O trabalho artístico cultural, em grande porcentagem, fica em segundo plano, como avaliam Béra e Lamy:

Os profissionais da cultura encontram no ensino um suplemento a suas remunerações principais, pois são responsáveis por 50% a 75% do volume horário de ensino dispensado. Nada de muito preciso pôde ser concluído quanto à inserção profissional, mas percebe-se que a oferta de formação ultrapassa de longe a demanda e contribui para a desclassificação profissional generalizada, talvez mais neste campo do que em outros. (2015, p. 180.)

Assim, podemos ressaltar que a arte/educação supre a baixa demanda de trabalhos oferecidos aos artistas no campo cultural, o que os leva ao ingresso na área de ensino, mesmo que este não seja o plano de carreira almejado. Cabe lembrar que esse é o mercado de trabalho para o qual a política do Nutrarte pretende encaminhar os usuários do Coletivo Traço depois de completarem dez meses de utilização do programa. Porém, analisando os procedimentos do núcleo, observa-se que as políticas públicas instituídas pela área da saúde mental para reinserção no mercado de trabalho não contemplam financiamento de formação acadêmica, seja em licenciatura ou bacharelado. Neste caso, é válido compreender as necessidades de diálogos entre gestão, monitoria e público-alvo para o desenvolvimento de ações que se apoiem na equidade de oportunidades no campo de trabalho, e não somente basear práticas de gestão técnica e administrativa na aplicação de métodos igualitários a todas as dinâmicas e grupos sociais presentes nos programas oferecidos.

Segundo Moraes Santos, Barros e Carvalho dos Santos,

a interface da Cultura com a Saúde é um campo que impõe desafios ainda mais complexos do que cada área individualmente já tem. Ambas possuem determinantes fundamentais para a questão da qualidade de vida, da cidadania, o desafio de assumir através de suas intervenções e ações, o que determina os direitos humanos. A interlocução dessas áreas para a construção de projetos em comum amplia as possibilidades, mas também amplia questões subjacentes da atualidade, como a dificuldade de financiamento em ambas as áreas, conceitos complexos (conceito de cultura, conceito de saúde/doença), entre outras questões a serem superadas pelos atores envolvidos. (2016, p. 136.)

Mesmo compreendendo as dificuldades de interlocução das áreas da Saúde e da Cultura no universo das políticas públicas, é imprescindível redesenhar a relação existente entre elas, quando encontramos casos como o do Coletivo Traço. Faz-se necessária a abertura de diálogos e discussões de novos conceitos que considerem o contexto em que estão inseridos os artistas usuários dos serviços de saúde mental da cidade de São Bernardo do Campo, seja no âmbito do cuidado psicossocial, seja no âmbito da reinserção ao mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estruturas invisíveis adotadas na criação e desenvolvimento de diversas políticas públicas muitas vezes engessam a atuação de seus gestores. Para que seja possível atravessar essas barreiras, é imprescindível aprimorar o olhar e a sensibilidade daquele que é tido como responsável pelo sucesso das ações da equipe. Diante das práticas observadas durante este estudo, é possível analisar que, ainda que recente, a gestão conferida ao objeto de pesquisa Nutrarte tem se mostrado assertiva e instituinte sob os aspectos técnico-organizacionais. Entretanto, faz-se necessário ter olhares diferenciados para as políticas públicas culturais, bem como estudos sobre a área e embasamento teórico-prático para vivência plena de uma gestão cultural que atenda às reais demandas e expectativas em questão.

Neste caso torna-se urgente o fomento às políticas públicas na área da cultura que visem a garantia do espaço de produção e trabalho para artistas como os do Coletivo Traço, pois sabemos que o mercado das artes é restrito e excludente em todos os casos. Quando a discussão é em relação a estes sujeitos em específico, que, em processos de desinstitucionalização, tratamento ou, ainda, em surto, necessitam do respaldo do Estado para alcançar a plenitude de seus direitos como cidadãos — incluindo o direito à cultura como consumidores e produtores —, a atenção deve ser redobrada, pois, desde os primórdios da reforma psiquiátrica até os dias atuais, a luta é para que sejam possíveis e efetivas as políticas públicas de reinserção e reabilitação psicossocial das pessoas acometidas de transtorno mental.

Refletindo sobre a decorrente necessidade de conhecimento das especificidades da área da Gestão Cultural, concluo que, para melhor desenvolvimento de ações, é primordial a imersão sobre os campos abordados e o reconhecimento dos territórios, que por si só já apresentam grande variedade de linguagens e revelam a recorrente indigência de aprimoramento e estudo das particularidades dos mais distintos atores sociais e suas produções. Desta forma, a cultura se apresenta como uma teia de diversidade, e, para compreendê-la como campo fértil para o sucesso de uma sociedade democrática e inclusiva, deve-se direcionar esforços à construção de novas

políticas públicas culturais transversais e intersetoriais, buscando a plenitude da reinserção de todo e qualquer sujeito na sociedade à qual pertence.

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, Paulo; TORRE, Eduardo. H. Guimarães. “Loucura e diversidade cultural: inovação e ruptura nas experiências de arte e cultura da Reforma Psiquiátrica e do campo da Saúde Mental no Brasil”. *Interface*, São Paulo, v. 21, n. 63, pp. 763-74, 2017.
- ABP – Associação Brasileira de Psiquiatria; AMB – Associação Médica Brasileira; CFM – Conselho Federal de Medicina; FENAM – Federação Nacional dos Médicos. *Diretrizes para um modelo de assistência integral em saúde mental no Brasil*. Rio de Janeiro: ABP, 2006.
- BÉRA, Matthieu; LAMY, Yvon. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Edições Sesc, 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. “Política nacional de saúde mental, álcool e outras drogas”. Ministério da Saúde [portal]. Brasília: Ministério da Saúde [s.d.]. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/politica-nacional-de-saude-mental-alcool-e-outras-drogas>>. Acesso em: 4 mar. 2019.
- _____. “Saúde mental: o que é, doenças, tratamentos e direitos”. Ministério da Saúde [portal]. Brasília: Ministério da Saúde [s.d.]. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/saude-de-a-z/saude-mental>>. Acesso em: 26 nov. 2018.
- BRITO, Emanuele S. de; VENTURA, Carla A. Arena. “Evolução dos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais: Uma análise da legislação brasileira”. *Revista de Direito Sanitário*, São Paulo, v. 13, n. 12, pp. 41-63, 2012.
- CARVALHO, Rosa C. M. de. *Atuação do artista plástico no ambiente psiquiátrico: a experiência do Juqueri na década de 50*. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- CFP – Conselho Federal de Psicologia. “CFP manifesta repúdio à nota técnica ‘nova saúde mental’ publicada pelo Ministério da Saúde”. CFP [site]: Notícias, 8 fev. 2019. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/cfp-manifesta-repudio-a-nota-tecnica-nova-saude-mental-publicada-pelo-ministerio-da-saude/>>. Acesso em: 8 mar. 2019.
- COSTA, Nilson do R. et al. “Reforma psiquiátrica, federalismo e descentralização da saúde pública no Brasil”. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 12, pp. 4.603-14, 2011.
- GENTIL, Valentim. “Saúde Mental”. [Entrevista concedida a] Drauzio Varella. Drauzio [site], 29 out. 2012. Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/entrevistas-2/saude-mental/>>. Acesso em: 6 mar. 2019.
- GONÇALVES, Tatiana F. da Cunha. *A legitimação de trabalhos plásticos de pacientes psiquiátricos: Eixo Rio–São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Portal IBGE: Cidades e Estados: São Bernardo do Campo. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-bernardo-do-campo.html?>>. Acesso em: 27 abr. 2019.
- LIMA, Aluisio Ferreira de (org.). *(Re)Pensando a saúde mental e os processos de desinstitucionalização: histórias, intervenções e desafios ético-políticos*. Curitiba: Appris, 2018.
- NUTRARTE – Núcleo de Trabalho e Arte. Prefeitura de São Bernardo do Campo [site]. Guia da Saúde: Saúde Mental. Disponível em: <<http://www.saobernardo.sp.gov.br/nucleo-de-trabalho-e-arte-nutrarte>>. Acesso em: 27 abr. 2019.
- OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. “Tudo que você precisa saber sobre transtorno mental”. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5652:folha-informativa-transtornos-mentais&Itemid=839>. Acesso em: 6 mar. 2019.
- POMPEU E SILVA, José O. M. *A psiquiatria e o artista*: Nise da Silveira e Almir Mavignier encontram as imagens do inconsciente. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- RIBEIRO, Erica; SANTOS, Isadora Candian dos (org.). *Multiplificadores do comércio justo e solidário e sistemas participativos de garantia na Rede de Saúde Mental e Economia Solidária*. São Paulo: Instituto Integra para o Desenvolvimento, 2017.
- SANTOS, Irma M. de Moraes; BARROS, Sônia; SANTOS, Jussara Carvalho dos. “Projetos culturais nos centros de atenção psicossocial: um desafio em direção à cidadania”. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, Florianópolis, v. 8, n. 20, 2016.
- SANTOS, Isadora Candian et al. (org.). *Cooperativismo e associativismo Social: trabalho coletivo que transforma vidas*. São Paulo: Instituto Integra para o Desenvolvimento, 2017.
- SÃO PAULO – Governo do Estado. Secretaria da Saúde. “Saúde Mental”. Disponível em: <<http://www.saude.sp.gov.br/humanizacao/areas-tematicas/saude-mental>>. Acesso em: 26 nov. 2018.



ENTREVISTA

ENTREVISTA COM HELOISA STARLING¹

CPF: Qual o sentido de comemorar os duzentos anos da Independência?

Heloisa: Foi um pouco a ideia que tivemos em nosso seminário, de pensarmos que comemorar significa recordar juntos, e recordar é trazer de volta ao coração. Vamos lembrar, vamos comemorar. Voltar duzentos anos no tempo significa olhar para uma ideia de país que estava sendo construído naquele momento, que estava sendo imaginado naquele momento. É uma ideia de futuro, inclusive. Não existia o Brasil, mas existia uma ideia do Brasil.

E essa ideia do Brasil está sendo acompanhada por alguns procedimentos na sociedade que são muito importantes para nós atualmente, como, por exemplo, o grande debate público que se abriu nesse país, nisso que um dia ia ser o Brasil, para trazer as ideias de República, Federação, liberdade, democracia, Constituição, Parlamento, voto. Eu estava me dando conta de que mesmo naquele momento lá, quando se vai pensar e imaginar a Constituinte de 1823, os representantes brasileiros já são eleitos. É a primeira vez que estamos tratando de votos e representantes; como se estivéssemos varrendo o absolutismo e colocando no lugar uma série de valores da política que são essenciais nos dias de hoje: República, voto, eleição, isso está sendo discutido nos panfletos e jornais... a democracia. Então, tem uma efervescência, um debate entre as pessoas que trocam ideias e são capazes de emitir opiniões juntas. A Independência importa para pensarmos nesse debate, pensarmos nos valores políticos que estão sendo debatidos pela primeira vez, ou que estão assumindo concretude no Brasil contra o despotismo, contra o absolutismo, como escreveram Rafael Cariello e Thales Pereira no livro *Adeus, senhor Portugal*. O projeto vitorioso é o projeto capitaneado pelo Rio de Janeiro. É centralizador, conservador e fundado numa única instituição, que é a escravidão. É a escravidão, inclusive, que vai garantir essa realização. No Brasil que se forma e que se centraliza em torno das províncias, a grande palavra de ordem que permite a Pedro I essa centralização, em parte, é a Guerra de Independência e a maneira como ele vai reprimir e destruir o ciclo revolucionário. Mas na outra perna está também a escravidão, que faz com que

1 Historiadora, cientista política e professora titular-livre da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É autora de *Os senhores das Gerais* (Vozes, 1986); *Lembranças do Brasil* (Iuperj, 1999); *Brasil: uma biografia* (Companhia das Letras, 2015), com Lília M. Schwarcz; *República e democracia* (Ed. UFMG, 2017) e *Ser republicano no Brasil colônia* (Companhia das Letras, 2018), entre outros. E-mail: projeto republicaufmg@gmail.com.

os grandes proprietários adiram ao projeto do Rio de Janeiro. Então, talvez o nó que a gente precisa desmanchar esteja aí.

E tem uma terceira coisa que a gente fez e que acho muito bacana, que é pensarmos que a Independência também nos dá uma arqueologia da esperança. Vamos encontrar nesses anos da Independência, e por isso também importa lembrar a Independência, a população pobre se mobilizando em função dessa esperança, do que virá a ser um país, vemos isso na Bahia com os batalhões, como o João José Reis mostrou, vemos as mulheres se mobilizando, vemos as populações indígenas. Existe uma movimentação em torno da construção da esperança que talvez nos importe quando lembramos a Independência. Refletir sobre esse repertório nos ajuda a conhecer o que somos e o que poderíamos ser, e poderá nos permitir imaginar o que ainda queremos ser e fazer as escolhas juntos.

CPF: Chamamos o seminário e o dossiê de “A outra Independência”. Talvez pudéssemos falar um pouco sobre esse projeto. Como seria?

Heloisa: Esse título foi tomado de um livro muito importante do Evaldo [Cabral de Mello], eu me apropriei da ideia dele de uma outra Independência, um outro projeto de Independência, se souber vai querer direitos autorais (risos). Quando olhamos para a Independência do Brasil, habitualmente, só vemos o projeto vitorioso. Brincamos em nosso seminário que temos que olhar para a Independência de costas para o Ipiranga e de frente para o Brasil. Se a gente for além do Ipiranga, se a gente for além do projeto vitorioso e olhar para o Brasil, vai ver que esse projeto não foi vitorioso por acaso, que ele vai impor uma centralização, uma repressão, as Guerras de Independência, que é muito violento e, inclusive, precisa reprimir aquilo que chamei, a partir do Evaldo, de “a outra Independência”, que se abre antes de 1822, isto é, em 1817, quando Recife instaura a República. A Revolução de 1817 abre esse ciclo, que chamei de ciclo revolucionário, porque ela apresenta um outro projeto para a independência, que é um projeto republicano, com traço libertário forte; inclusive, no momento de instalar a República, era necessário dar conta de princípios de igualdade, de cidadania, que certamente fariam emergir a República na população pobre, na população negra. Não é à toa que a Revolução de 1817 se espalha muito rapidamente para a Paraíba e para o Ceará, do Rio Grande do Norte para o Ceará. Pensem que a República é instalada no Recife em março de 1817, em maio a República é instalada no Crato, no Ceará, num domingo, e à frente da República está uma mulher, que é a Bárbara de Alencar. Ela espera o fim da missa, sai com a população, e aí a população vai até a Câmara, depõe as autoridades portuguesas e proclama a República no Crato.

Esse ciclo revolucionário é longo, porque vai até 1824, com a Confederação do Equador. Começa em 1817, e vamos ter uma série de eventos a partir de 1823 em Pernambuco, a sedição de Goiana, todos de cunho republicano, e alguns muito importantes para nós, como, por exemplo, o levante que ocorre em 1823 da população negra em Pernambuco, comandado pelo [Pedro da Silva] Pedroso, a Pedrosada, e talvez seja a primeira vez no Brasil que vemos um movimento revolucionário que evoca diretamente a revolução do Haiti. As crianças em Olinda estão cantando canções em homenagem às lideranças da revolução do Haiti. Isso é importante porque é um momento em que a República se defronta com a escravidão.

O que a Pedrosada está ensinando para nós, na Independência, é que a República não pode ser conivente com a escravidão. Então, a importância desse levante de que tratamos no seminário é por causa disso. E esse processo vai até o momento em que Pedro I dissolve a Constituinte, outorga uma Constituição, e aí Pernambuco diz “não dá mais”. E aí se convoca a Confederação do Equador, e ela reúne os estados daquilo que hoje seria o Nordeste, que eram as províncias do Norte. Então esse traço que começa em 1817, esse ciclo que começa em 1817 e que vai ser violentamente reprimido em 1824, produz um pensamento político. Podemos pensar principalmente no Frei Caneca, como o Frei Caneca elabora essa discussão, talvez ele seja nosso primeiro pensador republicano, ele apresenta uma ideia de República, ele enfrenta a questão da escravidão e apresenta a ideia de uma Federação em que as províncias teriam autonomia e autossuficiência para se comandarem. Ele está se inspirando naquilo que vê acontecer na Revolução Americana, na independência das três colônias inglesas.

E aí tem coisas muito legais, isto é, esse ciclo cai bem na moda. A gente poderia até chamar a Glória Kalil para fazer essa parte, porque as mulheres, por exemplo, lá no Recife e no Ceará, vão cortar curto o cabelo para acabar com aqueles penteados do Antigo Regime, os homens vão usar chapéu de bambu da terra, algodão da terra, e sempre-viva na lapela para simbolizar a liberdade que nasce em qualquer lugar, não precisa de muito cuidado e é linda como a flor.

Então, a nossa outra independência tem uma história importante para formar nosso repertório hoje.

CPF: O dossiê da revista traz a história das mulheres na Independência, que também é tema do livro *Independência do Brasil*: as mulheres que estavam lá, e traz a história das utopias. Acho que são personagens e lugares da utopia que foram, se não esquecidas, pelo menos adormecidas e que agora estão voltando.

Heloisa: Acho que são duas coisas. Essa ideia da utopia ainda não foi desenvolvida, e o Danilo [Marques] precisa fazer para valer. As utopias são muitas para a gente pensar como conceito, e algumas são inclusive muito reacionárias, mas o Danilo está trabalhando com uma ideia que acho que precisa ser desenvolvida para o Brasil, não conceitualmente, que é a ideia da utopia como um princípio de esperança. Aquela certeza incerta sobre um bem que virá. Então, eu construo a esperança a partir da imaginação do homem, a utopia como essa possibilidade de dar forma à esperança, a essa certeza incerta.

E aí acho que precisa fazer um levantamento, mas a hipótese que tenho é que a Serra do Rodeador, a tentativa de construir uma comunidade livre, com traços igualitários, capaz de reproduzir relações igualitárias de distribuição numa sociedade hierárquica construída em cima da propriedade da terra e da escravidão, é uma novidade extraordinária. Então, ela tem aquela característica utópica que vem de Thomas More: faço a crítica do que estou vendo, a crítica dessa realidade a que estou assistindo, e nessa crítica vou mostrar os pontos dessa realidade que ela não resolve, em que é insatisfatória e tirânica, e a partir do humanismo, da capacidade humana de imaginar alternativas para si próprio, de esperar, de construir, de criar outras formas políticas, crio uma sociedade outra. Portanto, a ideia dessa utopia com esse traço é anterior à Independência, mas está nesse momento em que as ideias de independência estão circulando, porque ela aparece talvez pela primeira vez na Conjuração do Rio de Janeiro.

A Conjuração do Rio de Janeiro é um movimento com traços muito importantes e pouco estudado. Por exemplo, é um momento em que a ideia moderna de democracia, como a gente entende hoje, desembarca no Brasil. É a primeira vez que se começa a discutir o que é a democracia e a importância de praticá-la a partir do seu princípio igualitário e do seu princípio de liberdade. Ela reúne um conjunto de médicos formidáveis que vão pensar, pela primeira vez na história do Brasil, a ideia de que a ciência deve estar voltada para o bem comum. Por exemplo, imagine o que significa você ficar doente no Rio de Janeiro em 1794: os remédios vêm todos de Portugal, então você morre antes de o remédio chegar. Então, o que eles fazem? Saem pelos arredores do Rio de Janeiro, fazem um levantamento da flora, e aí falam: “com essa planta que nasce em tal lugar (aí vem o desenho da planta), dá para fazer um remédio assim ou assim, que serve para tratar tal ou tal doença. E fazem um livro, com desenhos, receitas dos remédios e onde se acham as plantas. E põem na mão dos boticários. Então, a ideia é a ciência diretamente voltada para o bem comum. E aí dizem “não vamos dirigir nosso conhecimento para Portugal, mas para nossa pátria. E como não tem Brasil, a nossa pátria é o Rio de Janeiro”.

Fazem mais ainda. Tem um desses médicos que fala: “está tendo um negócio interessantíssimo na Europa, que é um sujeito que está descobrindo uma coisa que vai funcionar no combate à dor, um analgésico”. O sujeito era Lavoisier, e aí ele fala que a química é muito importante, resumindo: ele faz o primeiro manual de química em língua portuguesa. E fazem imprimir isso em Lisboa. Olha que história bacana.

Então essa Conjuração tem um terceiro traço, que é a utopia. O líder dela, que é um poeta, o Silva Alvarenga, tem a ideia — que não consegue concretizar, pois os conjurados serão presos — de ir até o rio Tageaí, no Rio de Janeiro, para comprar uma sesmaria bem grande e ali criar uma República, a “República do Tageaí”. E Silva Alvarenga diz: “onde os homens e os bichos vão viver em harmonia”. Ele está lendo Rousseau, não há a menor dúvida, está lendo a *Nova Heloísa* de Rousseau, a ideia de Clarens e tal... Penso que essa ideia da utopia com esse traço da esperança, do engenho humano, com a construção de uma alternativa, aparece na Conjuração. Mas eles não conseguem concretizá-la. E aí, trinta anos depois, em 1823, em Pernambuco, na Serra do Rodeador, a gente tem talvez a primeira instalação de uma utopia, a tentativa de instalar uma utopia no Brasil. E a outra coisa que precisaríamos estudar é que, se isso está certo, se foi a primeira, quais são seus desdobramentos, quais os filhotes dela, quais as outras utopias que serão tentadas no Brasil.

CPF: Estamos falando de utopia e de valores positivos, como bem comum e ciência, mas também houve um uso diferente da comemoração do bicentenário da Independência, como trazer de volta o coração de D. Pedro, que a própria Lilia Schwarcz aborda no livro dela, da utilização dessas imagens, da captura da Independência. E isso vai contra uma outra perspectiva que a gente tomou, tanto no seminário como nas publicações que tivemos, na própria publicação das mulheres, de olhar para outros personagens que nunca foram contemplados pela história tradicional. Você poderia falar um pouco sobre isso, desse uso dessa imagem da Independência, dessa volta ao tradicionalismo?

Heloisa: Então, de um lado, acho que tem isso, porque faz sentido, porque, se o projeto é conservador, se está fundado na escravidão e se D. Pedro, inclusive, um ano depois vai acabar com a Constituinte e vai outorgar uma Constituição, vamos combinar que esse projeto é autoritário. Ou, como diria nosso amigo Frei Caneca, é despótico. Então, ao mesmo tempo em que está se varrendo o absolutismo no Brasil e em Portugal, temos um projeto com traços autoritários. Uma coisa é essa. A segunda coisa, e que talvez esteja ligada, é pensarmos em como a utopia não necessariamente tem essa característica que estamos discutindo aí, com a Conjuração do Rio de Janeiro. Isto é, temos duas formulações utópicas que são péssimas

para o Brasil e que estão presentes em nossa história. Uma é pensar na ideia daquilo que forma o Brasil como um país do futuro, um país que ainda vai se fazer no futuro, sempre postergado, que é a ideia do messianismo. É a utopia do sebastianismo que vamos importar de Portugal, que o messias vai ser instalado, o reino de Cristo, e que isso será instalado pelo rei de Portugal ou pelo messias, aquele que vai incorporar a figura do rei de Portugal. Não tenham muita dúvida de que, quando olhamos para algumas formas de atuação da extrema direita brasileira, vamos encontrar essa utopia do sebastianismo, da instalação do reino de Cristo a partir do rei de Portugal. E que está presente tanto no sebastianismo quanto no Padre Vieira, num livro que se chama *História do futuro*, em que ele também fala da instalação de um futuro em Portugal. E aí se cria uma formulação utópica que não tem nada de libertária. Ao contrário. Essa formulação, essa utopia que posterga a ação no futuro, alguns teóricos a chamam de uchronia.

Agora existe uma segunda forma nada positiva da utopia que também aparece hoje no Brasil, que é pensar na utopia regressiva, que recebe o nome de retrotopia. É a ideia de que um dia o Brasil foi grande, talvez um dia a gente pudesse fazer um seminário sobre essas duas formas de utopia negativa.

CPF: O que é uchronia?

Heloisa: A uchronia é essa utopia que diz respeito ao futuro. A utopia regressiva, a retrotopia, é a do Bolsonaro. Um dia o Brasil foi o que a gente queria que ele fosse. Então temos que voltar ao passado. Temos que caminhar de volta ao passado. Só que com duas características: o passado não foi assim, é por isso que precisa reescrever a história. A ditadura militar, que é um momento da utopia da extrema direita brasileira, não foi aquilo que está sendo escrito pela retrotopia. Primeiro, o passado é um passado falso. É um passado falsificado, fraudulento. Por isso reescrever a história nessa utopia regressiva é tão importante. Não é só o negacionismo, mas a forma para convencer, para argumentar para as pessoas que não houve golpe militar, que a ditadura não foi ditadura. Logo esse passado não existe.

Agora tem uma segunda coisa, que o Chico Buarque já ensinou e que seria bom a gente pensar nessa utopia regressiva, que é: “ninguém volta ao que acabou”. Então ninguém volta para o passado. Podemos aprender com o passado, quando comemoramos, quando lembramos, e podemos construir um repertório. Mas de volta ao passado, como pretende a utopia regressiva, é impossível. Então, o argumento dessa retrotopia é que o Brasil já foi grande, precisamos fazer com que ele seja grande de novo

e, portanto, vamos voltar para o passado. Essa é a proposta da extrema direita brasileira. E para construir essa utopia negativa se reescreve a história e se faz uma segunda coisa, muito interessante, que é criar esse falso passado. Mas é uma utopia que viaja no afeto triste, pois é nostálgica. Ela pretende voltar a uma casa que nunca teve. A nostalgia, quando aplicada à política, é um afeto triste. Eu quero voltar para uma casa, mas nunca tive essa casa. Se eu tiver nostalgia individualmente, os médicos vão dizer: “é uma doença da alma que está desfocada no tempo”. Aplicada à política, tem um efeito destruidor, porque significa voltar para uma casa que nunca existiu. E isso cria um perigo, porque há um monte de gente que pede essa volta ao passado. Os ministros do Supremo, os professores, as universidades, os cientistas, os artistas, os jornalistas todos estão impedindo a volta para casa.. E que casa é essa? Ela anda nos afetos tristes, a família tradicional, a hierarquia. Então se reconstrói uma pauta que interessa a essas fatias da sociedade. Só que isso na ditadura foi imposto.

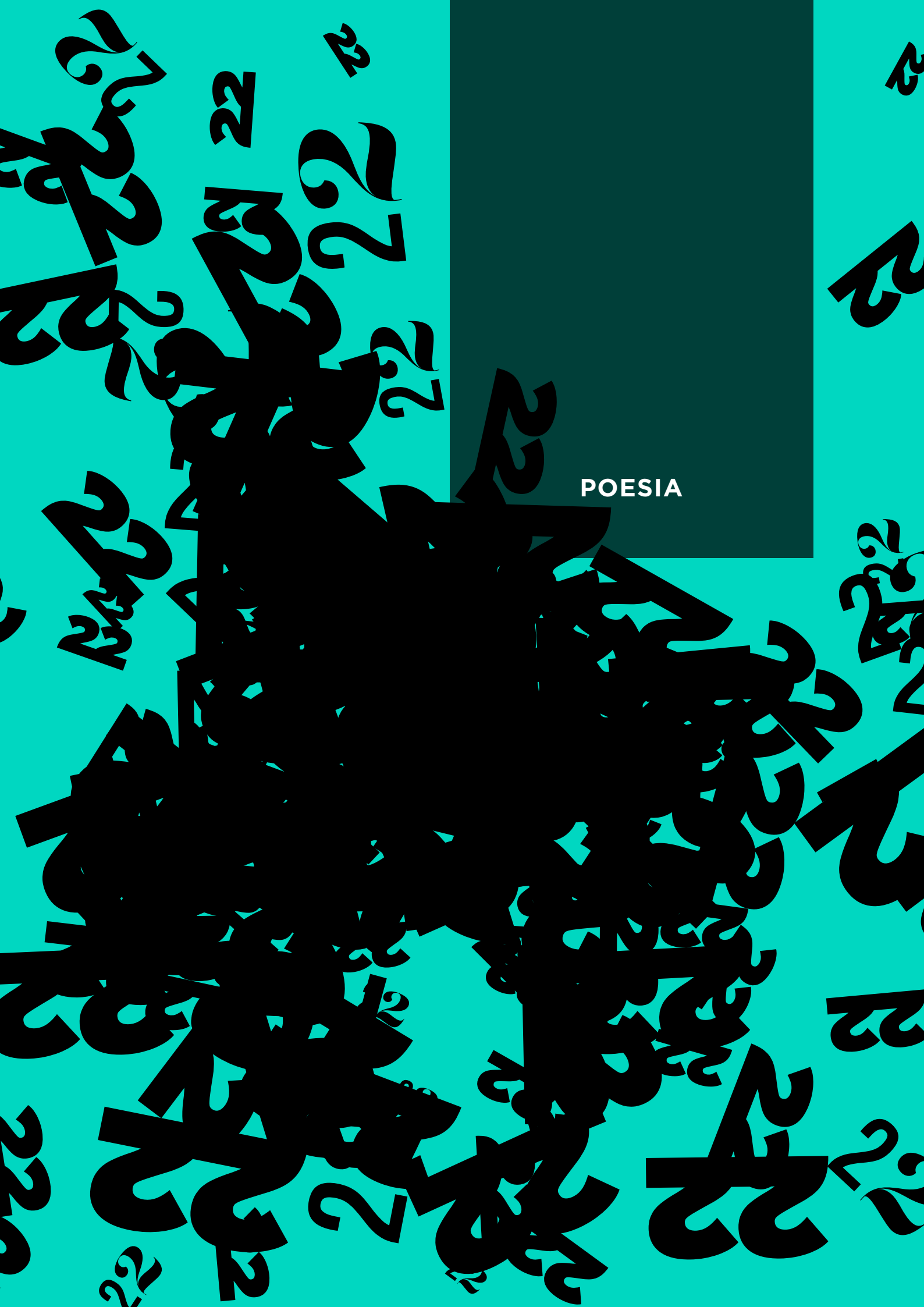
Agora, o que é interessante nessa utopia regressiva, que me parece mais aterrorizante, é que ela está defendendo uma volta a um passado que não existe, mas que foi falsificado na imaginação das pessoas. O Bolsonaro não construiu isso, já estava presente antes. Fiz uma pesquisa para ver as faixas que estavam sendo levantadas pelos movimentos conservadores que emergiram a partir de 2013. Em 2013 e em 2015, nas manifestações, via-se “quero meu país de volta”, “ditadura militar”, “volta dos militares”, as faixas já apareciam. Bolsonaro só catalisou, já estava aí.

Então essas seriam as duas chaves da utopia. A que nós conhecemos está lá, a da Serra do Rodeador, está na Independência. Mas a utopia não é só aquilo que está na Independência, não é só o que sonharam os médicos da Conjuração do Rio de Janeiro. Pode dar um assunto para a gente pensar, essa história das utopias.

CPF: Seguindo nessa chave do que você vem falando a respeito dessas utopias. De alguma maneira, o Brasil permanece num estado de pensamento autoritário, conservador, que procura manter uma cisão social entre aqueles que são considerados menores e aqueles que hoje podemos chamar de elite ou donos do poder. Na sua leitura, esse tipo de permanência de fato se mantém, ou foi reinventada de alguma maneira?

Heloisa: Acho que gente cometeu um erro muito grande a partir da Constituição de 1988, porque na Carta e em seus desdobramentos, nos trinta anos que vivemos depois da sua promulgação, apostamos tudo na democracia como instituição. Então fizemos uma aposta alta nas instituições democráticas. Fizemos uma aposta alta na prática democrática, eleições regulares, voto etc. E nos esquecemos de que a democracia tem uma terceira perna, que é a cultura democrática. Tocqueville dizia que

a democracia é um modo de vida da sociedade. Disse isso de um jeito até mais bonito: “a democracia é um hábito do coração”. Não transformamos a democracia num hábito do coração dos brasileiros, e por isso que essa fatia conservadora surge na cena pública a partir de 2013. Não é reacionária, para ela a democracia é uma abstração. Então, o que estão discutindo? Estão discutindo: “meu filho não entrou na Universidade Federal de Minas Gerais por causa das cotas”, e não porque ele não estudou. “Minha filha não pode ver televisão porque ela vai ver duas mulheres se beijando e vai virar lésbica.” Então, porque estão olhando para essa pauta, são muito conservadores, mas a democracia para eles não importa, porque é abstrata, e não um hábito do coração. Daí, por que vão defender a democracia? Acho que talvez a gente tenha a chave aí, no erro que cometemos. Pensem na Independência. Se olharmos para a Independência, o que tem lá? A escravidão. Então se funda o projeto vitorioso numa estrutura que é a escravidão. Aí o Joaquim Nabuco olha para isso e diz: “Gente, vejam bem, essa escravidão aqui vai gerar uma sociedade que é hierárquica, desigual, violenta e racista”. Muito bem. Aí fala: “O que vamos fazer com isso?”. Vamos criar uma camada, uma epiderme, o termo de Joaquim Nabuco é esse, uma epiderme civilizatória, de valores civilizatórios. Mas é só uma epiderme, que se abre. 2013 cortou a epiderme, e apareceu aquilo que é essa sociedade que não traz a democracia. O Joaquim Nabuco dizia que essa é nossa ficção engenhosa de nação, essa epiderme civilizatória. Então, talvez o que a gente esteja aprendendo hoje, o que a gente precisa discutir e olhar seja isso: 1) como a democracia se torna um hábito no coração dos brasileiros? 2) como a gente olha de frente, o que não fizemos na Constituinte, para essa ficção engenhosa de nação e enfrenta esse passado para desmontá-lo?



POESIA

SLAM DAS MINAS

brava gente brasileira
que sempre resistiu,
alguns até dizem que não
porque enxergam da altura de um outro Brasil
que se ergueu com a farsa de seus grandes feitos
sabemos, a independência que conhecemos não começa em 22
o grito ainda entalado na garganta 200 anos depois
lembra: “heróis do Brasil levantai vossas cabeças”
assim como Pernambuco resistiu,
baianos e baianinhas em revolução escrita.
ainda é colonial essa nação?
de que adianta independência se seguimos com escravidão.
a dor na barriga das margens do Brasil
ainda apertam
mas não calam.
liberdade não morre
e revoltas são sementes
onde lusitanos não comem os frutos.
é importante lembrar quem tava no corre
norte e nordeste trincheira forte!
monarquia, roubos, mortes e estupros
o Brasil jamais será de Portugal
mas ainda colhemos os insultos.

Pam Araujo

nossos pés fizeram um caminho
que embora tentassem apagar
foi traçado com a faísca do fogo
que Maria Felipa,
Marcolina,
as vedetas
atearam nos navios
que invadiam suas ilhas
corpos

continuamos botando fogo
guardando nossas facas nas saias
e cuidando da ilha que somos
ainda
e esse mesmo fogo
que escreveu essa história
destrói mãos racistas
igual Bárbara de Alencar
Maria Clemência da Silveira Sampaio
que assim como tantas outras
que nos livros são vistas como grandes feitoras de seu tempo
escravizavam pessoas
e contribuíam para o genocídio de pessoas pretas
que segue até hoje
ainda morremos (por falta de) aborto
ainda não houve quem estancasse o choro
das crias carregadas nas costas
dessas mulheres história
independência
onde foi parar a independência?
como foi construída a independência?
em cima de sangue, fogo e corpos
de mulheres, crianças e homens
de histórias outras
independência tantas
que só poderão ser contadas
quando declararmos nossa independência.

IbuHelena

O grito do Ipiranga
vazio do resto do mapa,
desenhou a falsa liberdade
que não abraça todes
até os dias de hoje.

1822
não foi ontem.
258 mortos no navio,
foi o começo.
Cento e onze tiros,
é todo dia,
Marielle,
a gente sabe quem foi.

Se outrora
um país livre
não refletia o fim da escravatura,
tampouco agora
a democracia
garante voz ao povo.

Dois séculos trocando de Pedro,
ignorando a voz de várias Marias,
construiu um país
que baba ovo de gringo,
mas não põe pão francês na mesa dos cria.

É muito recente
nosso passado colonial,
é muito presente
nossa desigualdade social.

Nos querem longe
dos livros e das leis,
para que nunca saibamos
que somos a maioria,
governados por uma minoria
que está sempre atrás do ouro,
tentando manter o trono.

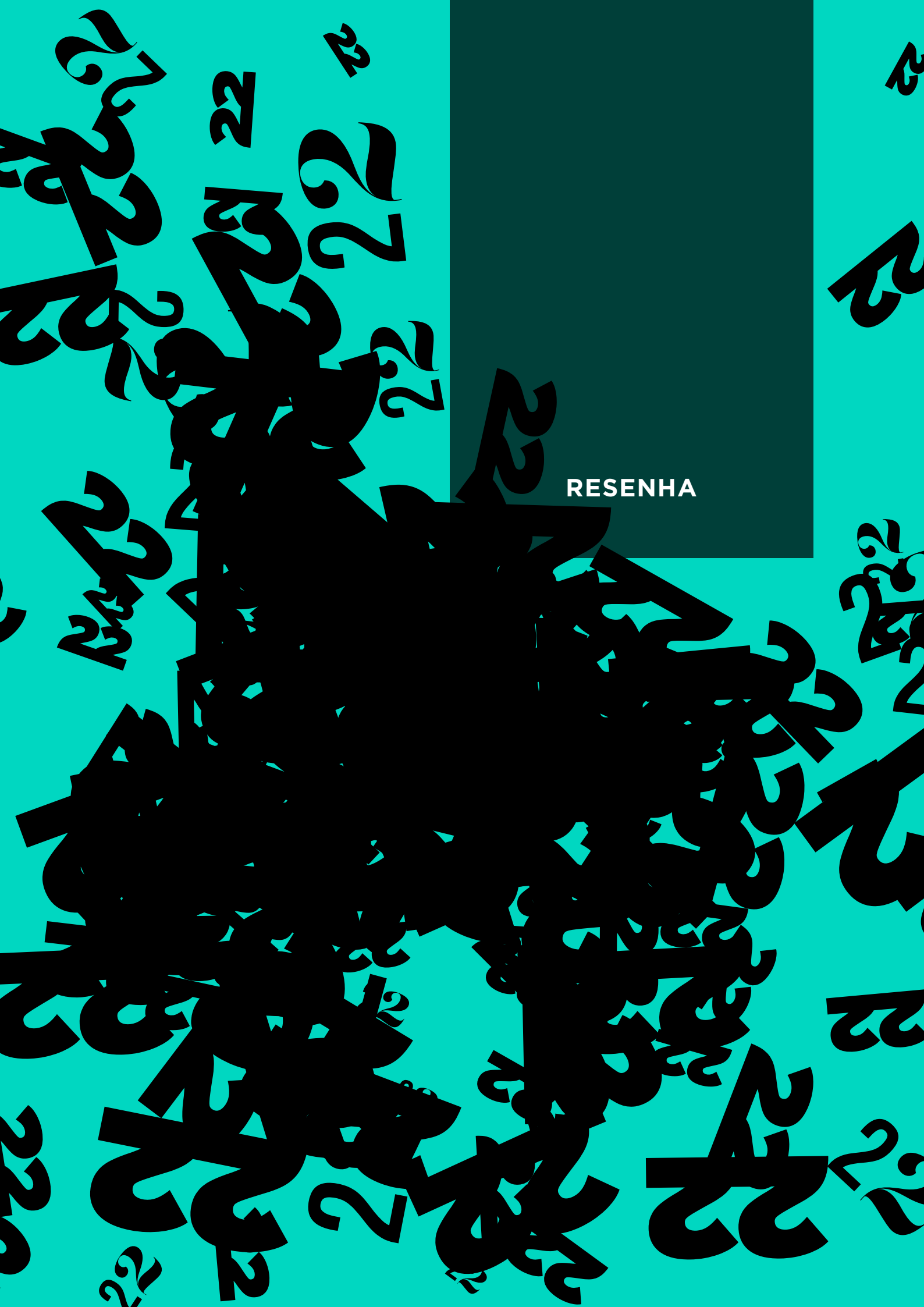
Já são sete Constituições
desrespeitadas,
ditadura militar,
golpes de Estado,
destruição e
a não demarcação
de terra indígena.

O fascismo que não tolera
a cor vermelha
e entra atirando
em festas de aniversário
e favelas.

O Brasil nasceu de um estupro,
cresceu matando os seus.
Floreando a história
para confundir nossa memória.

Pindorama só foi livre
antes de conhecer Cabral

Carolina Peixoto



RESENHA

DA BATIDA MUSICAL À BATIDA POLICIAL: O FUNK INTERPRETA O BRASIL

Tiaraju Pablo D'Andrea¹

Resenha do livro: CYMROT, Danilo. *O funk na batida: baile, rua e parlamento*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2021.

Não é um livro sobre funk, é um livro sobre o Brasil. Esta sentença ditada pelo antropólogo Hermano Vianna fornece o estatuto que merece a obra *O funk na batida: baile, rua e parlamento*, de Danilo Cymrot.

O livro é resultado de sua dissertação de mestrado em Criminologia, defendida na Faculdade Direito da USP. Além do inovador olhar proveniente das ciências jurídicas, cabe ressaltar que Cymrot também é músico e produtor cultural. O autor mobiliza essas três formações para tratar do gênero musical mais emblemático da sociedade brasileira contemporânea: o funk.

A pesquisa é de fôlego e nos apresenta uma quantidade impressionante de dados, datas e fontes para embasar seus argumentos principais: demonstrar como a chamada “criminalização do funk” tem como pano de fundo uma criação discursiva que projeta e recria medos e uma estrutural perseguição a negros e pobres que dá a tônica da vida social brasileira desde os primórdios da nação.

O autor nos brinda com uma breve história do gênero no Brasil. Nos primeiros bailes, na década de 1960, predominavam o funk e o soul estadunidenses. Já na década de 1970, o Baile da Pesada, que ocorria no famoso Canecão, se torna um dos mais importantes. Nesse período, os Bailes Black possuíam um público heterogêneo tanto em termos de classes sociais como de cor de pele. Segundo o autor, com o fim do principal baile no Canecão, os Bailes Black passam a ser realizados principalmente nos subúrbios, o que conferiu uma maior identificação com a população preta e pobre do Rio de Janeiro.

Até meados da década de 1990, os bailes funk podiam ser divididos em três categorias: o baile de comunidade, o baile normal e o baile de corredor. O baile de comunidade era geralmente realizado em quadras, clubes

1 Professor no Instituto das Cidades, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Campus Zona Leste, e professor-pesquisador em Arte e Sociedade no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). Coordenador do Centro de Estudos Periféricos. Músico e morador da Zona Leste. Autor do livro *A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo* (Dandara, 2022), entre outras obras. E-mail: tiaraju.dandrea@usp.br.

e terrenos dentro das favelas. Nesses bailes, os traficantes proibiam as brigas. No baile normal, as brigas eram controladas e havia um momento específico para os conflitos. Já no baile de corredor, as brigas davam a tônica. Tanto o baile normal quanto o baile do corredor eram minoritários na cidade.

Nos primeiros bailes funk, o som que predominava era o instrumental e a prioridade era a dança. Quando se inicia a onda dos bailes normal e de corredor, uma parte do público migra para os bailes de charme. Esse público era geralmente suburbano, trabalhador, mais velho e queria evitar um ambiente onde poderiam ocorrer brigas.

Ainda na relação com outros gêneros musicais, cabe lembrar que muitos bailes funks foram realizados em quadras de escolas de samba e que o termo MC é oriundo do rap. O autor também pontua que aos poucos o funk foi ganhando o estado de São Paulo, primeiro na Baixada Santista e depois na capital, bem como outros estados, passando a ter projeção nacional.

Segundo o autor, o pânico moral ao redor do funk se dissemina a partir de 1992. Até então, os bailes funk de subúrbio, ao estarem arrinconados nos territórios de pobreza, gozavam de certa invisibilidade. No entanto, ao ultrapassarem as linhas geográficas, simbólicas e sociais que separam a Zona Norte da Zona Sul do Rio de Janeiro, começaram a sofrer outro tratamento. Em outubro daquele ano, tumultos ocorridos em praias — os chamados “arrastões” —, jogaram o foco de toda a opinião pública sobre as galeras compostas fundamentalmente de corpos negros masculinos. A partir disso, iniciou-se uma devassa sobre o comportamento e as práticas sociais desses jovens. Fabricava-se então a figura do “funkeiro” como inimigo da lei, da ordem e dos cidadãos de bem. Desse modo, os funkeiros e o funk vão parar nas páginas dos jornais e nos noticiários de televisão.

A partir da histeria dos meios de comunicação, os funkeiros foram chamados de “gangues urbanas”, “juventude transviada” e “bárbaros”, entre outros nomes. Nesse momento já estava sendo construído um estereótipo de que os frequentadores de bailes funk cometiam arrastões, tinham envolvimento com drogas e o narcotráfico, eram violentos e faziam sexo sem regras nos bailes. É a partir desta construção social do criminalizável que Cymrot fará a pergunta que percorrerá todo o livro: por que a violência é vista e enfrentada de formas diferentes pelo poder público, dependendo do território e das pessoas envolvidas?

O autor demonstra que, independente dos atos cometidos, o preconceito e a estigmatização do funk são resultado da maneira como a burguesia sempre enxergou os subúrbios, as periferias urbanas e as favelas. Desse

modo, o ponto principal que sustenta a repressão é fundamentalmente por ser um gênero de pretos e pobres. Ao percorrer a história, o autor demonstra que esses dispositivos de controle não são novos.

No começo do século XX, capoeiras foram proibidas e sambistas duramente reprimidos por desordens. O autor prossegue e aponta o caráter autoritário do período da ditadura militar, que reprimia militantes de esquerda e manifestações artísticas de origem negra, como as escolas de samba e os bailes black. Essa repressão também atingiu outras formas de lazer dos pobres, como as excursões “farofeiras” para as praias (p. 46).

A partir da década de 1990, com o advento do neoliberalismo, a dificuldade de organização dos trabalhadores e o aumento do desemprego fez proliferar formas organizativas juvenis, que por meio da arte e da cultura criavam sociabilidade e faziam política. É nesse momento que o punitivismo atinge torcidas de futebol, skatistas, rappers e funkeiros, entre outros grupos.

Se no Rio de Janeiro a repressão ao funk possui uma história própria, em São Paulo a violência estatal e paraestatal contra funkeiros terá contornos típicos da maneira como se organiza a repressão nesta cidade. Os rolezinhos nos shoppings foram duramente cerceados, gerando um longo debate sobre preconceito de classe, racismo, ocupação de espaços públicos e consumismo. Essa mesma juventude que participava das Jornadas de Junho e ocupava escolas também era duramente reprimida nos pancadões e fluxos. São incontáveis os casos de bailes promovidos nas periferias que terminaram após repressão policial com balas e bombas de gás lacrimogênio. O caso mais dramático ocorreu no baile da D17, na favela de Paraisópolis, em 2019, quando nove jovens morreram pisoteados após uma ação policial. No entanto, esse não foi o único episódio de repressão que acabou em morte. O livro nos apresenta vários casos.

Em uma sociedade na qual imperam inúmeras contradições sociais, muitas vezes o lícito e o ilícito ou o legal e o ilegal caminham lado a lado e dependem um do outro para existirem. É nessa gigantesca zona de insegurança jurídica que opera a repressão policial. É a partir de critérios pouco objetivos que a violência estatal se permite todo e qualquer tipo de abuso, inclusive dando vazão a uma adrenalina que também atinge os policiais (p. 98).

O ponto alto do argumento de Cymrot é a comparação das maneiras como a repressão ocorre. O problema não é o delito cometido, mas quem o comete. O autor demonstra como nos bailes funk organizados pela burguesia e pela classe média ocorrem níveis alarmantes de alcoolismo e barulho, mas a repressão (nas poucas vezes que ocorre), é infinitamente menos

intensa. O autor também pontua vários casos de drogadição e/ou porte de drogas por parte de artistas famosos de gêneros musicais consagrados, e como existe certa permissividade social nestes casos. Outro exemplo interessante é com relação ao carnaval de rua. Sendo as lideranças destas agremiações carnavalescas oriundas da classe média ou da classe média alta, tiveram uma facilidade muito maior em negociar com o poder público.

Outro debate interessante levantado pelo livro se refere à maneira como diversas casas legislativas se relacionaram com o funk. O autor demonstra como inúmeros projetos de lei propuseram ações restritivas e ordenamentos jurídicos com relação ao gênero, principalmente por parte de políticos de direita. No entanto, há também uma série de propostas que atestam sua legitimidade e defendem a existência dos bailes, oriundas sobretudo de legisladoras à esquerda do espectro. Em 2010, o funk foi aceito por parte de parlamentares e da mídia como símbolo legítimo da cultura carioca e nacional. No entanto, para provar que as posições políticas se embaralham, cabe mencionar a emblemática trajetória de Verônica Costa, a Mãe Loira do Funk, fundadora da equipe de som Furacão 2000 que ajudou a popularizar o gênero a partir da década de 1990. Verônica foi vereadora no Rio de Janeiro por diversos mandatos e sempre por partidos de direita.

Uma das estratégias mais felizes do livro é sair dos maniqueísmos. Se por um lado o funk é vítima de uma brutal repressão, muitas vezes seus protagonistas incorrem em comportamentos criticáveis. Trabalhando na chave das incompletudes, das dualidades e das contradições, o livro demonstra como o funk é uma forma de pensar o Brasil e as particularidades da formação social brasileira. Nesse ponto, nos ajuda a compreender as reatualizações do pânico moral por meio das investidas do conservadorismo político contemporâneo. Ao reduzir o funk a sexo, drogas e violência, projeta-se na figura do funkeiro a catalisação de todo o mal da sociedade. A repressão aos bailes provoca um alívio momentâneo ao cidadão de bem que se conforta com a notícia de que “algo foi feito”, ainda que nada tenha sido feito para resolver as causas dos problemas. Nesse âmbito, a repressão pontual também se coaduna com a hegemonia da criminologia administrativa. Os principais alvos desse tipo de política seletiva é justamente a população em condições de vulnerabilidade, desempregada e na informalidade. Esses mecanismos são formas paliativas de lidar com uma situação complexa e estrutural de violência da sociedade. Mas afinal, o que é violento: o funk ou a sociedade?

Se o funk nos revela o racismo estrutural e a desigualdade entre as classes no Brasil, ele também expressa jogos de negociação e reconhecimento. Artistas do funk têm obtido fama, popularidade e contas bancárias milionárias. Em 2019, a cantora Anitta se tornou a artista latina mais ouvida no mundo, enquanto o canal e produtora Kondzilla alcançou 50 milhões de inscritos no YouTube, revelando jovens funkeiros das quebradas que, se não fosse por meio do funk, não teriam possibilidade nenhuma de ascensão social via emprego, cada vez mais precarizado. Esses artistas, com milhões de seguidores, mas não reconhecidos pelo *mainstream*, expressam um paradoxo: são famosos e desconhecidos ao mesmo tempo. De todo modo, entre repressão e glamorização, hits como “Eu só quero é ser feliz”, “Baile de favela” e “Bum bum tan tan” fazem parte da memória afetiva de milhões de brasileiros que o Brasil oficial não quer reconhecer. O livro de Danilo Cymrot é uma janela emoldurada com barras de ouro, ousada, consciente e ostentatória, que nos permite ver esse mundo.



NARRATIVAS VISUAIS

NA FLORESTA COM OS YAWANAWÁ

Simon Plestenjak¹

No meio da floresta amazônica, a pajé Hushahu, do povo indígena Yawanawá, lidera a vida espiritual na aldeia Mutum. A força feminina dela não só mudou as regras milenares do povo — segundo as quais o papel do pajé foi reservado exclusivamente para os homens — mas também começou a renovação do povo, quase extinto, numa inteligente mistura de preservação da floresta, da vida tradicional e do seu mundo espiritual com a existência num contexto de mundo do comércio liderado por brancos.

Os Yawanawá são um povo indígena que habita uma área de 187 mil hectares no oeste do estado do Acre. São pouco mais de mil pessoas que moram em oito aldeias: Nova Esperança, Mutum, Escondido, Tibúrcio, Amparo, Matrinchã, Sete Estrelas e Yawarani. Conseguiram resgatar sua cultura e sabedoria ancestral e preservar seu estilo de vida no meio da floresta. Lidam com a vida ancestral, marcada por uma dinâmica entre mundo espiritual e natureza. Ao mesmo tempo, suas portas são abertas para receber o mundo de fora, e assim eles conseguem comercializar sua sabedoria e espalhar sua mensagem. Além dessa missão, ser visto e, ao mesmo tempo, ganhar recursos significa segurança na situação frágil que os primeiros povos têm nas Américas.

A série “Xamânica” é composta por três fotos, feitas com dupla exposição. Não se trata de manipulação digital, mas de duas fotografias expostas uma sobre a outra — uma técnica que antigamente se usava sem avançar o filme. A ideia foi trazer em forma visual a sensação de tríade “homem–natureza–espiritualidade” que permeia a vida dos povos originários. Temos nas fotos a grande pajé Hushahu, o líder espiritual Rasu e o caçador Matsini durante um ritual xamânico.

A série “Ritual” reúne retratos de alguns membros importantes da aldeia, no contexto da floresta onde moram, e a árvore Sumaúma, na qual se realizam ritos e que serve como templo espiritual.

1 Fotógrafo e cineasta, radicado em São Paulo, Brasil. Em seus quinze anos de carreira, trabalhou como fotojornalista em jornais como *Folha de S.Paulo*, produziu reportagens fotográficas para revistas como *National Geographic*, filmou documentários curtos para o portal UOL e fez trabalhos comerciais de fotos e filmagens para agências como New Content e empresas como Nike, Coca-Cola, Jaguar, McDonalds, Budweiser, Latam. www.simonplestenjak.com | Instagram: @simonplestenjak.

SÉRIE “XAMÂNICA”





SÉRIE “RITUAL”





